

REVISTA ORBIS LATINA

racionalidades, desenvolvimento & fronteiras

ISSN 2237 - 6976



VOLUME 4, NÚMERO 1

JANEIRO - DEZEMBRO

2014

Os artigos publicados na *Revista Orbis Latina* são de responsabilidade plena de seus autores. As opiniões e conclusões neles expressas não refletem necessariamente a interpretação do GIRA – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras.

Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras (GIRA)
Coordenação: Prof^a Dr^a Claudia Lucia Bisaggio Soares

Conselho Editorial

Antônio Gonçalves de Oliveira (UTFPR)
Claudia Lucia Bisaggio Soares (UNILA)
Dirceu Basso (UNILA)
Exzolvildres Queiroz Neto (UNILA)
Gilcéia Aparecida Cordeiro (UNILA)
Janine Padilha Botton (UNILA)
Lucas Lautert Dezordi (UP/PR)
Luiz Alberto Esteves (UFPR)
Mauro Cardoso Simões (UNICAMP)
Regis Cunha Belém (UNILA)
Rodrigo Bloot (UNILA)

Edição e Capa

Gilson Batista de Oliveira

Revista Orbis Latina - web site: <https://sites.google.com/site/orbislatina/>

Volume 4, Número 1, Janeiro – Dezembro de 2014.

Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil

Periodicidade Anual.

Interdisciplinar.

ISSN 2237-6976

1. Conteúdo interdisciplinar com ênfase em racionalidades, desenvolvimento e fronteiras.

I. Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras - GIRA.

Endereço para correspondência:

Revista Orbis Latina – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras - GIRA

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 06, Espaço 04, Sala 11

CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil

Tel.: +55(45)3576 7332 / E-mail: orbislatina@gmail.com ou gilson.oliveira@unila.edu.br

APRESENTAÇÃO

O trabalho de edição, publicação e divulgação da Revista Orbis Latina ganhou um reforço em 2014. A transformação do periódico em projeto de extensão (*Revista Orbis Latina: divulgação e reestruturação do website do periódico científico publicado pelo GIRA - Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras, edital PROEX – UNILA n.17 - 2013*) possibilitou aumentar a equipe com dois bolsistas: Rogério dos Santos Correia e Sixto Morel Bareiro, ambos do curso de Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). O trabalho dos bolsistas PROEX-UNILA conta com o apoio dos membros do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras (GIRA) e do professor Joylan Nunes Maciel.



A partir de 2011, a revista também é editada em cartoneria. A edição da Revista Orbis Latina em cartoneria é feita pelos membros do PET Conexões de Saberes, coordenado pela Prof^ª. Dr^ª. Diana Araújo Pereira, durante a realização da GIRA de

IDÉIAS. Cada participante do evento pode encadernar sua própria edição e dar-lhe seu toque pessoal na capa em papelão. Os exemplares que sobram são distribuídos para bibliotecas e ou programas de pós-graduação.

Antes de entrar nos assuntos dessa edição, cabe destacar que a Revista Orbis Latina é uma publicação *on line*, com possibilidade de *downloads* na íntegra em formato *pdf*. Nessa edição, além de uma resenha e de uma contribuição cultural, são publicados treze artigos científicos desenvolvidos em renomadas instituições latino-americanas, cujas temáticas convergem com as linhas de pesquisa do GIRA.

No primeiro artigo, José Guilherme da Silva Vieira, pesquisador e professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Faculdades Integradas Santa Cruz (FARESC), aborda a questão da retórica como arte da persuasão pelo discurso fundamentalmente no campo da economia.

José Edmilson de Souza-Lima e Sandra Maciel-Lima, pesquisadores do UNICURITIBA e UFPR, no segundo artigo, tratam do relação entre médico e paciente em estudo sobre a racionalidade na área da saúde.

Johnny Octavio Obando Moran, pesquisador da UNILA, no terceiro artigo, apresenta a contribuição dos trabalhos de Aaron Preston para a filosofia analítica.

No quarto artigo, David Fadul e José Edmilson de Souza-Lima, discutem os desafios da interdisciplinaridade no campo do direito.

Mirian Beatriz Schneider, Udo Strassburg, Valdir Antônio Galante e Nilton Marques de Oliveira, pesquisadores do Programa de Pós-graduação em

Desenvolvimento Regional e Agronegócio, no quinto artigo, retratam a economia do conhecimento através de um estudo de caso na UNIOESTE.

No sexto artigo, Dirceu Yoshikazu Teruya, Hugo Eduardo Meza Pinto, José Antonio Soares e Artur Silva Coelho fazem uma discussão sobre a cooperação entre universidade e empresa inovadoras no Paraná.

Antônio Gonçalves de Oliveira, Christian Luiz da Silva e Ederson Luiz Lovato, pesquisadores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), no sétimo artigo, estudam os conceitos e metodologias de desenvolvimento local aplicados nas políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano.

No oitavo artigo, Exzolvildres Queiroz Neto, Karoline Ribeiro, Andrea M. Lourtet, Luciane T. Vargas e William Dellai, da UNILA, trazem temas que debatem a interface rural e urbana no município de Foz do Iguaçu.

Wilhelm Meiners, Luiz A. Esteves, Leonardo Leite e Evânio Felipe, no nono artigo, apresentam e discutem um índice de desenvolvimento municipal da micro e pequena empresa em estudo aplicado nas cidades do Rio Grande do Sul.

No décimo artigo, Sérgio Luiz Kuhn e Jandir Ferrera de Lima abordam economia criativa nos municípios periféricos do oeste parananense.

Patricia Villa Costa Vaz e Vicente Pacheco, do Programa de Pós-graduação em

Contabilidade da UFPR, no décimo primeiro artigo fazem um estudo comparativo das divulgações contábeis das entidades do terceiro setor.

No décimo segundo artigo, Mirian Beatriz Schneider e Rafael Henrique de Araújo trabalham a balança comercial agrícola do Paraná pós-crise financeira de 2008.

Silvia Valiente, pesquisadora argentina, no décimo terceiro artigo, faz uma sistematização das experiências de mineração da Argentina e Equador no período de 1990 – 2012.

No espaço cultural, Renata Peixoto de Oliveira, da UNILA, apresenta a resenha do livro “Vitórias na Crise: Trajetórias das esquerdas Latino-Americanas Contemporâneas”. Na sequência, Jorge Anthonio e Silva, professor e pesquisador de Artes, faz um relato da exposição “Grandes mestres da arte popular ibero-americana”.

Boa Leitura!

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
Editor

SUMÁRIO

A RETÓRICA COMO A ARTE DA PERSUASÃO PELO DISCURSO <i>José Guilherme da Silva Vieira</i>	07
RACIONALIDADE E SAÚDE: REFLEXÕES EM TORNO DA RELAÇÃO MÉDICO/PACIENTE <i>José Edmilson de Souza-Lima e Sandra Maciel-Lima</i>	27
FILOSOFIA ANALÍTICA: LA CRÍTICA SISTEMÁTICA DE AARON PRESTON <i>Johnny Octavio Obando Moran</i>	41
O CAMPO DO CONHECIMENTO JURÍDICO E OS DESAFIOS DA INTERDISCIPLINARIDADE <i>David Fadul e José Edmilson de Souza-Lima</i>	63
A ECONOMIA DO CONHECIMENTO: DA TEORIA CAPITAL HUMANO À ECONOMIA DO CONHECIMENTO E O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE <i>Mirian Beatriz Schneider, Udo Strassburg, Valdir Antônio Galante e Nilton Marques de Oliveira</i>	75
PANORAMA DA COOPERAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E EMPRESA INOVADORAS NO ESTADO DO PARANÁ ENTRE 1998 E 2008 <i>Dirceu Yoshikazu Teruya, Hugo Eduardo Meza Pinto, José Antonio Soares e Artur Silva Coelho</i>	96
DESENVOLVIMENTO LOCAL: CONCEITOS E METODOLOGIAS - POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO <i>Antônio Gonçalves de Oliveira, Christian Luiz da Silva e Ederson Luiz Lovato</i>	110
RUMO AO LESTE; PARA ALÉM DE ONDE NASCE O SOL; NEM RURAL-NEM URBANO, MAS INTERFACE DE ESPAÇOS NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR <i>Exzolvildres Queiroz Neto, Karoline Ribeiro, Andrea M. Lourtet, Luciane T. Vargas e William Dellai</i>	124
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA – ID-MPE DO RIO GRANDE DO SUL <i>Wilhelm Meiners, Luiz A. Esteves, Leonardo Leite e Evânio Felipe</i>	135
OS GARGALOS E DESAFIOS DA ECONOMIA CRIATIVA NOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS DO OESTE DO PARANÁ <i>Sérgio Luiz Kuhn e Jandir Ferrera de Lima</i>	153
DIVULGAÇÃO CONTÁBIL EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: COMPARTIVO ENTRE BRASIL E REINO UNIDO <i>Patricia Villa Costa Vaz e Vicente Pacheco</i>	171
BALANÇA COMERCIAL AGRÍCOLA PARANAENSE: CONJUNTURA PÓS-CRISE FINANCEIRA DE 2008 <i>Mirian Beatriz Schneider e Rafael Henrique de Araújo</i>	185
SISTEMATIZACIÓN DE EXPERIENCIAS COMPARADAS DE LA MEGA-MINERÍA EM ARGENTINA Y ECUADOR (1990-2012)	

Silvia Valiente.....202

RESENHA

Livro: Vitórias na Crise: Trajetórias das esquerdas Latino-Americanas Contemporâneas, autoria de Fabrício Pereira da Silva. Editora Ponteio. 2011
Renata Peixoto de Oliveira.....217

ESPAÇO CULTURAL

A EXPOSIÇÃO “GRANDES MESTRES DA ARTE POPULAR IBERO-AMERICANA”
Jorge Anthonio e Silva.....220

Orientação aos Colaboradores e Normas para Publicação222

A RETÓRICA COMO A ARTE DA PERSUASÃO PELO DISCURSO

José Guilherme da Silva Vieira*

Resumo

O presente artigo pretende apresentar a importância do estudo da retórica para a economia, especialmente após os anos 1980's. O objetivo principal é demonstrar que a análise retórica é muito importante para entender como os economistas fazem a sua ciência. Nesse estudo, apresentamos o princípio das tradições retóricas, os equívocos disseminados a seu respeito e o seu alcance enquanto método de análise. Entre outras coisas, este trabalho é um guia para a retórica na economia.

Palavras-chave: retórica; economia; metodologia.

Abstract

The present paper intends to present the importance of the study of the rhetoric of economics, specially after the 1980's. The main objective is to show that the rhetorical analysis is very important to understand how the economists make his science. In this study, we present the beginning of the rhetorical traditions, the spread mistakes its respect and its reach while analysis method. This work is a guide for the rhetoric of economics.

Keywords: rhetoric; economics; methodology.

* Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Professor e pesquisador da UFPR e da Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba. E-mail: jg.vieira@uol.com.br

INTRODUÇÃO

As reflexões contidas neste ensaio têm por objetivo demonstrar a relevância do estudo da Retórica no processo de aquisição do conhecimento. A questão do estudo da retórica assume relevância na economia a partir dos anos 1980's com as publicações de “*The rhetoric of economics*” de D. McCloskey, nos EUA, em 1983 e “A história do pensamento econômico como teoria e retórica”, um ano depois, no Brasil, por Pêrsio Arida.

Em ambos os trabalhos, as referências à retórica se fazem a partir das tradições aristotélicas e dos desenvolvimentos de uma vertente contemporânea da teoria da argumentação que tem na figura de Chaïm Perelman um de seus principais expoentes.

Assim sendo, utilizamos o conceito de retórica como sendo aquele tratado por Aristóteles em suas reflexões sistemáticas do *discurso persuasivo* e que foram continuados por Perelman no Século XX. Esse corte analítico do que se entende por retórica se faz necessário à medida que a literatura na área da Filosofia da Ciência tem apresentado uma multiplicidade de opiniões com relação ao que se pretende por retórica.

É justamente por isso, a fim de evitar confusões desnecessárias, que optamos por deixar claro a origem da tradição da qual o presente trabalho está filiado: a aristotélica.

Para dar um exemplo acerca da “multiplicidade de opiniões” com relação ao termo “retórica”, veja-se a síntese, elaborada

por Gill (1994, pp. 38-39)¹ das principais definições, segundo diferentes autores:

[*Aristóteles*] A habilidade de avaliar, em cada caso particular, os meios particulares de se persuadir alguém de algo.

[*Bacon*] O papel da retórica é aplicar e recomendar os ditados da razão à imaginação com o objetivo de excitar e o apetite e o desejo [do saber]

[*George Campbell*] A retórica [eloqüência] é aquela arte ou talento para o qual o discurso é adaptado para o seu fim. Os possíveis fins, por sua vez, consistem em iluminar o entendimento e ajudar a imaginação, mover paixões e influenciar o desejo.

¹ [Traduções livres]. A síntese apresentada por Gill (1994) tem por base as seguintes obras:

- Aristotle. *On Rhetoric: A Theory of Civic Discourse*, trans. George A. Kennedy. [New York: Oxford UP, 1991] I 1355 36-37.
- Francis Bacon. “*Of the Dignity and Advancement of Learning*” *The Works of Francis Bacon*, ed. James Spedding, Robert Leslie Ellis, and Douglas Denon Heath, vol. 4. [1870; rpt. New York: Garrett, 1968] VI 3 455.
- George Campbell. *The Philosophy of Rhetoric*, ed. Lloyd F. Bitzer [Carbondale: Southern Illinois UP, 1963] 1.
- Richard Whately. *Elements of Rhetoric*, ed. Douglas Ehninger [1828; rpt. Carbondale: Southern Illinois UP, 1963] 39 [capital letters omitted].
- Douglas Ehninger. “*On Systems of Rhetoric.*” *Contemporary Rhetoric: A Reader’s Coursebook*, ed. Douglas Ehninger [Glenview, IL: Scott, Foresman, 1972] 18, 26.
- Donald C. Bryant. “*Rhetoric: Its Function and Its Scope.*” *Contemporary Rhetoric: A Reader’s Course book*, ed. Douglas Ehninger. [Glenview, IL: Scott, Foresman, 1972] 18, 26.
- I. A. Richards. *The Philosophy of Rhetoric* [1936; rpt. Oxford: Oxford UP. 1981] 3.
- Kenneth Burke. *A Rhetoric of Motives* [1950; rpt. Berkeley: University of California P. 1969] 43.
- Richard M. Weaver. *The Ethics of Rhetoric*. [South Bend. In: Regnery, 1953] 15.
- Sonja K. Foss, Karen A. Foss and Robert Trapp. *Contemporary Perspectives on Rhetoric*. 2nd ed. [Prospect Heights, IL: Waveland, 1991] 14-18.

[Richard Whately] A procura de argumentos sustentáveis para provar um ponto de vista, e um arranjo hábil deles pode ser considerado como uma providência própria e imediata da retórica.

[Douglass Ehninger] Um modo organizado, consistente e coerente de falar sobre os discursos práticos.

[Donald Bryant] Diz que a função da retórica é ajustar as idéias às pessoas e as pessoas às idéias.

[I.A. Richards] Um estudo dos mal-entendidos e de seus remédios.

[Kenneth Burke] Diz que a retórica está arraigada numa função essencial do idioma, trata-se de uma função que é completamente realística, e nasce novamente; o uso do idioma como um meio simbólico de induzir a cooperação entre os seres [humanos] que, por natureza, respondem a símbolos.

[Richard Weaver] A retórica é a verdade somada a sua apresentação astuta.

[Sonja Foss, Karen Foss e Robert Trapp] Sugerem que a retórica é uma ação humana simbólica, propositiva, bem como uma perspectiva que envolve o foco no processo de simbolismo.

1. AS ORIGENS DA TRADIÇÃO DO DISCURSO ARGUMENTATIVO

“Oh tempos, oh costumes!”

M. T. CÍCERO

Desde os antigos gregos aos dias atuais, o estudo da retórica encerra uma variada gama de controvérsias e conceitos. Da *“arte de persuadir”* ensinada aos nobres - ora confundida com a própria oratória - à técnica de refletir sobre os fenômenos da natureza, a retórica já foi encarada como mero conjunto de figuras de linguagem destinada a embelezar a argumentação (seja ela escrita ou falada, ou mesmo puramente visual). Também já foi apresentada como mero recurso de charlatões e enganadores que buscavam, através dessa técnica, persuadir o ouvinte sobre a veracidade de seus argumentos, fosse para o “bem” ou para o “mal”.

Sem sombra de dúvida, a retórica se constituiu numa ferramenta bastante útil para a Política e para o Direito, ramos em que jamais perderam a sua relevância, dadas as necessidades bastante evidentes de converter o público a alguma causa específica nessas áreas. A incompreensão do seu alcance em outros usos, porém, parece ter passado despercebida por séculos.

É provável também que se deva justamente à utilidade da retórica como ferramenta para a Política que, para muitos, essa técnica tenha sido encarada como algo pejorativo no que tange ao alcance do saber e se distanciado substancialmente da esfera de interesse dos cientistas em geral.

Dentre as diversas formas de conhecimento da humanidade, a busca pela *objetividade* - que caracteriza a prática da Ciência - varreu toda a sorte de argumentos não observáveis, priorizando aqueles que fossem passíveis de maior controle. O foco da Ciência sempre se guiou na direção dos elementos que pudessem exibir algum padrão mais ou menos invariável de comportamento, a fim de se prestarem à construção de axiomas teóricos estáveis que versassem sobre os fenômenos da natureza.

Nesse sentido, é até mesmo compreensível que a arte retórica encontrasse certa dificuldade de aceitação entre os cientistas. Isso porque o discurso retórico nunca se encaixou em nenhuma dessas condições. Mesmo que, em si, sua finalidade extrapolasse a obtenção do convencimento do público, para muitos dos estudiosos desse ramo, nada pode-se dizer contra o fato de que não existe um *discurso padrão* na retórica. As técnicas utilizadas nos *discursos persuasivos* dependem de um conjunto de argumentos e estratégias variáveis que devem ser escolhidas caso a caso, dependendo do propósito do orador, do público que pretende atingir e do contexto em que se insere o discurso.

No clássico diálogo entre Górgias e Sócrates, que leva o nome da primeira personagem, escrito por Platão (2005), tem-

se a oportunidade de extrair lições importantes acerca do debate sobre o alcance da retórica ao longo dos tempos. A arte de persuadir os auditórios é anterior a Platão, é bem verdade, mas em sua época, havia alcançado notável sucesso após longa difusão promovida pelos *Sofistas* (professores particulares de retórica).

A história aponta vários motivos para a censura de Platão à retórica. Poder-se-ia enumerar desde os argumentos que se centravam na índole dos Sofistas e seu pouco caso com as suas “virtudes” e juízos de valores interesseiros, ao alcance do método em si. Para nosso propósito, buscar-se-á dirigir a discussão para o próprio método de argumentação.

Platão apresenta sua opinião sobre a retórica no diálogo *Górgias*. Num debate entre as principais personagens fica clara sua opinião. Em dado momento, a personagem de Sócrates pergunta a Górgias acerca do que consistiria a sua ocupação [a retórica]. Como ponto de partida do diálogo, Sócrates indaga acerca da definição da retórica. A seguir, Górgias, prontamente, lhe devolve afirmando ser a retórica a arte *que se ocupa dos discursos que interessam aos negócios humanos*.

Num exercício “socrático”, lançando mão de uma falsa dúvida, as indagações de Sócrates prosseguem no sentido de tentar delimitar o alcance dessa *arte*. Sócrates então questiona Górgias se outras artes (ou ciências) como a medicina e a economia [*finanças*], por exemplo, não seriam, igualmente, retóricas, uma vez que também se ocupariam de alguma espécie de *discurso*.

As personagens escolhidas por Platão não foram nada acidentais. O verdadeiro Górgias, nascido na Sicília em 427 a. C é tido por muitos como o “fundador da retórica” ainda que o amadurecimento da mesma tenha sido atingido por Aristóteles.

A personagem de Sócrates, no diálogo escrito por Platão (2005, pp. 6-7), conduz o diálogo de forma a tentar extrair

de Górgias uma melhor delimitação do alcance da retórica, objetivando estabelecer os limites dessa *arte* e tornar menos *ambígua* a resposta que Górgias deu, diante da sua indagação anterior. Numa das primeiras passagens do texto, cuja relevância exige aqui a transcrição integral, o ultimato de Sócrates:

Sócrates — Então, diz a respeito de quê. A que classe de coisas se referem os discursos de que se vale a retórica?

Górgias — Aos negócios humanos, Sócrates, e os mais importantes.

Sócrates — Mas isso, Górgias, também é ambíguo e nada preciso. Creio que já ouviste os comensais entoar nos banquetes aquela cantilena em que fazem a enumeração dos bens e dizer que o melhor bem é a saúde; o segundo, ser belo; e o terceiro, conforme se exprime o poeta da cantilena, enriquecer sem fraude.

Górgias — Já ouvi; mas, a que vem isso?

Sócrates — E que poderias ser assaltado agora mesmo pelos profissionais dessas coisas elogiadas pelo autor da cantilena, a saber, o médico, o pedótriba e o economista, e falasse em primeiro lugar o médico: Sócrates, Górgias te engana; não é sua arte que se ocupa com o melhor bem para os homens, porém a minha. E se eu lhe perguntasse: Quem és, para falares dessa maneira? Sem dúvida responderia que era médico. Queres dizer com isso que o produto de tua arte é o melhor dos bens? Como poderia, Sócrates, deixar de sê-lo, se se trata da saúde? Haverá maior bem para os homens do que a saúde? E se, depois dele, por sua vez, falasse o pedótriba: Muito me admiraria, também, Sócrates, se Górgias pudesse mostrar algum bem da sua arte maior do que eu da minha. A esse, do meu lado, eu perguntara: Quem és, homem, e com que te ocupas? Sou professor de ginástica, me diria, e minha atividade consiste em deixar os homens com o corpo belo e robusto. Depois do pedótriba, falaria o economista, quero crer, num tom depreciativo para os dois primeiros: Considera bem, Sócrates, se podes encontrar algum bem maior do que a riqueza, tanto na atividade de Górgias como na de quem quer que seja. Como! Decerto lhe perguntáramos: és fabricante de riqueza? Responderia que sim. Quem

és, então? Sou economista. E achas que para os homens o maior bem seja a riqueza? Voltaríamos a falar-lhe. Como não! me responderia. No entanto, lhe diríamos, o nosso Górgias sustenta que a arte dele produz um bem muito mais importante do que a tua. E fora de dúvida que, a seguir, ele me perguntaria: Que espécie de bem é esse? Górgias que o diga. Ora bem, Górgias; imagina que tanto ele como eu te formulamos essa pergunta, e responde-nos em que consiste o que dizes ser para os homens o maior bem de que sejas o autor.

Górgias — Que é, de fato, o maior bem, Sócrates, e a causa não apenas de deixar livres os homens em suas próprias pessoas, como também de torná-los aptos para dominar os outros em suas respectivas cidades.

Sócrates — Que queres dizer com isso?

Górgias — O fato de, por meio da palavra, poder convencer os juizes no tribunal, os senadores no conselho e os cidadãos nas assembleias ou em toda e qualquer reunião política. Com semelhante poder, farás do médico teu escravo, e do pedótriba teu escravo, tornando-se manifesto que o tal economista não acumula riqueza para si próprio, mas para ti, que sabes. (PLATÃO, 2005, pp. 6-7)

Mas esse mesmo Sócrates, do diálogo ainda não se deu por satisfeito e continuou a indagar Górgias, em busca de algo mais preciso. Argumentando, por sua vez, que tanto o conhecimento como as crenças (que seriam coisas completamente diferentes, sendo o primeiro uma expressão mais “correta” da natureza dos fenômenos) apresentavam em suas origens alguma espécie de processo de *persuasão*, a personagem de Sócrates inquiriu Górgias sobre a natureza dos discursos persuasivos. Isto é, Sócrates desejava saber se estariam eles baseados na difusão do conhecimento ou se nas crenças difundidas. A isso Górgias respondeu categoricamente: “**nas crenças**”.

O diálogo prosseguiu ainda na direção de questões de natureza mais controversa, explorando a finalidade do discurso retórico (visivelmente, a persuasão

do público) e seu uso para *questões justas e injustas*. Mas a última resposta de Górgias, apresentada no parágrafo anterior, serve bem para demonstrar a intenção de Platão, colocando nas palavras de sua personagem algo que o próprio autor intencionava dizer diretamente: que a retórica não provinha do conhecimento verdadeiro. Esse ponto é que vale ser destacado.²

A partir do reconhecimento de que a retórica está associada à persuasão – deixando outras questões de lado, por agora – e que esta não precisa estar embasada no conhecimento e sim *na crença*, o diálogo travado entre as personagens de Górgias e Sócrates serve a muitos fins. Primeiramente, pode-se dizer, como o fez Platão, que, através da retórica, indivíduos pouco

² Foi no mesmo sentido com o qual Platão colocou de um lado o *conhecimento difundido* e, de outro, as *crenças* que Kant, vários séculos depois, mais especificamente, no século XVIII, estabeleceu também um paralelo entre a convicção e a persuasão: “*If a judgement is valid for every rational being, then its ground is objectively sufficient, and it is termed a conviction. If, on the other hand, it has its ground in the particular character of the subject, it is termed a persuasion. Persuasion is a mere illusion, the ground of the judgement, which lies solely in the subject, being regarded as objective. Hence a judgement of this kind has only private validity- is only valid for the individual who judges and the holding of a thing to be true in this way cannot be communicated. But truth depends upon agreement with the object, and consequently the judgements of all understandings, if true, must be in agreement with each other (consentientia unitertio consentiunt inter se). Conviction may, therefore, be distinguished, from an external point of view, from persuasion, by the possibility of communicating it and by showing its validity for the reason of every man; for in this case the presumption, at least, arises that the agreement of all judgements with each other, in spite of the different characters of individuals, rests upon the common ground of the agreement of each with the object, and thus the correctness of the judgement is established. (...) I can only maintain, that is, affirm as necessarily valid for every one, that which produces conviction. Persuasion I may keep for myself, if it is agreeable to me; but I cannot, and ought not, to attempt to impose it as binding upon others.*” (KANT, 2006, p. 682)

versados sobre os mais variados campos de conhecimento podem superar os *entendidos* nesses assuntos, diante do público, e lograr convencê-lo de suas idéias.

Assim, o conhecimento, que seria superior às crenças, poderia perder espaço para essas últimas dependendo da ocasião e da vitória de um discurso baseado nas mesmas. Em segundo lugar, não há erro em admitir também que isso abriria espaço para que oradores *mal intencionados* pudessem levar uma mensagem falsa adiante e, daí, a retórica ser uma *arma* a serviço da enganação.

Mas, se fosse encarada como uma *arma*, é bem verdade que a discussão devesse ainda ser dirigida no sentido de discutir se o triunfo do conhecimento estaria garantido com a extirpação desse instrumento do convívio dos filósofos. Armas podem ser bem ou mal utilizadas, é verdade, mas a responsabilidade pelo seu uso deve repousar no seu portador e não no instrumento!

Assim como observam Eire (2001) e Vallejo (2001), a retórica estava bastante associada com a política, com a arte de discursar com eloquência diante das multidões, na época em que Platão e Aristóteles escreviam seus clássicos trabalhos nesse campo da filosofia (*Górgias* e *Retórica*, respectivamente). Isso também fez com que, inclusive, retórica e oratória fossem considerados sinônimos, por muito tempo. O uso da retórica na Assembléia grega, com finalidade política (campo que, costumeiramente, se preocupa mais com a difusão da crença do que do conhecimento) provavelmente contribuiu para levar Platão a uma reflexão crítica do papel da retórica.

La crítica de Platón a la retórica se aparta, por consiguiente, del punto de vista realista de que el valor de una política haya de juzgarse por el criterio del poder y los logros alcanzados. Cuando enjuicia en el Gorgias la Atenas de Pericles y de los grandes estadistas que le habían precedido, Platón no la

juzga, por consiguiente, desde la óptica de sus logros materiales: ellos fueron capaces como "criados y servidores de las pasiones" pero, independientemente de ello, desconocían, a su juicio, cualquier principio que fuera "noble y bueno" (518c3-4). Ese estado retórico hasta la médula, a pesar del poder conseguido, fracasó porque no se propuso la auténtica tarea del verdadero estadista que consiste en curar a un pueblo enfermo, "modificando sus pasiones y no confiándose a ellas" y "en persuadir y obligar a los ciudadanos a dirigirse por el camino que les permita hacerse mejores" (VALLEJO, 2001, p. 4)

Platão também se preocupou em demasia com a necessidade de uma definição acabada do que viria a ser a retórica e, não a encontrando clara (a não ser pela sua associação com a *persuasão*) alimentou alguns preconceitos.

Em Aristóteles, por outro lado, nota-se maior preocupação em demarcar os limites e o alcance da *Arte* retórica na obra que leva esse mesmo nome ao estabelecer as bases para o uso e a compreensão dessa *arte*.

Associando a retórica a um saber prático, ou *técnica*, que se diferenciaria de muitas *ciências* e mesmo de outras *artes* por não se concentrar em algum objeto em si, Aristóteles disse que a retórica seria “ *a faculdade de ver teoricamente o que, em cada caso, pode ser capaz de gerar a persuasão (...) descobrir o que é próprio para persuadir. Por isso (...) ela não aplica suas regras a um gênero próprio e determinado*” (Aristóteles, 2005, p. 33). Para esse autor, a retórica se utilizaria de figuras de linguagem como recurso para a conquista do público (o uso das metáforas, por exemplo, foi tratado formalmente nessa obra).

Apontando para todo esse conjunto de regras, explicitamente, Aristóteles demarcou os elementos principais do discurso persuasivo dividindo-os em três gêneros: o *deliberativo*, o *demonstrativo* e o

judiciário, os quais teriam finalidades diferentes. Assim sendo, seriam variados os tipos de argumentos válidos para a conversação e também as reações esperadas dos ouvintes e os efeitos despertados nestes. Nessa clássica obra de Aristóteles sobre a retórica, o autor apresentou uma longa discussão destinada a demonstrar os meios de se provar uma tese, as ocasiões e os objetos que deveriam ser reunidos, a forma de apresentá-los ao público etc.

Esse esforço, em grande parte baseado nas experiências, deve ser associado à tentativa de erigir daí um método de investigação menos questionável – dir-se-ia mesmo, dotado de alguma *lógica* formal - na medida em que demonstrou, claramente, o desejo de estabelecer e/ou identificar um ou mais padrões de argumentação bem sucedido(s) destinado(s) a persuadir um determinado auditório.

A sistematização de regras do discurso, observando ao mesmo tempo as interações necessárias aos três elementos envolvidos: o *orador*, o *ouvinte* e o *objeto* do discurso, teve por finalidade dar consistência a essa técnica, inserindo-a no campo das *Artes*. Esse era, sem dúvida, o objetivo de Aristóteles no seu tratado sobre a arte retórica e a arte poética: retirar das sombras essa parte da dialética - como o autor considerava a retórica - neutralizando, de certo modo, algumas acusações como as de Platão, sobre o alcance do discurso persuasivo.

Poder-se-ia objetar que o uso injusto de semelhante faculdade da palavra é capaz de causar graves danos; mas este inconveniente, com exceção da virtude, é comum a todos os bens, e particularmente aos mais úteis, por exemplo, a força, a saúde, a riqueza, a arte militar. Um uso justo desses bens permite auferir deles grande proveito. (Aristóteles, 2005, p. 31).

Ainda assim, à maneira como a personagem Sócrates do diálogo com Górgias, escrito por Platão, essa demarcação realizada por Aristóteles impediria

classificar a retórica como mera *rotina*.³ Isso poderia ser verdadeiro se imaginássemos que, a partir do conjunto de regras abordadas por Aristóteles, qualquer indivíduo pudesse proceder mecanicamente, tomando-as como um guia para a realização de discursos destinados ao arrebatamento do público.

No entanto, fica claro que os conjuntos de variáveis circunscritas tanto na esfera do orador, quanto na do público e na do objeto do discurso – que se constituem no cerne da prática persuasiva - são complexos e exigem habilidades que superam, em muito, as necessárias para a realização de outras tarefas, também classificadas como *rotinas* por Platão (como a irônica passagem em este iguala a retórica à *culinária*, em *Górgias*).

Não raro, pôde-se observar que a identificação com a *persuasão* tenha servido tanto para a aceitação como para a rejeição da retórica enquanto método. Isso porque, como observa Vallejo (2001), a persuasão foi vista por uns como uma iluminação dos espíritos enquanto que, para outros, não passava de mera falácia.

Por un lado, encontramos textos en los que la persuasión aparece revestida con la dignidad de una diosa.⁴ Por otro lado, incluso en estos mismos textos no es extraño que se le califique abiertamente como “mentirosa”⁵ y que se diga de ella que es “la hija del error” a cuya fuerza no podemos resistirnos.⁶ ¿De dónde deriva esta ambigüedad que experimentaban los griegos ante la persuasión y, por tanto, también ante la retórica que aparece tan esencialmente ligada a ella? Hay que decir, en primer lugar, que la persuasión

³ Como o fez Platão, em *Górgias*. Obs: “Rotina” como sendo mero conjunto de procedimentos mecânicos

⁴ Cf. por ex., Hesíodo, *Op.* 73; *Th.* 349; Esquilo, *Eum.* 885. IN: Vallejo (2001)

⁵ Cf. Esquilo, *Coéforas*, .726. IN: Vallejo (2001)

⁶ Cf. Esquilo, *Agamenón*, 385-6. IN: Vallejo (2001)

es obra del discurso y que éste, concebido como *lógos*, es la expresión verbal de la racionalidad humana. Esto explica la existencia de muchos textos en los que la persuasión aparece en contraposición a la violencia y a la coacción exterior características de aquellas acciones en las que el sujeto se ha visto obligado a hacer algo en contra de su voluntad. En la medida en que la persuasión va asociada al discurso racional es interpretada como aquel factor civilizador que consigue elevar al hombre por encima de un estado salvaje en el que imperan sólo la violencia y la barbarie.⁷ (VALLEJO, 2001, p.1)

Mas a persuasão não pode, de modo algum, ser reduzida a um sinônimo de *enganação*. *Persuadir é convencer*.⁸ Se, em campos como a política e a segurança, as teses que se pretende difundir podem, em muitos casos, buscar tirar vantagem do público ignorante, na ciência, não costuma ser essa a motivação do pesquisador individual ou mesmo de um grupo de pesquisadores. Ainda que não se possam excluir os desejos particulares de notoriedade na academia e, por vezes, de ganhos financeiros advindos do triunfo de uma pesquisa, em geral, podemos assumir [não nos isentando das críticas dos contrários] que as preocupações da pesquisa científica vão em *busca* de uma verdade.

Não se quer dizer aqui que isso *realmente* ocorra (isto é, que a pesquisa científica caminha em direção à verdade), mas que o pesquisador, na maioria das vezes, *acredita* nisso. Assim, sua tentativa de convencer o auditório de que seu trabalho *espelha a natureza* não pode ser encarada da mesma forma que os discursos políticos diante da Assembléia. As motivações desses dois tipos de oradores são diferentes.⁹

⁷ Cf. Sócrates, *Antidosis*, 254. IN: Vallejo (2001)

⁸ Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.31) sugerem sutis diferenças entre esses dois termos (persuasão e convencimento). No entanto, para o autor desse trabalho, essas diferenças não invalidam essa afirmação.

Havia-se deixado, até aqui, de lado um ponto importante sobre o escopo da *arte* retórica. Por vezes, a retórica foi e ainda é apresentada como *a arte de proferir discursos eloqüentes*. De fato, muitos são os que associam uma boa retórica a um discurso bem elaborado, destacado por diversos recursos de linguagem, enfim, ornamentado.

Essa definição guarda correspondência com os primeiros discursos dos Sofistas – portanto, anteriores ao aparecimento do tratado de Aristóteles sobre

⁹ As práticas científicas desonestas, quando desmascaradas, costumam ser severamente punidas pela Academia, com o desprezo de seus pares (o que nem sempre ocorre com a política, por exemplo). Mire-se nos exemplos, elencados por SCLIAR (2006), do médico alemão Phillipus Theophrastus Bombastus von Hohenheim, conhecido como Paracelso (1493-1541) que se dizia capaz de fabricar um ser humano em miniatura a partir do esperma; do imunologista William T. Summerlin, do Instituto Sloan-Kettering, que se dizia, já em 1974, capaz de transplantar vários órgãos – inclusive entre espécies diferentes – e que apresentava como prova um rato branco, com um fragmento da pele em outra cor (que depois se descobriu tratar de uma fraude grosseira, cuja pele de tonalidade negra houvera resultado da aplicação de tinta de caneta hidrográfica aplicada pelo próprio cientista.

SCLIAR (2006) ainda aponta o caso do físico Alan Sokal, esse sim já bastante difundido, que por meio de uma linguagem complexa conseguiu enganar os pareceristas da prestigiada revista “*Social Text*” e emplacar a publicação do seu artigo “Transgredindo as Fronteiras: Para uma Hermenêutica Transformadora da Gravidade Quântica”, um artigo que consistia num emaranhado de idéias sem nexos que afrontavam a tradição da Física aceita, e que consistia numa espécie de escárnio para com o método das ciências sociais. SCLIAR (2006)

Recentemente, foi reportado na imprensa que o sociólogo Harry Collins, da Universidade de Cardiff (Reino Unido) numa atitude muito assemelhada a de Sokal, mas com intenção exatamente oposta, passou-se por um Físico, especialista em ondas gravitacionais e escreveu um artigo sobre o assunto. Quando submetido à análise de um grupo de físicos [então, pareceristas] o referido artigo passou pelo crivo desses últimos como se fosse fruto de um especialista na área. COLLINS (2006)

a retórica – mas que atingiu destaque e refinamento com a obra de Isócrates (436-338 a.C), hábil e longevo retor, que se destacou pelo seu programa de ensino baseado nas artes humanas, predominantemente literárias (o *Paideia*).

Isócrates se destacou por atacar tanto os que praticavam e ensinavam a *dialética erística* (aqueles que se propunham às disputas, a partir de posições antagônicas de mundo, objetivando chegar a uma pretensão de descoberta, a qual refletiria as formas particulares da leitura da natureza e/ou que fossem capazes de chegar a uma verdade) quanto os *Sofistas*, que ensinavam a arte dos discursos políticos aos nobres.

Isócrates não acreditava que, da *dialética erística*, pudesse emergir um conhecimento diferente dos demais, ou que o simples fato de se arrebataram o maior número possível de seguidores fosse um medidor da correção de um dado conhecimento. Tampouco, poder-se-ia fazer qualquer juízo positivo da *arte* dos Sofistas de ensinar discursos políticos mecanicamente, já que as condições para a descoberta da *Verdade* jamais teriam ali algum papel a desempenhar. (GILL. 1994)¹⁰

¹⁰ Há quem atribua aos sofistas a origem da má reputação da Retórica. Alguns historiadores especulam que o fato de serem os sofistas professores itinerantes da arte de convencer, sustentar opiniões em público – conhecimento apreciado pelos gregos da antiguidade – servindo-se de técnicas de argumentação baseadas em figuras de linguagem e ornamentação do discurso, absolutamente despreocupadas com a questão da Verdade - cobrando por esses serviços [algo que não era bem visto por Sócrates, por exemplo] - está na origem das críticas que Platão e Isócrates desferiram contra esse grupo de estudiosos. Dobranszky (2005) afirma que a prática da cobrança pelo ensino da Retórica surge com o sofista Protágoras de Abdera (n. 486 a.C.). Um trecho da obra “*Contra os sofistas*” de Isócrates sustenta ainda essa impressão “*Se eles vendessem um ou outro objeto a um preço muito inferior ao seu valor, não contestariam; e quando eles vendem a virtude e a felicidade a tão baixos preços, pretendem ser inteligentes e tornar-se professores dos outros. Segundo eles, não precisam de bens materiais*”.

Tanto a virtude como a sabedoria não poderiam ser atingidas apenas com o ensino da retórica, para Isócrates. O ensino da *eloquência* poderia facilitar a apreensão desses valores, mas a conquista dos mesmos ainda dependeria de certas aptidões anteriores adquiridas pelo orador. É por isso que o programa de ensino desenvolvido por esse autor também englobava conhecimentos oriundos de outras áreas.

Por acreditar que a *eloquência* era fundamental para arrebataram o público, ao fazer os argumentos parecerem melhores que de fato o eram, Isócrates desenvolveu técnicas que partiam do “*floreamento*” do discurso, com o uso de *figuras de linguagem* que o auxiliavam a confeccionar excelentes textos. Isócrates, muitas vezes, se valia também da técnica da *ampliação* – que consistia em aumentar as sentenças pelo uso de sinônimos e antônimos para dizer o mesmo que pudera ser dito com palavras mais simples, num texto mais enxuto, a fim de apresentar a mesma idéia duas ou mais vezes. (CONLEY, 1994, pp. 17-18)

Uma marca distintiva da retórica na visão de Isócrates em *Contra os sofistas* era que, ao mesmo tempo em que apresentava a retórica como um meio de se *vencer um debate*, independente da causa em questão ser ou não *justa*, o autor também destacava ser mais fácil obter bons resultados em causas justas. Assim sendo, poder-se-ia concluir - sem nenhuma contradição - que, independente de se partir ou de objetivar a *Verdade*, de fato ter-se-ia um caminho menos árduo para a persuasão do público, com respeito a um determinado ponto de vista, caso o orador estivesse ao lado da Verdade. Hoje, certamente, essa visão seria considerada bastante ingênua.

Como observou GILL (1994, pp.48-50), Isócrates afirmava que os avanços da humanidade poderiam estar também associados à forma de expressão e a

Em Aristóteles, parece bem claro, todavia, que o próprio método sofista de ensinar a arte da persuasão é que é atacado.

linguagem. GILL, *ibid*, estabeleceu um paralelo entre os pontos de vista de Isócrates e de Platão a respeito do potencial do uso da retórica como técnica de persuasão.

Para isso, GILL, *ibid*, argumentou que os ataques empreendidos por Platão à persuasão estariam baseados numa visão particular desse autor do “potencial para o mal” encerrado na prática da retórica. Paralelamente, a autora demonstrou que a defesa de Isócrates da *eloquência* (e do seu uso para persuadir e exprimir os desejos e os pensamentos do ser humano, positivamente) consistia num outro tipo de percepção que via na retórica um “potencial para o bem”, baseando inclusive muitos dos feitos deste em sociedade.¹¹

Mas, ao mesmo tempo, cabe notar, não deixa de ser ingênua a visão de Isócrates sobre alguns aspectos a que se poderia levar o ensino da *eloquência* – e também, do que se pode inferir a respeito do iniciado nessa arte - com respeito a alguns dos valores anteriormente mencionados.

For this it is which has laid down laws concerning things just and unjust, and things honorable and base; and if it were not for these ordinances we should not be able to live with one another. It is by this also that we confute the bad and extol the good. Through this we educate the ignorant and appraise the wise; for the power to speak well is taken as the surest index of a sound understanding, and discourse which is true and lawful and just is the outward image of a good and faithful soul. ISÓCRATES (1954, p.57) In: GILL (1994, p. 50)

A *eloquência*, por fim, considerada como uma das partes da retórica ganhou grande

¹¹ “(...) because there has been implanted in us the power to persuade each other and to make clear to each other whatever we desire, not only have we escaped cities and made laws and invented arts; and , generally speaking, there is no institution devised by man which the power of speech has not helped us to establish.” ISÓCRATES , *Antidosis*. Trans. George Norlin. Loeb Classical Library (Cambridge: Harvard, UP, 1954) pp. 253-57. In: GILL (1994, p. 50)

visibilidade também devido a Marco Túlio Cícero (106 a. C – 43 a. C), através de seus habilidosos discursos no Senado Romano (onde as Catilinárias se inscrevem entre os melhores exemplos desses pronunciamentos) e também diante das multidões. Para o auditório universal, essa arte de convencer derivada da eloquência ganhou com este autor maior visibilidade. Para o público sempre foi difícil distinguir entre a forma e o conteúdo desses discursos e é surpreendente que, ainda hoje, no século XXI, seja essa parte da retórica tomada pela arte em si em muitas ocasiões.

Gill (1994, p. 41) e CONLEY (1994, pp. 29-30) atribuíram às conquistas de Alexandre [o Grande] e seus sucessores e a conseqüente difusão do modelo de educação e de sociedade gregas a extensos territórios conquistados (praticamente todo o mundo então conhecido) a causa da difusão da retórica pelo mundo.

Esse programa de educação grega, que acabou se adaptando aos conhecimentos das civilizações conquistadas e que mais tarde seria difundido também pelos romanos, contemplava estudos de Gramática, retórica, Lógica, Aritmética, Geometria, Música e Astronomia.

A autora se inscreve ainda entre os que atribuem à cultura romana, de certa forma, a maior responsabilidade pela difusão da retórica pelo mundo, mas com algumas adaptações, onde a *arte* retórica era vista como um misto de invenção, disposição, elocução, descoberta e memória. Esse programa ampliado, conhecido como *Enkyklios Paideia*, influenciou gerações de estudantes europeus durante a Idade Média e o Renascimento.

Durante os séculos que se seguiram às contribuições dos gregos antigos e dos romanos, a retórica recebeu ainda outras contribuições. Mas, o que se assistiu ao longo desses anos, foram ciclos de afastamento e de renascimento da *arte da persuasão* para, por fim, esta arte de deliberar ser progressivamente esquecida, a partir do século XVII, em favor do *método cartesiano* e suas *longas cadeias de razão*.

A epistemologia kantiana e seu primado pela busca da certeza procurou suprir a filosofia, a seu modo, das respostas há muito procuradas sobre como se apreende o conhecimento. Nossas mentes passaram a ser senhoras das decisões, fontes primárias do

conhecimento. A partir de uma espécie de deus interior que, através de processos puramente *a priori*, sobre quase tudo era capaz de julgar, observar e entender a realidade e os objetos que a compunham, estabeleceu-se um método *racional* de desvendar as verdades objetivas do mundo.

A filosofia moderna cambiou para, ao invés de se perguntar a respeito de como era o mundo (objeto da filosofia antiga) passar a inquirir como o ser humano aprendia sobre ele. A filosofia se converteu numa teoria do conhecimento e, a partir daí, tratou-se de descobrir um modelo de aprendizado centrado nas interações do sujeito (e mais especificamente, da mente) com o mundo exterior. O que passou a ser relevante para a filosofia foi descobrir os passos que levavam à apreensão do conhecimento.

Mas, no século XX, as críticas a essa visão sobre a forma de se obter o conhecimento, *excentricidades* outrora, passaram a ser reavaliadas e a perda de espaço do projeto epistemológico kantiano se deu a partir de vários ataques e/ou reformulações dessas idéias, por filósofos contemporâneos.

O giro ou virada lingüística (*linguistic turn*) foi marcado por diversas contribuições em diferentes *fronts* e uma síntese elaborada por GHIRALDELLI (2007a, p. 1) e (2007b, p.1) pode ser bastante útil para estabelecer um paralelo com respeito a algumas importantes contribuições.

Ludwig Wittgenstein (1889-1951): Sugeriu que o núcleo da garantia da noção tradicional da consciência era algo como uma “linguagem privada”, mas esta, de fato, não poderia existir; pois uma linguagem privada não seria uma linguagem uma vez que a única linguagem possível é a social, e nosso próprio pensamento é a linguagem social ou uma estrutura muito semelhante a ela.

Willard Van O. Quine (1908-2000): Na trilha de John Dewey (1859-1952) e Wittgenstein, afirmou que a “mente” não seria capaz de ter o que atribuíam a ela como seu núcleo duro, os significados – os substitutos, na filosofia contemporânea, das “essências” aristotélicas.

Martin Heidegger (1889-1976): Afirmou que a acoplagem entre “homem” e “sujeito” não era legítima. “Sujeito” viria da noção de

substrato, do que é que sustenta e/ou recebe e/ou põe o objeto. A doutrina do Humanismo, que teria imperado na modernidade, ao fazer do homem o substrato de tudo, fez tudo se transformar em objeto – o que é posto e, no limite, então, manipulado pelo homem.

William James (1842-1910): Argumentou que “o verdadeiro” (...) é apenas o expediente no modo do nosso pensamento, exatamente como ‘o certo’ é apenas o expediente no modo de nosso comportamento”.¹² Ou seja, quando o comportamento de alguém merece aprovação, o expediente que usamos é “certo”, isto é, o que é conveniente dizer é “certo”; quando alguém pensa (ou diz) algo que merece concordância, o expediente que usamos é “verdadeiro”, isto é, o que é conveniente dizer é “verdadeiro”. O termo “verdadeiro” fica equivalente ao termo “certo”, e serve para que nossa comunicação se efetive.

Os frankfurtianos (Início do século XX): Evocaram Marx e Freud para dizerem que o sujeito em nossa sociedade moderna é em verdade o objeto; ou seja, por questões econômicas e libidinais, estaríamos em uma sociedade onde o que é vivo se transforma no que é morto e vice-versa.

Rorty: Em um estágio bastante desenvolvido do cruzamento americano entre pragmatismo e filosofia analítica, passou a pensar na linguagem como “instrumento” natural de seres naturais para lidar com o mundo Rorty, a seu modo, reconheceu a contribuição de Adorno e Horkheimer [frankfurtianos] a respeito da idéia de que muito da filosofia iluminista “continha as sementes de sua própria destruição” e, inclusive, avalia que Dewey também teria concordado com tal *insight* frankfurtiano.¹²¹ Todavia, programaticamente, Rorty se colocou no trabalho de retirar da maquinaria iluminista suas peças racionalistas, que ele tomou com os elementos causadores dos principais problemas denunciados por Adorno e Horkheimer, de modo a preservar o liberalismo interno ao Iluminismo.

¹² JAMES, W. *Pragmatist's conception of truth*. In: Lynch, M. P. *The nature of truth*. Cambridge: The MIT Press, 2001.

Ao lado desses autores, GHIRALDELLI (2007a, p. 1) não se esquece ainda das contribuições de George Moore (1873-1958) e Bertrand Russell (1872-1970), bem como dos “positivistas lógicos” do chamado Círculo de Viena, que também pregavam o distanciamento de todo e qualquer “psicologismo”.

A síntese poderia abarcar ainda Dewey, Habermas e outros. Como esses últimos ainda serão chamados ao debate no decorrer desta tese, apresentou-se aqui apenas alguns extratos das críticas da teoria do conhecimento para atribuir-lhes a responsabilidade pela abertura de um espaço para a visão pragmática de mundo.

Gala, Fernández e Rego (2004, p.4), por exemplo, se debruçaram na obra de Quine afirmando que a mesma se constituiria no “*marco divisorio entre o período do auge do empirismo lógico na tradição de Carnap e do “Círculo de Viena” e a recuperação do pragmatismo*” através de uma reformulação do empirismo, onde o papel da linguagem foi recobrando a sua importância.

Sem dúvida, os trabalhos “pioneiros” dos pragmátistas Charles Peirce e William James, o modelo lingüístico de Wittgenstein, os escritos de Dewey, Heidegger, Habermas, e, posteriormente, Rorty, entre outros, contribuíram, cada um a seu modo, para a crítica da teoria do conhecimento tradicional e para o questionamento do sistema de verdades objetivas. Além disso, recuperaram o papel da linguagem no processo de busca e aquisição do conhecimento, bem como de sua justificação e difusão, num verdadeiro “giro” lingüístico.¹³

Dewey é apresentado por Rorty (1994) como um dos principais artífices dessa corrente que tomou força no século XX e, em conjunto com os trabalhos de Wittgenstein e Heidegger, o inspirou na difusão do *relativismo* - que tem em Rorty

¹³ Como percebem Araújo (2003) e Gala, Fernandes e Rego (2004) entre outros.

um de seus mais ativos expoentes. Como se defenderá aqui, as contribuições do pragmatismo foram fundamentais para o regate da retórica.¹⁴

Em *a filosofia e o espelho da natureza*, Rorty (1994) ataca a idéia de que a mente humana seja capaz de apreender e, ao mesmo tempo, ter certeza sobre os elementos do mundo real. De fato, essa preocupação para com a obtenção de certezas não se configura em objeto legítimo para os behavioristas – corrente com a qual Rorty se identifica no seu livro. Isso significa, entre outras coisas, que o raciocínio baseado na razão pura pode ser criticado na sua raiz.

As preocupações em relação com a forma como adquirimos o conhecimento, com o sentido dos empreendimentos humanos que caminham nessa direção, através da tentativa de descobrir as pontes que ligam a mente ao mundo exterior, não fariam sentido nesse programa de pesquisas e deveriam ser desviadas para o “verdadeiro” problema filosófico: investigar a maneira como o homem *acredita* possuir e justificar a aquisição do conhecimento.

Isto é, explorando um pouco esse raciocínio, pode-se declarar que o empirismo, tido por muitos como a base para o conhecimento, pode ser tão falho quanto qualquer outro método destinado a conhecer as leis que governam “o mundo real”. Nesse processo, a linguagem não poderia vir a ser de forma alguma uma representação desse mundo real. O conhecimento obtido da observação direta da natureza tem a mesma origem na interpretação particular de mundo do que aquilo que se apreende de outras fontes - como aquele conhecimento obtido pela cultura dos povos, pelos livros, pela introspecção etc. Não se vê o “real”; simplesmente interpreta-se os objetos.

¹⁴ Conforme admitido pelo próprio Rorty (1994) no prefácio do seu livro “*A filosofia e o espelho da natureza*”

Ao tornar relativa a noção de verdade, no sentido de “certeza” (tornando ilegítima a linha que separa o que é falso do que é verdadeiro) e de objetividade, Rorty (1994) também abriu espaço para uma série de outras questões importantes. Entre elas, podem-se citar as críticas quanto à certeza dos fatos e do sentido dos mesmos, bem como quanto a importância dos dados empíricos para que se verifiquem ou se falsifiquem teorias.

A importância da linguagem assumiu em Rorty grande magnitude, a partir do momento em que este disse que era através de elementos dela que o ser humano convencia os demais sobre a validade de uma teoria. Os elementos do mundo exterior à mente não são suficientes, pois, para esse fim.

Os estudos no campo da retórica avançaram desde os gregos e agora se pode dizer - com o testemunho do tempo - que, nem as conclusões das personagens de Sócrates e Górgias do diálogo de Platão, acerca das diferenças significativas entre o conhecimento e as crenças e, tampouco as considerações com respeito a limitação do uso da retórica encontram um porto seguro nos escritos atuais na área da filosofia da ciência. Mas há questões que permanecem nas sombras: a retórica leva à *Verdade*? Precisa dessa última para dar início ao discurso? Seria legítima como método científico? A ciência precisa da persuasão?

Schopenhauer (1997, pp.96-97), seguramente daria um “não” como resposta às duas primeiras perguntas, ao menos. Isso porque a “verdade objetiva” e a sua validade na aprovação dos litigantes e ouvintes são encaradas por este autor como “completamente distintas”.

O motivo dessa distinção seria, segundo Schopenhauer, *ibid*, derivado da “perversidade *natural* do ser humano” e da “ vaidade congênita” que o tornaria resistente à aceitação da negativa de uma tese inicialmente sustentada em favor de outra defendida por um oponente. Isso porque que

tal fato poderia atestar a inferioridade intelectual do proponente de uma tese diante do triunfo de um “adversário”. Assim, concluía que “o interesse pela verdade, que na maior parte dos casos deveria ser o único motivo para sustentar o que foi afirmado como verdade, cede por completo o passo ao interesse da vaidade. O verdadeiro tem que parecer falso e o falso, verdadeiro.” (Schopenhauer, 1997, p. 97)

Por tudo isso, há que se esclarecer que recortamos do passado apenas a *técnica* de Aristóteles (2005) ou o estudo detalhado e categorizado da *arte retórica* para uma única finalidade: *a de se obter a persuasão dos auditórios*. É isso que torna coerente o conjunto de trabalhos que apresentam a “Nova retórica” de Perelman com os textos sobre a retórica da economia (com Deirdre McCloskey em primeiro plano como marco analítico).

Notadamente, muitos pontos apresentados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) convergem para a análise dos discursos retóricos de Aristóteles. Seja no reconhecimento dos tipos de discursos e da maneira como esses devem se adaptar aos auditórios diversos; sejam nas partes em que se subdividem esses discursos e, como eles devem ser estruturados para se obter a adesão dos ouvintes nas mais variadas circunstâncias, como também nos estratégias adotados ao longo de cada uma dessas partes do discurso (e em um sem número de ocasiões quando se almejar obter uma pretensa prova da verdade de uma tese) reconhecem-se pontos comuns entre a *Nova retórica* de Perelman e a *Arte retórica* de Aristóteles.

2. A RETÓRICA RECOBRA O SEU PAPEL

2.1. A nova retórica: Perelman e o resgate da *tradição* aristotélica

Ao prefaciá-la obra “*Tratado da Argumentação: a Nova retórica*”, de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005), Michel Meyer ligou essa obra com a doutrina da *Escola de Bruxelas*, cujos principais representantes seriam, na sua opinião, Dupréel e Perelman.¹⁵ Os seguidores dessa escola voltaram-se contra o que Meyer chamou de “essência do pensamento”, claramente simbolizada pelo racionalismo cartesiano. Clamando por um espaço a ser ocupado pela retórica “*onde a renúncia ao fundamento, tal como concebeu a tradição [cartesiana], não se identificará, forçosamente à desrazão*”; proclama-se, a seguir:

A Nova retórica é, então, o “discurso do método” de uma racionalidade que já não pode evitar os debates e deve, portanto, tratá-los e analisar os argumentos que governam as decisões. Já não se trata de privilegiar a univocidade da linguagem, a unicidade *a priori* da tese válida, mas sim de aceitar o pluralismo, tanto nos valores morais como nas opiniões. A abertura para o múltiplo e o não-coercitivo torna-se, então, a palavra-mestra da racionalidade. (Meyer In: PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 20)

A Nova retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca é um claro resgate da arte retórica de Aristóteles e uma ruptura com os ditames da razão pura. Nessa obra, encontra-se um verdadeiro tratado sobre a arte de persuadir e convencer através do discurso. Mas, além disso, centrando-se em muitas questões anteriormente levantadas por Aristóteles, pode-se vislumbrar também um esforço para a compreensão da problemática filosófica contemporânea e para rever o

¹⁵ Talvez por modéstia, Meyer, reconhecidamente outro dos grandes líderes desse grupo, não se auto-intitula como um membro de tal relevância, nesse prefácio. Todavia, é outro dos grandes nomes que encabeçam essa tradição.

caminho traçado pela teoria do conhecimento desde Descartes.¹⁶

A mudança de foco do “certo” para o “verossímil” e a crítica do papel da “evidência” empírica como característica da *razão* – que data de Bacon, mas que atinge o *status* de “prova” da “verdade” a partir da difusão da filosofia de Descartes e Kant - abrem caminho para a Teoria da Argumentação que, assim como a retórica antiga, teria preocupação com o auditório e com a estrutura da argumentação perante este.

O *Tratado* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) principia apresentando os “âmbitos da argumentação” e toda a relação necessária entre o orador e seu auditório no sentido de promover o “contato dos espíritos”. Nessa relação, o conhecimento do auditório é fundamental para o sucesso do discurso persuasivo. É nessa parte do trabalho, também, que os autores fixam as diferenças entre o seu conceito de *persuasão* (que estaria ligado a conquista de um auditório particular) do *convencimento* (que se refere a um auditório universal).

Logo a seguir, na segunda parte do *Tratado*, Perelman e Olbrechts-Tyteca, *ibid*, apresentam “O ponto de partida da argumentação”. Nesse momento, explicam que o objetivo fundamental e também o

¹⁶ É bastante convidativa a leitura da introdução do *Tratado*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Na forma de um típico *exórdio* aristotélico, apresenta-se a tese que será atacada ao mesmo tempo em que se elogia a utilidade metodológica da *lógica formal*, por um determinado período de tempo (não se deixando de observar que, embora tenha trazido avanços, ao mesmo tempo limitou o alcance da filosofia), clamando-se por uma revisão do método. *Exemplifica-se* por meio de referências à Igreja, a importância e a utilidade do conhecimento e condicionamento dos auditórios, como base para o sucesso de uma argumentação persuasiva; faz-se um apelo pela discussão/questionamento dos métodos baseados na filosofia de Descartes, não se furtando, inclusive, da utilização de argumentos de autoridades como Pascal e Whately etc.

ponto de partida do discurso persuasivo é buscar o *acordo* do auditório com relação às teses apresentadas pelo orador. A discussão da importância das premissas no processo persuasivo, tão explorada na *Arte retórica* de Aristóteles é retomada.

No mesmo sentido em que é apresentada no clássico grego, a discussão acerca do processo de *escolha* das premissas é caracterizado como parte integrante do processo argumentativo “*uma preparação para o raciocínio que, mais do que uma introdução dos elementos, já constitui um primeiro passo para a sua utilização persuasiva*”. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005, p.73)

Deriva-se, também, dessa noção de *acordo* a discussão sobre os “fatos e verdades” contida no *Tratado*. Para os seus autores, a noção de *fato* está ligada à magnitude do *acordo* sobre a forma de ver os objetos e, portanto, os objetos que se inserem nessa categoria não ostentam características próprias independentes de um julgamento. Assim sendo, algo se converte em um *fato* quando se tem um *acordo* do auditório a respeito da forma de se ver e entender tal objeto. Havendo objeções a esse respeito, o objeto deixa de ostentar o *status* de *fato*.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) afirmam ainda que o que se observa, com mais frequência na filosofia, talvez em virtude da possibilidade de haver desacordo sobre os *fatos*, é a utilização dos mesmos para a corroboração de uma argumentação, ao invés de se partir deles para construir teorias. Os *fatos* passam a estar, portanto, inteiramente ligados a alguma concepção anterior que pode (e, de fato, o fazem) condicionar a forma de se enxergar os objetos, estabelecer *acordos* sobre a forma de ver na natureza. Os autores aplicam ainda toda a sua discussão sobre os *fatos* também à noção do que viria a ser a *verdade*, tornando relativa a forma de se ver esse conceito.

A *Verdade*, na Nova retórica, não provém de um raciocínio *lógico* corroborado pelas “evidências” empíricas, mas da deliberação e da adesão do público, a partir da deliberação. Diferentemente do que pregou Descartes, observam os autores do *Tratado* que não há *erro* em se deliberar sobre algo.¹⁷

O *Tratado da Argumentação* inicia abordando elementos que poderiam ser classificados como pertencentes à esfera das estratégias. Dessa forma, prima-se ali por uma exposição de *escolhas* a serem tomadas pelo orador, envolvendo os fatos e a seleção dos dados, as premissas relevantes, os valores a serem observados, observando os lugares, a matéria e a forma do discurso, as figuras de retórica e argumentação etc. Num segundo momento, a partir da terceira parte do *Tratado*, vê-se configuração de uma verdadeira taxonomia dos discursos argumentativos. É essa a parte que mais semelhança guarda com a tradição aristotélica.

3. NOTAS SOBRE O PAPEL DA RETÓRICA NA ECONOMIA

De início, cabe esclarecer aquilo que não se pretende empreender aqui. Nessa seção, o leitor não encontrará a maior parte do vasto número de trabalhos de economistas acerca da importância do estudo e da análise retórica na economia. Concorre para isso, também, o fato de que o reduzido espaço desse ensaio e o seu propósito último não comportariam e não necessitariam de uma discussão dessa magnitude.

Pretende-se, por outro lado, abordar inicialmente como apareceu a discussão do papel da retórica na economia. Para isso, apresentar-se-ão, em linhas gerais, as contribuições seminais de D. McCloskey e

¹⁷ Nunca esquecendo que as “evidências” não são tratadas como sinônimos de “manifestações do real, observado” na Nova Retórica (e nem na Antiga).

Pérsio Arida, ambas datando de 1983, haja vista que os seus desdobramentos para a consolidação do *projeto retórico*, acreditasse, estejam já, de alguma maneira, contemplados, por diversas outras referências, na última parte do trabalho que está-se por apresentar (especificamente, ao longo dos capítulos três e quatro).

A discussão acerca do papel da retórica na economia ganhou destaque no meio acadêmico com a publicação de *The rhetoric of economics*, artigo publicado por D. McCloskey em 1983 no *Journal of Economic Literature*. Nessa obra, assim como em outras subseqüentes, McCloskey afirmou que a economia (os trabalhos e teorias pertencentes a esse ramo do conhecimento) não diferia muito da literatura, pois esta se utilizaria de muitos de seus recursos como método de validação de teorias.

Dentre esses recursos, as metáforas, por exemplo, são destacadas como estando presentes em um grande número de trabalhos. McCloskey também introduziu a discussão sobre o relativismo de muitas *verdades* difundidas nos textos econômicos, questionando o método de se fazer ciência baseado nos mandamentos do Modernismo (corrente que defendia, entre outras coisas, as evidências como um atestado da veracidade das teorias), dizendo ser essa a forma predominante dos economistas fazerem a sua ciência.

O objetivo de McCloskey (1983) era chamar atenção para a necessidade de se praticar uma *conversa civilizada* entre os economistas, abrindo-se um espaço para a discussão de pontos de vista divergentes daqueles que sustentavam o paradigma dominante e que governavam a economia (ou seja, as visões dos membros da comunidade dos cientistas *normais*).¹⁸ As objeções quanto ao formalismo e as evidências, em conjunto com as críticas

¹⁸ Fica claro, portanto, que o *auditório* de McCloskey é composto por economistas profissionais.

quanto a possibilidade de se chegar à Verdade,¹⁹ dessa maneira, vão se somar às considerações sobre o alcance do saber econômico e a impossibilidade, na prática, de se observar qualquer candidatura, plenamente bem sucedida, à caracterização de uma *lei geral* na economia (considerações largamente difundidas em obras posteriores).

O trabalho de Arida (1983) segue também a tradição aristotélica, tratando a retórica como *arte* de se obter a *persuasão* pelo discurso. Nessa obra – que principia por uma discussão sobre os prováveis motivos que teriam levado ao ressurgimento da análise retórica - Arida apregoa o colapso da metodologia popperiana na economia e aponta para a relevância do estudo das técnicas de persuasão nessa ciência.

Uma das diferenças entre os trabalhos de Arida e de McCloskey está na sistematização do estudo proposto pelo primeiro. Arida aponta para a existência de dois “modelos” de ensino e aprendizado de teoria econômica e de história do pensamento econômico: o *modelo americano* e o *européu* (ebatizados como *modelo hard science* e *soft science*, em *versões mais recentes do mesmo artigo*) e alardeia os equívocos cometidos por cada um deles, no ensino da economia.

Após a apresentação dos dois *modelos*, Arida, *ibid*, apresenta ainda um conjunto de regras de retórica que ele acredita poder se aplicar a toda a história do pensamento econômico.

Arida (1983) sustentou que o modelo americano primária pela familiarização do estudante com o estágio “atual” do conhecimento na sua área, desprezando, ou deixando o passado da sua ciência para segundo plano. O direcionamento do ensino se daria rumo à fronteira do conhecimento, extraindo-se do passado apenas aquelas contribuições relevantes à luz do ensino no presente. É

¹⁹ Parte dessa discussão se encontra no capítulo III do presente trabalho.

notável a correspondência desse modelo com a leitura da *invisibilidade das revoluções* de Kuhn. Nesse sentido, os *manuals* utilizados pelos que se encontram na fronteira, obviamente, seriam construídos da *ciência normal* para se recontar a história da maneira que mais lhe interessar, frequentemente, fazendo-a parecer uma *evolução contínua* das idéias econômicas.

Arida, *ibid*, aponta ainda para uma característica interessante do ensino proporcionado pelo *modelo americano*: o elevado grau de obsolescência dos conhecimentos da fronteira do pensamento (fronteira essa que avança rapidamente) tornando inútil o conhecimento do profissional que não se recicla periodicamente. Pode-se daí derivar também o motivo do relativo desprezo dos pesquisadores de fronteira pela história do pensamento econômico.

Isso porque, a cultura da fronteira acaba condicionando o economista a só valorizar os desenvolvimentos novos – sempre que respeitarem o método “adequado” de investigação. A partir das observações de Arida sobre o modelo americano, ou *hard science*, como foi rebatizado, pode-se concluir que o mesmo reservaria um reduzido espaço para deliberações argumentativas, afastadas por demais das práticas modernistas, claramente dominantes entre os que se dedicam às pesquisas nessa área.²⁰

²⁰ SCHOPENHAUER (2005, p. 60-61) [originalmente escrito em 1851] já alertava para esse comportamento dos estudantes: e, ao que parece, antes mesmo de haver esse tipo de definição, ele seria inscrito entre os que defenderiam a volta aos clássicos. “A regra, em toda a parte do mundo, é a corja de pessoas infames que estão sempre dispostas, com todo o empenho, a piorar o que foi dito por alguém após o amadurecimento de uma reflexão, dando a essa piora um aspecto de melhora. Por isso, quem quer se instruir a respeito de um tema deve se resguardar de pegar logo os livros mais novos a respeito, na pressuposição de que as ciências estão em progresso contínuo e de que, na elaboração desse livro, foram usadas as obras anteriores. [...] Sempre que possível, é melhor ler os verdadeiros autores, os

Já no modelo europeu, Arida, *ibid*, identifica a supervalorização do estudo da história do pensamento econômico e o conseqüente retorno aos clássicos (aqui entendidos como *obras primas* dos principais fundadores) como prática mais adequada para a compreensão da problemática e da filosofia de cada matriz teórica. O retorno aos clássicos evitaria as deturpações inevitavelmente contidas nas abordagens presentes (que seriam apenas parcialmente derivadas das contribuições originais) dos problemas e métodos para os quais os construídos teóricos teriam originalmente sido concebidos. Somente com a volta aos clássicos, seria possível recuperar a riqueza da análise teórica, inserindo-a em seus contextos e retirando daí uma compreensão mais acertada.

Arida (1983) acredita que os dois modelos apresentam erros e acertos e, aponta a necessidade de se atuar nas duas frentes como a melhor forma de se fazer a teoria econômica avançar.

Quanto ao lugar da retórica na história do pensamento econômico, Arida ao se mostrar cético quanto ao papel das evidências empíricas para a superação das controvérsias, afirmando que nenhuma delas subsidiou a vitória de um ponto de vista em qualquer debate, acaba deixando clara a relevância de uma abordagem metodológica plural. As controvérsias, segundo o autor, teriam sido solucionadas quando alguma das teses apresentadas a seu tempo teria alcançado maior poder de *convencimento* do auditório dos economistas profissionais.

Alegando existir certa estabilidade no padrão de argumentação, Arida identificou um núcleo de sete regras de retórica presentes na maioria dos textos acadêmicos, a saber: a simplicidade, a coerência, a abrangência, a generalidade, a redução de metáforas, a formalização e o ato de se reinventar a tradição. Todas elas passaram a ser úteis aos trabalhos que

fundadores e descobridores das coisas, ou pelo menos os grandes e reconhecidos mestres da área”.

busquem identificar um padrão de argumentação persuasiva a partir de então.

As contribuições de Arida e McCloskey demonstraram a importância da análise retórica para a compreensão da forma de como os economistas fazem a sua “ciência”. De forma alguma poderíamos imaginar os economistas utilizando “aventais brancos” e “usando luvas” enquanto constroem suas teorias. Os desenvolvimentos na área da economia sempre estiveram intimamente ligados com o desenvolvimento do sistema econômico em seus diferentes estágios. A força da retórica do paradigma dominante se fez através dos livros textos, dos congressos científicos e do espaço dado a cada corrente de pensamento ao longo dos tempos.

CONCLUSÕES

Se formos bem-sucedidos, o leitor terá chegado a conclusão de que a verdade com “V” maiúsculo não existe. Isto é, lamentavelmente não nos encontramos em uma ciência capaz de chegar a acordos finais sobre determinados temas.

Pelo menos na área da economia, a verdade é fruto do **convencimento** ou da **persuasão** dos auditórios sobre a correção de determinados pontos de vista. Nesse sentido, nunca passa de uma verdade passageira. A retórica é vista nesse aspecto como um instrumento ou uma técnica a serviço do convencimento do público em geral sobre as idéias disseminadas a partir do paradigma dominante, mas não apenas dele.

Houve tempos em que a retórica foi tratada como sinônimo de enganação. A leitura do diálogo *Górgias* de Platão deixa evidente que a dupla serventia da persuasão – ora podendo estar a serviço do bem, ora do mal - acabou lhe deixando uma marca pesada demais para carregar.

O ensino e o uso da retórica e da oratória para fins políticos também contribuiu para o seu afastamento do elenco dos métodos científicos. Mas foi o racionalismo o verdadeiro divisor de águas que marcou o momento em que a retórica caiu no esquecimento. Por isso mesmo, na esteira das contestações pragmática e behaviorista, no século XX, abriu-se caminho para o ressurgimento da retórica.

A retórica não se trata portanto de uma corrente de pensamento, mas sim de um instrumento. E não é correto também ligar esse instrumento com alguma corrente de pensamento específica, como alguns críticos já o fizeram no Brasil, ao atacarem os seguidores da retórica, em diversos momentos, como sendo difusores de instrumentos a serviço do neoliberalismo. O objetivo do projeto retórico é o estudo pormenorizado do alcance da técnica.

E é justamente por isso que o estudo da retórica enquanto técnica de persuasão deveria ser estimulado entre os estudantes e profissionais da área da economia a fim de permitir uma melhor leitura do que se passa nesse ramo do conhecimento em cada momento do tempo.

Os trabalhos de Arida e McCloskey chamam a atenção para a necessidade de se dar valor ao pluralismo metodológico em detrimento da unicidade de método; Alertam para a necessidade de não se jogar fora o contraditório, de evitar reduzir tudo ao formalismo frio e às tratativas impessoais tão presentes no *hardcore* neoclássico. Chamam ainda a atenção para a necessidade de facilitar a comunicação entre os economistas e de se dar voz para aqueles que desejam falar.

Vista de frente, a retórica passa a ser assim uma ferramenta de resgate da antiga economia política e, ao mesmo tempo, um estudo de todos os métodos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, I. **Introdução à filosofia da ciência**. Curitiba: Editora da UFPR, 2003. 2ª edição.
- ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. **Texto para discussão n. 54**. Rio de Janeiro: PUC, 1983.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. 17a ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- COLLINS, H. (2006) Entrevista concedida a Reinaldo José Lopes. “*Sociólogo banca o Físico e ilude cientistas*.” Caderno Ciência. **Folha de São Paulo**, 08/07/2006.
- CONLEY, T. M. **Rhetoric in the european tradition**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- DOBRANSZKY, E. A. “Memória e imagem na retórica e na poesia da Renascença”. Disponível em: <http://www.saofrancisco.edu.br/edusf/revistas/horizontes/Horizontes-2005-1/horizontes-2.pdf>. Acesso em: 3/01/2006.
- EIRE, A. L. *La retórica de Aristóteles*. **VIII Antiqua**, 28 de novembro de 2001. Disponível em : <<http://www.gipuzkoakultura.net/ediciones/antiqua/leire8.htm>>; Acesso em: 12/04/2006.
- GALA, P; FERNANDES, D. A; REGO, J. M. "**Pragmatismo e Economia: elementos filosóficos para uma interpretação do discurso econômico**," Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia. Dezembro de 2004. Disponível em: <ideas.repec.org/s/anp/en2004.html> . Acesso em: 10/03/2006.
- GHIRALDELLI, P. **O que é virada lingüística**. Disponível em: <http://www.filosofia.pro.br/modules.php?name=News&file=article&sid=29> , acesso em: 05/01/2007(a).
- _____. *Escola de Frankfurt e Pragmatismo em Espelhos*. Disponível em: <http://www.filosofia.pro.br/modules.php?name=News&file=article&sid=52>. Acesso em: 05/01/2007(b).
- GILL, A. **Rhetoric and human understanding**. Illinois: Waveland Press, 1994.
- KANT, I. *The critique of pure reason*. Translated by J. M. D. Meiklejohn. Livros de domínio público. Disponível em: www.Abika.com. Acesso em: 23/02/2006.
- McCLOSKEY, D. "The Rhetoric of Economics", **Journal of Economic Literature**, 31 (June), 1983, pp. 482-517
- PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PLATÃO. **Górgias**. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Livros de domínio público. Disponível em: <<http://br.egroups.com/group/acropolis>>. Acesso em: 12/12/2005.
- RORTY, R. **A filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- SCHOPENHAUER, A. **Como vencer um debate sem precisar ter razão: em 38 estratagemas**. Rio de Janeiro: Topbooks editora, 1997.
- _____. **A arte de escrever**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006.
- SCLIAR, M. (2006). “A ciência do falso testemunho”. Caderno folha Mais. **Folha de São Paulo**, 15/01/2006.

VALLEJO, A. *Razón, seducción y engaño en la retórica antigua: la crítica platónica. VIII Antiqua*, 28/11/01. <http://www.gipuzkoakultura.net/ediciones/antiqua/vallej8.htm> Acesso em: 12/04/2006.

Recebido em 25/06/2014
Aprovado em 15/07/2014

RACIONALIDADE E SAÚDE: REFLEXÕES EM TORNO DA RELAÇÃO MÉDICO/PACIENTE

José Edmilson de Souza-Lima*
Sandra Mara Maciel-Lima**

“Un ser humano enfermo es un Dios/Diosa que se ignora” (LANCTÔT, 2002)

Resumo

Este artigo, que se situa nas fronteiras de dois campos do conhecimento, o da racionalidade e o da saúde, tem como objetivo refletir acerca da relação médico/paciente. Para tanto, ao recorrer a uma metodologia analítica centrada no conceito de racionalidade, conclui que a insatisfação dos pacientes e de profissionais de saúde está associada ao fato da relação médico/paciente ser predominantemente instrumental. Esta indicação dos limites da racionalidade instrumental abre brechas para outros saberes e práticas, centrados na racionalidade substantiva.

Palavras-chave: doença; política social; saberes socioculturais; práticas médicas.

Abstract

This article, which is situated on the borders of two fields of knowledge, rationality and health, aims to reflect on the medical/patient relationship. To this end, when turning to an analytical methodology centered on the concept of rationality, finds that patient dissatisfaction is linked to the fact that medical/patient relationship is predominantly instrumental. This indication of the limits of instrumental rationality opens loopholes for other knowledge and practices, focusing on substantive rationality.

Keywords: health; social policy; cultural knowledge; medical practices.

* Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. Pesquisador e Docente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE-UFPR) e do UNICURITIBA. E-mail: zecaed@hotmail.com

** Doutora em Sociologia pela UFPR. Pesquisadora e Docente do UNICURITIBA. E-mail: maciellima.sandra@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os debates em torno das relações envolvendo profissionais de saúde e pacientes vêm se intensificando a partir das três últimas décadas do século XX. São debates que, simultaneamente, chamam a atenção para as insuficiências de algumas práticas médicas e apontam outros caminhos trazidos de saberes construídos na sociologia do corpo e na antropologia da saúde. O encontro dos referidos sistemas de saber ilumina novas possibilidades de reabilitação e de cura dos pacientes à medida que abre espaços para que esses últimos participem efetivamente da gestão dos processos de prevenção e de cura. Nessa ordem de raciocínio, este artigo apresenta-se como uma contribuição a esse debate fecundo e de extrema importância civilizatória. O objetivo aqui – refletir acerca da tensa e complexa relação entre médicos e pacientes - não é esgotar a discussão, mas apresentar outros elementos ainda não desenvolvidos em outros estudos que possam contribuir de forma efetiva para emancipar os pacientes de seus estados de fragilidade e de vulnerabilidade física e espiritual.

Para tanto, em termos metodológicos, a pesquisa recorre a dois quadros (1 e 2) que selecionam alguns elementos constituintes das racionalidades instrumental e substantiva com vistas a analisar práticas de profissionais da saúde. Os dois quadros são utilizados como referências para identificar nas abordagens teóricas e, principalmente, na vivência dos profissionais da saúde – evidenciado por um repertório de depoimentos coletados de alguns trabalhos já publicados – as presenças ou ausências das racionalidades instrumental e substantiva.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em três seções. Na primeira, são apresentados os Quadros 1 e 2 que além de

prestar esclarecimentos acerca da racionalidade, servem de referenciais de análise das abordagens teóricas e dos depoimentos dos profissionais de saúde. Na segunda seção a ideia força é recorrer aos Quadros 1 e 2 com vistas a dialogar com um repertório de depoimentos de profissionais de saúde sobre a relação médico-paciente. Na terceira seção são apresentados os principais indicadores das insuficiências das práticas médicas centradas nas racionalidades instrumentais e as potencialidades de práticas orientadas por racionalidades substantivas. Nesta seção cede-se espaço aos saberes que vão além dos médicos. São os saberes emergentes e produzidos a partir da antropologia da saúde. Eles emergem não para competir, mas colaborar com as práticas biomédicas convencionais. Nas considerações finais é explicitada a importância das racionalidades substantivas para aperfeiçoamento das práticas médicas.

1. NOTAS ACERCA DA RACIONALIDADE

A ideia-força desta seção é apresentar um breve estado da arte acerca da racionalidade, sintetizando-o em forma de quadros que servirão de modelo de análise para os depoimentos derivados da relação médico/paciente (seção 2).

A discussão em torno da racionalidade orienta-se a partir das mais variadas matrizes epistemológicas, mas é possível apresentar como marco zero para este debate a extensa obra do sociólogo alemão Max Weber (1970). Tomando como referência sua metodologia ideal-típica, Weber, sem esconder seu pessimismo, deixou sinalizações de que os processos de racionalização podem ser caracterizados como a marca singular da vida associativa

moderna. Cumpre ressaltar que a denúncia de Weber não estava direcionada à racionalidade no sentido amplo e complexo da palavra, mas a uma forma específica desta racionalidade, a instrumental, cuja sílaba tônica é o cálculo. Esta, sim, ao se projetar como hegemônica tende a anular todas as outras formas de crenças e valores que não se submetam ao cálculo. Em suma, no programa investigativo de Weber acerca da Modernidade, em detrimento da dimensão concreta e substantiva, predomina a dimensão abstrata da racionalidade, o cálculo instrumental.

Isto posto, a conceituação de racionalidade utilizada aqui, sintetizada preliminarmente no Quadro 1, tem como propósito ir além do marco zero weberiano. Para tanto, inspira-se, em primeiro lugar, na ideia de *racionalidade aberta*, de Morin (2003), que se recusa a aceitar o predomínio de uma racionalidade instrumental sobre todas as outras formas de viver e sentir do *Homo sapiens*. Em segundo lugar, toma de Floriani (2004) alguns elementos suficientes para pensar a racionalidade no interior de uma epistemologia da *transgressão*, cuja tônica é indicar limites da racionalidade instrumental, mas em ato contínuo apontar novas possibilidades de abertura da racionalidade. Nesta perspectiva, o sentido da *transgressão* não está associado à capacidade de desqualificar ou destruir (inclusive o cálculo fundante da racionalidade instrumental), mas de incorporar o *outro* (LEFF, 2006) à medida que leva em conta suas crenças e formas singulares de se relacionar com o mundo. Uma racionalidade transgressora é uma racionalidade que extrapola os limites predeterminados pelo cálculo instrumental.

Os autores citados serviram de inspiração para a elaboração dos Quadros 1 e 2. Para este artigo, a racionalidade instrumental será tomada como um sistema de crenças que possibilita diálogos da mente humana com domínios diversos da realidade, mas que se orienta e se submete

ao cálculo. De forma diversa, a racionalidade substantiva – indicativa de uma racionalidade aberta ou transgressora – vai além da definição anterior à medida que se orienta não apenas a partir do cálculo, mas de valores que transcendem o cálculo instrumental.

De acordo com o Quadro 1, para além da contribuição de Weber, as abordagens de Morin (2003), Floriani (2004), Leff (2001a; 2001b; 2003; 2006) e Serva (1996; 1997) inspiram a compreensão não apenas de uma racionalidade enclausurada em si mesma, mas de uma racionalidade reencantada, aberta para a complexidade dos fenômenos associados à vida social e natural. É importante ressaltar que a separação entre as racionalidades – substantiva e instrumental – expressa no Quadro 1 obedece a objetivos didáticos, pois, a rigor, na perspectiva de uma epistemologia da transgressão, não faz sentido qualquer separação entre elas. Falar de racionalidade substantiva significa falar igualmente de racionalidade instrumental, pois em termos concretos elas são inseparáveis.

Além do Quadro 1, que auxilia na definição das racionalidades, o Quadro 2 serve para apresentar os elementos constitutivos e constituintes de cada uma delas, o que permite identificar a racionalidade substantiva a partir dos limites ou nas fronteiras das racionalidade instrumental.

Este Quadro 2 será tomado como referência na reflexão acerca da coexistência das racionalidades no debate em torno da relação médico/paciente (Seção 2).

A síntese acerca da racionalidade, contida nos Quadros 1 e 2, possibilita retomar o diálogo com Weber, cuja análise tornou visível que nas mais variadas formas de coexistência entre as racionalidades o mundo ocidental fez vitoriosa a instrumental (FERNANDES, 2008), levando as mentes modernas à crença de que outras

racionalidades são apenas mitos que precisam ser abandonados e esquecidos. Os sistemas modernos de saber constituem-se e consolidam-se orientados por esse sistemático processo de fragmentação ou de, conforme a denúncia de Weber, “desencantamento do mundo”. Por “desencantamento”, na perspectiva do conhecimento científico, entenda-se fechamento ou negação de espaços para quaisquer outros sistemas de saber que resistam ao cálculo. Essa é a gênese do isolamento das ciências modernas, centradas na racionalidade instrumental, face a outros saberes, tais como os saberes caracterizados como não científicos.

O complicador é que o isolamento ocorre não apenas em relação aos “mitos” ou saberes não científicos, mas também em relação a outros saberes com pretensões de cientificidade. Por exemplo, as ciências biofísicas isolam-se quase que totalmente das ciências interpretativas ou hermenêuticas. A partir dessa fuga a qualquer possibilidade de diálogo, cada sistema de saber científico passa a falar para si mesmo. No domínio específico das ciências médicas, algumas descobertas fundamentais – apresentadas na seção seguinte - para a espécie humana conferiram às referidas ciências o “direito” de definir o que é doença e o que é o seu contraponto, a saúde. Até aqui há o predomínio da racionalidade instrumental, vez que não dá para falar em levar em conta as angústias, os sofrimentos profundos, as crenças e temores dos pacientes, pois a palavra final é monopólio dos saberes médicos. Outros saberes, tais como os antropossociológicos ou os saberes escondidos dos próprios pacientes, tendem a ser absolutamente desconsiderados ou, quando muito, tratados com desdém.

2. NOTAS ACERCA DA RELAÇÃO MÉDICO/PACIENTE

Se na seção 1 foram elaborados dois quadros que sintetizam os limites e as possibilidades da racionalidade para refletir acerca da relação médico/paciente, nesta seção a ideia-força é recorrer aos quadros com vistas a dialogar com alguns depoimentos de pacientes diante das formas de tratamento recebidas dos médicos.

A racionalidade que orienta as práticas médicas convencionais está centrada na crença de que a doença precisa ser definida em termos objetivos e que o restabelecimento do corpo será feito por intermédio de intervenções científicas, tais como medicamentos, cirurgias etc. Nesse modelo fundante do saber médico, não há espaço para outras racionalidades, pois o pressuposto é o de que as soluções científicas são suficientes para devolver condições saudáveis aos pacientes. A medicina projeta-se como possibilidade objetiva de garantir a felicidade plena do paciente. A definição do binômio saúde/doença, balizada apenas pelas ciências médicas, torna-se insuficiente à medida que reduz o ser humano à dimensão biológica de sua existência e, neste particular, alguns indicadores da insuficiência dos saberes médicos são repertoriados na abordagem sociológica de Giddens, para quem

a relação assimétrica de poder entre médicos e pacientes está no centro da escolha de certas pessoas de se beneficiar da medicina alternativa. Elas sentem que o papel dos “pacientes passivos” não lhes fornece informações o bastante sobre seu tratamento e sua cura (GIDDENS, 2005, p.129).

Note-se que o trecho torna visível a insatisfação de alguns pacientes ao serem tratados não como seres que pensam, vivenciam e refletem sobre suas doenças, mas como simples objetos de intervenção externa dos médicos. No fundo, o trecho revela que os pacientes descontentes com este tipo de tratamento estão pleiteando o direito de participar ativamente dos processos de cura. Não é por acaso que

alguns pacientes, por razões religiosas ou filosóficas rejeitam o núcleo duro da medicina ortodoxa, o tratamento do corpo separado da mente. Para estes pacientes que abandonaram a crença na separação entre corpo e mente, a medicina ortodoxa emerge como mais um obstáculo, à medida que não está acostumada a escutar suas angústias íntimas e profundas. Neste sentido, de acordo com o Quadro 2 (seção 1), fica evidenciada a presença do elemento constituinte número 5 da racionalidade substantiva, a descentralização do processo de cura do paciente.

No estudo de Caprara e Franco (1999) são repertoriados alguns depoimentos de médicos que se tornaram pacientes e, depois, decidiram relatar como as citadas experiências possibilitaram uma reavaliação de suas práticas centradas apenas na perspectiva médica, refêm de uma racionalidade instrumental. Um dos relatos é de um neurologista contando uma de suas aventuras em montanhas norueguesas que, ao ser perseguido por um touro, caiu e fraturou uma das pernas. A partir daí começou sua metamorfose no que se refere aos papéis sociais. Para ele, o significado profundo da mudança de papéis foi dramático, vez que vivenciou

a sistemática despersonalização que se vive quando se é paciente. As próprias vestes são substituídas por roupas brancas padronizadas e, como identificação, um simples número. A pessoa fica totalmente dependente das regras da instituição, perdem-se muitos dos seus direitos, não se é mais livre (SACKS citado por CAPRARA e FRANCO, 1999, p. 650).

Em perspectiva muito próxima do trecho acima, outro médico, um clínico geral, explicita como a vivência como paciente transformou radicalmente a sua percepção acerca da prática médica. Em seus termos,

no espaço de uma a duas horas, transformei-me, de um estado saudável, a uma condição

de dor, de incapacidade física. Fui internado. Eu era considerado um médico tecnicamente preparado e respeitado pelos colegas, no entanto, como paciente, tornei-me dependente dos outros e ansioso. Ofereciam-me um suporte técnico em que eu me submetia a um considerável nível de dependência (GEIGER citado por CAPRARA E FRANCO, 1999, p. 650).

O terceiro exemplo é o de um endocrinologista conceituado que se descobre atingido por uma doença degenerativa, a esclerose lateral. Após se convencer de que não mais adiantava esconder dos seus pares, buscou tratamento junto a um especialista. Era o início do desencanto face à frieza do seu antes colega. Em seus termos,

fiquei desiludido com a maneira impessoal de se comunicar com os pacientes. Não demonstrou, em momento nenhum, interesse por mim como pessoa que estava sofrendo. Não me fez nenhuma pergunta sobre meu trabalho. Não me aconselhou nada a respeito do que tinha que fazer ou do que considerava importante psicologicamente, para facilitar o enfrentamento das minhas reações, a fim de me adaptar e responder à doença degenerativa. Ele, como médico experiente, mostrou-se atencioso, preocupado, somente no momento em que me apresentou a curva da mortalidade da esclerose (RABIN e RABIN citado por CAPRARA e FRANCO, 1999, p. 650).

Os relatos tornam visíveis como a formação médica convencional permanece centrada apenas em aspectos biológicos, fisiológicos, clínicos, negligenciando outros domínios da condição e da existência humana, tais como a trajetória histórica não apenas do paciente em questão, mas dos grupos sociais aos quais esteve ou continua vinculado (SICARD, 1989, MACHADO, 1997; MOREIRA FILHO, 2005; MACIEL-LIMA, 2004 e 2009; MACIEL-LIMA e RASIA, 2012; COSTA e AZEVEDO, 2010; BALLESTER *et al.*, 2011, entre outros).

De acordo com o Quadro 2 (seção 1), revelam-se nos três trechos citados alguns elementos constituintes da racionalidade instrumental, o cálculo, a centralização e a escolha, todos eles negando espaços para outras racionalidades ou saberes do paciente. São indicadores, portanto, do predomínio da racionalidade instrumental sobre a racionalidade substantiva.

Outro estudo que aponta alguns limites das práticas médicas é o estudo de Amorim, Moreira e Carraro (2001) sobre a formação humana insuficiente de médicos e nutricionistas. O argumento principal dos autores é que a insuficiência da formação pediátrica está diretamente associada ao fato da formação médica continuar centrada no mecanicismo herdado de Descartes (1999). De acordo com o repertório de depoimentos que seguem (citados pelos autores), não há abertura para outras racionalidades.

A gente sai muito despreparada para lidar com a parte emocional do ser humano. Eu não tenho queixa, absolutamente nenhuma, da parte médica. Então, falha bastante a parte psicológica, psiquiátrica, que é muito mal administrada na Faculdade. Você sai sabendo tratar uma dor abdominal, por exemplo. Mas, se essa dor for de origem emocional, você tem que passar pra frente porque você não consegue, quando você sai, resolver (Sonia citada por AMORIM, MOREIRA e CARRARO, 2001, p. 113).

A Faculdade tem um grande problema: ela forma o profissional técnico, ela não forma o profissional humano. Então, quando você sai da Faculdade ou mesmo com a vivência, você sai com uma bagagem rica em formação técnica. Agora, o dia-a-dia, você não tem: a área social, o relacionamento, o vínculo médico/paciente, isso você não tem na Faculdade (Neusa citada por AMORIM, MOREIRA e CARRARO, 2001, p. 113).

Mais ou menos no 3º ano, que a gente começa a ter uma noção real da medicina prática, aí é que percebe que entrou no curso de Medicina. E eu percebi, entre os colegas, assim: é a fase de mais dúvida - o que é que

eu estou fazendo aqui - muitos colegas com depressão, porque não existe, como te falei, em nenhuma fase você tem amparo e preparo da parte emocional, psíquica, de tudo o que você vai começar a ver, paciente, doença (Marisa citada por AMORIM, MOREIRA e CARRARO, 2001, p. 113).

No meu caso, eu vi que não tinha a menor condição, que aquilo tudo era absurdo, de repente eu estar ali, dentro de um hospital, sem ter noção de nada, de diagnóstico, tratamento, aprendendo as coisas de ouvido: ah, trate assim. Então, você passa a ser um mero escriturário do que o outro médico está dizendo, mas você não sabe o que está fazendo e eu parei. [...] a gente passa por esse tipo de situação, sem orientação nenhuma, cada um vai fazendo o que acha que deve fazer (Marisa citada por AMORIM, MOREIRA e CARRARO, 2001, p. 114).

Você tem um grupo de docentes, que eu acho, ainda guarda aqueles aspectos fundamentais da Medicina, que é entender o ser humano como um todo, com sensibilidade na relação médico-paciente. Mas, por outro lado, existe um grupo de profissionais que representa muito a tecnologia. E eu acho que esse grupo está esquecendo um pouco do aspecto mais importante do ser humano, que é a sua identidade como um ser pensante, que tem dificuldades e desejos, que tem medos e que precisa ser entendido (Bruno citado por AMORIM, MOREIRA e CARRARO, 2001, p. 114).

Todos temos que ter muitos empregos, todos temos nossos horários de trabalho apertados. A gente acaba reduzindo a jornada de trabalho para conseguir os empregos. Então, se você atende as pessoas muito rápido e se você não está treinado, com olho clínico, com boa vontade de escutar o que a pessoa vai falar, isso faz com que caia o padrão da medicina, do médico que está atendendo (Carla citada por AMORIM, MOREIRA e CARRARO, 2001, p. 115).

Eu não tinha preparo e maturidade - a gente sai muito imatura da Faculdade, a gente sai super novinha, não tem consciência do que é lá fora - eu não tinha preparo para relações humanas. Acho que isso é uma coisa que precisa ser amadurecida, talvez um tempo maior de estágio, uma matéria, Sociologia, por exemplo, a gente tem no curso, mas é direcionada para uma coisa tão fora da realidade que a gente vai enfrentar (Telma citada por AMORIM, MOREIRA e CARRARO, 2001, p. 115).

A necessidade de estabelecer e manter vínculos com pacientes, identificada em cada trecho recortado, também ganha destaque no estudo de Maciel-Lima (2009), ao apresentar o depoimento de um profissional de saúde que trabalha no Setor de Transplante Hepático de um Hospital Público:

[...] a gente luta pra preservar isso [a relação médico-paciente]. Mas de uma maneira geral eu vejo que hoje em dia os pacientes sentem falta de um médico que escute e que fale, e que deixe os pacientes falarem, então eu acho que ao mesmo tempo em que a gente faz a medicina de ponta, aqui no transplante, a gente procura manter um pouco da atenção, do carinho para os pacientes... às vezes a visita no leito é rápida mas a gente fala três ou quatro frases com carinho, com atenção; eu acho importante (Arlete citada por MACIEL-LIMA, 2009, p. 74).

Note-se que a presença de elementos constituintes da racionalidade instrumental nos oito depoimentos pode ser caracterizada como obstáculo difícil de ser removido dos processos de gestão da cura dos pacientes. Em cada um dos depoimentos emerge a necessidade não de reduzir a formação específica dos profissionais de saúde, mas de complementá-la com outras habilidades localizadas em outros domínios de saber. Uma das habilidades mais pleiteadas pelos depoentes é a capacidade de estabelecer vínculos mais íntimos com os pacientes, uma vez que assim será possível ao profissional de saúde aprender e exercitar a capacidade de escutar as angústias e os

sofrimentos do *outro*. Fica demonstrado, mais uma vez, que a formação dos profissionais de saúde, centrada apenas na racionalidade instrumental, é fundamental, mas insuficiente.

Entretanto, nem tudo está perdido. As experiências relatadas abrem novos horizontes para a medicina sem que a mesma perca sua identidade como sistema de saber fundamental à gestão da cura dos pacientes. Não há necessidade dos médicos convencionais migrarem ou se transformarem em psicólogos, sociólogos, antropólogos ou pajés. O que os relatos ensinam é que a participação dos pacientes na gestão de seu próprio processo de cura projeta-se como necessidade imperativa. Emerge então a necessidade de se pensar o binômio saúde/doença a partir de outras racionalidades complementares que estão na base de algumas formulações presentes na Sociologia do corpo, na Antropologia da saúde e em práticas médicas pouco convencionais tais como a homeopatia, a acupuntura, a cura pela água, a quiropraxia, dentre outras.

A despeito do predomínio – ainda que estremecido - do discurso “biologizante” sobre os outros domínios da vida associativa no Ocidente, é imperativo ressaltar que as fronteiras entre saúde e doença são estabelecidas não apenas biologicamente, mas também socioculturalmente. Uma das principais contribuições da Sociologia do corpo é que os corpos humanos são fortemente marcados pelas influências e condicionantes socioculturais, que não podem ser deixadas de ser consideradas em processos de gestão do binômio saúde/doença.

Em parte, é possível creditar a vitória do discurso “biologizante” aos inegáveis avanços da bacteriologia, no início do século XX, bem como às conquistas da biogenética e às pesquisas do genoma, nas últimas décadas do mesmo século. A partir de tais conquistas, parece ter ficado garantida a “reserva” de mercado, o direito dos saberes

médicos de monopolizarem as definições e de estabelecerem fronteiras entre saúde e doença. Outros sistemas de saber – distintos da medicina – passam a ser caracterizados como não competentes ou não autorizados a discursarem sobre o binômio saúde/doença. Tal posicionamento fechado, uma vez hegemônico, deixou de fora as contribuições da Sociologia do corpo e da Antropologia da saúde, que admitem que tudo que afetar o corpo ou o espírito (saúde e doença), à medida que passa pela mediação sociocultural tende a ir além da medicina. Note-se que ir além da medicina, não significa negá-la, mas complementá-la.

3. O LUGAR DA RACIONALIDADE SUBSTANTIVA

Na seção 2, os depoimentos tornaram visíveis as insatisfações que emergem da relação médico-paciente. Os pacientes não se sentem como seres humanos, mas como “coisas” e neste sentido a relação médico/paciente deixa de ser um problema apenas individual de cada paciente para se transformar um alerta a todos os profissionais da saúde acerca desta complexa relação com pessoas fragilizadas e vulnerabilizadas pela enfermidade. Dando seguimento a esta linha de raciocínio, a ideia-força desta seção é indicar que nas fronteiras de práticas regidas por uma racionalidade instrumental emergem outros saberes que podem colaborar com os processos de gestão da cura dos pacientes.

3.1 EMERGÊNCIA DE OUTROS SABERES

Tanto a sociologia do corpo quanto a antropologia da saúde, ao incorporar ideias e práticas de grupos diversos, classificadas como aberrações, patologias, desvios, frutos da ignorância e do “atraso” cultural, vão além das racionalidades instrumentais que orientam o universo da ciência convencional.

Ao enveredar por esse mundo ainda não aceito pelos profissionais da saúde, a antropologia, por exemplo, incorpora outras racionalidades, próprias às novas possibilidades de entendimento e da gestão dos processos de cura dos pacientes. A antropologia da saúde admite a existência de uma variedade de percepções e tratamentos adotados pelos reabilitandos e, ao fazer isso, rompe com o pensamento unidimensional que apenas admite uma única forma, reputada universal e correta para a reabilitação. O ano de 1970 é o ano da emergência da antropologia da saúde no Brasil não para competir, e sim cooperar com a saúde pública e com a medicina. Para tentar explicitar momentos de possíveis aproximações e de distanciamentos entre o biológico e o sociocultural, as formulações antropológicas tomaram como referência analítica o corpo, a saúde e a doença. Isso explica no que concerne às agendas de pesquisa das ciências sociais interessadas no debate da saúde, a incidência de temas estudados, tais como:

2. Representações da saúde;
3. Representações das doenças;
4. Representações do corpo em diferentes grupos populacionais;
5. Os significados de doenças específicas como AIDS, hanseníase, tuberculose, deficiências físicas e mentais, tanto para os doentes quanto para os que deles cuidam.

A partir das parcerias envolvendo saberes socioculturais e médicos, muitas abordagens, antes autodeclaradas médicas, começaram a importar (FLORIANI, 2003) conceitos, metodologias e técnicas usadas e reinventadas por antropólogos e sociólogos com vistas a aumentar a eficácia dos processos usados para salvar pessoas. É possível caracterizar este processo como um compromisso entre os dois domínios de saber, pois tanto as ciências médicas quanto as ciências antropológicas retornam de tais

encontros renovadas e mais conscientes de suas insuficiências quando tratam isoladamente do paciente e de suas potencialidades quando cuidam do mesmo em conjunto.

Trata-se de uma fértil parceria entre sistemas de saber historicamente separados e que, ao se juntarem, projetam-se como poderosos instrumentos emancipatórios, pois aproximam saberes socioculturais, que intervêm nos espíritos, de saberes que intervêm no corpo. Talvez não seja esta parceria, centrada em uma racionalidade substantiva, capaz de resolver todos os problemas teóricos e práticos da saúde pública brasileira, mas certamente apresenta novos lampejos, outras formas de produzir conhecimentos e práticas com poderes emancipatórios e de cura.

3.2 PRIMEIRO ENCONTRO SUBSTANTIVO DE SABERES

Um dos exemplos dessa nova parceria foi a pesquisa de Dias (2003) realizada em uma área periférica de Porto Alegre, com elevada incidência de casos de HIV. Vale a pena recordar ou ressaltar que a AIDS surge no cenário mundial das doenças terríveis como um mal pertencente ao *outro*, a alguém que está fora do *meu* grupo territorial. A AIDS passou a ser carimbada como síndrome de grupos reputados de *risco* ou de relações *condenáveis* e *promíscuas* (DIAS, 2003, p. 9). À medida que a doença citada invadiu as mais variadas camadas sociais brasileiras, aquele distante e promíscuo *outro* tornou-se muito próximo. Tornou-se, em vários casos, um parente, um amigo, um vizinho, um colega de classe ou de trabalho. No estudo citado, se, de um lado, a transformação da doença do *outro* distante em *outro* próximo não implicou maior conscientização em termos preventivos, de outro lado, aumentou a lista de atitudes de rejeição do *outro* próximo,

tais como a rejeição de contatos físicos superficiais, de uso de pratos, copos e talheres, todas práticas cientificamente descartadas como perigosas. A aproximação da doença produziu na população estudada uma espécie de banalização, tornando a AIDS uma doença absolutamente normal como outra qualquer. A terrível doença do *outro* distante foi metamorfoseada em uma doença de *qualquer um*.

O que se infere da experiência explicitada é que as exortações preventivas do saber biomédico não penetram facilmente no imaginário da população. O saber antropológico, ao contrário, ao desvendar a referida dificuldade proporciona ao saber médico novas abordagens para aumentar sua eficácia no processo de neutralização da doença. Mais uma vez, fica demonstrado que o saber médico, atuando isoladamente, é ineficaz em seus propósitos iniciais de cura e posteriores, de prevenção. A capacidade de observar e escutar atentamente os anseios do *outro*, o doente e seus pares, é uma técnica de pesquisa mais desenvolvida, sofisticada e praticada pelos antropólogos e é essa contribuição que será fundamental às novas intervenções do saber e das práticas médicas.

Ao se captar das percepções da população acerca da doença, o saber médico potencializa sua eficácia para combater os avanços da doença. O combate à doença deixa de ser expediente impositivo e se torna espaço permanente de negociação entre saberes antropológicos, médicos e populares, inaugurando-se, assim, a possibilidade de uma gestão participativa dos processos de prevenção e de cura dos pacientes, que é um dos indicadores dos elementos constitutivos e constituintes da racionalidade substantiva (Quadros 1 e 2; seção 1).

3.3 A NECESSIDADE DAS RACIONALIDADES SUBSTANTIVAS

A presente subseção destaca a necessidade da racionalidade substantiva nas experiências de gestão dos processos de cura. Para tanto, recorre ao estudo de Maciel-Lima (2004) que, indiretamente apresenta um elenco de situações envolvendo profissionais da saúde e pacientes, como indicadores dos impactos negativos provocados nos pacientes pela ausência elementos constituintes da racionalidade substantiva. São depoimentos de profissionais da saúde que têm o primeiro contato com o paciente, antes dele efetivamente ser consultado pelo médico.

[o relacionamento com o usuário] hoje está mais difícil, você tem que ficar olhando pra tela, prestando atenção no que você está escrevendo [risadas] e antes a gente tinha mais tempo, ou você faz ou fica conversando com o paciente (Auxiliar de Enfermagem citada por MACIEL-LIMA, 2004, p. 505).

[...] eu acho que houve uma distância entre o profissional e o paciente. Porque a gente se preocupa tanto com a tela e o paciente, ele fica [...] mais inibido em falar porque ele acha... ah... vamos falar a verdade... a gente só fala quando alguém olha nos olhos... principalmente quando você está com dor, o paciente quer que você acredite que ele está com dor... e com o computador você fica olhando pra tela e “o que o senhor tem”? sabe... tira aquele laço do paciente com o funcionário (Enfermeira citada por MACIEL-LIMA, 2004, p. 505).

[...] às vezes o usuário chega com problemas, com dores, angústias e só com uma conversa melhoram, mas com a falta de tempo das auxiliares, o paciente passa rapidamente pela triagem e vai para a consulta, o médico receita algum medicamento que, talvez, pudesse ser desnecessário se o paciente tivesse tido atenção anterior. Os pacientes ficam de lado. Parece mais um “atropelamento

solidário” e não “acolhimento solidário” (Auxiliar de Enfermagem citada por MACIEL-LIMA, 2004, p. 507).

De acordo com os Quadros 1 e 2, os trechos revelam que, se, por um lado, a inserção do computador entre profissional de saúde e paciente emergiu como vantagem em termos tecnológicos, pois os processos de cadastramento foram acelerados, por outro, o tempo para escutar atentamente o paciente ficou prejudicado. Essa negação ou redução dos espaços de escuta dos pacientes pode ser interpretada como negação dos espaços de participação de um dos atores sociais – o paciente – na gestão dos processos de cura. Não é por acaso que no terceiro depoimento emerge um trocadilho – “parece mais um ‘atropelamento solidário’ e não ‘acolhimento solidário’” – revelador do predomínio da racionalidade instrumental sobre a racionalidade substantiva e, junto a isso, a negação das possibilidades de cooperação entre os saberes médicos e populares no processo de neutralização ou avanço das doenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo atinge seu objetivo ao demonstrar que a necessidade de coexistência entre os saberes médicos, antropológicos e dos pacientes, emerge como necessidade civilizatória, uma vez que põe em dúvida o predomínio abusivo da racionalidade instrumental sobre a substantiva nos processos de gestão dos processos de prevenção e de cura dos pacientes. Fica igualmente demonstrado que a ausência de elementos constituintes da racionalidade substantiva, materializada nos saberes antropológicos e populares, caracteriza-se mais como obstáculo do que como alavanca aos processos de neutralização das doenças que afligem as populações.

Tais demonstrações podem emergir como modestos alertas a futuras políticas públicas orientadas à gestão do binômio saúde/doença. Se por um lado, intervenções orientadas pela racionalidade instrumental, por serem centralizadas e unidimensionais, são mais rápidas, por outro, intervenções negociadas, embora mais demoradas, podem ser mais sólidas em termos emancipatórios. Pode ser que o principal segredo de uma gestão bem sucedida do binômio saúde/doença esteja associado à capacidade de “escutar” e respeitar as diferenças biológicas e socioculturais dos pacientes. Contudo, é oportuno enfatizar que não se trata, em nome dos saberes dos pacientes, de abandonar os avanços fundamentais da medicina, mas de estimular a coexistência, a complementaridade de saberes com vistas a um objetivo mais amplo: a auto-realização, a felicidade dos pacientes, pois, conforme a

epígrafe que traduz de forma ímpar a ideia-força deste artigo “[...] *un ser humano enfermo es un Díos/Diosa que se ignora*” (LANCTÔT, 2002, p. i).

RACIONALIDADE INSTRUMENTAL	RACIONALIDADE SUBSTANTIVA
<p>1. Da abordagem sociocultural de Serva, as racionalidades instrumentais emergem de ações baseadas “[...] no cálculo, orientadas para o alcance de metas técnicas ou de finalidades ligadas a interesses econômicos ou de poder social, através da maximização dos recursos disponíveis” (SERVA, 1997, p.122-3).</p> <p>2. De abordagens socioambientais complementares, as racionalidades instrumentais estão associadas a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Menor preocupação com a complexidade; b) Ênfase no cálculo abstrato; c) Ênfase no “universal”; d) Pouca preocupação com a incorporação do outro; e) Ênfase no antagonismo; f) Muita atenção ao dualismo que separa a sociedade da natureza; g) Ênfase no global. 	<p>1. Da abordagem sociocultural de Serva, as racionalidades substantivas emergem de ações orientadas “[...] para duas dimensões; na dimensão individual, referem-se à auto-realização, compreendida como concretização de potencialidades e satisfação; na dimensão grupal, referem-se ao entendimento, nas direções da responsabilidade e da satisfação socioambiental” (SERVA, 1997, p.122-3).</p> <p>2. De abordagens socioambientais complementares, as racionalidades substantivas estão associadas a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Maior preocupação com a complexidade; b) Ênfase no cálculo concreto; c) Ênfase nas singularidades; d) Maior preocupação com a incorporação do “outro”; e) Ênfase na complementaridade; f) Pouca atenção ao dualismo que separa a sociedade da natureza; g) Ênfase no local.

QUADRO 1 - RACIONALIDADE SUBSTANTIVA E INSTRUMENTAL

FONTE: Inspirado e adaptado a partir de SERVA, 1996; SERVA, 1997; LEFF, 2001a; LEFF, 2001b; LEFF, 2003; LEFF, 2006; MORIN, 2003; FLORIANI, 2004.

ELEMENTOS CONSTITUINTES E CONSTITUTIVOS DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL	ELEMENTOS CONSTITUINTES E CONSTITUTIVOS DAS RACIONALIDADE SUBSTANTIVA
<p>1. Cálculo – Ações centradas no imediatismo da biomedicina, sem preocupações com os pacientes;</p> <p>2. Fins – Para os fins não é necessário julgamento ético; o núcleo duro da atividade de gestão da saúde/doença é o médico, não o paciente.</p> <p>3. Maximização de recursos - busca da eficácia e da eficiência máximas na gestão da saúde/doença sem preocupações com as angústias e sofrimento dos pacientes.</p> <p>4. Heteronomia – A disputa excessiva entre as racionalidades proporciona a emergência de obstáculos à coexistência dos saberes médicos e dos pacientes;</p> <p>5. Centralização – Negação deliberada ou velada de espaços para participação dos pacientes no processo de gestão do binômio saúde/doença.</p> <p>6. Escolha – Sempre que ocorre é determinada pela vontade dos profissionais da saúde, não pelas necessidades dos pacientes.</p>	<p>1. Auto-realização - ampliação de espaços para o desenvolvimento das potencialidades próprias aos pacientes; Direito à vida para todos.</p> <p>2. Entendimento - ações pelas quais estabelecem-se consensos, coordenando atividades comuns sob a égide da responsabilidade e da satisfação dos pacientes; cooperação entre as racionalidades envolvidas sem negação dos conflitos;</p> <p>3. Julgamento ético dos meios e fins - deliberação baseada na emergência da capacidade de se indignar face a possíveis abusos contra os pacientes; embora o médico seja importante, o núcleo duro da atividade de gestão é o paciente;</p> <p>4. Autonomia - condição plena de coexistência dos saberes médicos e dos pacientes, respeitando-se suas diferenças.</p> <p>5. Descentralização – Ampliação de espaços para a participação efetiva dos pacientes nos processos de gestão do binômio saúde/doença;</p> <p>6. Escolha – Sempre que ocorre não é determinada pela vontade dos profissionais da saúde, e sim pelas necessidades dos pacientes;</p>

QUADRO 2 - ELEMENTOS CONSTITUINTES E CONSTITUTIVOS DAS RACIONALIDADES

FONTE: Inspirado e adaptado a partir de SERVA, 1996, SERVA, 1997; LEFF, 2001a; LEFF, 2001b; LEFF, 2003; LEFF, 2006; MORIN, 2003; FLORIANI, 2004.

REFERÊNCIAS

AMORIM, S. T. S. P. de; MOREIRA, H.; CARRARO, T. E. A Formação de Pediatras e Nutricionistas: a dimensão humana. **Rev. Nutrição**, v.14, n.2, Campinas, maio/ago.2001.

BALLESTER, D. *et al.* Avaliação da consulta médica realizada por ingressantes na residência de pediatria. **Rev. bras. educ. med.**, v. 35, n. 3, p. 389-397, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v35n3/a13v35n3.pdf>> Acesso em 15 dez 2013.

CAPRARA, A.; FRANCO, A. L. e S. A Relação Paciente-Médico: para uma humanização da prática médica. **Cad. Saúde**, v.15, n.3, Rio de Janeiro jul./set.1999. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v15n3/0505.pdf>> Acesso em 10 dez 2013.

COSTA, F. D. da; AZEVEDO, R.C.S. de. Empatia, relação médico-paciente e formação em medicina: um olhar qualitativo. **Rev. bras. educ. med.**, v. 34, n. 2, p. 261-269, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v34n2/a10v34n2.pdf>> Acesso em 15 dez 2013.

DESCARTES, R. **Descartes: vida e obra.** São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

DIAS, S. O. O estudo da saúde e da doença. **Ciência e Cultura**. v. 55, n.4, p. 9-9 out./nov/dez. 2003. Disponível em <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v55n4/a06v55n4.pdf>> Acesso em 10 dez 2013.

FERNANDES, V. A racionalização da vida como processo histórico: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo. **CADERNOS EBAPE.BR**, v. 6, n.3, Set. 2008, p.1-20. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v6n3/v6n3a02.pdf>> Acesso em 12 dez 2013.

FLORIANI, D. **Conhecimento, Meio Ambiente e Globalização.** Curitiba: Juruá, 2004.

_____. **Epistemologia Ambiental/Oficina de Teoria e Metodologia.** Curitiba: Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR, primeiro semestre de 2003.

GIDDENS, A. **Sociologia.** 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LANCTÔT, G. *La mafia médica: como salir com vida de la prueba y recuperar salud y prosperidad.* Jaca/Huesca/España: Ediciones Vesica Piscis, 2002. Disponível em <<http://teatrevesadespertar.files.wordpress.com/2012/07/la-mafia-medica.pdf>> Acesso em 14 dez 2013.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001b.

_____. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, Enrique (Coord.). **A Complexidade Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2003, p.15-64.

_____. **Racionalidade Ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MACHADO, M. H. **Os médicos no Brasil**: um retrato da realidade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MACIEL-LIMA, S. M. Acolhimento solidário ou atropelamento? A qualidade na relação profissional de saúde e paciente face à tecnologia informacional. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 502-511, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n2/18.pdf>> Acesso em 10 dez 2013.

MACIEL-LIMA, S. M. **No fio da sutura**: um estudo sociológico sobre a equipe multidisciplinar do Serviço de Transplante Hepático do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná. 170f. Doutorado (Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

MACIEL-LIMA, S. M.; RASIA, J. M. As imagens não falam por si mesmas: um estudo sociológico da equipe do transplante hepático. **Saúde Soc.** v. 21, n. 1, p. 42-51, jan.-mar. 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21n1/06.pdf>> Acesso em 10 dez 2013.

MOREIRA FILHO, A. A. **Relação médico-paciente**: teoria e prática. 2. ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SERVA, M. R. **Racionalidade e Organizações**: o fenômeno das organizações substantivas. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas (Tese de doutoramento), 1996.

_____. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: v. 31, n.2, p. 108-134, mar/abr, 1997.

SICARD, D. Corps et images du corps. L'Hôpital à vif. L'état des lieux. Paris: **Autrement**, n. 109, septembre, p. 37-40. 1989. (Série Mutations n.º 109). Entrevista.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

*Recebido em 06/01/2014
Aprovado em 10/02/2014*

FILOSOFÍA ANALÍTICA: LA CRÍTICA SISTEMÁTICA DE AARON PRESTON

Johnny Octavio Obando Moran*

“el discurso de muchos filósofos analíticos contemporáneos es tan simple cuanto una iglesia barroca y tan clara cuanto la lama” (H-K Glock)

Resumen

Daré cuenta aquí de las vicisitudes de la reflexión de Aaron Preston en su sistemática crítica del movimiento analítico. Para lo cual me remitiré a algunos de sus materiales. Trataré de resaltar que la crítica prestoniana apunta a mostrar con claridad los alcances y límites de este movimiento y filosofía analíticas. Y se mostrará también que, muchas de las llamadas cualidades del movimiento analítico no son otra cosa que manifiesta ignorancia de consideraciones básicas exigidas para el abordamiento de la historia de la filosofía. Enfatizaré el papel de la última etapa del movimiento analítico que hace un recuento histórico de su propio proceso apuntando a resaltar aspectos como autoconciencia, reivindicación de la metafísica y la historia. Pondré de relieve cuestiones temáticas generales de los representantes de esta última fase, como de los enlaces que suscitan sus reflexiones que resultan, precisamente, todo lo inverso del momento inicial de este movimiento. Llamaré la atención sobre una audaz tesis de Preston: el llamado movimiento analítico no pasó de ser una ilusión.

Palabras claves: movimiento analítico; alcances; límites; última fase; nuevos temas; genealogía; filosofía analítica.

Abstract

I will give here a short account of the process of Aaron Preston's thought respecting his systematic criticism of the analytical movement. In doing so, I will refer to some of his texts. I will try to stress that Prestonian criticism aims to show clearly the range and limits of the analytical movement and philosophy. And we will also show that many of the so-called merits of the analytical movement are nothing more than sheer ignorance on the demanded basic considerations for the approach of the History of Philosophy. I will place more emphasis in the role of the analytical movement's last stage, in which this movement makes an analysis of its own process trying to stress aspects such as self-consciousness, and the vindication of metaphysics and history. And I will underline general thematic questions of representative thinkers of this movement in its last phase, as much as the connections resulting from their reflections, which, precisely, end by being all the opposite of what was set out by them in the beginning. I will draw attention on an audacious thesis by Preston: the so-called analytical movement was nothing but an illusion.

Keywords: analytical movement; range; limits; last phase; new subjects; genealogy; analytical philosophy.

* Doutor em Filosofia pela UFRGS. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *E-mail:* jomoranobando@yahoo.es

Contextualización de la temática

Aaron Preston es un filósofo y profesor de filosofía de nacionalidad estadounidense que ha trabajado y trabaja sistemáticamente al movimiento y filosofía analíticas.

Llamo la atención sobre él porque no se considera este trabajo de tipo panorámico y crítico como serio o, simplemente, se desconocen o dejan de lado porque es más fácil proseguir con la vieja costumbre de las instituciones universitarias filosóficas, repetir lo internacional sin reflexión y enraizamiento espiritual alguno con nuestra tradición filosófica. La más neta filosofía anatópica.

En esta línea, sería interesante, igualmente, hacer la deconstrucción de como las historias de las filosofías en América Latina se muestran límpidas, sin disidentes, y yerbas no aromáticas para el gusto filosófico. Ni menos hacer notar como las filosofías son ‘limadas de asperezas’ y reducidas a lo lógico-hermenéutico o lógico-exegético cuando recepcionadas en el ambiente universitario filosófico de América Latina.

En general de la exposición sistemática de sus ideas, nosotros haremos comentarios procurando diferenciar en todo momento lo que es de Preston y lo que es de mi pertenencia, y en todos los casos lo indicaré de esta manera “estimamos o decimos nosotros en este párrafo” o algo parecido. El resto, como será fácil de entender, pertenece al Profesor Preston.

Aquí haré un seguimiento de la producción facilitada por este autor en su sitio web. Los subtítulos corresponden a los artículos y libros de Preston, la bibliografía se encuentra al final del artículo. Hechas estas aclaraciones entremos en materia.

- Prolegomena to any Future History of Analytic Philosophy.-

La filosofía analítica contemporánea en la estimación de alguno de sus seguidores [Apud Preston de Biletzki y Matar], encuentran que se ha de revitalizar. Se encuentra entre los que así piensan H. Putnam e Hintikka. Así la sobrevivencia de esta filosofía solamente tiene sentido si se reconoce el valor del último Wittgenstein en filosofía.

Nosotros diremos en este párrafo lo siguiente: El neopragmático analítico Richard Rorty estima que la filosofía analítica en los EEUU culmina en W. Quine, el segundo Wittgenstein, Sellars y Davidson, los cuales apagaron las diferencias entre lo semántico y lo pragmático y, finalmente, que el lugar natural de la filosofía analítica son las aguas del neopragmatismo [Rorty: 24-25].

La misma opinión es compartida por el destacado filósofo hispánico Jaime Nubiola, solamente que él lo enuncia de manera algo diferente: el resurgimiento de la filosofía analítica procede de su unión con la filosofía pragmática, es decir, como neopragmatismo analítico [Nubiola: 1999].

Este problema ha llevado, ahora Preston y de manera bastante sistemática, a un creciente número de autores a preocuparse por lo que se llama o caracteriza, específicamente, como la filosofía analítica [Apud Preston de Corrado: Baker y Hacker; Cohen; Hylton; Charlton; Coffa; Griffin; Dummett; Clark; Fallesdal; Monk; Haecker 1997; Capaldi; Strollo; Hanna; Soames, y otros [Preston: p. 448]²¹ .

²¹ Llamo la atención del lector que esa línea de crítica a la filosofía analítica no se conoce en el Perú o se conoce muy poco en Hispanoamérica. En otros términos: no se toca el asunto. En la filosofía de lengua portuguesa, Brasil, poco o nada se habla de este problema cuestionado severamente por este autor Preston, o, en su defecto, se usa la consabida táctica de limpiar las diferencias y contextos de todos en la región de la lógica. Sería interesante poner más atención en la historia y especificidad de la filosofía estadounidense, antes que anglosajona, en la medida que la usamericanización de nuestra filosofía y sociedad en A. L y los Caribes es muy clara.

A mediados del siglo XX, dice Preston, la filosofía analítica creía que había traído la revolución a la historia de la filosofía, que era el inicio de una nueva era filosófica. Incluso remarcaban que la historia de la filosofía había tenido dos grandes hitos: el primero con Descartes que desplazó la ontología por la epistemología, y el segundo que se dió con el *giro lingüístico* en los años tempranos del siglo XX, específicamente en la década del 30, donde el lenguaje viene a ser materia de esta filosofía, y se acepta que lo que ahora se llama “filosofía analítica” está conectada con esta segunda revolución [Apud Preston de Clarke: 1997] [Preston: p. 449]. Hacker mismo estima que antes de 1970 el movimiento analítico creía firmemente que estaba limpiando los establos de Augías.

Un efecto importante de la reciente investigación es que nos ha capacitado para visualizar la importante diferencia de las ‘microrrevoluciones’ en el movimiento analítico. Sin embargo, no se puede perder de vista el hecho que la filosofía analítica fue - en otro tiempo - popularmente un pensamiento que había hecho una “macrorrevolución” en la historia de la filosofía en general, donde las varias fases del movimiento analítico eran popularmente tomadas por ser fases de semejante historia de la filosofía. Precisamente porque ellos eran comprendidos estar trabajando dentro de los parámetros de un nuevo régimen instituido por esta ‘macrorrevolución’ analítica.

Ahora esta macrorrevolución, esta fundamental ruptura con el pasado, es usualmente comprendida como haber tomado un lugar dentro del giro del siglo XX [Preston: p. 449]. En los mejores días de la filosofía analítica un número de filósofos analíticos hicieron esfuerzos por colocar la filosofía analítica como continuación del todo [subr : OO] de la filosofía por asimilación de la historia de la filosofía a su movimiento (Preston: p. 451)

En general los filósofos occidentales, decimos nosotros en este párrafo, cuando hay una filosofía que levanta su horizonte en occidente modificando la perspectiva dominante, corren para indicar que es una “nueva era” filosófica. En el movimiento analítico es notorio porque ellos llegaron con toda una parafernalia bombástica. En suma, la montaña parió un ratón mutante. Es así con las filosofías, es así con la ciencia, y un largo et cetera. Pero lo triste es que el ratón sigue creyendo que nació coronado, no es mutante y el resto padece de amnesia.

Cuando en general se habla de la crisis de la filosofía analítica, prosigue Preston, se hace en el sentido nominativo, es notorio este uso desde 1940 para expresar una nueva aproximación a la filosofía en el mundo anglosajón. E. Nagel lo usa en sentido nominativo y no en el sentido adjetival. Desde 1949 Arthur Pap usa el término ‘filosofía analítica’ para referirse a una ‘escuela de pensamiento’ [Preston: p. 455].

Arguye Preston que no se entiende porque la fase actual del movimiento analítico se sigue llamando ‘analítica’ con relación a la primera fase, cuando hay un obvio cambio en la perspectiva. Este cambio de nominativo para el adjetival es un cambio de definición esencial [Preston: p. 456]. Hacker en sus escritos de filosofía lo usa en sentido adjetival [Preston: p. 456].

El error esencial de la tendencia contemporánea de la filosofía analítica es que cambian el significado, superponen el significado, de un fenómeno que se desarrolló a fines del XIX y muy tempranamente durante el siglo XX [Preston: p. 459]. Para decirlo de otra manera. Se basan en una popular opinión de la filosofía analítica que existe ahora como escuela de filosofía, y cuya ruta habría sido trazada muy tempranamente en el siglo XX. Los historiadores contemporáneos de la filosofía analítica parecen tener la creencia en la existencia de una escuela de filosofía analítica que se expresa en el presente y que basta revisar

el concepto de él [Preston: p. 460]. Sin embargo es claro que hay una superposición conceptual.

Hubo un cambio desde el inicio de la filosofía analítica que hasta 1940 incluía una serie de tendencias, y pasó a ser una especie de escuela que se basa en un método desde esta década; y hay un cambio de sentido del concepto tomando uno por otro; entonces, no se entiende la supuesta continuidad entre una y otra, como tampoco está claro como se puede superar una crisis de una escuela que no existe [Preston: p. 463], que es, simplemente, una ilusión.

Sin contar con el hecho manifiesto - prosigue el crítico - que la tendencia contemporánea del movimiento analítico (que comienza por la década del 40 del siglo XX) inicialmente asimilaba la historia de la filosofía al movimiento analítico, ahora asimila la filosofía analítica a la historia de la filosofía. La tendencia contemporánea del movimiento analítico en su fase temprana se extinguió con la filosofía lingüística cuyos proponentes suministraron su *leit motiv*. El destino de la tendencia contemporánea está, con todo, no decidido [Preston: pp. 451-452]

En síntesis, decimos nosotros, la afirmación de la tesis siguiente es, realmente, drástica: la escuela analítica es una ilusión.

Y el núcleo duro de la argumentación prestoniana radica en esto:

1) Se pasó entre 1900 y 1940 de una serie de tendencias y confluencia de tendencias, para denominar la filosofía analítica, a una escuela de pensamiento que se basa en un método;

2) Hay un cambio de sentido del concepto tomando uno por otro, no hay continuidad, sin embargo se presume ésta;

3) Del paso inicial de deglutir la historia de la filosofía como un todo, al modesto reconocimiento de considerar la filosofía y movimiento analíticos como parte de la historia de la filosofía de occidente.

- Conformism in Analytic Philosophy: On shaping Philosophical Boundaries and Prejudices.-

En este artículo nuestro autor argumenta la siguiente respuesta a la pregunta: ¿Cómo es que la filosofía analítica existe no siendo una escuela de filosofía? Aquí Preston amplía el contexto de explicación de su primer artículo (Prolegomena). Apelará, para desenvolver su respuesta, a la hipótesis del conformismo, es decir, que es una entidad social unificada por memes interaccionales y que se mantienen por transmisión en alta frecuencia.

El meme es una unidad de información cultural, tal como una idea o práctica cultural, que es transmitida verbalmente o por acción repetida desde una mente a otra. Y precisa más el autor: los memes pueden transmitirse ciegamente, más o menos espoleados como un proceso mecánico sobre el instinto humano, un poco mejor que la comprensión humana. Esta es la noción de conformismo humano.

No es algo conciente, guía la conducta sin anunciarse por sí misma. Es imitación. Y encierra obvias ventajas, entre ellas facilita la interacción con otros seres humanos. Son resistentes al cambio, selectivos, conservadores, y posibilita la unidad de varios grupos humanos con criterios de inclusión y exclusión conceptual. Así, un primer momento antimetafísico del movimiento analítico puede haber sido un meme interaccional adoptado para pertenecer a la 'escuela'.

Así esta escuela analítica no se unifica por los filosofemas, se unifica por memes interaccionales. Mas las motivaciones cambian. Indica P. Hacker que antes de la década del 70 del siglo XX europeo el movimiento analítico tenía fervor revolucionario, y una creencia apasionada en que ellos estaban limpiando los establos filosóficos de Augías con el método lingüístico (idea que ya hemos indicado antes: OO). El giro al análisis lingüístico -

en la década del 40 - hizo aparecer la creencia que la unidad del movimiento venía del giro lingüístico, y pasó a ser un boom social en la segunda postguerra mundial.

Dejándose de lado que el análisis tenía otros sentidos antes de esta década del 40, hay que decir, sin embargo, que es una ilusión. La filosofía analítica nunca fue poseída por alguna doctrina definida, nunca logró una unidad filosófica como nunca fue una escuela de filosofía.

Se responde a la pregunta inicial ¿cómo es que la filosofía analítica existe no siendo una escuela de filosofía?: “the conformist hypothesis -the view that the original unity of analytic philosophy was grounded in interaccional memes propagated by norm conformism - is the most plausible explanation for the phenomena” [Preston: p. 22].

¿Fue la propagación de los memes interaccionales los que dieron la visión de unidad de la filosofía analítica? A diferencia de A. Preston, decimos nosotros, el historiador de la filosofía estadounidense Bruce Kuklick indica la razón, de una manera dura y plausible, de aquello que permitió el paso en esta decisiva década del 40 del siglo XX usamericano, de múltiples tendencias antes del 40 a una escuela con un dominante método en la década del 50, dice así:

“Los pragmatistas clásicos habían pensado que la filosofía podía cambiar el mundo; la generación de entreguerras tenía la preocupación que aquella no había cambiado el mundo; por 1950 los filósofos se habían limitado al papel de encogerse de hombros, y plenamente. Al enfatizar que la filosofía estaba alrededor del lenguaje, los filósofos indicaban una nueva impotencia. La dimensión de su impotencia fue la trivialización de otros campos de la filosofía. Aunque los analíticos no desplazaron los más tradicionales temas de la filosofía como, significativamente, el positivismo lógico, empero ignoraron los temas cuando estos temas podían ignorarse” [Kuklick: p. 246]

Y precisamente con la actitud de indiferencia:

“Justamente con esta opción de encogerse de hombros por los estadounidenses durante la marea alta de la Guerra Fría contra el comunismo, desde 1945 hasta la temprana década de 1960, pudo construirse como una “verdadera” filosofía. Los analíticos definieron estrechamente los límites de la filosofía, delimitando las pocas cuestiones que fueron tomadas como constitutivas del pensamiento universitario, y marginalizaron muchas otras. El análisis fue la filosofía del imperial occidente democrático, conjuntamente con su socio menor Gran Bretaña. No solo el aspecto político también el metafísico fueron dejados de lado, desapareció así el alma de la investigación alrededor de la naturaleza de la filosofía” [Kuklick: p. 247].

La razón fue política estima este historiador de la filosofía. Fue parte de la lucha contra el comunismo en un proceso iniciado en la década del 40 del siglo XX estadounidense. Y Kuklick dice más todavía: la reducción temática de la filosofía a una delimitación temática antojadiza de los analíticos, unido a su método, apuntaron a *desosar* lo medular de la filosofía: la investigación respecto al ser.

Se puede pensar, entonces, decimos nosotros, que ¿lo que en los pragmáticos clásicos comenzó como una legítima reivindicación de la naturaleza espacio-temporal de la comprensión del ser por el entendimiento, desde la década del 40 y por razones políticas, es instrumentalizada esta filosofía con *finés políticos y lo filosófico se torna otro medio de realizar la política?*, o ¿dónde ambas se mezclan y se instrumentalizan mutuamente con *finés* ya no teóricos sino políticos, y dentro de ellos se delimitan los filosóficos?

Por consiguiente, la reducción de la filosofía analítica como la negación temática y metafísica de la filosofía fue, centralmente, un hecho político y, secundariamente un hecho filosófico. Pero el hecho político significó el apuntalamiento del hecho filosófico – el sistema

universitario en general y la filosofía académica en particular como punta dentro de la punta del iceberg político-económico - caracterizado por la reducción a simple metodología filosófica, y reducción de la naturaleza de la temática filosófica.

Aquí haré una digresión sobre la vieja relación de mediano y largo alcance de la filosofía con el poder político, relación que cobra diferentes matices en el proceso de la historia de la filosofía que va de formas toscas a sofisticadas, mas siempre favorecidas las filosofías dominantes por un contexto político represivo, o, que emergen como dominantes, y se asientan posterior y filosóficamente, teniendo como punto inicial un contexto represivo.

En perspectiva histórica de mediano y largo alcance hay que decir que el triunfo del idealismo filosófico, el teísmo cristiano, entre el siglo I y el XVI fue gracias a la represión política que dejo vivir lo trabajado y depurado filosóficamente contra el materialismo y hedonismo.

Entre el siglo XVI y XVIII gracias a la represión feudal - y de los aspirantes burgueses al poder - lo fue contra todo pensamiento panteísta y materialista que se manifestara. En el siglo XVIII y XIX por el cerco que impuso la ilustración liberal empirista a lo Locke y D'Alambert.

En el siglo XX prosigue con la censura jerárquico filosófica de la institución universitaria, y la actual industria filosófica universitaria - y los constantes saltos reduccionistas aquí grosso modo mencionados -, hasta llegar al extremo más estrecho del embudo que pretende monopolizar, seleccionar y administrar sectariamente la filosofía a través de 'La' filosofía analítica en la esfera universitaria: 'o estás conmigo o contra mí'. Eco filosófico anglosajón del eco político anglosajón estadounidense.

En América Latina y los caribes el proceso de mediano y largo alcance fue otro, la filosofía nació hecha, o fue implantada, al modo occidental hispánico o portugués o

inglés o francés u holandés: arrasando con todo lo precolonial, e imponiendo partir - naturalmente - del 'punto cero' occidental y cristiano.

Impuesto el modelo de sistema universitario, el modelo de conocimiento y el modelo de valoración y uso del conocimiento sobre el dicho sistema, se montan las capas posteriores que, ciertamente, también evolucionan.

Lo conflictivo entre el corto y mediano plazo hay que observarlo en los procesos desarrollados en estas fechas: constitución de los estados nacionales en las revoluciones independentistas, los caudillismos, la fase positivista, los golpes militares, etc. La relación poder político y filosofía, y básicamente filosofía universitaria en el siglo XX latinoamericano y caribeño, fue una relación apenas de conflicto en el aspecto coyuntural, no así visto en el horizonte del mediano y largo alcance.

Retomando la exposición. A la luz de esta cuestión se podría leer la importancia que asume el trabajo de Preston para una serie de interrogantes, y del retorno de la última fase del movimiento analítico a la metafísica, la autoconciencia y la historia.

La ruptura fenomenista generada por el naturalismo, el materialismo y el inmanentismo usamericano (los Sellars, Armstrong et al) con la tradición fenomenista inglesa de Locke-Hume, significaría dentro de la misma tradición filosófica usamericana iniciada desde los cuarenta en un sentido político y francamente pro-sistema liberal, significaría, reitero, en la década del 90 y la primera década del siglo XXI estadounidense, un auténtico fracaso histórico. Lo sería así al desarrollarse una tendencia, la naturalista y materialista, en contra de la tradición fenomenista anglosajona estadounidense encarnada por el pragmatismo, los analíticos y los pragmático-analíticos.

Es más, decimos nosotros, temáticamente habrían ido más allá --con el inmanentismo, el naturalismo y el materialismo-- de lo que

ellos mismos pensaron como proceso filosófico general. Para decirlo de otra manera. Se desataron nuevas fuerzas espirituales y políticas dentro de este clima de posguerra, donde el inmanentismo, el naturalismo y el materialismo pasaron a tener mayor consistencia porque se reforzó la autoridad de la ciencia y el naturalismo cientista.

Se impondría, estimo, una revisión más detenida de los eventos en el campo de la actividad de las universidades usamericanas y sus departamentos de filosofía y humanidades afectadas por la posguerra entre 1945 y 1950, es sabido, en términos generales, que desde 1947 se vivió en USA un clima muy tenso políticamente respecto al comunismo²² Y, por último, saber en

²² Belfrage, Cedric: The American Inquisition 1945-1960: A Profile of the "McCarthy Era" "As Belfrage shows, this era opened long before McCarthy. The House Un-American Activities Committee (HUAC) began in 1938, under the chairmanship of Martin Dies, to set the pattern McCarthy was to follow, and the Smith Act was first successfully used against antiwar political dissidents, members of the Socialist Workers Party, in 1940. (New Yorkers old enough to vote then will probably date the beginning with the Rapp-Coudert Committee's vicious attack on City College and the other members of our City University system.)" Recensión de Annette T. Rubinstein, *Monthly Review*, Sept. 1990: http://findarticles.com/p/articles/mi_m1132/is_n4_v42/ai_9397183/pg_2/; Por nuestra parte tenemos que decir que Belfrage fue un disidente comunista inglés deportado de USA durante el macartismo; Otros autores también remiten el suceso filosófico y social-filosófico al macartismo, un estudio que relaciona directamente política y filosofía es la recensión de J. J. Emerson: 'Reisch's book by and large confirms my speculations about analytic philosophy's rise to dominance in American universities -- though in one major respect it requires me to change my view. It should be read along with McCumber's *Time in the Ditch*, Mirowski's *Machine Dreams*, and (presumably) Schrecker's *No Ivory Tower* (which I haven't read yet). These books show how the politically-motivated incentives both positive (fellowships and targeted grants) and negative (firings, threats of prosecution) moved philosophy and other academic disciplines in directions compatible with liberal interventionism and with anti-populist administrative liberalism. Philosophy, in particular, moved in the direction of specialization, scientism, value-neutrality, and political non-involvement -- rather than toward any substantive political view, whether liberal or conservative" (ver bibliografía); Igualmente Reisch: "The point I would like to make today is that when I claim, as I believe, that the cold war was largely responsible for transforming logical empiricism from a socially and culturally engaged project into a socially and politically sterilized project, the dynamics driving that transition were in many cases powerful and personal. Philosophers of science did not, out of curiosity or desire for professional advancement, put their fingers in the air and decide to scale back their political views. Rather, they were intimidated and bullied, if not by Sidney Hook or the FBI, then by a "climate of fear" in which one word from a student or colleague suggesting that one's politics were unsavory could snowball into a life and career-changing investigation" (p. 17) (ver bibliografía)

términos más amplios acerca del lugar histórico de la filosofía usamericana en general, y de Quine en particular desde la década del 50, dentro de este clima de posguerra que parece fue de profundas y encontradas contradicciones.

Y esto nos lleva a un nuevo conjunto de interrogantes:

¿El neopragmatismo analítico rortiano²³ pretendería ser una cuestión renovada de ese viejo programa fenomenista donde su antirrepresentacionalismo sería apenas insistir en algo ya presente en los fenomenistas ingleses clásicos?. ¿la epistemología naturalizada de Quine ha de ser valorada solamente en el orden filosófico o es inevitable asumir el clima de la época? Por último ¿es confiable esta filosofía como tal, como filosofía apolítica? ¿cuál es la razón por la que Preston estima, más adelante, que los filosofemas se sostienen por su valor racional y no por seguros?. Y en términos más generales ¿no es un mito que la filosofía, los filósofos y los profesores de filosofía son neutros?

El intento de las ontologías naturalistas de cientistas y filósofos usamericanos, prosigo, con todas sus limitaciones históricas frente a la vieja tradición ontológica europea, sería, sin embargo, el serio intento de reforzar una línea dura filosófica: la inmanentista, naturalista y materialista.

No reivindicar este aspecto inmanentista y naturalista – no materialista - de los pragmatistas clásicos es negar, precisamente, lo central del Club de Metafísica de Harvard: su naturalismo y su

²³ Pogrebinski, Thamy. Será o neopragmatismo pragmatista? Interpelando Richard Rorty. En: *Novos Estudos*, no. 74. CEBRAP, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento: Brasil. Marzo. 2006: http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/sera_o_neopragmatismo.pdf, se indica de manera muy clara que Rorty es antirrealista a diferencia de los pragmatistas clásicos que eran realistas y "Em segundo lugar, para o pragmatismo clássico a experiência é um conceito que ultrapassa a esfera da linguagem, podendo até mesmo atingir formas pré-lingüísticas ou não-lingüísticas, ao passo que Rorty, ao se engajar na virada lingüística, de fato opera a substituição de um conceito pelo outro, fazendo a linguagem ocupar no neopragmatismo a posição que a experiência antes ocupava no pragmatismo"

kantismo de estacionamiento drástico del ser, pensar y pensamiento en el espacio-tiempo. Es ponerse de espaldas a su propia tradición filosófica. ¿Negar el neopragmatismo analítico rortyano es, precisamente, afirmar el pragmatismo clásico?. En última instancia entonces ¿el neopragmatismo analítico es, efectivamente y dentro de la misma tradición estadounidense, una continuación de la tradición pragmática? Y la distancia entre Rorty y Putnam como neopragmáticos analíticos ¿es solamente filosófica? Hay aquí varias cosas que no están claras.

Volvamos a Preston que está dejando en su reflexión infinidad de posibilidades reflexivas y polémicas del proceso espiritual usamericano. Finalmente decir que, primariamente, la unificada filosofía analítica fue un conjunto de tendencias de conductas que trabajaban sobre prácticas filosóficas, pero que no estaban fundados en filosofemas comunes que pudiesen estar sujetos a un escrutinio filosófico.

Ahora bien ¿qué capacita axiológicamente a esta filosofía analítica para ser el estándar filosófico en el mundo académico? ¿decidir qué es un buen trabajo filosófico y qué no lo es? Esta labor de juez inquisidor o guarda-frontera o entomólogo de palabras anula, evidentemente, a los que no se sujetan al molde.

Como es bien sabido, la filosofía académica occidental del siglo XX fue polarizada entre filósofos analíticos y continentales. Polarización que continúa aunque ya no con el énfasis propios del esplendor de esta filosofía en las décadas de 1970-90. Polarización de la cual el mismo M. Dummett se sorprende [Apud Preston de M. Dummett: *Origin of Analytic Philosophy*, 1993, Cambridge-Harvard].

Al final, y podemos usar esta afirmación de Preston como síntesis, los memes interrelacionales se tornaron normas para el conformismo²⁴ en cuanto los filosofemas se

²⁴ Esta dura crítica de Preston al conformismo filosófico se puede extender al referirse al conformismo del hombre dedicado a

sostienen por seguros y no por su comprensión racional. Pero habría que indicar que la crítica filosófica de Preston está resaltando el lado académico-filosófico y no explícitamente el político, política que parecería estar implícita e intensamente presente en la tradición filosófica estadounidense. Así, y este es también un problema, la teoría de los memes interaccionales podría aplicarse al lado académico-filosófico que resulta contrario al establecido por la tradición analítica.

- Implications of Recent Works in the History of Analytic Philosophy.-

En este material el autor trata de desenvolver las siguientes cuatro ideas básicas:

- 1) El movimiento analítico, aproximadamente, tiene grandes fases.
- 2) La primera fase ayudó a constituir una perspectiva recibida de la filosofía analítica que, aunque erróneo, fue central para el suceso del movimiento.

la actividad académica: “O *modus vivendi* do *homo academicus* pressiona constantemente para a adaptação. Ainda que tenha consciência crítica do campo acadêmico, são várias as armadilhas presentes no cotidiano. Na verdade, as exigências administrativas, burocráticas e acadêmicas impõem práticas e discursos legitimadores que nos cercam por todos os lados. Estamos sujeitos à lógica da concorrência: somos assalariados, submetidos a regras e normas burocráticas que regem o nosso dia-a-dia. Se, por exemplo, queremos passar de um nível para outro na escala da carreira, devemos apresentar a produção no período e somar o número de pontos exigidos. Se menosprezarmos esse procedimento, teremos prejuízos financeiros acumulados”, Antonio Ozaí da Silva: ‘Somos todos delinquentes acadêmicos?’, em Revista Espaço Acadêmico, nº 88, setembro de 2008, sitio web: <http://www.espacoacademico.com.br/088/88ozai.pdf>. Y esto lleva también a problemas que la revista *Nature* 453, 980-982 (19 June 2008), reporta y denuncia indicando que hay un elevado índice de falsificaciones efectuados según se acomode a los intereses del científico o con el silencio de las instituciones para no afectar su status científico, un comentario interesante también de Luis La Fuente, en ‘Falsificación y plagio: fraude en la ciencia’ (junio 26 del 2008): <http://andreonaranjo.wordpress.com/2008/06/26/falsificacion-y-plagio-fraude-en-la-ciencia/> En realidad este conformismo, estimo, afecta toda la actividad institucional-cognoscitiva y con un claro sentido político. Personalmente encuentro que la vieja relación de *ideales morales-ideas-proceso afectivo* está rota y se quiere aislar e imponer la segunda sin relación con las otras en absoluto y, más abiertamente en función del mercado. Esto engendra antihumanismo y falta de escrúpulos en el orden académico. Con la globalización imperialista de la década del 80 del siglo XX en adelante, adviene reconocible y más fuerte ese nuevo espíritu antihumanista, egoísta e inescrupuloso.

3) En la segunda y tercera fase define la filosofía analítica de hacer justicia alrededor del ascenso exitoso de la filosofía analítica, especialmente concernido a la significación histórica de la errónea perspectiva recibida.

4) La filosofía analítica es una ilusión.

Veamos ahora un poco más desplegado estas tres grandes fases de la perspectiva prestoniana de lo que se llama el movimiento y filosofía analítica.

La primera fase abarca de 1900-1950 que el autor llama de ‘perspectiva de la tesis lingüística’ La segunda fase abarca de 1950-1960 a 1980 que es de crítica a la perspectiva recibida. Y la tercera fase que abarca de 1990 en adelante, que es de una nueva aproximación histórica que consiste en aplicarla específicamente a la historia de la filosofía del movimiento analítico por sí misma. Y prosigue.

La primera fase estuvo marcada por algunas características, no centraré en todas, resaltaré solamente las centrales.

La primera característica es que esta filosofía tuvo por estandarte filosófico ser antihistórica y antimetafísica; esto lleva a la segunda característica, que el nuevo y correcto camino de la filosofía había sido descubierto, este descubrimiento era el análisis del lenguaje; la tercera afirma, los fundadores serían G. Moore, B. Russell y L. Wittgenstein; cuarta, los trabajos de filosofía analítica trabajaron con esta perspectiva recibida; quinta, las diferencias de perspectivas observadas en los filósofos analíticos fueron consideradas como críticas provenientes de gente ‘fuera del lugar’, no pertenecientes al movimiento, y dejadas de lado para acentuar la unidad en el análisis del lenguaje como el único análisis serio; y la característica más fundamental, era un modo de actividad filosófica.

Ahora bien ¿qué era este unánime método analítico practicado? Puede ser tomada la definición de J. O. Urmson que revelaría la centralidad de la interpretación dominante a mitad del siglo XX. ¿Qué dice Urmson?:

(a) La práctica del método analítico no tiene definido un trasfondo dogmático del todo concernido con el análisis filosófico, que era entendido solamente como una tarea.

(b) El análisis solamente mienta una descripción precisa de algo escogido y que envuelve reescribir en una vía diferente y apropiados términos las declaraciones que fundan los enigmas filosóficos [Apud Preston de J.O. Urmson: *Philosophical Analysis*, Oxford, p. VII). R. Strawson diría en 1963 que el análisis filosófico está preocupado con el significado (Apud Preston de “*Construction and Analysis*” dentro de la antología de A. Ayer: *The Revolution in Philosophy*, London, 1963; el sublineado es de Preston].

Así, decimos nosotros, el análisis del lenguaje como tarea no pretende ser una totalidad, por el contrario es análisis de algo específico. En la perspectiva de Urmson la tarea del análisis del lenguaje nunca pretendió, entre sus tareas, reducir la comprensión del ser, la totalidad de este ser. Su lugar específico fue una mejor comprensión del ser por medio de la tarea de esclarecimiento del lenguaje, capacidad de la que estábamos dotados por el análisis del lenguaje. Bastante simple, claro y directo.

Concluye así nuestro autor la evaluación de esta fase primera. Esta perspectiva recibida dice que la filosofía analítica originó una ruptura revolucionaria con la gran tradición de la filosofía, y se daría en el giro del siglo XX. La ruptura, además, fue alimentada con la percepción que el método del análisis del lenguaje era lo correcto para la investigación filosófica y que, finalmente, había sido descubierto. A esta fase la llama Preston de “perspectiva de la tesis lingüística”. Y nosotros decimos: la fase de la abolutización del análisis lingüístico o la fase de la reducción absoluta al análisis lingüístico.

La segunda fase incorpora desafíos que hacen imposible persista la perspectiva recibida. En las décadas del 60 y 70 del siglo XX usamericano el carácter de la

filosofía como análisis lingüístico comienza a ser dejado de lado (fall away), emergiendo la metafísica como una empresa legítima. En las décadas siguientes, i.e, del 70 y el 80 la actitud antihistórica de la filosofía analítica comienza una apertura del movimiento.

El espacio comenzó a ser generado desde dentro de la perspectiva del movimiento por investigadores que realizaron trabajos más centrados históricamente sobre la propia historia de la filosofía (Apud Preston de J. B. Schneewind, 2004). A inicios de la década del 90 una nueva aproximación histórica fue adoptada por los filósofos interesados en aplicarla a la historia de la filosofía analítica por sí misma. Es la etapa de la “nueva ola” en historia. Este camino tiene representantes mayores: Tom Baldwin, Hans Sluga, Nicholas Griffin, Peter Hacker, Ray Monk, Peter Hylton, Hans-Johann Glock y Michael Beaney.

Este nuevo camino significa no solamente el uso de una nueva aproximación histórica, empero el hecho que resulta de sus estudios está frecuentemente en la perspectiva recibida o heredada del periodo protohistórico. La perspectiva recibida o heredada continúa en la actualidad desarrollándose pero en una forma alterada, i.e, moldeando y ajustando el desarrollo de esta filosofía analítica durante la segunda mitad del siglo XX.

Y sobre este punto quiero hacer una digresión. Es motivo de intriga para nosotros entender ¿qué significa la afirmación de continuar desarrollándose de manera alterada? Significa acaso:

- a) ¿La continuación renovada de la tendencia de la filosofía lingüística que sigue siendo mayoría y *predominante* en el mundo académico-filosófico estadounidense y anglosajón?,
- b) ¿Se refiere a la tendencia que trabaja con la idea de *superposición* de sentidos que justifica la tesis crítica de la ilusión?
- c) ¿El revisionismo (del cual habla después Preston) es la variante dominante dentro de

las variantes que salen de dentro del movimiento analítico?, o, finalmente

d) ¿Se trata de la tendencia mayoritaria y dominante de la filosofía lingüística usamericana que trabaja con la superposición de sentidos como parte de su herencia para justificar su tendencia como ‘filosofía lingüística’?

Me inclino a dar una respuesta afirmativa a la última interrogante, es decir, que sigue siendo dominante la filosofía lingüística que trabaja moldeándose y, además, trabajando con la superposición de sentidos. Pese al ataque bastante severo de Preston, no sabemos, infelizmente, qué tan fuerte sigue siendo esta línea dominante pese a las tendencias disidentes o disidentes individuales dentro de sus propias filas. Al menos el Profesor Hanna discordaría, la filosofía analítica como análisis del lenguaje está ‘intelectualmente vigoroso, institucionalmente garantizado’ [Hanna: 30]

Prosigamos la exposición de Preston. Esta “nueva ola” ha descubierto que dentro de los representantes de la protohistoria del movimiento analítico hubo profundas diferencias, sobretudo en lo relacionado con lo que era el análisis filosófico, y los objetos del análisis. Así, uno de los principales analíticos como G. Moore no concibe los objetos del análisis filosófico como todo lingüístico, y rechaza también la interpretación lingüística en sus propios trabajos [Apud Preston de G. E. Moore “A Reply to My Critics” in Schilpp (Ed) 1942, pp. 535-677, en particular de la página 660 en adelante].

Pero la cita en cuestión se puede obtener también si se hace una breve revisión del artículo de Preston sobre “G.E. Moore” escrito para el Internet Encyclopedia of Philosophy [subtítulo 4: Philosophical Methodology]. La cita tomada por Preston deja bastante especificado el rechazo de Moore de adscribirlo al método lingüístico. Dice allí Preston:

“Moore rechaza que su idea de análisis haya sido en algún importante sentido ‘lingüístico.’ ‘En mi uso’ insiste él, ‘el analizanda puede ser un concepto, o idea, o proposición y *no* una expresión verbal’ [Apud Preston de Moore 1942b, 663 f]

Y prosigue la cita en cuestión:

“Yo nunca entendí el uso de la palabra [‘análisis’] en la línea que el *analysandum* podría ser una *expressión verbal*. Cuando he hablado en el analizanda de algo, que yo he expresado como analizanda ha sido siempre una idea o concepto o proposición, y *no* una expresión verbal; es decir, si yo hablé en el analizanda de una ‘proposición’, estaré usando ‘proposición’ en tal sentido y no como expresión verbal (tampoco oración, por ejemplo), puede ser ‘proposición’ en ese sentido. [Moore 1942b, 661]”²⁵

Con una clara referencia y ejemplo de la *Principia ética*:

“Nuestro examen de la metafísica de Moore en la sección 2b deja claro que la proposición de Moore no es una entidad lingüística ¿de dónde entonces esta malcomprensión? Un breve examen de los trabajos de Moore evidencia que el uso de términos como ‘significado’ ‘definición’ y ‘predicado’ indica que él estaba trabajando con la mirada puesta en su actividad filosófica, y estaba comprometido en una empresa lingüística. Un particular y clarísimo ejemplo es de *Principia Ethica*, Moore identifica el objeto de su estudio en términos claramente *gramaticales* (...) ‘My discussion hitherto has fallen under two main heads. Under the first, I tried to shew what ‘good’ —the adjective ‘good’— *means*’ (Moore 1903a, Ch. 5, § 86) En este caso parece que Moore mismo combinó un adjetivo lingüístico de la entidad ‘bueno’ con uno conceptual”

Finalizando así Preston:

“Con su característica humildad fue rápido en considerarse parcialmente responsable por la

²⁵ “Toda a análise, assim como toda a definição, consiste em duas partes, um *analysandum* e um *analysans*. O *analysandum* é a noção que precisa ser explicada e esclarecida devido ao fato de haver nela algo que não é compreendido. O *analysans* é a parte da análise que explica e esclarece o *analysandum*, seja ao decompô-lo em partes, seja ao especificar suas relações com outras noções” Sergio Biaggio: Textos de filosofia, sitio web: <http://sbgfilosofia.blogspot.com/2008/06/anlise-filosofica.html>

interpretación lingüística de su método ‘Yo ofrecí’ admite él, ‘en análisis dados, el uso que esta palabra ‘significa’ y así di una falsa impresión (...)’ ‘Sin embargo el error persiste y algunos intelectuales repiten el error y a fuerza de martillar que es un error, el mensaje al final parecería comprendido” [Moore 1942b, 664 f]

Otro caso, sigue argumentando Preston, es el propio Wittgenstein que trabaja el análisis en un sentido en la fase temprana, y resulta visible otro en la última fase; considérese también a los positivistas lógicos; y a los partidarios del ‘análisis ordinario del lenguaje’ de Oxford.

Así, había diferentes concepciones de lo que significaba una entidad lingüística, qué era el lenguaje y cómo funcionaba (por ejemplo, la referencia, el significado, et cetera), y que el significado de todos estos podría ser, a la larga, filosofía. Por poner un ejemplo veamos lo que arguye R. Monk. Dice él que el ‘giro lingüístico’ de Russell, de 1912, en lógica y matemáticas no lo conduce a tomar el camino de la metafísica lingüística. Y que más bien los filósofos no buscaban ahora (la época descrita: OO) el análisis de sentencias. Así, la lógica no tiene, después de todo, la significación filosófica a la que él, tempranamente, había adherido.

Es relevante indicar esto, continua el autor, porque a pesar de estas referencias, sobre todo la realizada por Moore en 1942, no le impide hablar a Arthur Pap en el año de 1949, es decir, siete años después, de la supuesta ‘unidad de la filosofía analítica’. Y, además, este autor achaca a Moore que el tipo de análisis que realizaba él era el análisis del lenguaje, en el sentido de la unidad de la filosofía analítica. Asunto que, siendo claramente incorrecto, es afirmado sin embargo, y de modo repetido por Pap y otros protohistoriadores de la filosofía analítica.

Se une a esta crítica de Preston - decimos - la referencia que hace Glock, afirma él que, en efecto, fue decisivo Arthur Pap para la difusión de la llamada filosofía analítica,

pero lo habrían sido también Urmson, Sellars y Feigl [Glock: 48]

Es claro que estas diferencias existentes en la protohistoria del movimiento analítico (1900-1950) son consideradas triviales por los partidarios de esta protohistoria. Los partidarios de la ‘nueva ola’ sin embargo han usado y usan estas diferencias para minar la perspectiva recibida o heredada en la búsqueda de nuevos caminos de conceptualización de la filosofía analítica.

Pasa Aaron Preston luego a caracterizar la tercera fase que denomina de ‘historia analítica’:

(1) Trabajan en áreas consideradas como el corazón de la filosofía analítica: filosofía del lenguaje, metafísica y epistemología, estudiadas como un todo y con reconstrucciones de perspectivas de sus figuras históricas, y es así porque se abordan estas reconstrucciones tradicionalmente fuera de contexto y asimiladas sesgada y anacrónicamente por esta corriente.

(2) La ‘historia analítica’ se puede caracterizar como una aplicación de las tradicionales aproximaciones analíticas de la historia de la filosofía a la historia de la filosofía analítica por sí misma

(3) Trabaja como tendencia dentro de los parámetros de la perspectiva recibida o heredada, y, en algunos casos, a despecho de haber sido severamente sacudidos por los descubrimientos de la “nueva ola” en historia del movimiento analítico.

Es paradigmático citar el caso de M. Dummett (*Origins of Analytic Philosophy*, 1993), la influencia de la perspectiva recibida o heredada puede ser discernida en la elección de definir la filosofía analítica en términos de una perspectiva metafilosófica envolviendo el análisis del lenguaje: Lo que distingue la filosofía analítica en las diversas manifestaciones, desde otras escuelas, es la creencia, principalmente, que un lugar filosófico del pensamiento puede ser obtenido a través de un lugar filosófico del lenguaje; y, secundariamente, que un comprensivo lugar solamente puede ser

obtenido de esta manera [Apud Preston de Dummett: 1993: f. 4], o como dirá después en la obra del año indicado: “el axioma fundamental de la filosofía analítica es que es la única vía de análisis de pensamiento y a través del análisis del lenguaje” [Apud Preston de Dummett: 1993: p. 128]. Este libro de Dummett fue escrito mucho antes que los historiadores de la ‘nueva ola’ llegasen a la escena filosófica.

Mas esto es severamente contestado por la ‘nueva ola’ que emerge de dentro del movimiento analítico. Ray Monk, por ejemplo, afirma que la definición de M. Dummett fracasa al caracterizar a B. Russell como filósofo analítico, y esto es importante porque B. Russell es considerado un patriarca de la filosofía analítica. La estrategia de Monk consiste en reducir al absurdo la definición de Dummett. Un argumento similar podría ser usado colocando a G. E. Moore en lugar de Russell. La interpretación de Dummett sobre Frege ha sido también contestada por J. Hacker.

La influencia de la perspectiva recibida o heredada se nota también en la monumental historia de la filosofía analítica de Scott Soames: *Philosophical Analysis in the Twentieth Century* (Princeton, 2003, 2 vol), que, al igual que Dummett, tiene la ventaja de haber sido escrita después que la perspectiva de la historia de la ‘nueva ola’ había comenzado a ser noticia filosófica. Soames no es conciente de la perspectiva de la historia de la ‘nueva ola’, y es más cauteloso que Dummett en ofrecer una definición de las doctrinas de la filosofía analítica.

Soames esquivo una definición doctrinal de la filosofía analítica, en cambio habla de una ‘pista de influencia’ comenzando por Moore, Russell y Wittgenstein. Empero esta no puede ser realmente (rayado de Preston) la concepción de la filosofía analítica de Soames porque él no puede justificar lo que exhibe, selectivamente, como la trama central de la historia del

desarrollo de la filosofía analítica. Huellas de la influencia pueden fácilmente ser seguidas más allá del dominio canónico de la filosofía analítica, si nosotros la comprendemos en términos históricos o temáticos.

Sin embargo se nota arbitrariedades en el trato que hace de Peano o Frege, lo que refleja ‘huellas de influencia’ que sugiere más bien una concepción diferente (rayado de Preston) de la filosofía analítica. Cuando Soames negligente a Frege es conciente que él está dejando “un innegable boquete en la historia” de la filosofía analítica [Apud Preston de Soames: 2003: p. 462]. De cualquier modo Frege cae fuera del periodo propuesto por él [Apud Preston de Soames: 2003b: p. 461]. Por consiguiente, al comenzar con G. E. Moore, es esa su perspectiva de la historia recibida o heredada.

Respecto a las definiciones, sigue Preston, de las corrientes de la filosofía analítica Hans-Johann Glock (2000) ha propuesto una taxonomía definicional:

- (1) Doctrinal (perspectiva de los filósofos analíticos)
- (2) Topical (tópicos que les interesan)
- (3) Metodológico (métodos que usan)
- (4) Estilístico (estilo de sus filosofemas)
- (5) Genético (en términos de quién influyó a quién)
- (6) Parecidos de familia (conjunto de características, ninguna de las cuales es condición suficiente y necesaria para la filosofía analítica)

Mas esta tipología genérica no recoge nada de lo que llamaríamos una escuela, movimiento o tradición. La taxonomía de Glock es apenas evaluativa.

Desde la perspectiva doctrinal hay dos subtendencias respecto a la perspectiva recibida o heredada: (a) Tradicional como en el caso de Dummett, (b) La revisionista. Ambos toman la perspectiva recibida o heredada como correcta. Ahora bien, estas son las definiciones que la ‘nueva ola’ destruye en la historia de la filosofía

analítica. Un caso de revisionismo es Ray Monk quien con una vaga concepción de análisis, y así definiendo la característica de la filosofía analítica, sugiere considerar a Frege, Russell, Meinong y Husserl.

Sugerir a los dos últimos va contra la tradición recibida. Otro punto del revisionismo de Monk se localiza en que usa el ‘análisis’ en sentido amplio de la fase temprana del movimiento analítico. Para referirse a D. Follesdal, por ejemplo, cuyos análisis están comprometidos con la claridad del argumento y justificación (opuesto a, por ejemplo, Heidegger y Derrida), resultarían así también analíticos Aristóteles, Descartes, Aquino; o, como L. J. Cohen argumenta: se investiga problemas normativos de la razón y el razonamiento.

Pero esta perspectiva abierta del término ‘análisis’ usado por los revisionistas es problemática. La razón obedece a que se trata de una perspectiva refinada de la perspectiva recibida o heredada. No revisan ni critican la perspectiva histórica recibida, por el contrario la refinan, así sea tomando el término ‘análisis’ de la fase posterior y usándolo para medir en la fase inicial del movimiento analítico.

Para decirlo de otro modo, los revisionistas asumen la perspectiva recibida o heredada, y con ella parten a colocar el concepto de ‘análisis’ de la fase temprana del movimiento analítico. Pero a esta tarea --que ya es un problema-- se une otro que afecta a la perspectiva revisionista: no explica el meteórico éxito del movimiento analítico que nunca fue una filosofía unitaria.

La historia de la filosofía occidental contemporánea comienza sus trabajos con dos asunciones y una conclusión: (a) la filosofía analítica es una escuela de filosofía, y, (b) la filosofía analítica se origina en la fase temprana del siglo XX., y para ello se basan en la perspectiva recibida. Por tanto, (c) este conjunto de perspectivas no es aceptado por todos y sí por algunos que, ordinariamente, los hace estar ubicados

dentro de los filósofos analíticos (por ejemplo, de la perspectiva recibida o heredada).

Pero es el caso que (c) no puede ser rechazada porque es la fuente, el centro del argumento. Entonces, nos quedamos con (a) y (b). Pero es el caso que (a) es una definición no doctrinal, y (b) es la característica del revisionismo. De esta manera, si rechazamos (a) y (b) ¿lleva a rechazar (c) si rechazamos la definición tradicional?

La respuesta no es simple y Aaron Preston para responder a la interrogante propone la salida que llama de “perspectiva ilusionista” Esta perspectiva la define de la manera que sigue: “nosotros aceptamos que la perspectiva recibida no corresponde y nunca ha correspondido a algo en realidad” Por consiguiente, la perspectiva ilusionista es una guía que habilita a un grupo no-filosófico de alguna suerte que viene a dominar la filosofía académica en varias regiones geográficas por enmascaramiento como una escuela filosófica.

La perspectiva ilusionista rechaza (a) si la filosofía analítica es una ilusión como ordinariamente se concibe, luego ella no es una escuela filosófica, por tanto (b) es falsa. La perspectiva ilusionista aclara el uso tanto de la perspectiva recibida o heredada y la variante revisionista de este movimiento analítico. De esta manera el ilusionismo consigue aclarar la perspectiva tradicionalista dura y blanda.

- Analytic Philosophy (I. E. P).-

Se presume, comenzamos nosotros, que la filosofía analítica resulta radicalmente antimetafísica. Pero veamos que dice Jaime Nubiola:

“En las últimas décadas la tradición analítica ha descubierto que la comprensión en filosofía es esencialmente histórica y sus componentes han comenzado a considerar la historia del propio movimiento analítico en el contexto de la historia general de la filosofía” [Nubiola: 4,

apud A. Nehamas: *Trends in Recent American Philosophy*: p. 219].

Es claro sin embargo que Nubiola está queriendo suavizar las cosas.

Ya por esta época en que se coloca la evaluación de Nubiola el avance de la crítica al movimiento analítico, crítica desarrollada desde dentro de este mismo movimiento y formados en la misma tradición - y que se expresa en la fase quinta de ese movimiento analítico - estaba largamente en desenvolvimiento.

Y este abordamiento suavizado tiene que ver con la posición de Nubiola: solamente puede haber resurgir de la filosofía analítica desaguando en la filosofía pragmática no clásica, i.e, en el neopragmatismo analítico.

Sobre este punto Aaron Preston realiza una evaluación bastante informativa y sintética de este movimiento analítico internacional y concluye de las etapas del proceso de la filosofía analítica lo que sigue.

La primera está dominada por la revolución de Moore y Russell: el realismo de Cambridge y el giro lingüístico; la segunda es la caracterizada por la presencia de Russell y el temprano L. Wittgenstein: el lenguaje ideal y el atomismo lógico; la tercera etapa es del positivismo lógico, el Círculo de Viena y Quine; la cuarta es del último L. Wittgenstein y la filosofía del lenguaje ordinario; la quinta es la era del eclecticismo que es posterior a la década del 60 del siglo XX caracterizada por el autor por tres aspectos: a) la muerte de la filosofía lingüística, b) el renacimiento de la metafísica, c) el renacimiento de la historia.

Y sobre todo la evaluación de la última etapa -que se desenvuelve desde mediados de la década del 80 del siglo XX - Veamos específicamente la última fase y lo que resalta conclusivamente Preston de las etapas precedentes como notas características generales:

(a) Solamente ha quedado ser en algunos círculos analíticos una buena técnica para el

esclarecimiento o proveer de un suficiente nivel de claridad [Preston: *Analytic Philosophy*: 5. a].

(b) Apoya, no sin esfuerzo, el trabajo relacionado con los tradicionales sistemas metafísicos y considera las cuestiones metafísicas como un importante campo de sus sub-disciplinas, por cierto, todo esto bastante contrario a su tradicional orientación antimetafísica.

Se suma a ello la apertura hacia la metafísica que se inicia con las reflexiones de Quine y, en las décadas del 60-70 del siglo XX, con D. Davidson. De esta evaluación somera no es difícil percibir, entonces, de modo bastante neto dos cosas: 1) el tránsito del naturalismo y cientismo rígido para la apertura a la metafísica, y 2) de la filosofía del lenguaje transitar a la metafísica propiamente [Preston: *Analytic Philosophy*: 5b].

Por último, el renacimiento del interés por la historia del movimiento analítico que comienza con la rebeldía a inicios de la década del 70 del siglo XX usamericano se prolonga a las décadas siguientes - en el contexto del movimiento analítico - denunciando la actitud anti-histórica de las etapas previas de este movimiento.

La denuncia se centra en un “paquete de prácticas” que Preston describe en cinco puntos:

- 1) La tendencia a sustituir las reconstrucciones racionales de los filósofos en la historia de la filosofía por una perspectiva propia del comentarista;
- 2) La tendencia a centrar el interés filosófico en un número reducido de filósofos;
- 3) Dentro de este número reducido de filósofos la tendencia a centrar en algunos pocos trabajos con exclusión de otros, y de los seleccionados hacerlo pensando en aquellos más próximos a la filosofía analítica;
- 4) La tendencia a trabajar con obras y versiones en inglés ignorando la literatura secundaria;

5) La tendencia a presentar las posiciones filosóficas del reducido número de autores de la historia de la filosofía como si fueran contemporáneos.

De esta manera - decimos nosotros - este “paquete de prácticas” se desenvolvía y desenvuelve en medio de una comprensión caracterizada por la ignorancia total del tratamiento de la historia de la filosofía como ciencia, y del tratamiento de los filósofos sin ningún criterio metodológico, excepto el arbitrario para acercarse a él, bastando fuese un acercamiento analítico o supuestamente analítico. Para decirlo de una manera directa, *la ignorancia en materia de historia de la filosofía se colocó como brillante virtud filosófica*.

Así, anacronismo, subjetivismo interpretativo en nombre del análisis filosófico, deformación neta de los problemas filosóficos que atacó el filósofo situado en su contexto y época, deformación neta del filósofo para encajarlo a como de lugar en el horizonte analítico, y, sobrevaloración de ciertos textos filosóficos descontextualizados del proceso lógico y por etapas del pensamiento de un filósofo, pasaron como nuevas y maravillosas virtudes filosóficas.

Y volviendo a una interrogante prestoniana anteriormente mencionada ¿y de dónde procede y quién determinó y determina que estas ‘virtudes’ fuesen las dominantes? y ¿quién determina que esas virtudes que aún dominan sean las virtudes para evaluar las investigaciones filosóficas procedentes de otras tendencias y que no se encuadran en sus interés o línea de estudio?

Finalmente ¿si la filosofía analítica está viciada por el conformismo interaccional, y no se sustenta en la demandas racionales para el análisis filosófico sino más bien orientadas por el conformismo, ¿por qué no pensar que su tarea no es otra cosa que de censores o guarda-fronteras del territorio de la filosofía?. Y ¿de cuándo aquí un guarda-fronteras es un pensador?

- Analytic Philosophy: The History of an Illusion.-

Preface

Introduction: The Peculiar Career of Analytic Philosophy

Part I: The Crises in Analytic Philosophy

1. The Identity Crisis in Analytic Philosophy

2. A Crisis within the Crisis: The Problem of Revisionist History

3. Against Revisionism

4. On the Trail of an Illusion

Part II: Scientism and the Emergence of Analytic Philosophy

5. The Root of the Illusion of Unity

6. The Root of the Illusion of Promise

7. Conclusion

- Notes

- Bibliography

- Index

Los argumentos centrales de Preston han sido colocados a lo largo de las páginas anteriores. Este libro es una explicación más detenida de su perspectiva. Mas no sale del núcleo duro de la reflexión expuesta:

1) Como fue que se pasó entre 1990 y 1940 de una serie de tendencias para denominar la filosofía analítica, a una escuela de pensamiento que se basa en un método;

2) Hay un cambio de sentido del concepto tomando uno por otro, no hay continuidad, sin embargo se presume ésta;

3) De una inicial asimilación como un todo de la historia de la filosofía al movimiento analítico, ahora éste pasa a ser parte de la historia de la filosofía de occidente;

4) La resistencia a que esta filosofía se pueda mantener obedece a los memes interrelacionales que se tornaron normas para el conformismo en cuanto los filosofemas se sostienen por seguros y no por comprensión racional;

5) La posición de Preston es la “perspectiva ilusionista” que consiste en que “nosotros aceptamos que la perspectiva recibida no

corresponde y nunca ha correspondido a algo en realidad”;

6) La ‘nueva ola’ dentro de la orientación analítica ha rescatado un conjunto de cuestiones: metafísica, autoconciencia e historia y, a su vez, ha denunciado de modo crítico una serie de imposturas de la perspectiva recibida o heredada.

- Response to some points in Larkin.-

El crítico, dice Preston, indica una serie de puntos:

(A) Afirma Larkin que Preston no ha establecido con claridad la existencia de una ‘concepción tradicional’ (CT) (también concepción recibida o heredada: OO) de la filosofía analítica (FA)

Respuesta de Preston:

- Yo no argumento que ella implicó un nivel de fuerte consenso que definiría la filosofía analítica como esencialmente envolviendo un compromiso con la tesis lingüística. Realmente lo que argumento es que durante los años formativos de la filosofía analítica, ella fue una *convergencia de opiniones* (y un *consenso* sólo en este sentido) alrededor de que la FA fue:

a) Una escuela de filosofía;

b) Originado alrededor del giro del siglo XX;

c) Con el trabajo de Moore y Russell;

d) En una ruptura revolucionaria de ambos con el idealismo británico y la ‘filosofía tradicional’;

e) Unificada por la aceptación de la tesis lingüística (la perspectiva que la filosofía es totalmente o largamente materia del análisis lingüístico);

f) Tema traído al siglo XX por las figuras de Wittgenstein; el Círculo de Viena; el campo de lenguaje ordinario de la escuela de Oxford.

Estas seis características son mis componentes de la CT. Afirmo que la FA tiende a ser usada en ese camino que es altamente consistente con esta CT.

Por otra parte, los dos caminos - el análisis lingüístico y la convergencia - fueron prácticamente equivalentes en los tiempos tempranos de la FA, y esto tuvo consecuencias para la práctica filosófica posterior. Se impuso el camino que la filosofía es como un todo y ampliamente análisis lingüístico. Pero asumiendo, en general los filósofos analíticos, que el estudio del lenguaje es central.

Finalmente, Larkin no observa algo sobre lo que llamo la atención, y es que después casi ninguno de los trabajos de la FA rechaza nada del peligro de mirar como unidad la FA. Esto no limita a los autores a trabajar como si la FA fuese una unidad. Es más, en cada uno de los casos, la perspectiva de la tesis lingüística - con el resultado de que todos esos tempranos autores realmente demostraron una convergencia de opinión de lo que FA es - como CT consigue capturar.

Para decirlo de otra manera, estimo yo de manera sintética, los tiempos tempranos de la FA fueron de una convergencia de opiniones respecto a la importancia que la filosofía es actividad del análisis lingüístico donde lo central es el lenguaje, que incluye a Moore, Russell, Wittgenstein, el Círculo y Oxford, mas ellos no reducían su abordamiento al análisis proposicional.

Por tanto, y es relevante al análisis del lenguaje, que era lo común a la tesis de la convergencia, va más allá de la tesis de la reducción al método lingüístico, que sería equivalente - usando los términos de Moore - a expresión verbal u 'oración'. Pudieron, sí, ambos coexistir. Al final, se impuso la tesis del análisis lingüístico entendido en sentido reduccionista.

¿Qué tenemos para decir nosotros, entonces, de la posición de Ursom que Preston sigue en su reflexión al remitir a las dos características? Respecto a la característica (a) se puede decir que la tesis de la convergencia no se aferraba al dogma que asumía que el método analítico pretendía tener el estatuto del ser o aspiraba a mostrarse como tal; la tesis de la

convergencia sugería en todos los casos que se trataba, centralmente, de una tarea. Respecto a (b) pretendía esclarecer los enigmas filosóficos con el fin de entender mejor el problema del ser.

Por el contrario la reducción al método lingüístico - según la comprensión de Moore en nuestra comprensión y evaluación de estos argumentos de Preston -, pretende la reducción del ser, o, en su defecto, ocupar el lugar del ser, y todo lo demás, absolutamente todo lo demás, queda fuera de su interés. Por tanto, este reduccionismo como método lingüístico pretende ser y es una continuación antimetafísica y antihistórica, que sí tuvo la primera fase de la FA.

La recuperación de la metafísica, autoconciencia e historia, proseguimos nosotros, obedece a una línea alternativa que emerge de dentro de la aún contemporáneamente dominante filosofía del método analítico en el sentido duro, es decir, reduccionista del análisis del lenguaje (o de reduccionismo al mero análisis proposicional). Y es una recuperación que emerge desde mediados de la década del 80 del siglo XX estadounidense. Pero es claro también que esa *línea revisionista que emerge de dentro del territorio analítico* para recuperar los temas antes indicados no es homogénea (rayado OO).

Por ejemplo, Monk parece un revisionista, como lo sugiere el mismo Preston, que tiende puentes al método lingüístico en sentido duro, es decir, lleva esta perspectiva del método lingüístico (el análisis proposicional) para revisar el periodo formativo de la FA y medir las otras alternativas con la vara de ese análisis.

En tanto que H-J Glock con la recuperación de los temas aludidos tiende puentes, abiertamente, a la filosofía continental. Y, dentro de esta apertura que tiende puentes a la filosofía continental, está el matiz de Hacker que parecería ser más moderado.

Finalmente ¿por qué se impuso esta tesis lingüística y tuvo el éxito que tuvo? Es un problema a resolver.

(B) Larkin argumenta que yo no soy convincente en mostrar que la tesis lingüística fue parte de la concepción temprana de la FA, de la ‘concepción original’; así el movimiento desde la concepción original con la concepción tradicional se unifican en el proceso de esta FA.

Responde Preston:

Quizá la perspectiva de la filosofía analítica no demanda una nueva verdad pero sí un “nuevo insight dentro de la vieja verdad”, y parece parte de la FA como original plataforma metafilosófica, y, así, también de la concepción original de la FA. Pero ello “no es todo (rayado de Preston) en la plataforma original, y en la concepción original” La específica restricción a una meta como quiere Larkin, esto es, conseguir una ‘comprensión profunda’ del conocimiento que ya se poseía, ya estaba conectada con el método lingüístico. Y así, el camino de la ‘comprensión profunda’ está probado, precisamente, por el esclarecimiento del significado de los términos.

Por tanto, si Larkin propone a esta meta como la alternativa de la tesis lingüística, y ser el compromiso central de esta ‘concepción original’ de la FA en su fase inicial, no es realmente una alternativa (rayado de Preston) en absoluto, lo es apenas como corolario de la tesis lingüística.

En la actual historia de la FA, prosigue Preston, la meta del ‘conocimiento profundo’ está trabajada para serlo por medio del análisis lingüístico. Y lo son como dos aspectos de una misma moneda, y no pueden ser separados uno de otro si nuestra meta es comprender lo que las personas piensan, actualmente, alrededor de la FA.

Sin embargo la idea que la filosofía es una materia que ‘depende del conocimiento

de lo ya poseído’ no es privativo de la FA. Puede decirse que está también presente en varios teólogos medievales. Por consiguiente, Larkin está errado cuando afirma que este ‘conocimiento profundo’ resulta una fuerte candidata para justificar la tesis lingüística, y como lo central en la unificación de la concepción original de la FA con esta tesis en la fase formativa.

- In Defense of Illusionism - 1 Reply to Beany.-

La réplica de Beany trabaja sobre el problema de la concepción tradicional y el uso que hace Preston de algunos autores que no podrían colocarse como él lo hace. Y Preston no es muy convincente en materia de lo que se podría llamar ‘desacuerdos teóricos’.

Respuesta de Preston:

1. La concepción tradicional es falsa porque ella siempre, en cada momento de su desenvolvimiento, hizo lo siguiente: a) Presentó todo análisis canónico como respaldado en la tesis lingüística, b) Incluyó a Russell y Moore en su lista de analíticos canónicos. Sin embargo los dos últimos no respaldaron la tesis lingüística. De esta manera en cada etapa del desarrollo la concepción tradicional, su contenido, trascendió siempre a la etapa en la cual se daba. Y presentaba todas las etapas como unificadas en un todo, una escuela llamada filosofía analítica. Lo cual es falso.

2. Respecto a los desacuerdos teóricos utilizo una estrategia multilateral para explicar la ‘ilusión de unidad’. La ‘ilusión de unidad’ de la concepción tradicional no puede proveer de una completa explicación del ascenso de la filosofía analítica. E igualmente, hay casos muy claros de que las diferencias fueron negadas o simple e increíblemente glosadas.

- In Defense of Illusionism - 2 Reply to Pincock.-

Reprocha Pincock a Preston que junte el éxito filosófico de la filosofía analítica con el éxito social de la misma para explicar la tesis de la ilusión que sostiene.

El primer argumento dice que el suceso filosófico es razonablemente comprensible y, el modo como se acerca mi perspectiva al foco doctrinal es relevante para explicar el éxito filosófico de este movimiento, pero no para explicar el éxito social que es producto de factores históricos. No se pueden mezclar excepto si se asume que el foco doctrinal explica también el éxito social filosóficamente [subrayados OO].

Empero es el caso que, como Pincock reconoce, que los análisis canónicos sobrevivieron al desarrollo y, promulgadas sus perspectivas, fue determinante para el éxito en la esfera social de la filosofía analítica. Ahora bien, si asumimos los dos medios sin mezclar los dos fines, podemos presumir que el medio dos juega algún papel respecto a la meta dos. Y podemos hacer esto sin violar la demanda crítica de nuestro oponente. Y se hace de la manera que sigue: la situación histórica afectó también al grupo que sostenía estas posiciones y, por tanto, hace relevante el factor histórico causal. Y valida mi posición sobre la ilusión. En suma, la ilusión es un hecho histórico y lógico, no solamente lógico, y como tal expresaría su éxito.

Usa Pincock un segundo argumento que dice más o menos esto: si nosotros estamos intentando enfrentar el problema [del éxito social sin apelar al argumento histórico causal como quiere Preston: OO], e inicialmente asumimos que la filosofía analítica es una escuela filosófica caracterizada por la perspectiva recibida o heredada [foco doctrinal: OO], entonces, nosotros podemos concluir que la filosofía analítica no existe.

El objeto apropiado en Preston está desligado de nuestra asunción [teórica

heredada o foco doctrinal: OO] que la filosofía analítica es, en algún nivel, escuela filosófica. Y así continua a tentar resolver el problema [la justificación del éxito social: OO] pero usando otra estrategia.

En suma, digo yo, el argumento histórico de Preston no tiene el rango del filosófico, no están en el mismo nivel, por tanto, el argumento histórico no es convincente porque es un argumento extra filosófico.

Respondo a la argumentación de Pincock: de elementos fundidos en la historia de la filosofía analítica - que se extienden como estructuras ontológico sociales - que le dan unidad, constituyen un objeto social, y establecen el juego del lenguaje como 'filosofía analítica'; resulta de la intencionalidad colectiva originaria, por medio de lo que interiormente la filosofía analítica viene a ser como un objeto social, y, así la 'filosofía analítica' adquiere el fundamental significado, y referencia, que hace posible - y continua a hacer posible - el intercambio y reflexión alrededor de la FA.

Finalmente, parecería que la filosofía analítica se acerca a un prevalente escolasticismo como lo ha puesto de relieve H-J Glock que dice más o menos esto:

- Se ocupan de un estrecho conjunto de temas y autores; se despreocupan de argumentar porque son importantes esos autores y temas; tienden a tratar temas fundamentales como colocados fuera de tiempo y para todo; y (a) predilección por la tecnificación sin pertinencia de su utilidad; (b) la actitud general hacia aquellos quienes no se conforman a sus varios estándares y preconcepciones, quienes disienten o demandan explicaciones, por ejemplo, son, simplemente, no profesionales [Apud Preston de Glock: 2004; Tyler Burge: 1999; Robert Solomon: 1999; Bruce Wilshire: 2002; John Lachs: 2004; Kevin Mulligan, Peter Simon y Barry Smith: 2006]

Esto revela que es una abierta tendencia - dentro de la filosofía analítica - asumir que su camino de hacer filosofía es superior a las

filosofías alternativas. Estas divisiones son llevadas más allá de la misma filosofía.

Así, por ejemplo, Burge, durante el periodo de presidencia de la División Oeste de la Asociación Americana de Filosofía, declaró (1999) que la filosofía analítica, además de tener una visión deflacionaria del humanismo, lo tenía y tiene también de la filosofía con respecto a un conjunto de temas centrales de ella. Su creencia de encarnar lo correcto, y la consiguiente creencia en su superioridad, que se basan en una ilusión.

Final.

Lo más llamativo de la reflexión de Preston es que nos coloca tras la pista relativa a que la tradición estadounidense de reflexión, que tomaba el espacio-tiempo kantiano y el naturalismo darwiniano, parecería ser dejado exprofeso fuera de la perspectiva filosófica posterior [el reduccionismo al análisis proposicional].

Preston no dice que esa filosofía no existe, dice que dentro de su propio seno alberga una corriente autocrítica y que nada justifica su pretenciosa superioridad. Peor aún si se basan en una ilusión generada por ellos mismos como filosofía lingüística (como reducción al análisis proposicional). Sin contar con las arbitrarias reducciones temáticas de la filosofía, por los respectivos autores y el estilo de reflexión.

A la luz de la reflexión de Kuclick, y juntando su reflexión con esta de Preston, no es difícil observar que la filosofía analítica que emerge desde los fines de los 40 y 50 en adelante del siglo XX usamericano, parecería estar dominada por el abandono de la herencia naturalista y de la lectura kantiana de la *Crítica de la razón pura* hecha por Peirce y los clásicos del pragmatismo usamericano.

Parecería encerrarse en una pretensión metodologizante escolástica, aparentemente

liberada de referentes metafísicos. Y declarar que su método filosófico, es el método por excelencia.

Pero se evidencia, igualmente, que la desidencia filosófica dentro del mismo movimiento analítico, los seguidores de la filosofía continental y las otras corrientes filosóficas (feministas, marxistas, negros, et cetera) se mantienen en la herencia filosófica usamericana inaugurada por los pragmatistas clásicos respecto a Darwin y Kant. Así, los mejores exponentes de la filosofía estadounidense parecerían encontrarse fuera del movimiento analítico convertido en reduccionismo al análisis proposicional.

Y esto trae a cuento que la filosofía de orientación analítica en América Latina sigue repitiendo los viejos tópicos de su origen como filosofía analítica, como si esta corriente analítica estuviese o siguiese desenvolviéndose en su momento de esplendor. En suma, lo que en el mundo es anglosajon es amplia, lucha intelectual en A. L. es glosa o interglosa mas apolítica, atemporal y antihistórica respecto al propio suelo que pisa.

Bibliografía

- Beaney, M (2009): Conceptions of Analysis in Analytic Philosophy, In **Stanford Encyclopedia of Philosophy** (<http://plato.stanford.edu/entries/analysis/s6.html>)
- Emerson, J. J. (2005): How the Cold War Transformed Philosophy of Science, In: **Ideocentrism, Recensión del libro de G. Reisch** (<http://idiocentrism.com/reisch.htm>)
- Farmelant, J. (2003): **The Honor Roll: American Philosophers Professionally Injured During the McCarthy Era (by John McCumber)**, In: **Marxism-Thaxis, dic 31** (<http://www.mail-archive.com/marxism-thaxis@lists.econ.utah.edu/msg00679.html>)
- Glock, H-J (2011): **O que é filosofia analítica?**, Penso, Porto Alegre.
- Hanna, R (2005): **Kant y los fundamentos de la filosofía analítica**, UNISINOS, São Leopoldo.
- Kuklick, B. (2003): **A History of Philosophy in America 1720-2000**, Oxford University Press, UK-USA.
- Larkin, W. (2008) **Analytic Philosophy: The History of an Illusion**, Recensión del libro de Aaron Preston en Notre Dame Philosophical Review (N.D.P.R) del 15 / 04 (<http://ndpr.nd.edu/review.cfm?id=12906>)
- Matin, Abdul: CONTEMPORARY REACTION TO ANALYTIC PHILOSOPHY: SOME REFLECTIONS, University of Dacca (<http://www.unipune.ac.in/snc/cssh/ipq/english/IPQ/1-5%20volumes/05-4/5-4-11.pdf>)
- McCumber, J. (2007): **Philosophy's Crazy Thing**, In: **Outside Philosophy**, Nov, 04, 2007: <http://protevi.blogspot.com/2007/11/philosophys-cra.html>
- Mirowski, P. (2004): How Positivism Made Pact with the Postwar Social Sciences in **America**, In: Galileo, Curso dictado en septiembre en la Universidad de la República, Uruguay (http://galileo.fcien.edu.uy/How_Positivism_Made_Pact.htm)
- Nubiola, J. (1999): **Neopositivismo y filosofía analítica**: balance de un siglo, en *Filosofía nel XX secolo*, Acta Philosophica, VIII/2, 1999, 197-222, web site: <http://www.unav.es/users/Articulo39.html>.
- Preston, A (2004): **Prolegomena to any Future History of Analytic Philosophy**, en *Metaphilosophy*, vol. 35, No. 4, jul (se pueden consultar todos los artículos en (<http://blogs.valpo.edu/apreston/files/2008/01/prolegomena-to-any-future-history-of-analytic-philosophy.pdf>))
- Preston, A (2005): **Conformism in Analytic Philosophy: On shaping Philosophical Boundaries and Prejudices** (<http://blogs.valpo.edu/apreston/files/2008/01/conformism-in-analytic-philosophy.doc>)
- Preston, A (2005): **THE IMPLICATIONS OF RECENT WORK IN THE HISTORY OF ANALYTIC PHILOSOPHY**, Bertrand Russell Society Quarterly, no. 127, August 11-30

<http://blogs.valpo.edu/apreston/files/2008/01/implications-of-current-work-on-the-history-of-analytic-philosophy.doc>)

Preston, A (2006): “G.E. Moore”, In: **Internet Encyclopedia of Philosophy**, Jan. (<http://www.iep.utm.edu/m/moore.htm>)

Preston, A (2006): Analytic Philosophy, In: **Internet Encyclopedia of Philosophy**, March (<http://www.iep.utm.edu/a/analytic.htm>)

Preston, A (2007): **Analytic Philosophy**: The History of an Illusion Continuum International Group, UK

Preston, A (2008): **Response to some points in Larkin’s NDPR review**. (<http://blogs.valpo.edu/apreston/files/2008/04/response-to-larkins-ndpr-review.doc>)

Preston, A (2008): In **Defense of Illusionism – 1 Reply to Beany, Bertrand Russell Society Quarterly, forthcoming** (<http://blogs.valpo.edu/apreston/files/2008/01/reply-to-beaney.doc>)

Preston, A (2008): In **Defense of Illusionism - 2 Replies to Hardcastle and Pincock, Bertrand Russell Society Quarterly, forthcoming** (<http://blogs.valpo.edu/apreston/files/2008/01/reply-to-hardcastle-and-pincock.doc>)

Reisch, George (2002): McCarthyism in Philosophy, or, the Wrath of Sidney Hook, In: **HOPOS, Montreal** (http://web.archive.org/web/20030323220309/pages.ripco.net/~reischg/Hopos_mtl_003.pdf)

Rorty, R (2006): “Naturalismo y quietismo”, En: **Diánoia**, volumen LI, No. 56, México, mayo.

*Recebido em 06/04/2014
Aprovado em 13/05/2014*

O CAMPO DO CONHECIMENTO JURÍDICO E OS DESAFIOS DA INTERDISCIPLINARIDADE

David Fadul*
José Edmilson de Souza-Lima**

“É descabida a proposição de que a interdisciplinaridade é rara no Direito. Eu mesmo, que sou Tributarista, converso frequentemente com meu colega, que só se interessa pelo Previdenciário”. (Um Advogado, em uma palestra, sobre Interdisciplinaridade e Direito)

“Imaginemos que na hora em que o mercado está mais cheio de gente, com um punhal debaixo do braço eu te dissesse: Polo, neste momento adquiri um poder maravilhoso e me tornei tirano. Se eu achar que deve morrer imediatamente qualquer destes homens que vês aí, no mesmo instante ele morrerá; se for de parecer que é preciso partir a cabeça de qualquer deles, na mesma hora ficará com a cabeça quebrada; ou rasgar-lhe as roupas, e estas serão rasgadas, tão grande é o meu poder na cidade”(PLATÃO).

Resumo

Este artigo se propõe a analisar e refletir sobre os desafios sugeridos pela interdisciplinaridade no campo do conhecimento jurídico, especialmente no que se refere às limitações de uma epistemologia positivista-estruturalista em estabelecer diálogos com os demais campos disciplinares do conhecimento. Para tanto, compara-se o recorte de objeto proposto pela visão hegemônica com o obtido a partir de outras teorias, enfatizando-se o Realismo Jurídico e o Funcionalismo. E toma-se como pontos de referências noções advindas do campo do Conhecimento Ambiental, questionando-se acerca das vantagens e obstáculos ao diálogo com este campo, eminentemente interdisciplinar. Um dos achados do artigo é que a episteme positivista kelseniana não maximiza a fecundidade em um diálogo interdisciplinar e há sugestões que uma abordagem realista mostrar-se-ia mais aberta.

Palavras-chave: epistemologia; conhecimento ambiental; realismo jurídico; positivismo.

Abstract

This article intends analyzing and ponder the challenges implied by the interdisciplinarity in the studies of Law, especially regarding the limits of a structural-positivist epistemology. For that purpose, we compare the object definition as understood by the hegemonic view with the definitions acquired from diverse sources; mostly those form legal realism and the functionalism. As a framework, we do take notions from Environmental Science, pondering the advantages and difficulties of the dialogue with such field, clearly interdisciplinary. Amongst the realizations of this article is that a positivist Kelsenian epistemology does not maximize the fecundity of an interdisciplinary dialogue and there are suggestions that a legal realist approach would prove more fruitful.

Keywords: epistemology; environmental science; legal realism; positivism.

* Doutorando em Epistemologia Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE-UFPR). Mestre em Direito Empresarial e Cidadania (UNICURITIBA). Linha de Investigação: Epistemologia e Direito (CNPq/UNICURITIBA). E-mail: dmf030@gmail.com.

** Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. Pesquisador e Docente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE-UFPR) e do UNICURITIBA. E-mail: zecaed@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Hodiernamente o campo (BOURDIEU, 2006) jurídico – A fonte de inspiração para caracterizarmos o conhecimento jurídico como um “campo” é a obra de Pierre Bourdieu (2006), que conceituou “campo” como local de disputas de sentidos – por se basear majoritariamente em uma epistemologia com pendores isolacionistas, afastou-se dos demais campos disciplinares, tornando-se cada vez mais autorreferente. Apesar de nas últimas décadas do século XX ter emergido e se consolidado uma tendência que busca uma aproximação da análise jurídica com noções exógenas – principalmente sócio-políticas e históricas – tal tentativa encontra barreiras sólidas no núcleo duro da epistemologia vigente. Assim, apesar das intenções declaradamente críticas à episteme positivista, presente em autores diversos, a análise resultante tem dificuldade de se afastar de suas dívidas com a episteme criticada.

Neste sentido, cabe aqui explicitar a inquietação central deste artigo. O Positivismo não é a única opção que o estudioso do campo jurídico dispõe para suas análises e reflexões. Muitas outras foram propostas e podem inspirar perspectivas de análise mais amplas. Contudo, cumpre esclarecer que nosso objetivo não é apresentar uma crítica ampla acerca de uma episteme positivista, mas identificar algumas limitações provavelmente derivadas das resistências do campo jurídico face à interdisciplinaridade (LEIS, 2005). A obra de Héctor Leis (2005) – uma das principais fontes de inspiração para nossas reflexões acerca da interdisciplinaridade – conceitua ‘interdisciplinaridade’ de forma aberta; como um ponto comum que possibilita o cruzamento e coexistência de campos distintos de conhecimento.

Para nossas considerações sobre o tema, é útil procedermos ao estudo a partir

da ótica do Conhecimento Ambiental, campo eminentemente interdisciplinar ao qual o Direito pode muito contribuir e do qual pode receber outras tantas contribuições.

Assim, a pergunta que move o presente estudo é quais as limitações geradas por uma epistemologia positivista, no que tange a correlação entre o Direito e o Conhecimento Ambiental?

CONHECIMENTO AMBIENTAL

A presente análise reflexiva é parte de um programa de investigação acerca dos fundamentos epistêmicos, teóricos e metodológicos do campo de conhecimento ambiental no Brasil, que toma como pontos de partida os campos disciplinares que enfrentam direta ou indiretamente a questão ambiental. Neste debate que se propõe a identificar e delinear os contornos deste campo emergente, seu “objeto”, o “ambiental”, é apreendido como um emaranhado envolvendo escolhas e decisões civilizatórias, derivadas do ambiente sociocultural e o próprio ambiente biofísico. Trata-se, portanto de um “objeto” que reclama abordagens que transcendam as fronteiras dos campos disciplinares instituídos. Este esclarecimento justifica as inquietações deste artigo diante da dificuldade do conhecimento jurídico incorporar em sua episteme, fundamentos que permitam diálogos com outros campos disciplinares.

Outra forma de interpretar o objeto do Conhecimento Ambiental é como um uma interação de vetores que atuam sobre e a partir de um sistema social, manifestando-se através de escolhas e decisões civilizatórias. Sendo possível uma análise que isole os vetores estatais (gerados a partir de subsistemas ligados a administração do aparato estatal), se mostra o direito como, em tese, bem equipado a proceder este estudo. Assim, por um lado, a contribuição do direito seria significativa, restando buscar

as limitações, se houver, apresentadas pelo núcleo duro do Campo.

Se bem que no decorrer deste estudo, focaremos nas limitações de uma episteme positivista em relação à interdisciplinaridade, convém ressaltar alguns outros pontos, a serem trabalhados em outra ocasião.

Primeiramente, a episteme estruturalista pós-kelseniana não é, em princípio, refratária a contribuições de outros campos, no entanto, herdou da episteme de Kelsen uma carência de ferramentas que lhe permitissem de fato incorporar tais contribuições. Como consequência, quando tentam alcançar as fronteiras, o pesquisador estruturalista tende a citar visões exógenas sem de forma alguma as acrescentar à sua própria análise. Em termos concretos, isso se manifesta como longas contextualizações históricas e referências esparsas a função da lei – contribuição da episteme funcionalista, alternativa ao estruturalismo da qual a prática hegemônica vem internalizando contribuições.

De maior relevância ao debate de fundo do Conhecimento Ambiental é a escolha da episteme estruturalista de ignorar ou relegar a segundo plano os indicadores de realidade. Ou seja, as observações empíricas. Ao centrar seu foco na validade da lei e não em sua eficácia, o conhecimento produzido pelo direito não é capaz de explicitar a influência da lei em relação à – nem advinda de – outros vetores. Esta limitação basta para tornar o diálogo com os demais campos e, mormente, com o conhecimento ambiental, efetivamente um monólogo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Primeiramente, de forma a instigar diálogos profícuos com outras matrizes de pensamento, explicitar o uso que faremos de alguns termos.

Não se pretende ignorar que no sentido amplo do termo, tanto o funcionalismo quanto o Realismo Jurídico podem ser considerados como teorias positivistas. Ainda assim, por praticidade, no decorrer do texto, o termo ‘positivismo’ e seus derivados serão sempre referentes ao positivismo *stricto sensu*, conforme se interpreta nos estudos de Hans Kelsen.

O termo ‘sistema’, quando usado, busca dialogar com os autores ligados a teoria dos sistemas e o sentido usado está próximo dos trabalhos de Norbert Wiener (1948) e Ludwig Von Bertalanffy (1975), como ente isolado e com partes coordenadas capaz de realizar processo transmutativo de informações. A busca deste diálogo justifica-se a partir da potencial fecundidade do uso do conceito de sistema jurídico, que se entende como mais que coletividade dos órgãos ligados à função jurisdicional, mas deve incluir também todos os pontos de (co)influência (porosidade) entre o sistema e o restante do corpo social. Esta maneira de apreender o fenômeno Jurídico, a despeito de ser ignorada por correntes puramente estruturalistas, se encaixa perfeitamente em uma teoria realista do Direito.

Por fim, um ponto que gostaríamos de ressaltar é que o presente artigo não se pretende uma crítica ao Direito como instituição. Nenhuma das considerações presentemente formuladas tem a pretensão de se ver convertidas em práxis pelos operadores do Direito, mas apenas de indicar possíveis vias de acesso à interdisciplinaridade aos pesquisadores propensos a tanto.

1. O CONTEXTO HISTÓRICO DO POSITIVISMO KELSENIANO

Para uma compreensão adequada das ideias de Kelsen (2000) faz-se mister entender-se o contexto histórico e o ambiente cultural e intelectual no qual ele as produziu, sob pena de tendermos a uma

avaliação ingênua e ultra simplista de seu pensamento.

Assim, proceder-se-á um breve resumo das tensões as quais o momento histórico – primeiras décadas do século XX – estavam propensas, nossa proposta não é fazer um estudo histórico compreensivo da vida e obra deste grande jurista, mas reconhecer-lhe o valor e explicitar que muitas das críticas que faremos ao que chamaremos de ‘positivismo kelseniano’ (vide Introdução) não seriam, necessariamente aplicadas ao pensamento de Kelsen, em sua forma pura, mas são, sim, críticas à conotação que tal pensamento adquiriu a partir das últimas décadas do século XX.

1.1 COMO CRÍTICA AO JUSNATURALISMO

É comum no decorrer do pensamento ocidental, a manifestação de um processo preeminentemente dialético que constantemente se manifesta na forma de um novo ideário se formando em franca contraposição a um anterior. Pode-se argumentar que nas ciências naturais, a partir de Newton, a oposição entre tese e antítese não se faz sentir de forma tão acentuada, mas na história da filosofia, nota-se, desde quase sua origem, contrapor-se a uma ideia mais antiga constitui forte motivação no pensamento dos novos filósofos. O caso mais dramático, mas de forma alguma único, é o da oposição teórica entre Platão e Aristóteles. No caso de Kelsen, o pensamento no campo jurídico, apesar de multifacetário em alguns aspectos, tinha ainda grande influência do jusnaturalismo. Muitas das posturas assumidas por Kelsen podem ser interpretadas como reações a esta corrente, posturas estas que podem ser levadas a extremos se retiradas de seu contexto histórico.

Assim, a proposta kelseniana pode ser vista como uma tentativa de garantir que

os operadores do Direito não sofressem influências de vetores não jurídicos, em um momento histórico no qual havia uma preponderância de elementos potencialmente nocivos que buscavam influenciar o Poder Judiciário.

Nisto, não se pretende negar que a postura de Kelsen é prioritariamente (unicamente?) estruturalista, mas expressar que as construções teóricas constituídas para proteger o Direito de influências externas podem sobreviver a seu propósito se continuarem a ser usadas quando não existam mais fatores externos buscando influenciar o fenômeno jurídico, ou, havendo, se estes fatores se houverem adaptado e encontrado maneiras de proceder dentro da conformação corrente do campo. Ademais, convém ressaltar que neste trabalho parte-se da noção epistêmica de que Ciência e fenômeno são entes distintos e que as preocupações dos operadores do Direito podem ser diversas das dos cientistas do Direito, cabendo a cada um seu propósito e metodologia e importância.

Por outro lado, o intuito de isolar o Direito talvez tenha propósitos práticos e não seja consequência exclusiva de considerações epistemológicas. Já que uma das preocupações de Kelsen era buscar uma metodologia que garantisse a segurança jurídica, a proposta de uma ciência pura do Direito, que fosse mais voltada a excluir influências políticas das decisões judiciais, do que impedir o diálogo entre juristas e demais cientistas sociais.

Neste ponto talvez possamos perceber que, apesar de professar a busca por uma teoria científica pura – não foi casual o fato de Kelsen ter recorrido a Kant para fundamentar filosoficamente o conjunto de sua obra – Kelsen devesse ser considerado também por suas contribuições de uso prático. Do ponto de vista estritamente epistemológico, é difícil obter-se um construto a um só tempo útil para a técnica e para o estudo científico, e parece ingênuo criticar Kelsen por ter privilegiado

este e não aquele. Assim, uma episteme estruturalista pura, quando aplicada apenas pelos operadores do Direito (os elementos do Sistema jurídico que é o fenômeno do Direito) não é necessariamente problemática, apesar de não ser, tampouco, necessariamente ideal.

Já do ponto de vista do cientista jurídico, a aplicação de uma episteme kelseniana reduz sua função a de mero (co)transmutador (ao lado do juiz/tribunais e demais operadores) da informação jurídica, gerando assim efetiva fusão entre o Fenômeno Jurídico e a Ciência do Direito, o que, se buscamos a fecundidade epistêmica, é extremamente ineficaz. Por outro lado, do ponto de vista prático, pode-se defender esta postura a partir da ‘necessidade’ de garantir a ‘segurança jurídica’, seguindo a noção que os teóricos devem teorizar o que os juízes devem decidir. Esta justificação, apesar de popular, parece-nos extremamente incoerente, sendo derivada de uma série de mitificações acerca do Direito.

2. DO OBJETO PRÓPRIO DO CAMPO JURÍDICO

A proposta de Kelsen de o Direito, para se constituir como saber científico, dever ter bem demarcado seu objeto de estudo, não foi inovadora em si mesma. Desde Galileu, no século XVII, se vinha desenvolvendo a tendência de definir um campo de saber em relação ao seu objeto, e não mais a partir de seu método – O século XVII representou um divisor de águas: até então, um campo de saber era definido pelo método que aplicava, a partir de então, com a hegemonia do método científico, houve um gradual aumento na importância epistemológica do recorte do objeto. Tal tendência manteve-se inalterada e, na altura do século XX, as áreas de conhecimento definiam-se prioritariamente a partir do objeto; e o método, no que precisasse ser ajustado, o era para atender as

peculiaridades do objeto – como era práxis até então. Assim, nada mais natural que propor um objeto a ser estudado pelo Direito. Há, no entanto, de se diferenciar entre escolher qualquer objeto e escolher um objeto; pode parecer a muitos hoje que a opção de Kelsen pela norma positiva e estrutura e coesão do ordenamento jurídico seja natural ou mesmo inevitável, mas como se verá, isto está longe de ser o caso.

A escolha de restringir o Direito ao estudo exclusivo da norma cria dois problemas distintos. Primeiro, é uma escolha prioritariamente diacrônica, funcionando de forma aceitável para o Direito como se manifesta nos últimos séculos, mas sendo incapaz de explicar o Direito em sua continuidade histórica. Segundo problema de tão restrito recorte, é que exige do estudioso que abrace a ficção de que toda interação humana relevante se dá nos tribunais – ou nos sistemas jurídicos de forma mais ampla – e relega inúmeros fatos que poderiam alumiar e enriquecer o diálogo e a percepção do cientista do Direito, como de interesse exclusivo de outras ciências.

Estas limitações têm consideráveis ramificações filosóficas. Ao excluir uma gama de fenômenos, o positivismo se isola não apenas de outras ciências, mas também se torna impermeável a alterações, mesmo a partir de outras noções advindas do próprio Direito. Esta talvez seja uma das razões porque, a despeito de constantes críticas, não se propõe uma alternativa ao Positivismo que alcance a condição de alternativa à hegemonia; é que, hesitando-se em dispor de todo um corpo de conhecimento, busca-se reformar o positivismo acrescentando-lhe fatores exógenos. Mas os híbridos gerados, ou carecem de funcionalidade – uma vez que o positivismo rejeita os órgãos transplantados; ou se tornam uma versão transfigurada do estruturalismo, mas que em essência mantém a mesma forma de processamento sistêmico.

Vejamos, por exemplo, a proposta da epistemologia funcionalista elaborada, entre outros, por Norberto Bobbio. Em ‘Da Estrutura a Função’, obra na qual Bobbio oferece fundamentos de uma episteme funcionalista, ele defende que noções estruturalistas e funcionalistas não são necessariamente antagônicas. Tal ideia – como a maioria das ideias advogadas por Bobbio – é absolutamente verdadeira. Conquanto se aceite que todo o corpus legal se direciona ao mesmo propósito, realmente, a visão funcionalista e a estruturalista podem coexistir e co-funcionar sem dificuldades.

Infelizmente isto não ocorre. Na realidade o ordenamento jurídico de qualquer país é obra conjunta de inúmeros coautores e não há porque julgar que eles todos e elas todas busquem os mesmos fins, a despeito de diferenças político-ideológicas. Os defensores da funcionalidade do ordenamento jurídico – mesmo quando críticos do positivismo de forma genérica – podem propor que, apesar de haver diferenças entre os diversos indivíduos que cumprem a função de legislar, cabe ao cientista jurídico buscar coadunar essa diversidade sob a rubrica de um ordenamento jurídico uno e harmonioso, o que se nota pela tradição doutrinária de citar um ente abstrato chamado ‘legislador’. Esta solução se enquadra muito bem no pensamento kelseniano, mas será adequada no corpus teórico funcionalista? Bobbio, de fato, busca trazer a figura fictícia do ‘legislador’ – o que se enquadra com sua proposta de coexistência entre funcionalismo e estruturalismo – ao dizer que o Direito pode ser entendido como ferramenta de controle social utilizada pelo ‘legislador’, mas não explica como compilar uma miríade de pensamentos e posturas sob este título.

Ademais, é difícil estabelecer um paradigma funcionalista que ignore os fatos sociais, já que para que se perceba a função de uma lei ou instituto faz-se mister buscar

seus efeitos no grupo (sistema) social e observar o desvelar da norma. E é ainda mais difícil estabelecer um positivismo estruturalista que leve em conta os fatos sociais, já que estes são irrelevantes no que tange a validade da norma – que é o foco do estruturalismo. Quanto à possibilidade de utilização de ambas epistemologias concomitantemente, mas de forma estanque, apesar de parecer solução inabalável, ainda restaria o problema de qual das duas preponderaria em caso de conclusões não concordantes?

O fato é que, para Kelsen, a ‘ciência Legal’ deve tratar estritamente da norma, buscando descrevê-la sem qualquer julgamento moral ou sem levar em conta quaisquer fatores exógenos. Como vimos, tal postura traz muitas vantagens aos aplicadores da norma e muito poucas ao cientista jurídico. Partindo-se do pressuposto que, *ceteris paribus*, uma episteme mais fecunda deve ser privilegiada e que a Ciência do Direito e o fenômeno jurídico podem ser tratados como entes distintos, pode-se concluir que o recorte estruturalista não é o ideal.

Isto posto, de que outra forma poder-se-ia recortar o objeto do Direito? Como em muitas questões, podemos buscar inspirações nos clássicos. A forma adequada de se definir conceitos foi uma das preocupações recorrentes de começar com Platão (seção, 262d e seguintes), em o ‘Político’, obra classificada como parte final da segunda tetralogia. Trata-se de obra atípica no corpus platônico, na qual Sócrates tem menor participação. Visa distinguir o político do sofista e do filósofo. Os trechos citados foram declarados pelo “estranho” (Khenós), principal interlocutor, que corrigia o jovem Sócrates, que havia proposto dividir os tipos de pastores em “pastores de bestas” e “pastores de homens”:

Parece-me não ser prudente recortar uma parte pequena que não seja uma espécie; de um conjunto maior, a parte deve ser espécie. Separar de um só golpe o objeto da investigação, é plano excepcional, conquanto justa a separação; e tu estiveste sob a percepção de estar correto, pois viste que chegarias a ‘homem’; o que te levou a apressar muitos passos. Mas tu não deverias ter cortado parte tão pequena, caro amigo; é mais seguro cortar ao meio; o qual é o caminho mais provável para achar a classe. Atenção a este princípio é de vital importância no processo analítico²⁶.

E, mais adiante:

Ou suponha que ao separar números decidisses separar dez mil de todo o resto, fazendo dele uma espécie, fazendo dos números menores outra espécie, dando-lhes um nome único. Tu poderias argumentar tratar-se de uma só classe, por terem o mesmo nome. Quando, por outro lado, terias uma classificação numérica melhor e mais igualitária e mais lógica se os tivesses dividido em pares e ímpares; ou no caso da grei humana, em machos e fêmeas; só recortando os Lídios e Frígios ou qualquer outra tribo, contrapondo-as ao resto do mundo quando não mais pudesses cingir partes que fossem também classes²⁷.

Os dois trechos recortados das inquietações de Platão nos ajudam a perceber que o processo de recorte de um conceito e do objeto de um campo de conhecimento, ainda que compartilhem entre si certos princípios fundamentais, não são necessariamente os mesmos. Nesta perspectiva, o projeto kelseniano de limitar o objeto do Direito à norma positiva procede isola uma parte muito pequena do fenômeno jurídico, forçando uma separação entre a norma e seu efeito social.

²⁶ PLATÃO, O Político. Tradução própria.

²⁷ Idem.

A partir de uma observação cuidadosa, pode-se notar que a norma não existe de forma isolada, mas apenas como ente vivo no sistema social e, como muitos conceitos científicos, só pode ser observada por seus efeitos. Além disso, a norma passa por um constante processo de ressignificação mesmo quando positivada e não é possível desintricá-la do tecido social sem danificá-la. Logo, é difícil justificar e excluir da apreciação do estudioso do Direito a função dos juízes e tribunais, sistemas responsáveis, em última instância, pela concretização da norma, bem como todo o sistema(s) social responsável pelo seu estado vivo. Neste aspecto, há grande vantagem na aplicação dos conceitos advindos do Realismo Jurídico Norte Americano que vê nas decisões dos juízes e tribunais o verdadeiro objeto da Ciência jurídica – de acordo com Compêndio de Introdução à Ciência do Direito, p.75, de Maria Helena Diniz, os principais autores da corrente são John Chipmann Gray, Karl N. Llewellyn e Jerome Frank. A estes incluímos Oliver Wendell Holmes, que pode ser visto como um precursor do pensamento Realista. Apesar de uma considerável evolução, a corrente Realista Norte Americana ainda limita consideravelmente seu objeto, se comparada aos autores Realistas Dinamarqueses, Especificamente, na obra de Alf Ross, que já incluem a totalidade do grupo social, como parte do organismo (Sistema) jurídico. Apesar de já bastante abrangente, cremos que é possível ir além, de forma a obter uma definição mais ampla que as de ambas as correntes.

Há ainda outra lacuna desconsiderada por Kelsen, a norma é constituída por mais que validade (como propõe os positivistas) e eficácia (noção central no Realismo), mas também faz parte da norma seus efeitos, as mudanças que o Legislador pretende alcançar ao criar ou anular ou alterar certa lei. Esta faceta do fenômeno jurídico pode ser explorada a partir de uma teoria (Epistemologia)

funcionalista, conforme discutido anteriormente.

Longe de ser o único aceitável ou possível, o recorte estruturalista-kelseniano é apenas um dentre muitos, mais impressionante pela sua estreiteza que por sua fecundidade. Mas não haveria vantagens em manter-se a pureza do Direito? Afinal, se o Direito se aproximar demasiadamente de outras ciências sociais, isto não pode minar suas bases teóricas? Antes de enfrentarmos tal questão, convém terminar este diálogo sobre o recorte epistêmico do objeto com algumas sugestões paradigmáticas; quando o recorte do objeto visa à estreiteza, a tendência é a formação de grandes vácuos teóricos nos quais restam fenômenos que nenhuma ciência busca abraçar, é o caso do Direito quando se atém a uma visão estruturalista. Quanto mais amplo o recorte do objeto, menor este espaço entre os saberes e, portanto, mais fácil e fecundo o diálogo entre eles; este é o caso de uma perspectiva realista do Direito, que em sua versão mais abrangente, cria diversos pontos de contato com a Sociologia e a Economia. Mas nos parece que se pode ir mais adiante e propor um recorte ainda mais amplo, no qual a troca de conceitos e estruturas seja maximizada.

3. REDUCCIONISMO E INTERDISCIPLINARIDADE

3.1 O MEDO DA ‘COLONIZAÇÃO’

A noção de que impedir o fluxo de ideias entre diferentes campos do conhecimento é não apenas salutar, mas indispensável para garantir a ‘independência’ do campo é, em geral, descabida e, em se tratando de qualquer outra ciência, a ideia de que os estudiosos se veriam despidos de sua autonomia epistemológica no momento que aceitassem dialogar com outros campos carece de reparos profundos. O caso do Direito pode-

se defender ser uma exceção, uma vez que os operadores do sistema jurídico (juizes, os membros do Ministério Público etc.) gozam de considerável poder político e suas ações, se mal ajambradas, podem causar sérios prejuízos.

Desta noção, primeiramente, vale reiterar que todas as críticas e propostas presentes neste estudo voltam-se a epistemologia do Direito como ciência (i.e. qual o método e objeto mais fecundos ao alcance do cientista jurídico) e não se pretende aplicável aos meandros do fenômeno jurídico (entendido como vetor anacrônico dos sistemas jurídicos históricos). Desta forma, apesar de haver fortes argumentos acerca da necessidade de reestruturar o funcionamento do poder judiciário, não nos propomos tempo presente, a estudar a matéria ou sobre ela opinar.

Ainda assim, pode-se argumentar que, mesmo aceitando-se a separação entre ciência e fenômeno, caberia ao cientista jurídico a função de teorizar acerca das normas a serem utilizadas pelos aplicadores, de forma a garantir que a aplicação da lei ocorra com certo rigor, com o máximo de segurança jurídica. Tal sugestão parece-nos superestimar a função da Academia e sua influência no sistema jurídico, mas mesmo se esta influência for tomada por garantida, não há nenhum impedimento em um campo de saber se dividir em ‘ciência aplicada’ e ‘ciência pura’ (O termo ‘pura’ não tem relação neste contexto com o pensamento de Kelsen, opondo-se a ‘aplicada’).

Resta claro, porém que, além de questões práticas, não se demonstrou ainda ser o isolamento do Direito uma necessidade teórica.

3.2 O DISCURSO DO DIREITO

Em uma palestra proferida em meados de 2012, tivemos a oportunidade de dialogar acerca de algumas das preocupações epistêmicas que se vêm

deslindando no presente texto com certo ínclito Professor, que apresentou um único, porém fortíssimo argumento contra a interdisciplinaridade. No diálogo, o douto mestre respondeu a nossa defesa de uma maior aproximação do Direito com as demais Ciências – especificamente falava-se de Sociologia e Economia – com feroz sentença, cujo teor epistêmico nos chamou a atenção: “Se o discurso do Direito for o mesmo que o da economia ou da sociologia, o Direito haverá se tornado economia e sociologia”. O impacto e profundidade de tal pensamento – como não poderia deixar de ser – nos levaram a meditar nesta concepção pelos minutos que se seguiram, afinal, a possibilidade de o Direito se ver absorvido por estes outros campos do saber deve ser levada a sério. Por isso, parece adequado expor aqui os meandros de nossos questionamentos acerca do Discurso científico e do Direito, em particular.

Pode-se considerar o discurso – ou discursos – de um campo de conhecimento como sendo um conjunto de noções correntes sustentadas por uma metodologia e epistemologia reconhecidas como válidas. A partir desta definição, parece claro que o professor Ramidoff estava com a razão. No momento que uma ciência se limitar a emular o discurso de outra, ela, sem dúvida, perderá sua autonomia, esta noção aponta para a eterna confusão entre autonomia, que pressupõe interdependência entre seres e sistemas vivos, e isolamento, sinônimo de infantilização e morte. Autonomia é vida, isolamento é morte. Qualquer temor em relação à colonização é uma reivindicação de conhecimento morto, não de um conhecimento vivo. Se o objeto de estudo do Direito for redefinido em um recorte mais amplo, haverá pontos de contato com outros campos (conhecimento de fronteira) e, nestes pontos, pode haver aproximação ou mesmo isofonia dos discursos; mas tal igualdade limitar-se-á aos pontos de contato, não havendo quaisquer razões para supor

que o Discurso jurídico em sua integralidade será ‘colonizado’ por outros saberes.

Parece, portanto, que foi prematuro aceitar sem reservas a proposta epistemológica isolacionista do ínclito doutor. Uma ciência pode aceitar – e, de fato, aceita – concepções que lhes são exógenas sem por isso se desnaturar. Não se pretende com isso negar ser possível que um campo do saber se altere, perca sua importância histórico-social ou mesmo seja absorvido por outro campo; o que se defende aqui é a invalidade de uma regra geral que proponha que qualquer isofonia – mesmo que parcial ou fronteira – seja suficiente para dar-se todo um campo como idêntico a seu interlocutor. Pode-se ir mais longe e afirmar-se que um campo de conhecimento pode, sim, absorver noções exógenas – mesmo em seu núcleo epistemológico – sem perder sua natureza individual; *exempli gratia*, o conceito moderno de átomo foi primeiro aceito entre físicos, e só após profundas discussões, aceito também pelos químicos; a partir de então, longe de ser ‘absorvida’ pela física, a química vem fazendo constantes progressos enquanto campo de saber autônomo. Este único exemplo já bastaria para garantir a invalidade da regra geral, mas podemos citar ainda o nexos entre Malthus, Darwin e Marx como exemplo da potencial fecundidade da inter-polinização de conceitos científicos.

A própria história da teorização e descoberta do ‘átomo’ demonstra que, mais que se isolar, os campos de conhecimento tendem a, e tem muito a lucrar ao, se relacionarem. Os primeiros a teorizar o conceito de átomo foram os filósofos helenos Leucipo e Demócrito, bem como certos místicos Indianos. No período moderno Antoine Lavoisier, o revolucionário químico francês do final do século XVIII, propôs a noção de elemento, da qual John Dalton, físico e químico inglês, derivou a noção moderna de átomo. O átomo foi visto pelos químicos da época como um construto teórico (lei da proporção

definitiva), desprovido de existência concreta. Uma vez abraçado pela física, inúmeras pesquisas foram feitas buscando provar a existência material dos átomos, noção que encontrava forte oposição entre alguns químicos. Os próximos a aceitar o conceito de átomo foram os engenheiros, ou quase. O físico Ludwig Boltzmann utilizou a então controversa ideia de átomo para criar uma nova definição de ‘entropia’, noção central da termodinâmica, campo originado pelo trabalho de engenheiros no século XIX. Curiosamente, o conceito de ‘entropia’ foi abraçados pelos físicos relativísticos dedicados ao estudo do tempo e é a única explicação científica para porque o passado antecede o futuro. Assim, a noção de átomo fechou um círculo e retornou às suas origens filosóficas.

Outro problema associado à xenofobia epistemológica, é que ela desconsidera o outro fator constituinte de um campo de conhecimento: a metodologia. Dois campos podem manter sua autonomia mútua apesar de produzirem discursos semelhantes (ou mesmo idênticos) conquanto os produzam a partir de metodologias diferentes.

Parece-nos que os obstáculos ao Direito engajar-se em um diálogo interdisciplinar são de natureza diversa, mais ligados à forma como os cientistas jurídicos e operadores do Direito veem sua função no grupo social do que a qualquer preocupação de natureza mais teórica.

4. A MITIFICAÇÃO DO DIREITO

Há inúmeros registros de sociedades da antiguidade clássica que já possuíam sistemas jurídicos bastante avançados (GILISSEN, 1979), o que torna razoável supor – apesar de não haver qualquer evidência direta - que o conjunto de vetores sociais aos quais chamaremos de fenômeno jurídico data, pelo menos, da pré-história. Tendo em vista a antiguidade e prevalência

deste fenômeno é algo difícil calcular-lhe a origem e importância.

Mas não devemos ingenuamente crer que o direito tenha se manifestado, não apenas ubiquamente, mas também univocamente. Apesar de os diversos grupos sociais que nos deixaram registros abundantes e diversos de épocas antigas nos terem indicado a existência de processos sociais que podemos correlacionar à noção moderna de Direito – regras que visam induzir ou proibir comportamentos, com os castigos correspondentes ao seu descumprimento, por exemplo – cada sistema jurídico é reconhecido como exemplar único, com tantas peculiaridades quanto similitudes. Noções advindas dos Direitos da Antiguidade, não raro discordam entre si de forma evidente. Vide, v.g., o tratamento Romano e Heleno ao comportamento homossexual, ou a obsessão culinária hebraica.

É claro, portanto, que o fenômeno jurídico antecede em muito as primeiras tentativas de uma ciência jurídica. Mesmo que consideremos o código de Ur-Nammu como exemplo de ciência jurídica, ainda assim não podemos negar tratar-se de elaboração sobre concepções preexistentes. Se, como é mais tradicional, só considerarmos os jurisprudentes Romanos como os primeiros cientistas jurídicos, aumenta ainda mais a distância entre os dois construtos que pretendemos diferenciar. E isso por si só já basta para justificarmos uma diferenciação radical teórica entre tais conceitos.

Uma questão que mereceria mais estudo seria a da origem do Direito, apesar das consideráveis dificuldades materiais. Esta pesquisa teria mais que valor histórico - por si só já de grande importância - isto porque, há a falácia de que a origem de uma instituição e seu uso são idênticos (Nietzsche, 1921). Assim, usa-se a ubiquidade do fenômeno jurídico como fundamento moral para sua importância, não apenas como sistema multifacetário que é,

mas como o ente conforme se manifesta hodiernamente. Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se chegar a propor que a forma corrente do Direito é indispensável à Sociedade e mesmo que, sem o Estado o grupo social seria incapaz de estabelecer um mínimo de inter-relacionamento pacífico, ou seja, o Direito (em sua forma corrente, qualquer que seja) é entendido como garantidor da paz de espírito do indivíduo. Tendo em vista tamanha mitificação, não é de admirar que qualquer alteração proposta, mesmo que de viés exclusivamente epistêmico, seja vista como temerária.

Mas há outra possibilidade. Supondo que a função natural dos sistemas jurídicos proto-estatais tenham sido cooptadas por vetores centralizantes, seria natural que o uso do sistema se visse alterado. No entanto, não há que se supor que o sistema original tenha sido completamente absorvido pelo novo sistema hegemônico, podendo o grupo social ter mantido vestígios dos sistemas originais. Se for esse o caso, a importância do Estado e do Direito como sistemas de controle social podem ter sido consideravelmente majorados por algumas correntes filosóficas.

É bastante difícil estabelecer no presente momento histórico qual dentre estas duas visões tem mais mérito, se fazendo necessárias maiores e mais profundas pesquisas. Limitar-nos-emos a apontar apenas que a segunda proposta se mostra mais fecunda ao explicar o porquê da variação de sistemas jurídicos através da história.

Mas vamos considerar, *ad argumentandum tantum*, que a visão contratualista esteja correta e qualquer alteração, mesmo indireta, no sistema jurídico seja arriscadíssima; não seria então mais seguro deixar de lado novas propostas e concentrar nossas forças na manutenção do *statu quo*, inclusive no que tange ao positivismo? Não parece ser o caso. Mesmo que tomemos por garantido essa visão da sociedade como tendendo a um caos evitado

apenas pela interferência do Estado, não se pode desconsiderar o fato de que não é o direito positivo (nem, por extensão, sua análise) o responsável por coordenar a vida social. A norma, enquanto entidade viva, só existe de forma dinâmica e, por isso, só pode ser entendida a partir do meio social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão que visávamos responder, “quais as limitações geradas por uma epistemologia positivista, no que tange a correlação entre o Direito e o Conhecimento Ambiental”, no decorrer deste estudo parte do pressuposto de que a Ciência do Direito teria maior fecundidade teórica se se libertasse de noções positivistas estruturalistas e deontológicas e se estabelecesse a partir de noções realistas eminentemente ontológicas.

Buscou-se demonstrar que há um objeto muito mais amplo e prolífico que a mera norma positivada ao alcance do cientista jurídico, cujo estudo se vê negligenciado por conta de pré-noções herdadas da tradição estruturalista e que tal objeto pode ser analisado de forma eficaz por quem tenha uma compreensão do sistema jurídico e do Direito positivo, conquanto não seja paralisado pelo temor em relação ao diálogo interdisciplinar.

De fato, o suposto objeto do Direito segundo uma episteme positivista é constituído por um recorte abrupto cujos limites são reconhecidos pela práxis, senão pela teoria. É só notar que para facilitar o difícil processo de interpretação, é prática comum buscar-se na jurisprudência o que se entende pelo conteúdo de uma norma. Esta prática se dá por que a norma positiva é uma tentativa de cristalização da norma, que é ente vivo constantemente resignificado e o juiz é o operador mais próximo que o legislador dos vetores sociais responsáveis pela resignificação.

Assim, se a partir da epistemologia estruturalista a interdisciplinaridade é difícil

e mesmo indesejada, a partir de uma episteme de base realista a interdisciplinaridade se torna não apenas natural, mas extremamente benéfica. E é a partir de uma visão realista que se propõe o diálogo com a Ciência Ambiental, cujo foco nas decisões civilizatórias é terreno fértil para se entender os processos pelos quais o fenômeno jurídico se transforma e é transformado.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- GILISSEN, J. **Introdução Histórica ao Direito**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.
- HOLMES, O. W. **The Common Law**. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/2449/2449-h/2449-h.htm>>. Acesso em: 25/10/2012.
- KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. In: **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, nº 73, agosto de 2005.
- NIETZSCHE, Friedrich. **On the Genealogy of Morals**. Wikisource (<http://en.wikisource.org>), 1921.
- PLATÃO. **Politikos**. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0171%3Atext%3DStat.>>. Acessado em: 25/10/2012.
- VON BERTALANFFY, L. **Perspectives on General Systems Theory**. New York: George Braziller, 1975.
- WIENER, N. **Cybernetics or Control and Communication in the Animal and the Machine**. Paris, (Hermann & Cie) & Camb. Mass, 1948.

*Recebido em 12/05/2014
Aprovado em 10/06/2014*

A ECONOMIA DO CONHECIMENTO: DA TEORIA CAPITAL HUMANO À ECONOMIA DO CONHECIMENTO E O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE*

Mirian Beatriz Schneider**
Udo Strassburg***
Valdir Antônio Galante****
Nilton Marques de Oliveira*****

Resumo

O papel das universidades no processo de desenvolvimento regional tem recebido crescente atenção e está sendo considerado elemento chave de crescimento e desenvolvimento das regiões. Assim sendo, o principal objetivo deste artigo é avaliar a trajetória da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE no desenvolvimento regional. Utilizou-se de um ferramental metodológico exploratório e a guisa da literatura, tendo como aporte teórico a Teoria do Capital Humano e a Economia do Conhecimento. Os principais resultados sugerem que a UNIOESTE tem evoluído nesses últimos 20 anos, desde a sua criação, ampliando a oferta de vagas na graduação e na pós-graduação, tem fomentado políticas de qualificação docente; produzindo patentes, ampliando convênios com empresas e universidades tanto nacional como internacional e, tem contribuído com formação e qualificação de mão de obra, cumprindo assim, seu papel com indutora de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: capital humano; economia do conhecimento; UNIOESTE; educação.

Abstract

Universities have been increasingly important to regional development and are being considered a key factor in this process. Thus, this paper evaluates the impacts of UNIOESTE (West Paraná State University) on regional development processes. The research is based on bibliography sources using the Theory of Human Capital and Knowledge Economy. It is stated that UNIOESTE has experienced formidable growing during the last twenty years since its foundation and has managed to increase graduate and post graduate education. Moreover, it has carried out qualification programmers of its lecturers, produced patents, increased cooperation agreements with companies and other universities, both national and international, educated work force and consequently fulfilled its purpose to boost regional development.

Keywords: human capital; knowledge economics; UNIOESTE; education.

* Pesquisa executada com financiamento da SETI/Fundação Araucária.

** Doutora em Processos de Integração Transnacional pela Universidad de León – Espanha. Professora Adjunta do Curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE-Toledo. Pesquisadora do Grupo GEPEC. Bolsista Produtividade da Fundação Araucária. E-mail: mirian-braun@hotmail.com

*** Doutorando em em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE-Toledo). Professor da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, mestre em controladoria e contabilidade estratégica – FECAP / FACESP, especialista em controladoria e gerência financeira – UNIOESTE. E-mail: strassburg@unioeste.br

**** Doutorando em em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE-Toledo). Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Professor na UNIPAR e UNIOESTE Francisco Beltrão. E-mail: vgalante@hotmail.com

***** Doutorando em em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UNIOESTE-Toledo). Professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: niltonmarques@mail.uft.edu

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivos fazer uma síntese da evolução do conceito de Economia do Conhecimento; além disso, pretende-se avaliar o papel da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE no contexto do desenvolvimento regional.

Em primeiro lugar, foi feito um resgate do processo de evolução do que se denomina hoje de Economia do Conhecimento, que é a base para compreensão do papel de uma universidade no desenvolvimento. O início do pensamento nessa área se dá pelo conceito de Capital Humano, que ganhou força a partir dos anos 60, em função da crise da indústria tradicional (metal-mecânica), que havia sido o motor do desenvolvimento no pós II Guerra na Europa. Um dos primeiros autores a discutir essa temática foi Theodore Schultz. Para ele, capital humano seria: “... o montante potencial adquirido em educação produtiva através do processo educacional”. (SCHULTZ, 1973, p. 35).

Sua principal preocupação foi explicar os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano”. A partir dele, questões como crescimento econômico e distribuição de renda passam a fazer parte constante da agenda política, econômica e de pesquisa acadêmica. Na indústria, os trabalhadores passam a ser cada vez mais especializados, e isto passa a ser encarado como um fator importante para o crescimento econômico. Já Blaug (1971, p. 21) afirma: “uma educação adicional elevará os rendimentos futuros, e, neste sentido, a aquisição de educação é da natureza de um investimento privado, com rendimentos futuros.”. Existem textos importantes de outros expoentes das Ciências Econômicas, tais como Jacob Mincer, Gary Becker, Milton Friedmann e Edward Denison.

O pressuposto central dessa teoria é o de que o capital humano é algo produzido,

aumentos na renda nacional seriam frutos de aumentos nesta forma de “capital”, isto é, o ser humano é um ativo, sobre o qual se realiza um investimento. Levando em conta o postulado de que o agente econômico é “maximizador” e racional da sua utilidade, a educação, passa a ser um investimento, possui a racionalidade deste, ou seja, investir em educação implica em uma relação em que se levam em conta os custos atuais e a uma renda futura. Ainda dentro desta perspectiva, em cada sociedade existiria uma demanda e uma oferta de capital humano, a decisão de investir é individual, mas também é uma decisão agregada, qual seja, um indivíduo (sociedade) investe até onde o custo de educar-se se torne igual ao benefício dessa decisão. Nessa forma de pensar, os países podem afetar positiva ou negativamente o investimento (SHAFER, 1961).

As críticas a esse conceito se baseiam principalmente no fato de que vincula os níveis salariais exclusivamente aos níveis de educação, relegando questões deveras importantes como raça, gênero, classe social, e uma questão mais pontual, mas não menos importante: as habilidades inatas (BECKER, 1964).

A aplicação literal da teoria do capital humano, segundo os críticos, levaria a concentração dos investimentos em educação dirigidos apenas à produção de renda física, e por consequência, inanição nas áreas como artes, filosofia, literatura, e que são fundamentais ao desenvolvimento das sociedades. Completando essa linha de pensamento, a capacitação técnica adquirida, que por sua vez aumenta os rendimentos futuros, não terá tanta importância, pois as expectativas, preferências e atitudes também mudarão. Garry Becker, prêmio Nobel em 1992, trata de questões revolucionárias dentro da teoria, mudando a perspectiva da mesma. Ele passa a tratar dos efeitos e impactos da educação sobre conceitos como família, criminalidade, discriminação, através de

uma perspectiva microeconômica. (BECKER, 1964).

Também é interessante a perspectiva marxista na discussão. Segundo esta linha de pensamento, a teoria do capital humano incorporou a tradição neoclássica, ao tratar trabalho como um produto do meio de produção. Essa corrente rejeita o raciocínio simplista de “trabalho homogêneo” e concentrou sua atenção na diferenciação da força de trabalho. Também incorporou à análise econômica as instituições sociais básicas (como a relação educação x família), que na teoria neoclássica são relegadas para a esfera cultural.

Por outro lado, a perspectiva marxista contesta o fato de que o trabalho não ser categoria na análise neoclássica, vira capital, ou seja, o conceito de classe social é eliminado enquanto conceito econômico. Um sistema escolar não poderia virar um reprodutor de um bem econômico, uma vez que as habilidades estão relacionadas e são determinadas pelas condições da existência humana. Como a educação funciona para perpetuar uma ordem social - uma teoria dos recursos humanos deveria abranger tanto a teoria de produção quanto de reprodução social.

Outro interessante aspecto ressaltado pelos marxistas é de que a firma não é uma “caixa-preta” em cujo interior o trabalho é o principal interesse. A firma tem uma dimensão sócio-política, onde seres realizam: a transformação de matéria prima; transmissão de habilidades e tipos de conhecimento de um trabalhador para outro, alterando habilidades e conhecimentos; abstrai-se o poder do capital sobre o trabalho, ao imaginar que os salários são determinados de forma exógena à firma; atributos como raça, sexo, idade, etnia, considerados irrelevantes pela teoria do capital humano, são avaliados como importantes pelos capitalistas.

Pelo próprio processo de evolução, em função das mais diversas contribuições a

teoria do capital humano acabou sendo “substituída” pelo conceito de Economia do Conhecimento (*Knowledge Economy*), que surge a partir do grande avanço das indústrias intensivas em conhecimento, em contraponto à tradicional indústria intensiva em capital. Essa indústria caracteriza-se pela produção de bens e serviços intensivos em conhecimento, que contribuem para um acelerado avanço técnico e científico, assim como uma rápida obsolescência. Destaca-se um componente-chave dessa linha de pensamento, uma ligação profunda entre capacidade intelectual e insumos físicos ou recursos naturais. Essa nova indústria tem a capacidade de refazer a natureza do trabalho e da economia.

Existem três linhas de pesquisa dentro do guarda-chuva desta teoria: O primeiro enfoque - mais antigo - é dos anos 60 com as novas indústrias baseadas em conhecimento e seu papel na mudança econômica e social, com importância crescente dos serviços. (MACHLUP, 1962; PORAT, 1977; STANBACK E NOYELLE, 1990).

A principal ideia unificadora desta vertente do trabalho é a centralidade do conhecimento teórico como fonte de inovação (BELL, 1973). E, por fim, destaca-se nesta linha de pesquisa uma nova teoria do crescimento na economia a qual enfatiza a importância do conhecimento para o crescimento econômico, observando que as descobertas diferem de outros insumos, porque elas são não competitivas e são combustível para mais inovação. (ROMER, 1986, 1990).

O segundo enfoque dispensa muito esforço para analisar o quanto esses setores, intensivos em conhecimento realmente contribuem para o crescimento da produtividade (BRYNJOLFSSON E HITT, 2000; GORDON, 2000). Devido à expansão das indústrias intensivas em conhecimento, acompanhado de aumento da produtividade, ocorreu uma evolução macroeconômica e do mercado financeiro, incomum na década de

1990, e boa parte da literatura discute o fato de a economia do conhecimento ser operada de forma diferente da tradicional. Fazem parte deste quadro de pensamento pesquisas muito recente em sociologia e economia do trabalho relativa aos novos postos de trabalho que surgem e em como estes ainda se ligam à “antiga” economia (KOCHAN E BARLEY, 1999).

Um terceiro tipo de perspectiva se relaciona mais com a gestão, enfoca o papel da aprendizagem e da inovação contínua dentro das empresas (DRUCKER, 1993, NONAKA E TAKEUCHI, 1995, PRUSAK, 1997). Algumas organizações parecem ser particularmente boas em produção de conhecimento e transferência, e os pesquisadores estão interessados em compreender o porquê e se essas práticas podem ser replicadas. Essa linha tenta entender as implicações sociológicas e econômicas mais amplas, como avaliar se o conhecimento é codificado ou tácito, e que tipos de arranjos sociais aumentam ou impedem a geração e transmissão de conhecimento (COWAN *et al.*, 2000). No entanto, a pesquisa empírica, sistemática sobre o tema ainda é escassa e não tem lidado com suas implicações práticas para o emprego.

Constata-se na economia mundial, principalmente nas nações mais desenvolvidas, a partir dos anos 1970, uma clara transição nas economias industrializadas, para economia de serviços: a economia pós-industrial. Essa mudança está calcada num processo de aceleração da produção do conhecimento. Como exemplos dessa mudança, um carro, ícone da velha indústria, hoje repleto de itens de alta tecnologia relativos à segurança, poluição, entretenimento e performance etc., ou então, computadores produzidos na Ásia são equipados com softwares sofisticados, imensamente melhores que há 10 anos. Ocorreu claramente um processo de conversão na demanda de bens tangíveis por bens intangíveis.

Um dos desafios que se interpõe na atualidade é: como medir o quanto a sociedade está realmente dependente de produção de conhecimento? Existem várias direções a serem seguidas: medir ações de conhecimento humano e organizacional; medir o Investimento em P&D; investimento em Tecnologia da informação e comunicação; reformas organizacionais, ou ainda o Estoque de Patentes. São características dessa nova fase da organização industrial a diminuição do custo de mercadorias e difusão de seu uso e ainda a obsolescência programada, o desenvolvimento de novos produtos. Um exemplo do impacto desse processo é a Finlândia, que em 1960 era uma economia baseada em madeira e papel, hoje é a sede da NOKIA, maior detentores de patentes no setor no mundo.

Outra faceta importante desse processo é o fato de que a Economia do Conhecimento gera organizações (firmas) diferentes, como exemplo pode-se citar a Plataforma Linux, o Projeto Genoma, a organização de trabalho se tornou muito mais flexível, eficiente e produtiva.

Além da Finlândia pode-se citar o exemplo da Coreia do Sul, com um terço do PIB brasileiro tem gerado inovações tecnológicas, sobretudo na nova economia criativa, complementa-se aqui, os Tigres Asiáticos (Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Singapura) investiram em educação e obtiveram substanciais melhores no século XIX, e hoje dominam boa parte da inovação tecnológica mundial.

Em se tratando de Brasil, Natividade (2001) no que diz respeito à produção científica e tecnológica brasileira, esta já apresenta bons resultados compatíveis com a aplicação de recursos nesse setor. No entanto, coloca a autora que é preciso avançar muito mais na relação Universidade e empresa/sociedade, é preciso que os gestores das Universidades, empresas, governos devem tomar consciência efetiva dos amplos benefícios advindos da pesquisa

inovativa tecnológica (P&D). Não é a falta de recursos que impossibilita a pesquisa, mas sim a falta de planejamento administrativo no setor de tecnologia.

2. UNIVERSIDADE, DESENVOLVIMENTO E EMPRESA: experiências e contribuições

A origem da interação entre a universidade e o setor produtivo foi dado pela obra de Schumpeter de 1911, que deixou evidente além do papel da inovação como fator de produção na empresa, o espírito empreendedor e a destruição criadora no processo do desenvolvimento econômico e social, que completam a teoria desenvolvimentista de Schumpeter (1988).

As primeiras colaborações entre universidade, empresa e sociedade aconteceram no início do século XIX nos Estados Unidos, em pesquisas que foram direcionadas para solução de problemas nas áreas de química e elétrica. Apartir daquele momento, as universidades deixaram de ser apenas instituições de ensino e transmissão do conhecimento e se transformaram em instituições de pesquisa aplicada.

A pesquisa foi ligada à educação de nível superior nos Estados Unidos, Europa e também mais tarde no Brasil. As universidades que se dedicavam exclusivamente à pesquisa aplicada deram início a várias instituições de renome internacional, como o Instituto de Tecnologia da Massachussets (MIT), criado com o objetivo de desenvolver pesquisa aplicada para indústria tecnológica que agrega diferentes campos do conhecimento. Foi o primeiro passo para criação do setor industrial nos arredores da universidade. Também é o caso clássico da Universidade de Stanford, que originou o *Silicon Valley*, ou o Vale do Silício, agregando em um locus geográfico agrega empresas de alta tecnologia de informática e robótica, como

Google, apple, IBM, entre outras (ETZKOWITZ, 1994)

Na Europa, é a partir da crise mundial de 1973 que se verifica um impulso para a criação de agências de desenvolvimento regional, preocupadas em incrementar as trocas de conhecimento entre os centros de produção tecnológica e produtiva e as empresas de novas tecnologias (VIEIRA E KUNNZ, 2001). A vinculação da atividade de pesquisa com as universidades, na Europa, ocorre desde o início do século principalmente na Alemanha. A Universidade de Berlim, fundada em 1908 abriga cientistas e torna compulsória a atividade de pesquisa no desenvolvimento da carreira docente.

São muitas as universidades europeias com experiências de relacionamento com o setor privado, sociedade e universidade ao longo do século. Em 1972 foi criado o parque tecnológico de *Cambridge Science Park* na Inglaterra. Na França, o mais importante é o *Sophai Antipolis*, criado em 1969. Na Alemanha existem mais de 25 parques tecnológicos desenvolvidos desde 1976, com o objetivo de vincular as pesquisas da universidade e empresas e comunidade local. Na Espanha o relacionamento entre universidade e empresa, mercado de trabalho tem sido conduzido pelo Sistema Nacional de Inovação, por instrumentos políticos de áreas específicas, como a científica, a tecnológica, a financeira e a produção. O Japão, a partir de 1970 idealizou e implantou as cidades tecnológicas, sendo a cidade de Tsukuba o melhor exemplo. Tendo como objetivos de levar o desenvolvimento econômico para áreas afastadas das grandes cidades; induzir o investimento local; concentrar investimentos conjuntos no desenvolvimento de tecnologias nacionais. A Coreia do Sul nos anos 80, criou seu centro de alta tecnologia o *Taedok Science Town*, considerado o primeiro *valley* tecnológico do país. Essas são algumas das

inúmeras experiências de parceria entre universidade, empresa e sociedade que vem se desenvolvendo ao redor do mundo (VIEIRA E KUNNZ, 2001).

2.1 Experiências e contribuições no Brasil e no Paraná

Na América Latina a primeira Universidade foi fundada no México em 1538, no Chile em 1738, e no Brasil somente na década de 1920, que se deu a primeira criação da universidade brasileira – a Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. A criação da Universidade de São Paulo – USP ocorreu em 1934.

No início a pesquisa e o estudo superior eram destinados, apenas, à formação da elite dirigente brasileira. Nos anos 50 criou-se a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, com o intuito de consolidar a relação entre a ciência e a indústria nacional. Criou-se, também, o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, com objetivo de implementar uma política nacional de ciência e tecnológica. Em 1951 foi criada a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES (VELHO, 1996).

Na década 1960 foi criada a Universidade de Brasília – UnB que tem contribuído com o processo de crescimento e desenvolvimento da pesquisa e inovação no contexto regional. Vale destacar a Universidade de Campinas (Unicamp) realizou convênio com a Telebrás, para o desenvolvimento de fibras óticas, e o Instituto de Geofísica da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que atuou em parceria no desenvolvimento de pesquisas geológicas com a Vale do Rio Doce (MASIEIRO E SERRA, 2001).

No Brasil, embora não exista algo nos padrões da califórnia, a região de Campinas é caracterizada nos moldes do *Silicon Valley* californiano, sendo consenso que a oportunidade criada na região está

relacionada aos centros de pesquisa e às boas universidades presentes na área, bem como a interações entre universidade e empresa e comunidade local. Contudo, vale evitar concentrar todos os esforços exclusivamente em mecanismos de interação universidade/empresa apontados para indústrias de alta tecnologia. Krugman (1991, p. 54) “aponta que a alta tecnologia é objeto da moda (...) e até mesmo indústrias de alta tecnologia respondem a forças econômicas fora de moda”.

Em 1976 realizou-se feita uma parceria entre a Unicamp e a Companhia de Desenvolvimento Tecnológico, a Codetec, com objetivo de gerar novas tecnologias e incentivar a criação de pequenas indústrias de base tecnológicas e incentivar a criação de indústrias de grande porte. Essa foi a iniciativa pioneira no Brasil, que deu início ao primeiro parque tecnológico brasileiro. Nos anos 80, o CNPq elabora arranjos institucionais que resultaram na criação dos Núcleos de Inovação tecnológica, as Incubadoras e os Parques Tecnológicos. Buscou-se também incentivar o surgimento de Parques Tecnológicos em Santa Maria (RS), Joinville (SC), São Carlos (SP), Campina Grande (PB) e Manaus (AM) e outros parques tecnológicos espalhados pelo Brasil.

Na opinião de Nascimento (1989), esses parques tecnológicos proporcionaram a união de diferentes entidades públicas e privadas em torno de projetos e interesse comuns, tendo em vista uma aptidão regional e a capacitação científico-tecnológica já instalada. Mas recentemente tem-se destacado grandes Universidades em parceria com grandes ramos do agronegócio como é o caso da USP - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz – ESALQ e a Universidade Federal de Viçosa – UFV. Com a abertura econômica do país, várias foram as medidas governamentais visando ao maior desenvolvimento e aproximação entre as universidades e empresa.

Não se pode deixar de mencionar a COPPE-UFRJ – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, este Instituto tem constituído desde 1963, data da sua fundação, com inúmeras pesquisas e tornou-se o maior dentro de ensino e pesquisa em engenharia da América Latina. Segundo Furtado (1988), inúmeros fatores contribuíram para o sucesso da COPPE e para sua maturidade institucional. Fatores internos e externos explicam seu sucesso, mas a grande característica de sua história organizacional foi ter conseguido consolidar relações estratégicas por novas linhas de ação institucional adequadas às mudanças ocorridas no ambiente externo.

Com relação ao Estado do Paraná, há um discurso desde a década de 1990 desqualificando o papel das universidades estaduais paranaense no processo de desenvolvimento regional, dizendo que estas constituíam um elevado custos para sociedade, no entanto foi preciso avançar além deste argumento abstrato, afirmando o inestimável investimento/retorno para a sociedade que a universidade proporciona. Rizzi (2010) argumenta que foram necessários estudos científicos que não só permitissem uma visão sistêmica e de interação das universidades com a sociedade, bem como registrassem alguns aspectos econômicos que realçassem as vantagens e os impactos positivos sobre o nível de renda e emprego onde as universidades se localizam.

Dentre os estudos feitos, destaca-se no que tange ao impacto econômico das Instituições Públicas de Ensino Superior paranaense. Em que, resultados obtidos apontam para um forte impacto, registrando multiplicadores de 2,34 e 2,53 para renda e emprego respectivamente, ou seja, para cada unidade de recursos financeiro aplicado em investimento, custeio ou pessoal, os outros 1,34 a 1,53 são acrescentados na renda e emprego (ROLIN & KURESKI, 2010).

O sistema estadual de ensino superior do Paraná é constituído por 151 Instituições de Ensino Superior, das quais 22 são públicas e 129 privadas (INEP, 2010). O Paraná detém praticamente 50% do total das IES da região sul do país e, mais exatamente, 61,11% delas estão situadas em território paranaense. Um ponto importante a ser mencionado é o peso das instituições públicas estaduais no Paraná, 94,44% das IES públicas estaduais da região sul estão localizadas neste estado. São ao todo 17 IIES paranaenses, que apresentam a seguinte composição: 5 universidades estaduais – UEPG, UEL, UEM, UNIOESTE E UNICENTRO – e, 12 faculdades estaduais, a saber: Jacarazinho (3); Curitiba (2); Apucarana; Bandeirante; Campo Mourão; Cornélio Procópio; Paranaguá; Paranavaí; e União da Vitória. Estas 12 faculdades compõem a UNESPAR, sendo a sua integração objeto de processo de reestruturação promovido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI, 2013).

Outro fato importante a ser mencionado é a evolução do corpo docente das universidades paranaense, em 2000, tinha 14.130 docentes, o que representava 35,2% do total de docentes da região sul. Em 2003, esse percentual aumentou para 39,45, sendo este crescimento um claro sinal da importância do ensino superior para o estado do Paraná. Em relação ao número de doutores no Paraná, em 2000, havia 2.488 deles no Estado, o que significa que 35,2% do total de doutores na Região Sul estavam alocados em IES paranaenses. Em 2003, esse percentual aumentou para 37,6%. Quando se trata apenas do Paraná o número de doutores nas IES pública estadual estão em torno de 64% do total de doutores nas Universidades estaduais, o que significa que uma política por parte das IIES paranaense com a melhoria da qualificação profissional de seu corpo docente (SERRA, 2010).

No que se refere a colaboração entre universidades e empresas, segundo

Serra (2010), o intercâmbio é positivo, do ponto de vista da universidade, a obtenção de recursos para financiar pesquisas, a incorporação de alunos estimula o aprendizado prático e possibilita a sua inserção no mercado de trabalho e o aumento do conhecimento prático das tecnologias utilizadas no setor produtivo são os pontos mais destacados.

Exemplos práticos são as incubadoras de empresas no Paraná, que procuram aliar a tecnologia que está sendo desenvolvida dentro da universidade à sua transformação em produto para o mercado. No Paraná existem várias incubadoras de excelência, entre as quais citam-se: i) Incubadora Tecnológica de Curitiba – INTEC/TECPAR; ii) incubadora Internacional de Empresas de Software – IIES/CITS; iii) Incubadora Tecnológica de São Mateus do Sul – ITS/PETROBRÁS; iv) Incubadora Agroindustrial de Cascavel – FUNDETEC; v) Incubadora Industrial de Londrina – INCIL; vi) Incubadora Tecnológica de Maringá – UEM; vii) Incubadora Empresarial Tecnológica do Iguazu – ITAI/UNIOESTE; viii) e Incubadora Internacional de Empresas de Base Tecnológica da Universidade Estadual de Londrina – INTUEL; e ix) Incubadora do Cefet/Pato Branco, que matêm vínculo com instituições de ensino e pesquisa como gestoras ou promotoras das incubadoras. Estas recebem apoio como assessorias especializadas, utilização de laboratórios, análise e pareceres técnicos concedidos por docentes das universidades, programa de estágio e de visitas nas incubadoras, eventos e trabalhos conjuntos, dentre outros (STAINSACK, 2001).

Outras agências e Fundações, também tem contribuído e formado parceria com universidades estadual paranaense, como é o caso do Serviço Brasileiro e Apoio Empresarial – SEBRAE, parceiro com visão empresarial, por sua experiência com às micro e pequenas empresas que tem lançado editais e aprovado projetos importantes para

alavancagem comercial e expansão de negócio em todo território paranaense.

Financiadora Nacional de Projetos – FINEP, parceiro governamental (federal) que tem lançado editais voltados à inovação tecnológica tanto nas áreas médica, biológica, energética como também diretamente ligado a desenvolvimento da área de Tecnologia de Informação envolvendo a produção de games e desenvolvimento de *software*. A Fundação Aracária, agênic governamental estadual que tem contribuído por meio de editais com a disseminação e conscientização empreendedora e visão de inovação tecnológica participando com recursos destinados a movimentos de incubadoras e parques tecnológicos através de investimentos de recursos junto a esta instituição para realização de eventos e *workshops* de empreendedorismo servindo de forma nacional a rede de incubadoras e parques tecnológicos.

Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR, instituição do governo estadual tem por objetivo de coordenar toda pesquisa agropecuária desenvolvida no estado. Conta com cerca de 145 técnicos de nível superior sendo que mais de 80% deles são mestres e doutores. A Embrapa/soja é a unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, instituição do governo federal, dedicada à pesquisa da soja. Tem cerca de 70 pesquisadores e todos com formação de mestrado e doutorado.

Na constatação de Rolim *et al* (2010), essas agências, fundações, instituições são exemplos de atuação junto ao setor produtivo e pela importância de seus laboratórios na prestação de serviço à comunidade.

3. UNIVERSIDADE E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: o caso da UNIOESTE

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná é uma instituição pública de

ensino superior multicampi, com sede no município de Cascavel. Em 1991, a Lei Estadual nº 9.663/91 a transformou em autarquia a Fundação Universidade Estadual do oeste do Paraná. E, em 1994 foi criada a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, dividida em 4 campus, abrangendo toda a região oeste do Paraná. Os campus ficam situados nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon. Em 1998, foi incorporada à Unioeste a FACIBEL, Faculdade de Francisco Beltrão, município situado na região sudoeste do estado. Com a integração do Campus de Francisco Beltrão, a Unioeste se consolidou como uma Universidade Regional, focada no desenvolvimento regional e social, abrangendo as regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná.

A Unioeste vem promovendo a emancipação social e econômica das regiões em que está inserida, atendendo as expectativas do desenvolvimento regional. Enquanto Instituição pública de pesquisa e ensino superior atua como agente de integração, de difusão do conhecimento e de promoção do desenvolvimento humano e social, orientando suas ações para privilegiar as peculiaridades inerentes à microrregião de cada Campus.

Nesse sentido, a diversidade de cursos de graduação, atividades de pesquisa e extensão ofertada em cada unidade universitária possibilitou a verticalização do ensino, atuando também na pós-graduação, iniciando o primeiro curso de mestrado em 1997. Em 2007 a UNIOESTE estava com 8 cursos de mestrado e 1 de doutorado e a partir deste ano houve uma grande expansão, chegando em 2013 com 29 cursos de mestrado e 5 de doutorado.

O ensino de graduação e pós-graduação apresentam ações que catalisam os esforços na melhoria dos indicadores sociais, ambientais e econômicas das regiões em que atua. Na área da pesquisa a UNIOESTE tem

implementado importantes projetos de pesquisa para o desenvolvimento regional. As pesquisas, em sua maioria, são financiadas por empresas privadas e órgãos ou instituições estaduais e federais de fomento à pesquisa.

3.1 Histórico da pós-graduação na UNIOESTE: inovação, ciência e tecnologia

Os 20 anos de história da Unioeste, a serem completados em dezembro de 2014, se caracterizam também pela gênese e sedimentação da verticalização do ensino, caracterizada pela ampliação da oferta de cursos *stricto sensu*. A partir da tímida oferta de um primeiro curso de mestrado no Campus de Cascavel em 1997, na área de Engenharia Agrícola, tanto que somente em 2000 o curso de agronomia de Marechal Cândido Rondon o seguiu. Na década subsequente, o processo de formação do quadro docente dos cursos da infante instituição, melhoria no ambiente da universidade e dos órgãos de fomento, produziu crescimento sem precedentes da pós-graduação na IES.

Em 2013, o Campus de Cascavel ofertava dez mestrados e dois doutorados. O Campus de Toledo fez sua primeira oferta em 2003, com o mestrado na área de Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Uma década depois, no ano de 2013, apresentava a segunda maior oferta de cursos da instituição, sendo oito mestrados e três doutorados.

A realação dos cursos ofertados, mestrado e doutorado em cada campus, bem como a data de início da oferta contam no Quadro 1.

Em uma década e meia, a Unioeste formou cerca de 920 mestres e doutores, os quais passaram a atuar na própria instituição, em IES privadas da região e do país, empresas ou como autônomos, sejam no Paraná ou em outros estados da federação. Essa contribuição é muito

importante, visto que estas pessoas possuem alta qualificação e contribuem para maior produtividade, mudança nos processos produtivos, desenvolvimento de produtos e processos, estando em consonância com a nova vertente do desenvolvimento: a economia do conhecimento.

3.2 Produção interna dos docentes

É inequívoca a relevante contribuição da Unioeste através da qualificação de estudantes, quer seja na graduação ou na pós-graduação. Porém, sua contribuição vai além de formar pessoas, uma vez que os docentes possuem, no seu rol de atividades, responsabilidades além do ensino, quais sejam a pesquisa e a extensão.

O processo de pesquisa se faz em diversas modalidades. Visam o incremento no conhecimento em cada área do conhecimento, os quais são publicados em formas de artigos, livros, relatórios, pareceres, patentes, produtos e serviços, que são aplicados no ensino, na extensão e chegam ao mercado para a produção de bens ou serviços com eficiência superior. No quinquênio 2008-2013, a produção científica dos docentes da pós-graduação superou os 50 mil títulos (Quadro 2).

O corpo docente que atuava na pós-graduação da Unioeste em 2013 superava 420 profissionais, atuando nos mais de 30 programas *stricto sensu* nos cinco campi universitários, distribuído na seguinte forma: o Campus de Cascavel com o maior número de docentes (154); a seguir Toledo (125); Marechal Cândido Rondon (79); Francisco Beltrão (39) e Foz do Iguaçu (25).

3.3 A Universidade e as empresas: cooperação e estágios

O objetivo desta seção é descrever e analisar os convênios firmados pela Unioeste em termos de cooperação e estágios. Os convênios são realizados com o

objetivo de formar parcerias com empresas da esfera pública ou privada, ONGs, associações, institutos ou fundações, que estão interessados a estabelecer ligação com a complementação e difusão do conhecimento e a aplicação prática daquilo que é ensinado em sala de aula. Estes convênios podem ser estabelecidos com ou sem interesses financeiros. Os convênios são assinados com o intuito de realização de estágios, no Brasil e no exterior, pesquisas, palestras, *workshops*, visitas técnicas, melhoramento de produtos ou serviços, trocas de experiências e possuem um papel importante no desenvolvimento do ensino aprendizagem. “A universidade tem como missão a formação de recursos humanos e a realização de pesquisas de caráter eminentemente exploratório, que complementam essa tarefa e aumentam o nível geral de conhecimentos disponíveis para a sociedade”. (MORAES ; STAL, 1994, p. 101).

As empresas procuram profissionais que possuam um perfil voltado para as suas necessidades, preparado para enfrentar as dificuldades e turbulência encontradas no mundo dos negócios.

Para que estes objetivos possam ser alcançados há necessidade da união destes dois entes que poderão ser beneficiados com esta ação, como também poderão influenciar no crescimento e no desenvolvimento da região onde estão inseridos. Desta forma o pensamento brasileiro está no sentido de “que o crescimento econômico, por si só, é capaz de provocar as indispensáveis mudanças sociais. O aumento de produtividade e da qualidade só será conseguido com a formação técnica e educação condizentes, portanto não haverá inovação tecnológica sem o preparo adequado do homem”. (SANTOS ; SUGA, 2001, p. 98).

Assim, pode-se dizer que um pode beneficiar o outro e vice-versa, construindo juntos pilares sólidos neste relacionamento de cooperação. Desse modo, “ao

compararem os resultados das empresas associadas com os de suas concorrentes, estabeleceram a idéia de que a participação em redes de cooperação pode ser entendida como um instrumento de ganhos de competitividade para empresas de menor porte”, mesmo porque o compartilhamento de informações e das necessidades que cada um tenha, se transforma em um fator fundamental para que se consiga avanços e possibilidades de melhoria, como a redução de custos, aumento de produtividade e de lucros e conseqüentemente a alavancagem dos negócios. (VERSCHOORE ; BALESTRIN, 2008, p. 4).

Neste sentido Moraes e Stal (1994) enfatizam que:

a universidade tem como foco primordial o investimento na geração de conhecimentos, justificando a tecnologia como necessária ao desenvolvimento da sociedade em geral; já a empresa focaliza sua atenção na geração de lucros, sem o que ela não sobrevive e não realiza sua função social de criar empregos e atender às carências da sociedade. (MORAES; STAL, 1994, p. 100).

Como complemento Moraes e Stal (1994), destacam algumas vantagens, tanto para a Universidade como para o setor privado, enfatizando que estas são visíveis para todos. A Universidade consegue captar recursos adicionais para que as suas atividades de pesquisa, principalmente possam ser desenvolvidas com nível de excelência, conseguindo adquirir e acompanhar os avanços tecnológicos que são tão necessários para a realização das pesquisas.

Outro fator é a questão de com estes recursos pode-se manter a investigação de ponta em seus laboratórios, acompanhando os avanços em termos mundiais, além de conseguir reter os pesquisadores mais capacitados, pois estes possuem condições de trabalho. Possuir

condições de associar ao ensino, projetos de alta tecnologia é de suma importância para que estes feitos possam refletir na sala de aula e conseqüentemente no grau de conhecimentos absorvido pelos alunos. Já as vantagens para o setor privado também são boas e caminham no sentido de conseguir desenvolvimento tecnológico com menor investimento, possibilitando a atualização tecnológica de forma constante, tendo o contato com profissionais altamente qualificados, com experiências e que possam contribuir de alguma forma com esta integração (cooperação).

Outro ponto importante é que as empresas integradas podem ter acesso aos laboratórios e seus experimentos e à biblioteca da Universidade. Estas são vantagens significativas que podem proporcionar um ganho importante no progresso, tanto da universidade com às empresas envolvidas na cooperação.

Dentre os motivos pelos quais as universidades e empresas assinam convênios está a realização de estágios, onde os acadêmicos terão a oportunidade de aplicar os seus conhecimentos no dia a dia das empresas, conseguindo aumentar o aprendizado, unindo a teoria com a prática. Neste sentido serão analisados alguns dados sobre os convênios firmados pela Unioeste entre 2008 e 2013, conforme demonstrados nos gráficos 1, 2, 3 e 4.

O Gráfico 1 apresenta a quantidade de convênios firmados pela Unioeste em 2013 com países da Europa, Ásia, África, América do Norte e América do Sul. O objeto principal destes convênios está relacionado a protocolos de cooperação técnico-científico e de produção acadêmica, que visa o recebimento e encaminhamento de acadêmicos e professores visitantes, para a realização de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado, doutorado e principalmente pós-doutorado, pesquisas etc. Os países que se destacaram em termos de quantidade de assinaturas de convênios

foram, a Itália (7), Argentina (6), Espanha (6), Portugal, USA, e Venezuela (4).

Os convênios internacionais são importantes para o desenvolvimento dos alunos e professores que estarão participando e se envolvendo diretamente com o seu objeto. Além de conseguir estar bem próximo das metodologias e tecnologias de ponta, utilizadas em outros países, pode-se trazer inovações a serem aplicadas em nosso meio.

Em relação aos convênios com entidades estabelecidas no território nacional a Unioeste assinou no período de 2008-2013, 609 convênios. Analisando o desmembramento entre os anos no Gráfico 2, verifica-se um crescimento significativo de 327% ao se comparar 2008 com 2013. Destacando que a quantidade de convênios vem aumentando ano após ano, demonstrando o empenho e interesse da Unioeste neste tipo de relação com as diversas entidades.

Estes convênios foram firmados com empresas, órgãos do governo, bancos, faculdades e universidades públicas e privadas, escolas públicas e privadas etc. O objeto principal dos convênios nacionais está relacionado a oportunidade para a efetivação de protocolos, acordos de cooperação, de concessão, de prestação de serviços, de repassa de direitos e de termos de depósito, com a intenção de estabelecer um canal para a realização de estágios, intercâmbios, de cooperação técnica, acadêmica, financeira, cultural, de ajuste de propriedade intelectual etc.

Alguns destes convênios também prevêm o envolvimento de recursos financeiros para custear e dar condições para ser colocado em prática os termos acordados e estes valores estão apresentados no Gráfico 3. A Unioeste também tem conseguido um aumento gradativo de convênios envolvendo recursos financeiros, isto significa que a universidade está em condições e fornecer uma contrapartida a altura daquilo que o setor externo necessita.

Como destaque está o ano de 2012 que alcançou recursos no valor de R\$ 10.687.584,89.

Os recursos obtidos pela Unioeste por intermédio dos convênios no período de 2008 a 2012 totalizaram o montante de R\$ 28.417.002,58, são valores significativos auxiliam a universidade a cumprir com o seu papel de propagador do conhecimento. Ao verificar o Gráfico 3 visualiza-se um crescimento de 364,34% ao ser compara os anos de 2008 e 2012, demonstrando assim o desempenho da Unioeste na busca por convênios que envolvam recursos financeiros. Estes recursos são provenientes de órgãos de fomento do governo Federal e Estadual, fundações, e empresas públicas e privadas.

Para ilustrar o volume dos recursos financeiros envolvidos, no Gráfico 4 estes foram fragmentados pelo volume de recursos destinados para cada um.

Dos 104 convênios que contemplavam recursos financeiros, no referido período, 76 (73,%) envolviam recursos de até R\$ 200.000,00, a cima deste valor até R\$ 4.000.000,00 estão os outros 28 (27%). Na maioria deles são desenvolvidos com poucos recursos, significando que estão envolvidos neles, diversos professores e alunos, contemplando também diversos cursos. Se consideramos os convênios com valores até R\$ 1.000.000,00 estes somam 96 (92,3%), ficando apenas 8 (7,7%) com recursos acima deste valor.

Os dados apresentados demonstram a rápido crescimento na interrelação da UNIOESTE com entidade de fomento, empresa, organismos nacionais e internacionais e com a sociedade.

3.4 Impactos sobre os egressos da pós-graduação da Unioeste

Nesta seção serão apresentados alguns indicadores dos egressos dos cursos de pós-graduação da Unioeste, algumas informações sobre o seu local de atuação

profissional, e de que forma estão contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região. Conhecer os egressos e de que forma eles atuam no mercado é altamente significativo como instrumento de acompanhamento do papel da universidade perante a sociedade.

As organizações exigem dos profissionais um espírito empreendedor e que tenham condições de inovar continuamente, dessa forma as instituições de ensino superior tem um importante papel na formação e qualificação de capital humano para o mercado de trabalho e para a vida pessoal de cada um. Para Machado (2001) as Universidades devem associar seu conhecimento formal com a realidade vivida pelos seus acadêmicos, num mundo real, formando seres pensantes, críticos, conscientes do seu papel social numa sociedade capitalista.

Witte (2006) ressalta que segundo o que é disposto na Lei n. 9.396/96, a educação superior deve vincular-se ao mundo do trabalho e prática social, e ainda, mais deve formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em novos setores profissionais. Para que possa garantir um bom profissional que coloca no mercado de trabalho, a Universidade necessita avaliar constantemente o ensino que oferta, sendo que, para se obter um *feedback* do ensino, aprendizagem e a formação prática é necessário estabelecer um canal de comunicação entre egressos e a Universidade.

Dessa forma Witte (2006) afirma que identificando-se o perfil pessoal e profissional, pode-se obter um *feedback* quanto à influência do curso em seu desempenho profissional na área. Schwartzam e Castro (1991) completam ressaltando que, o estudo de egressos recupera questões ligadas ao ensino e a adequação dos currículos à situação profissional. Machado (2001, p. 44) afirma que "a principal contribuição social de uma

universidade deve ser com seus egressos. Se não tem condições de manter esses egressos próximos ao seu ideário, ela está desperdiçando um altíssimo capital humano".

A seguir, serão analisados apenas os egressos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Unioeste. O Campus de Francisco Beltrão possui 03 (três) cursos de pós-graduação: em Educação, Geografia e Gestão e Desenvolvimento Regional, destes apenas o curso de Geografia possui egressos. Entre 2010 e 2013 foram formados 82 mestre em geografia, dos quais 71 são geógrafos, correspondendo a 86% do total de mestres. Dentre o total destacado há 45 mestres que se encontra trabalhando como professores em escolas, faculdades e universidades públicas e privadas da região, atuando principalmente no ensino médio. Os demais estão distribuídos em outras áreas do conhecimento como pesquisador de órgãos públicos, bancários e consultores.

O Campus de Cascavel possui o maior número de programas de pós-graduação, com 10 cursos distribuídos nas grandes áreas do conhecimento. Entre 1997 e 2013 defenderam suas dissertações e teses, 610 mestres e doutores. Os cursos atuam em diferentes campos do saber. Os egressos são das áreas de Biociências e Saúde (16); Conservação e Manejo de Recursos Naturais (33); Educação (59); Energia na Agricultura (38); Engenharia Agrícola (273); Letras (191); Profissional em Letras e Odontologia. Os cursos de mestrado em administração e o de Ciências Farmacêuticas ainda não tiveram egressos, pois os cursos são novos.

Deste total de egressos, 56,7% (346) estão atuando na área de ensino superior, em Universidades e Faculdades e também, no ensino médio. Cabe ressaltar que os cursos de Engenharia Agrícola e Letras do total de mestres e doutores, 168 (62%) e 110 (57%), respectivamente, estão exercendo suas atividades no ensino e pesquisa nas Universidades e Faculdades, ou

seja, estão formando e qualificando novos profissionais para o mercado de trabalho. Por outro lado, pouco se observou a atuação dos egressos em iniciativas privadas, a grande maioria estão atuando no setor público e de ensino.

O segundo Campus com maior número de programas de pós-graduação é Toledo, com um total de 8 cursos e 295 egressos, entre 2003 e 2013: O Mestrado em Bioenergia formou 3 alunos, destes 2 estão atuando na área de ensino; Ciências Ambientais formou 5, também com 2 atuando na área de ensino; Ciências Sociais formou 8, com 5 trabalhando em Universidades e Faculdades e Ensino Médio; O curso de Desenvolvimento Regional e Agronegócio, tem o maior números de mestres e doutores formados, com 130 no total, destes 82 estão atuando, como a maioria dos egressos, em Universidades e Faculdades, 10 estão atuando em empresas privadas e cooperativas agropecuárias da região, (Sadia/BRF, Coopervale, Lar, Coamo, entre outras), como gerentes, diretores e presidentes. O programa de Engenharia Química formou 77 alunos, destes apenas 10 estão atuando na área de ensino, e 10 estão trabalhando em empresas privadas na área de fármaco.

Exemplificando uma empresa que tem contratado engenheiros formados pela Unioeste é a Prati Dona Duzzi, empresa do ramo de medicamentos, com grande potencial de crescimento e investimento para região. Os demais egressos estão distribuídos em diferentes áreas do conhecimento. O curso de Filosofia teve 72 egressos, dos quais 32 estão no ensino; Recursos pesqueiros 59, destes, 20 egressos estão atuando na disseminação do conhecimento (ensino); 9 estão trabalhando em empresas privadas de pesca e os demais nos setores de pesquisa, órgãos estaduais e municipais.

Por fim, os cursos de Mestrado em Serviço Social, de Engenharia Química

ainda não possuem egressos. Ao todo o Campus de Toledo formou entre 2003 e 2013, nos cursos de pós-graduação 295 mestres de doutores, conforme já descrito, deste total, 123, (42%) estão com suas atividades ligadas a área de ensino e pesquisa em Universidades e Faculdades, esta tem sido até o momento a grande contribuição da Unioeste para o desenvolvimento do capital humano, que tende a gerar novos conhecimentos em diversas áreas do saber.

O Campus de Marechal Cândido Rondon possui 5 cursos de pós-graduação stricto sensu, formando entre 2000 e 2013, 101 mestres e doutores. O curso com maior egressos é o de Agronomia com 88, destes, 39 estão atuando em Universidades e Faculdades. Foi verificado também que atuam em Cooperativas, associações, órgão de pesquisa estadual e municipal. O programa de História com 1 egresso; Geografia 8; Zootecnia 4 e Desenvolvimento Rural Sustentável é um curso novo que ainda não tem egressos.

Por fim o Campus de Foz do Iguaçu tem os seguintes cursos de pós-graduação: Engenharia de Sistemas Dinâmicos e Energéticos iniciou suas atividades em 2010, e já formou 11 mestres na área de engenharia, 04 quatro estão atuando em Universidades e Faculdades, 3 em empresas privadas e os demais em outros setores. O grande potencial deste curso é a parceria entre a Unioeste e a Itaipu Binacional, que tem gerado pesquisa na área de energia, especificamente an área de bioenergia. O mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteira iniciou em 2010, possui 23 mestres formados, dos quais 11 estão atuando na área de ensino (Universidade e Faculdade), e os demais estão trabalhando em órgãos estaduais, municipais, empresa privadas e prefeituras.

Assim, conforme foi observado, a área de atuação dos egressos oriundos da Unioeste, está concentrada em sua maioria na área de ensino, seja ela em

Universidades, Faculdades, Ensino Médio e alguns deles no Ensino Fundamental. Poucos desses profissionais estão em empresas privadas, ou seja, a Unioeste, ainda está formando seu capital humano para serem futuros multiplicadores de conhecimento e saber. Isto pode ser reflexo dos objetivos de cada um, universidade e setor privado. A universidade foca no desenvolvimento do saber, do conhecimento e isto se concretiza no longo prazo.

Por sua vez, a iniciativa privada foca na produção, no aumento de capacidade e lucro imediato. Esta questão precisa ser melhor trabalhada para que os resultados com as parcerias, universidades e empresas possam ter melhores resultados.

3.5 Interação universidade-comunidade: Programa de extensão universitária

Consta no artigo 43 da LDB:

Artigo 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos

numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (grifo nosso). (LDB - Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996).

Em decorrência desse instrumento legal, a extensão universitária²⁸, caracteriza-se como processo instrumentalizador entre a teoria e a prática, a qual é progressivamente mais chamada a contribuir à aproximação recíproca entre o ambiente acadêmico e os diversos setores da sociedade. O ambiente exterior à universidade tem se ajustado aos efeitos da globalização e das transformações técnico-científicas-informacionais dela decorrentes. O Ensino e a pesquisa buscam compreender o novo ambiente e propor modelos e caminhos para dar conta das atividades nesse ambiente em mudança. Nesse contexto, a extensão universitária faz a conexão entre o saber universitário e a necessidade da sociedade através de novas relações e o desenvolvimento de novos produtos, processos e patentes.

Por essa razão, em que pese as dificuldades decorrentes da sua frágil autonomia e diante de uma trajetória tardia, sobretudo quando comparada às universidades centenárias de outros países, a

²⁸ Usa-se o conceito da Política Nacional de Extensão Universitária, elaborado no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX): “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (RENEX, 2012, p. 15).

universidade brasileira capitaneada pelo setor público tem expressivos desafios em relação ao seu compromisso social com a educação, com a ciência e tecnologia, com a arte e cultura e com a cidadania. (RENEX, 2012).

Dentre as diversas atividades que as empresas e a sociedade podem usufruir mediante a extensão universitária, muitas vezes sob uma estrutura administrativa única, temos: a extensão: programas que utilizam o patrimônio específico do conhecimento, recursos humanos e materiais da universidade; Serviços de atendimento à comunidade interna: são serviços e benefícios, que qualquer empresa possui, de atendimento a funcionários, professores e estudantes; Atendimento à comunidade externa: a universidade pode ter como uma política a execução de projetos de caráter permanente ou temporário, que se caracterizam como ações externas à universidade; Ações comunitárias: são aquelas próprias das grandes empresas de responsabilidade social para melhorar o meio em que se situam e valorizar a imagem institucional, dentre outros. (LOBO, 2001, p. 6).

A Unioeste é uma instituição jovem, completando seu vigésimo aniversário em 2014, tendo seu quadro técnico e conjunto de atividades ainda em estruturação. Ainda assim, possui centenas de atividades de extensão, entre projetos, programas, eventos, prestações de serviços dentre outros. Tais atividades envolvem centenas de estudantes, professores e agentes universitários que prestam serviços à comunidade e empresas nas cidades que possuem campus universitário e cidades vizinhas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou uma síntese da evolução do conceito de Economia do Conhecimento e de sua

contribuição para cooperação flexível e interativa entre as empresas, bem como avaliar o papel da Unioeste na geração de conhecimento.

A perda de energia da indústria tradicional nos anos 1960 abre espaço para o fortalecimento do conceito de Capital Humano, fortalecendo o fator trabalho e seu potencial produtivo adquirido via processo educacional. Por essa concepção, o capital humano é algo produzido, isto é, o ser humano é um ativo, sobre o qual se realiza um investimento.

A concepção de capital humano evoluiu da tradicional indústria intensiva em capital para o conceito de Economia do Conhecimento, o qual aflora do grande avanço das indústrias intensivas em conhecimento, que contribuem para um acelerado avanço técnico e científico, assim como uma rápida obsolescência. Nesta, há uma ligação profunda entre capacidade intelectual e insumos físicos ou recursos naturais e algumas organizações são muito proficuas na produção de conhecimento e transferência. Os casos do vale do silício, nos EUA, Nórdia, na Finlândia são exemplos de sucesso da economia do conhecimento, onde o investimento em P&D implica na diminuição do custo de mercadorias e difusão de seu uso e ainda a obsolescência programada, o desenvolvimento de novos produtos e a reserva do mercado e processos via patentes, além da interrelação mais produtiva e flexível entre organizações.

Por sua vez, a Unioeste tem buscado contribuir com o desenvolvimento da região onde se insere através de incrementos na qualificação de pessoas e na oferta de serviços e produtos tecnológicos. Apesar de existir há menos de vinte anos, atua na graduação, pós-graduação, na pesquisa e na interação com a comunidade e empresas.

A Unioeste oferta cerca de 60 cursos de graduação, 30 de pós-graduação, *stricto sensu*, centenas de programas e projetos de extensão, dezenas de patentes e

seu corpo docente produz milhares de produtos científicos anualmente. Dessa produção e difusão de conhecimento, empresas e sociedade se apropriam dos benefícios, gerando riqueza e bem estar para toda a região. Prova disso são os inúmeros convênios institucionais e os milhares de convênios com empresas, instituições e sociedade para a interação produtiva e prestação de serviços. Em suma, apesar das restrições orçamentárias, de estrutura e de pessoas, a Unioeste está sintonizada com a economia do conhecimento.

QUADRO 1- RELAÇÃO DOS MESTRADOS E DOUTORADOS DA UNIOESTE E DATA INICIAL DE OFERTA

Ano de início dos Mestrados e Doutorados da UNIOESTE em 2013			
Campus Cascavel:	Ano	Campus Francisco Beltrão:	Ano
M. Profissional em Administração	2014	M. em Educação	2012
M. Em Biociências e Saúde	2011	M. em Geografia	2010
M. em Ciências Farmacêuticas	2012	M. em Gestão e Desenvolvimento Regional	2012
M. Conserv. E Manejo Rec. Naturais	2009	Campus Foz do Iguaçu:	Ano
M. em Educação	2006	M. em Eng. Sist. Dinâmicos e Energéticos	2010
M. em Energia na Agricultura	2009	M. em Ensino	2013
M. e D. em Engenharia Agrícola	1997/2006	M. em Sociedade, Cultura e Fronteiras	2010
M. e D. em Letras	2002/2011	Campus Toledo:	Ano
M. Profissional em Letras	2011	M. em Bioenergia	2010
M. em Odontologia	2012	M. em Ciências Ambientais	2013
Campus Marechal C. Rondon:	Ano	M. em Ciências Sociais	2010
M. e D. em Agronomia	2000/2008	M. e D. em Desenvol. Reg. e Agronegócio	2003/2010
M. Desenvolvim. Rural Sustentável	2012	M. e D. em Engenharia Química	2009/2013
M. em Geografia	2011	M. em Filosofia	2004
M. em História	2005	M. e D. em Recursos Pesqueiros e Eng. Pesca	2007/2013
M. em Zootecnia	2012	M. em Serviço Social	2012

Fonte: dados da pesquisa.

Nota: M. – programa de Mestrado; D. – Programa de Doutorado.

QUADRO 2 – NÚMERO DA PRODUÇÃO DOS DOCENTES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIOESTE, DIVIDIDOS EM ÍTENS

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIOESTE (TODOS OS CAMPUS)						
	Cascavel	Toledo	M. C. Rondon	Fco. Beltrão	Foz do Iguaçu	TOTAL
Orientações Concluídas de Pós-Doutorado	12	12	6	-	1	31
Orientações Concluídas de Doutorado	143	115	33	7	11	309
Orientações Concluídas de Mestrado	657	798	397	100	103	2.055
Patentes	26	52	-	1	4	83
Artes Visuais	11	1	7	-	-	19
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	2.734	1.795	975	763	456	6.723
Resumos Publicados em Anais de Eventos	3.491	2.339	2.152	288	213	8.483
Artigos Completos Publicados em Periódicos	2.995	2.134	1.205	390	210	6.934
Livro ou Capítulo	808	493	294	208	100	1.903
Apresentações de Trabalho	3.003	1.707	930	590	354	6.584
Trabalhos Técnicos	34	14	5	3	-	56
Processos ou Técnica	34	14	5	3	-	56
Outras	6.746	4.185	3.090	1.487	836	16.344
Total	22.028	14.305	9.915	4.215	2.414	52.877

Fonte: dados da pesquisa.



GRÁFICO 1 – NÚMERO DE CONVÊNIOS INTERNACIONAIS FIRMADOS PELA UNIOESTE EM 2013.

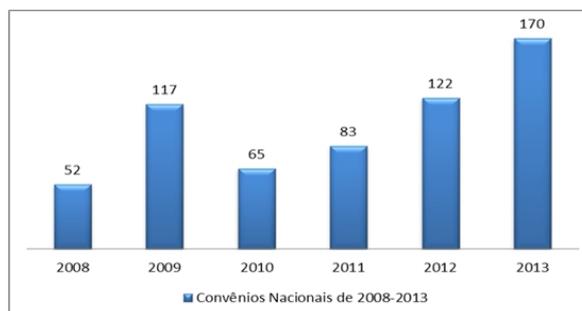


GRÁFICO 2 – NÚMERO DE CONVÊNIOS NACIONAIS FIRMADOS PELA UNIOESTE DE 2008 A 2013.

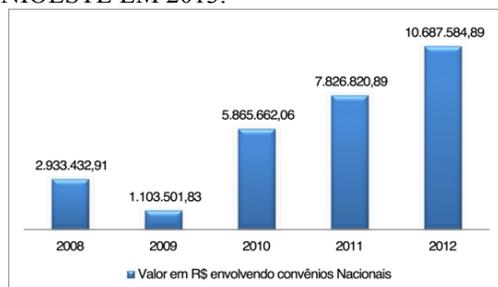


GRÁFICO 3 – VALORES ANUAIS PROVENIENTES DA ASSINATURA DOS CONVÊNIOS, NA UNIOESTE, DE 2008 A 2012.

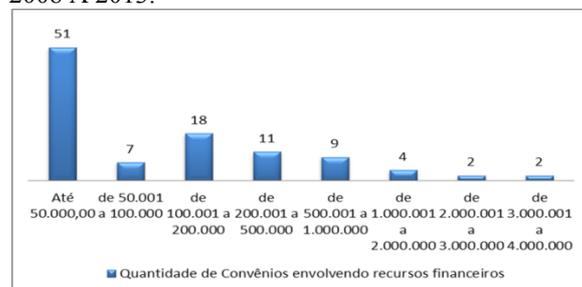


GRÁFICO 4 – NÚMERO DE CONVÊNIOS NACIONAIS ENVOLVENDO RECURSOS FINANCEIROS, FIRMADOS PELA UNIOESTE, DE 2008 A 2012.

Referências

- BECKER, G. S. **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education**. New York: National Bureau of Economic Research, distributed by Columbia University Press, 1964.
- BELL, D. **The Coming of Post-Industrial Society**. New York: Basic Books, 1973.
- BLAUG, M. **Introdução à Economia da Educação**. Porto Alegre: Editora Globo, 1971.
- BRYNJOLFSSON, E.; HITT, L. M. Beyond computation: information technology, organizational transformation and business performance. **J. Econ. Perspect.** Nº 14 pp, 23–48, 2000.
- COWAN, R.; DAVID, P. A.; FORAY, D. The explicit economics of knowledge codification and tacitness. **Ind. Corp. Change** 9: 211–53, 2000.
- DRUCKER, P. F. **Post-Capitalist Society**. New York: Harper Bus, 1993.
- ETZKOWITZ, H. Academic-industry relations: a sociological paradigm for economic development. In: Leydersdorff, L. e Van den Besslaar, P. **Evolutionary economics and chaos theory: new directions in technology studies**. Londres, Pinter Publishers, 1994, pp. 139-151.
- FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Extensão Universitária: da organização interna à inserção nos debates nacionais'. **Anais do XXXIX FORPROEX...** Taubaté-SP: FORPROEX, 2012.
- FURTADO, M. A. T. **COPPE: da dependência estrangeira à maturidade técnico-científica**. Dissertação (Mestrado), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV, São Paulo, 1988.
- GORDON, R. J. Does the new economy measure up to the great inventions of the past? **J. Econ. Perspect.** Nº 14, pp. 49–74, 2000.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo do ensino superior: sinopse estatística – Brasília, 2010**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>> Acesso em 20 de out. 2013.
- KOCHAN T. A.; BARLEY, S. R. **The Changing Nature of Work and Its Implications for Occupational Analysis**. Washington, DC: Natl. Res. Council, 1999.
- KRUGMAN, P. **Geography and trade**. Cambridge: MIT, 1991.
- LOBO, Roberto. **A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: definição, propósitos, estratégias e ferramentas**. Mogi das Cruzes – SP: Instituto Lobo, 2001. Obtido em <http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_023.pdf>. Data da captura: 05 de junho de 2014.

- MACHADO, A. S. **Acompanhamento de egressos: Caso CEFET/PR - Unidade Curitiba.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, (UFSC), Florianópolis, SC, 2001.
- MACHLUP, F. **The Production and Distribution of Knowledge in the United States.** Princeton University Press, Princeton, NJ, 1962.
- MORAES, R.; STAL, E. Interação empresa-universidade no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 98-112, Jul./Ago, 1994.
- NASCIMENTO, L. F. M. **Criação de micro e pequenas empresas a partir do centro de tecnologia de uma universidade: o caso de Santa Maria.** Dissertação (Mestrado), UFSM, Santa Maria, RS, 1989.
- NATIVIDADE, C. D. Acertos e erros da Política de Inovação Tecnológica envolvendo Universidade, Empresa e Governo. In: **Monografia Premiadas no 2º Concurso de Monografia sobre a Relação Universidade/Empresa.** Curitiba: IPARDES:IEL,PR, 2001.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **The Knowledge - Creating Company.** New York: Oxford Univ. Press, 1995.
- PORAT, M. **The Information Economy: Definition and Measurement,** US Government Printing Office, Washington, DC, 1997.
- PRUSAK, L. **Knowledge in Organizations.** Boston, MA: Butterworth-Heinemann, 1997.
- RENEX - Rede Nacional de Extensão. **Política Nacional de Extensão Universitária.** São Paulo: RENEX, 2012. Obtido em <<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>>. Data da captura: 05 de junho de 2014.
- RIZZI, A. Apresentação. In: ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. (Orgs). **Universidade e Desenvolvimento Regional: o apoio das Instituições de ensino superior ao Desenvolvimento Regional.** Curitiba: Juruá, 2010.
- ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A.; RODRIGUES, R. L.; LUGNANI, A.C. O impacto econômico de longo- prazo das universidades estaduais paranaenses: estudo de caso da região norte do Paraná. In: ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. (Orgs). **Universidade e Desenvolvimento Regional: o apoio das Instituições de ensino superior ao Desenvolvimento Regional.** Curitiba: Juruá, 2010.
- ROLIN, C.; KURESKI, R. O impacto econômico de curto prazo das universidades estaduais paranaenses. In: ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. (Orgs). **Universidade e Desenvolvimento Regional: o apoio das Instituições de ensino superior ao Desenvolvimento Regional.** Curitiba: Juruá, 2010.
- ROMER, P. M. Increasing returns and long-run growth. **Journal of Political Economy**, v. 94, no 5, 1986.
- ROMER, P. Endogenous technological chance. **The Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5(2), p. S71-S102, 1990.
- SANTOS, A. C. dos e SUGA, M.; A melhoria do relacionamento Universidade/Empresa como instrumento de desenvolvimento regional, In. **Monografias premiadas no 2º concurso de monografias sobre a relação Universidade/Empresa,** Curitiba : IPARDES – IEL-PR, 2001.

- SETI - Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Ensino Superior/Universidade Estadual**. 2013. Disponível em <http://www.seti.pr.gov.br>>. Acesso em 20 out. 2013.
- SCHULTZ, T. W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Trad. de M. A. de M. Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 250p.
- SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- SCHWARTZMAN, S. CASTRO, M.H.M. **A trajetória acadêmica e profissional dos alunos da USP**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre o ensino superior da Universidade de São Paulo, 1991.
- SHAFFER, H. G. Investment in Human Capital: Comment. **The American Economic Review**, 51, Parte 2, dezembro de 1961, p. 1026-1035.
- SERRA, M. O Sistema de Governança das Universidades. In: ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. (Orgs). **Universidade e Desenvolvimento Regional**: o apoio das Instituições de ensino superior ao Desenvolvimento Regional. Curitiba: Juruá, 2010.
- STAINSACK, S. A interação universidade/empresa no Estado do Paraná. In: **Monografia Premiadas no 2º Concurso de Monografia sobre a Relação Universidade/Empresa**. Curitiba: IPARDES: IEL,PR, 2001.
- STANBACK, T. M.; NOYELLE, T. Productivity in services: a valid measure of economic performance? In: NOYELLE (Org.): **Skills, Wages, and Productivity in the Service Sector Westview**. Press, Oxford, pp. 215-245, 1990.
- STAL, E. Centros de pesquisa cooperativa e as motivações das empresas. In: Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, 20, São Paulo. **Anais...** São Paulo: TEC ART, 1998.
- VELHO, S. **Relações universidade-empresa**: desvelando mitos. Campinas: Autores Associados, 1996.
- VERSCHOORE, J. R., BALESTRIN, A.; Ganhos competitivos das empresas em redes de cooperação, **Revista de Administração - RAUSP - Eletrônica**, São Paulo, v.1, n. 1, art.2, jan./jun. 2008.
- VIEIRA, F. M.; KUNZ, I. Ensinado e aprendendo inovar: mecanismos de interação universidade/empresa visando à inovação tecnológica e ao desenvolvimento regional. In: **Monografia Premiadas no 2º Concurso de Monografia sobre a Relação Universidade/Empresa**. Curitiba: IPARDES: IEL,PR, 2001.
- WITTE, A. **Contribuição do Curso de Graduação em Administração para o Desenvolvimento Pessoal e Profissional dos Egressos da Universidade Regional de Blumenau entre 2003 e 2004**. Dissertação (Mestrado). Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006, 108 f.

*Recebido em 14/07/2014
Aprovado em 23/07/2014*

PANORAMA DA COOPERAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E EMPRESA INOVADORAS NO ESTADO DO PARANÁ ENTRE 1998 E 2008*

Dirceu Yoshikazu Teruya**
Hugo Eduardo Meza Pinto***
José Antonio Soares****
Artur Silva Coelho*****

Resumo

O processo inovativo requer uma governança por parte das empresas. Como um dos instrumentos de fonte de inovação das empresas é a cooperação com as universidades e institutos de pesquisas. A cooperação entre universidade e institutos de pesquisas e empresa serve para diminuir os riscos associados o desenvolvimento tecnológico, formação de recursos humanos e transferência de tecnologia. Em termos de empresas inovadoras do Estado do Paraná, tem-se uma quantidade representativa, mas uma parcela pouco significativa realiza inovação voltado para o mercado nacional e internacional, ou seja, a grande parte das empresas inovadoras no Estado do Paraná esta focada na inovação para a própria empresa. Além disso, uma parcela pouco significativa das empresas inovadoras tem uma grande importância nas atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), aquisição externa de pesquisa e desenvolvimento e aquisição de outros conhecimentos externos, o que pode limitar o processo inovativo no médio e longo prazo dessas empresas. Uma característica marcante nas empresas inovadoras paranaenses é a alta importância para aquisição de máquinas e equipamentos por conta da depreciação das máquinas e equipamentos, busca do aumento da produtividade do capital e do trabalho e incorporação de novas tecnologias por intermédio de máquinas e equipamentos. Apesar de um conjunto de ações de políticas públicas para incentivar a inovação e a cooperação entre os agentes, a interatividade entre as empresas inovadoras paranaenses e as universidades e institutos de pesquisas ainda esta em um processo de amadurecimento, por conta do grau de governança exigido em um processo de cooperação, da estruturação do portfolio de conhecimento das universidades e dos institutos de pesquisas e da capacidade insuficiente de absorção de conhecimento e do investimento em P&D restrito das empresas inovadoras paranaenses. Nesse sentido, uma pequena parcela das empresas inovadoras paranaenses realiza cooperação com as universidades e institutos de pesquisas, sendo que o foco da cooperação entre universidades e institutos de pesquisas e empresas tem sido em teste e Pesquisa e Desenvolvimento.

Palavras-chave: interação; Paraná, cooperação universidade e empresa.

Abstract

The innovation process requires the governance by enterprises. As one of the instruments of source of innovation by enterprises is cooperation with universities and research institutes. The cooperation among universities, research institutes and enterprises serves to reduce risks related to technological development, human resource training and technology transfer. In terms of innovative enterprises in the State of Paraná, Brazil, it has a representative quantity, but a few significant proportion carries innovation focused on the national and international market, in other words, the most innovative enterprises in the State of Paraná is focused on innovation to the enterprise itself. In addition, it has a small participation of innovative enterprises in the State of Paraná that has made Research and Development (R&D) in-house, acquisition of external research and development and acquisition of other external knowledge, which should limit the innovation process in the medium and long term in these enterprises. A striking feature in innovative enterprises in the state of Paraná is the importance for the acquisition of machinery and equipment due to the depreciation of the assets (machinery and equipment), to increase the productivity of capital and labor, and incorporation of new technologies through machinery and equipment. Despite the efforts of public policy actions to encourage innovation and cooperation between agents, the interactivity between the Paraná innovative firms and universities and research institutes is still in incipient phase, due to the level of governance required in a process cooperation, the structuring of the portfolio of knowledge from universities and research institutes and insufficient capacity for absorbing knowledge and restricted investment in R & D of Paraná innovative firms. Accordingly, a small proportion of the innovative enterprises in the state of Paraná conducts cooperation with universities and research institutes, and the focus of cooperation among universities and research institutes and companies have been testing and Research and Development.

Keywords: interaction, Parana State, cooperation between universities and firms.

* Artigo apresentado no XV Congresso Latino Ibero Americano de Gestão de Tecnologia, Porto, Portugal, em 2013.

** Doutor em Integração da América Latina (USP). Pesquisador em Propriedade Industrial do Instituto Nacional da Propriedade Industrial. E-mail: teruya@inpi.gov.br

*** Doutor em Integração da América Latina (USP). Professor das Faculdades integradas Santa Cruz. E-mail: meza@santacruz.br

**** Mestre em Administração pela Universidade Positivo. Diretor das Faculdades integradas Santa Cruz. E-mail: direcao@santacruz.br

***** Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Professor das Faculdades integradas Santa Cruz e servidor da Paraná Fomento. E-mail: coelhosartur@terra.com.br

Introdução

O processo de inovação tecnológica é fundamental para a competitividade das firmas. No entanto, as atividades inovativas requerem investimentos constantes e contínuas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A relação entre universidade e empresa vem no sentido de compartilhar os riscos da atividade de P&D, busca outras fontes de conhecimento e a transferência de tecnologia desenvolvida na universidade e instituto de pesquisa a empresa. Para as empresas inovadoras, o uso do conhecimento gerado nas universidades e institutos de pesquisas é relevante nas empresas, principalmente nos setores baseado em conhecimento (Pavitt, 1984).

O processo de cooperação entre universidade e empresa é complexo, pois a lógica das universidades e institutos de pesquisas é a produção de conhecimento e a lógica da empresa é a otimização dos ganhos econômicos no curto prazo e médio prazo (Plonski, 1999). Além disso, o processo de cooperação entre universidades e empresas exige uma governança das relações e uma estrutura mínima das partes envolvidas para realização, acompanhamento e repartição das tarefas e dos benefícios econômicos (Porto, 2001; 2004).

No Brasil e no Estado do Paraná, uma unidade da federação localizado na região sul do Brasil, essas relações ainda estão insipientes, pois o processo inovativo no Brasil tem uma contribuição restrita ao processo de cooperação, pois as empresas inovadoras no Brasil e no Estado do Paraná são um agrupamento restrito no tecido industrial. O Estado brasileiro tem incentivado a relações por meio de políticas públicas como política industrial (Política Industrial, Tecnológica e Comércio Exterior, Política de Desenvolvimento Produtivo e Brasil Maior) e política científica e tecnológica (Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação e Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação). Esses

desdobramentos têm como ação regulações específicas como a Lei de Inovação (Lei 10973/2004), que tem levado as organizações públicas e privadas de ensino, ciência e tecnologia no Brasil a organizarem seu portfólio de conhecimento e tecnologia, estruturação das relações com as empresas públicas e privadas e a gerenciarem a produção do conhecimento científico e tecnológico.

No Brasil e no Estado do Paraná, as universidades e institutos de pesquisas estão estruturando seu portfólio de conhecimento e sua estrutura administrativa para poder realizar transferência de tecnologia e acordos de cooperação. No Estado do Paraná, as empresas inovadoras paranaenses utilizam e consideram muito pouco importante a relação com as universidades e institutos de pesquisas, reflexo de um investimento pouco significativo em inovação e de concentrar setores de baixa e média intensidade tecnológica no Estado do Paraná. Além disso, a relação entre universidades e institutos de pesquisa com empresas inovadoras paranaenses estão voltadas para P&D e ensaio de teste do produto.

Apesar de um conjunto de ações de políticas públicas para incentivar a inovação e a cooperação entre os agentes, a interatividade entre as empresas inovadoras paranaenses e as universidades e institutos de pesquisas ainda está em um processo de amadurecimento, por conta do grau de governança exigido em um processo de cooperação, da estruturação do portfólio de conhecimento das universidades e dos institutos de pesquisas e da capacidade insuficiente de absorção de conhecimento e do investimento em P&D restrito das empresas inovadoras paranaenses.

Como conclusão o trabalho, observa-se que o processo cooperativo entre universidades e empresas inovadoras paranaenses tem uma participação relativamente baixa e a atividade inovativa das empresas paranaenses é pouco relevante.

Além disso, é necessário estruturar as organizações públicas e privadas de ensino, ciência e tecnologia e as empresas paranaenses para promover a cooperação, mas o processo de cooperação vai depender da necessidade das empresas da oferta de tecnologia e da capacidade de entrega das organizações públicas e privadas de ensino, ciência e tecnologia. O objetivo do artigo é apresentar o perfil de cooperação entre universidades e empresas inovadoras no Estado do Paraná no período de 1998 a 2008. A metodologia desse estudo será descritiva baseada nos dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PINTEC/IBGE) e contexto da realidade paranaense nos anos 2000. O artigo está estruturado da seguinte forma: primeiramente far-se-á um embasamento teórico da importância da cooperação entre universidade e empresas. Na segunda parte, abordar-se-á o contexto brasileiro da cooperação universidade e empresa nos anos 2000. Na terceira parte, discutir-se-á o perfil da cooperação entre universidades e institutos de pesquisas com as empresas inovadoras paranaenses no período de 1998 a 2008.

Cooperação entre universidade e empresa no processo inovativo: uma breve revisão da literatura

O processo inovativo tem se tornado cada vez mais complexo, pois os projetos de inovação requerem um planejamento de curto, médio e longo prazo; recursos humanos altamente qualificados para o desenvolvimento de processos e produtos eficientes e atividades de Pesquisa e Desenvolvimento constante e contínua (Dosi, 1988).

Como existe a necessidade de promover um processo inovativo, as firmas apresentam diversas estratégias de atuação, mas com intuito de otimizar os riscos e custos associados ao desenvolvimento

tecnológico. Assim, as firmas podem realizar atividades de P&D interna e/ou externa à firma, aquisição de conhecimento externo e compra de bens de capital com tecnologia incorporada.

Esses encaminhamentos por parte da firma decorrem da necessidade de minimizar os riscos relativos à atividade inovativa, os custos inseridos no desenvolvimento interno e/ou externo à firma de tecnologia e o trabalho colaborativo como forma de acesso a fonte de inovação.

A cooperação universidade e empresa é um instrumento desejável para ambas as partes com intuito de minimizar os riscos associados ao desenvolvimento de tecnologia por parte das empresas e as delegam parte do desenvolvimento tecnológico e testes para as universidades e institutos de pesquisas. Por seu turno, as universidades e os institutos de pesquisas têm interesse na cooperação com as empresas por conta do acesso aos recursos financeiros e não financeiros das empresas e ao processo de aprendizado tecnológico nos projetos colaborativos (Mowery e Sampat, 2005).

A universidade tem uma função de desenvolvimento de conhecimento básico e aplicado, formação de recursos humanos e desenvolver atividades de disseminação de conhecimento por meio de atividades de extensão. Nesse sentido, a lógica das universidades não é a otimização do lucro, mas a criação de desenvolvimento de conhecimento para os problemas científicos e tecnológicos, formação de recursos humanos e atividades de extensão.

A publicidade dos resultados das pesquisas realizadas pelas universidades e institutos de pesquisas ocorre em periódicos acadêmicos, congressos, anais e livros. Uma parte significativa do investimento advém de organizações públicas.

As empresas são consideradas como o *locus* da inovação. Tem como objetivo a otimização do lucro, por isso seu processo de inovação busca lucros extraordinários

schumpeterianos, redução de custos de processo, aumento de produtividade do capital e do trabalho e o aumento da participação do mercado nacional e internacional.

Apesar de desejável a cooperação universidade e empresas, ela é um processo difícil na sua execução, pois exige-se uma governança por parte das partes envolvidas na execução do objeto da cooperação com resultado satisfatório (Porto, 2001; 2004).

Ao mesmo tempo, a operacionalização da cooperação entre universidade e empresa é complexo, o que necessita de uma estrutura de governança das partes envolvidas para a realização da cooperação. Além disso, sob o guarda chuva dessas organizações universidade e empresa existe uma diferença de casa uma dessas organizações (Plonski, 1999).

Sob a ótica das empresas, a visão da empresa em relação a inovação é diferenciada, pois existem uma tipologia de empresas relacionada ao processo inovativo (Freeman e Soete, 1997):

Empresas ofensivas. São aquelas empresas que apresentam um risco maior relativo ao processo inovativo. Caso obtenham sucesso apresentarão lucros extraordinários, pois elas são *first to move* na oportunidade decorrente do avanço tecnológico. Essas empresas apresentam uma integração consolidada com parte do mundo da ciência e tecnologia, alto investimento em P&D e a capacidade para percepção e exploração muito rápida de novas oportunidades.

Empresas defensivas. São empresas inovadoras, mas não são as *first to move*. Elas apresentam departamentos de P&D e a diferença em relação as empresas ofensivas é o *timing* da adoção da inovação por conta da necessidade do aprendizado e por realizar uma análise de risco;

Empresas imitativas. São empresas, que apresentam uma capacidade de engenharia e de realizar engenharia reversa de produto e/ou processos. Elas realizam imitação de produtos e/ou processos através da

exploração de vantagens específicas, tais como a mão-de-obra barata, o baixo custo de produção e o acesso a subsídio do Estado. Elas inserem produtos e/ou processos, no momento que o padrão tecnológico estiver estabilizado, apresentando algumas inovações incrementais no processo produtivo e/ou no produto;

Empresas dependentes. São empresas que não apresentam departamento de P&D. Elas atuam sob encomenda de produção de bens por outras empresas, pois elas dependem das especificações técnicas das empresas e apresentam um papel subordinado e realização de *joint ventures* com empresas globais como forma de acesso à tecnologia e ser um representante local da empresa global;

Empresas tradicionais. São empresas com inserção em setores de baixo dinamismo tecnológico e sem investimento em P&D;

Empresas oportunistas. São empresas que aproveitam nichos ou oportunidade de mercado. Elas aproveitam demandas específicas sem a necessidade de realizar gastos em P&D, mesmo em setores intensivos em P&D.

Também é importante considerar a dinâmica setorial, pois setores intensivos em conhecimento, como setores farmacêutico, eletroeletrônico e aeroespacial, tem uma propensão de realizar relacionamento com as universidades e institutos de pesquisas em relação aos setores baseados nos fornecedores e intensivos em escala. Isso se deve que os setores intensivos em conhecimento necessitam de resultados das ciências básicas para promover suas atividades inovativas que os demais setores (Pavitt, 1984:).

Já, as universidades apresentam diferenciações na sua atuação. Uma parte restrita das universidades se dedica às pesquisas básicas e aplicadas. Os professores e pesquisadores apresentam cursos de graduação e pós-graduação *strictu sensu* reconhecido internacionalmente. Uma outra parte das universidades atua somente

na formação de alunos para o mercado de trabalho e são universidades, que apresentam um papel social importante, essas universidades realizam pesquisas em algumas áreas, que tem vantagens competitivas, e é reconhecida pelo sistema. Também, existem as faculdades isoladas, que atuam estritamente na formação de recursos humanos nos cursos de graduação e especialização e atuam regionalmente e destina a dar uma competência geral aos seus alunos.

Diante dessa heterogeneidade dos agentes e dos objetivos de cada uma das partes, a interação entre universidade e empresa é complexa, mas vista ao olhar da empresa como uma oportunidade de aprendizado tecnológico, diminuição dos riscos associado ao investimento e ser complementar a sua atividade de P&D.

No próximo item, discutir-se-á o contexto paranaense dos anos 90 e 2000, abordando o perfil da economia paranaense.

Contexto do Estado do Paraná nos anos 1990 e 2000

O Estado do Paraná está situado no sul do Brasil. A economia paranaense apresentou mudanças significativas desde os anos 80 com a vinda de investimentos diretos externos, no setor eletroeletrônico, e automotivo, principalmente na Região Metropolitana de Curitiba. A abertura comercial nos anos 90 levou uma reestruturação do tecido industrial brasileiro e paranaense e ao mesmo tempo, observa-se a vinda de um conjunto de investimento direto externo no setor automotivo na Região Metropolitana de Curitiba (Funari, 2008).

O PIB paranaense acompanhou a tendência brasileira de crescimento ao longo dos anos 2000, mas mantendo uma participação relativamente constante com algumas oscilações no período de 2002 a 2012, ao redor de 6%, conforme a tabela 1. Esse crescimento do PIB é em parte

explicada pelo aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional, pelas ações de transferência de renda promovida pelo governo federal e pelos investimentos diretos externos e novos investimentos realizados pelos agentes no Estado do Paraná.

Ao mesmo tempo, a crise econômica internacional após 2008 e os gargalos da economia brasileira têm apresentado uma taxa de crescimento pouco significativo desde 2010. Uma parte da explicação é o alto custo da mão-de-obra, crescimento limitado da produtividade e o ambiente institucional limitado para tomada de decisão dos empresários.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento (IPARDES), em 2010, o setor industrial representava 27,46% do valor adicionado bruto; já o setor de serviços e comércio com mais de 64,06% e a agropecuária 8,48%. Nesse sentido, a economia paranaense é baseada em áreas de baixo e médio valor adicionado e apresentando uma estrutura produtiva e de serviços baseada nos custos de produção com conteúdo tecnológico limitado na maior parte da estrutura produtiva.

A estrutura econômica paranaense é baseada em produtos agrícolas e produtos em setores industriais baixa e média intensidade tecnológica na sua maioria (Scatolin *et al*, 2009). Nesse sentido, a estrutura produtiva paranaense reflete a estrutura produtiva brasileira.

Em termos do processo inovativo no Estado do Paraná, apresenta-se uma média relativamente maior que a média brasileira de empresas que inovam no período de 2001 a 2008. Segundo a tabela 2, observa-se que a taxa de inovação foi de 31,34%, em 1998-2000, para 42,67%, no período de 2006-2008. Cabe destacar que a participação de empresas paranaenses inovadoras no total de empresas inovadoras no Brasil aumentou de 8,32%, no período de 1998-2000 para 10,35%, em 2003-2005, com uma redução para 9,56%, no período de 2006-2008. Isso

se deve que entre 1998-2000 e 2003-2005 a taxa de crescimento de empresas inovadoras no Estado do Paraná foi maior que a taxa de crescimento de empresas inovadoras no Brasil, mas no período de 2006-2008, ocorreu o fenômeno contrário, por isso a queda da participação das empresas inovadoras paranaenses.

Como pode ser observado na tabela 3, existe um grupo de empresas inovadoras paranaenses de processos e produtos relativamente menor em relação às empresas inovadoras. Entretanto, a taxa de inovação de produto e processo tem um crescimento de 11,37%, em 1998-2000 para 20,27%, que acompanha a tendência da taxa de inovação apresentada na tabela 2.

Mesmo que a taxa de inovação apresente um relativo aumento no período de 1998-2008, observa-se que a maior parte das inovações realizadas pelas empresas inovadoras paranaenses são internas às elas mesma com o aperfeiçoamento de novos processos e/ou produtos. Essa é uma situação que não garante a competitividade dessas empresas, pois os concorrentes no âmbito internacional buscam participação no mercado, penetração em novos mercados e redução de custo.

Conforme a tabela 3, um grupo restrito de empresas inovadoras paranaenses realiza inovações de produtos e processo voltados para o mercado, que oscilou de 2,92%, em 1998-2000 para 3,98%, em 2006-2008 na parte de produto. Já, as empresas inovadoras paranaenses em processos voltado para o mercado nacional diminuem de 2,12% das empresas no período de 1998-2000 para 1,07%; em 2003-2005 e houve um aumento para 2,62%, em 2006-2008.

As empresas inovadoras paranaenses são um grupo reduzido, o que limita a inserção de produtos inovadoras dessas empresas no mercado nacional e, muito menos, no mercado internacional. Essa situação demonstra que existe um limitado grupo de empresas ofensivas no Estado do Paraná, que realiza investimento constante e

continuo em Pesquisa e Desenvolvimento e assumir o risco do processo inovativo. Além disso, no Estado do Paraná, tem-se um quadro restrito de empresas ofensivas e dinâmicas do ponto de vista da inovação com uma inserção no mercado internacional.

Essa situação é acentuada pelo ambiente macroeconômico com taxas de juros para financiamento do capital de giro e rolagem de suas dívidas. Em contrapartida, o Brasil apresenta fontes de financiamento para bens de capital e investimento em P&D, quer seja pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), quer seja pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e outras agências de fomentos públicos e privados.

Assim, a decisão do empresário no investimento produtivo e em inovação vai depender da expectativa que tem da demanda potencial, da estabilidade do ambiente regulatório e dos custos de transação relacionado desde a captação dos recursos financeiros para investimento até a destino do produto e serviço ao mercado consumidor.

As empresas inovadoras como todas as empresas querem minimizar o risco no processo inovativo. Dessa forma, o ambiente institucional instável e custo de transação não estimulam as empresas a realizarem investimentos produtivos e em P&D, uma vez que elas podem utilizar a capacidade instalada na produção de bens com capacidade ociosa restrita.

Ao mesmo tempo, como reflexo de minimização de risco associado ao processo inovativo, observa-se na tabela 4 que a participação de empresas que consideram as atividades internas de P&D relevante diminuiu de 20,58%, em 1998-2000 para 8,22%. Em contrapartida, houve um aumento considerável de empresas inovadoras que tem uma relevância baixa e não realizou atividades de P&D interno de 66,12%, em 1998-2000 para 91,05%. Esse quadro demonstra que uma parte significativa do tecido industrial

parananense realiza inovação somente no âmbito da firma e com inserção limitada no mercado internacional.

Além disso, esse quadro de baixa importância nas atividades de P&D das empresas paranaenses apresenta uma tendência no médio e longo prazo de um reflexo de perda relativa de competência interna de promoção de desenvolvimento tecnológico, o que pode levar a uma perda da capacidade de geração de inovação tecnológica no médio e longo prazo.

Essa situação poderia ser amenizada pela cooperação com os demais agentes, mas a importância relativa das empresas inovadoras paranaense a aquisição externa de P&D e aquisição de conhecimentos externos têm sido relativamente baixa a importância. Isso pode ser verificado um aumento da baixa importância na aquisição externa de P&D de 93,13%, em 1998-2000 para 97,62%, em 2006-2008. Já a aquisição de conhecimento externo para teve um aumento de 87,79%, em 1998-2000 para 92,26%, em 2006-2008.

Tabela 4 Grau de importância das empresas inovadoras parananenses entre 1998 e 2008 sobre atividades internas de Pesquisa e Desenvolvimento, Aquisição Externa de Pesquisa e Desenvolvimento, Aquisição de Outros conhecimentos Externos e Aquisição de Máquinas e Equipamentos.

Em contrapartida, o processo de atualização tecnológica das empresas inovadoras do Estado do Paraná tem sido principalmente pela aquisição de máquinas e equipamentos, tendo uma relevância de mais de 60% das empresas inovadoras. Apesar disso, houve uma diminuição do percentual entre 2001-2003 e 2006-2008, ou seja, de 71,85% para 64,42%. Isso reflete o contexto econômico do país, que apesar de ter um aumento do consumo de bens de consumo durável e não durável não se traduziu na mesma proporção o investimento produtivo e em P&D.

Essa situação no Estado do Paraná pode estar relacionada com seu perfil de produção em setores de baixo e médio conteúdo tecnológico e pela atuação em setores de agronegócios. Além disso, o ambiente institucional e econômico não tem alavancado a cooperação entre os agentes para realização de cooperação no Estado do Paraná.

No próximo item, será avaliado o processo de cooperação das empresas inovadoras paranaenses com as universidades e institutos de pesquisas entre 1998 e 2008.

Cooperação entre universidade e empresa inovadoras do Estado do Paraná nos anos 90 e 2000

A cooperação como elemento de fonte de inovação pode ser relevante para as empresas, conforme o setor produtivo e como motivação da realização da cooperação. Para tanto, as empresas brasileiras e os institutos de pesquisas e universidades brasileiras têm buscado as interações, no entanto, as lógicas de cada agente e a atividade inovativa limitada por parte das empresas no Brasil tem sido restrita.

Nos anos 90 e 2000, foram criados mecanismos para estimular a cooperação entre universidade e empresa. Dessa cabe destacar alguns mecanismos:

a) Lei de Informática (Lei 8248/1991, alterada pelas leis 10176/2001 e 11077/2004). Essa lei concede isenção do Impostos sobre produtos Industrializados, desde que as empresas invistam, no mínimo 4% de seu faturamento bruto, em P&D interno e externo à firma. Dessa forma, incentivam-se projetos cooperados entre empresas e universidades e institutos de pesquisas no Brasil (Teruya, 2004).

b) Lei de Inovação (Lei 10973/2004). Essa lei cria os mecanismos para estimular a cooperação entre universidades e organizações de pesquisas públicas e as

empresas no Brasil. Essa lei define os parâmetros mínimos de remuneração do licenciamento e transferência de tecnologia e acordos de cooperação técnica entre pesquisadores, departamentos dos pesquisadores e a organização pública e a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica como parte do organograma para realizar a gestão do conhecimento e a promoção da transferência de conhecimento do meio acadêmico para o meio empresarial.

c) Lei do Bem (Lei 11196/2005). Essa lei operacionaliza os incentivos fiscais as empresas para incentivar o investimento em P&D e estimula processo de cooperação entre universidades e organizações de pesquisas brasileiras com empresas de todos os setores industriais e de serviços.

No entanto, apesar desses marcos institucionais, não se tem uma resposta imediata por parte dos agentes envolvidos. Primeiro, as universidades e as organizações de pesquisas no Brasil tem estruturado seus Núcleo de Inovação Tecnológico, procedimentos de interação com as empresas e o modelo de negócio. Em contrapartida, as empresas trabalham com expectativa de retornos do investimento produtivo e de P&D. Dessa forma, caso, o cenário econômico não seja favorável, dificilmente, as empresas realizarão tal investimento.

Como na segunda metade dos anos 2000, o cenário internacional tem sido de uma crise econômica de proporções sistêmica, houve uma redução de consumo de bens primários e de bens intermediários por parte dos agentes localizados nos países desenvolvidos (epicentro da crise) e um aumento dos preços das *commodities* por conta do aumento da demanda dos chineses e pelo aumento da demanda de alimentos em todos os países, principalmente os países emergentes.

Também, internamente, os empresários estão inseridos em um ambiente institucional com alto custo de transação, pois os marcos regulatórios são difusos e de

difícil compreensão para os investidores. Além disso, o sistema tributário brasileiro é robusto, pois existem tributos no âmbito federal, estadual e municipal e com alíquotas diferenciadas de acordo com o bem produzido e serviço prestado.

No âmbito do Estado do Paraná, foi a promulgação em 2012 da Lei Estadual de Inovação Lei 17314/2012, regulamentada em 2013. Assim, é um marco recente para os agentes paranaenses usufruírem do estímulo governamental, pois os agentes precisam estudar o estímulo para ver se é viável, de acordo com suas necessidades.

As empresas inovadoras no Estado do Paraná têm considerado a cooperação com as universidades e institutos de pesquisas pouco prioritário na elaboração de suas estratégias. Entre as razões para tal situação tem sido que as fontes de informação não têm sido relevante para o processo inovativo. Conforme a tabela 5, verifica-se que existe um alto número de empresas inovadoras paranaenses, que vêm a universidade e os institutos de pesquisas como fonte de informação de baixa ou nenhuma relevância para utilizar no processo inovativo com mais de 86,5% no período entre 1998 e 2008.

Além disso, somente poucas empresas consideram a universidades e institutos de pesquisas como fontes de alta relevância para a atividade inovativa das empresas, o que reforça o contexto da tabela 4, que somente poucas empresas buscam conhecimentos externos às empresas.

Os institutos de pesquisas e universidades paranaenses foram constituídos na segunda metade do século passado. No entanto, com o advento da Lei de Inovação (Lei 10973/2004 e da Lei Estadual 17314/2012), elas passam a estruturar o serviço de transferência de tecnologia e os acordos de cooperação técnica com as empresas públicas e privadas do Estado do Paraná.

Cabe destacar que as diferentes missões das universidades, institutos de pesquisas e das empresas ainda apresentam empecilhos

à cooperação, pois as empresas necessitam de soluções rápidas que sejam codificadas para resolver problemas de produtos e processos para contribuir no processo de otimização de lucros. Já as universidades e os institutos de pesquisas buscam a geração do conhecimento, mas sem uma perspectiva inicial de busca de um retorno econômico a esse investimento. Assim, apresenta-se uma tensão relativa para a cooperação e em face desse custo de transação, os agentes necessitam de uma estrutura de governança para promover a efetiva cooperação entre os agentes quer seja no desenvolvimento de tecnologias, quer seja na transferência de tecnologia.

Tabela 5 Participação das Empresas inovadoras paranaenses, por grau de importância das universidades e institutos de pesquisas como fonte de informação empregada, entre 1998 e 2008.

Nesse sentido, a tabela 6 reforça que somente um conjunto limitado de empresas inovadoras paranaenses realiza cooperação com outros agentes tais como universidades, institutos de pesquisas, fornecedores, clientes e consultorias. Assim, houve uma redução de 10,54%, no período de 1998-2000, para 4,3%, no período de 1998-2000. Já, no período de 2001-2003 e 2006-2008, houve um aumento de empresas inovadoras paranaenses que realizaram alguma cooperação com algum agente de 4,3% para 11,23%.

Cabe destacar que essa situação de aumento da participação da cooperação das empresas inovadoras paranaenses com outros agentes no período entre 2001-2003 e 2006-2008 não tem sido suficiente para gerar um ambiente regional de inovação, pois as estruturas de governança desses agentes para atuar de forma cooperada ainda esta em processo de organização.

Das empresas inovadoras que realizam algum tipo de cooperação com as universidades e institutos de pesquisas, observa-se que o grau de importância elevado oscilou no período de 1998-2000 a

2006-2008, com uma redução de 4,33%, no período de 1998-2000 das empresas inovadoras paranaenses, que consideraram a cooperação com as universidades e institutos de pesquisas relevantes para 3,21%, no período de 2001-2003. Houve um crescimento acima da média da importância da relação entre universidade e institutos de pesquisas com empresas paranaenses inovadoras, no período de 2003-2005 com 22,87%, mas que diminuiu no período subsequente (2006-2008) para 7,10%. A oscilação da importância relativa no grau da cooperação entre empresas inovadoras paranaenses e as universidades e institutos de pesquisas entre 2001 e 2008 reflete, que alguns projetos, serviços ou testes necessários das empresas inovadoras paranaenses passaram na expectativa de realizá-los por meio de cooperação com as universidades e os institutos de pesquisas.

O relacionamento entre empresas inovadoras paranaenses e os institutos de pesquisas e universidades servem para resolução de partes pontuais no processo de inovação tecnológicas das empresas. Dessa forma, existe uma parcela das empresas inovadoras paranaenses estimuladas no relacionamento de médio e longo prazo com as universidades e institutos de pesquisas.

Ao mesmo tempo, mantém-se em um patamar elevado da participação das empresas inovadoras paranaenses, que analisam a cooperação com universidades e institutos de pesquisas como baixo ou nenhuma relevância. Desse modo, a cooperação com as universidades e institutos de pesquisas tem uma participação pouco representativa no processo de inovação das empresas inovadoras paranaenses.

Já as empresas inovadoras paranaenses, que realizam cooperação com as universidades e institutos de pesquisas, têm sido na área de P&D e ensaios para teste de produtos e outros tipos de atividades de cooperação. Nesse sentido, houve um aumento substancial de empresas inovadoras paranaenses que cooperam com as

universidades no período de 2001-2003, de 10,76% para 21,36%, no período de 2006-2008, com uma redução pouco significativa para 20,97, no período de 2006-2008.

As universidades e institutos de pesquisas estão estruturando seu portfólio de conhecimento para promover a negociação e a comercialização, pois a estruturação dos Núcleos de Inovação tecnológica esta em graus diferenciados entre as universidades e institutos de pesquisas no Brasil e no Estado do Paraná. Associado a isso, nem todas as universidades tem a vocação de realizar acordos de cooperação técnica ou transferência de tecnologia em face das características relacionadas a ensino e extensão que propriamente a pesquisa *strictu sensu*.

Apesar dos estímulos da Lei de Inovação e da Lei do Bem, não constituem estímulo suficientes para que as empresas paranaenses invistam em inovação. Outros fatores que cooperam para essa situação são crise econômica internacional, volatilidade das variáveis macroeconômicas (Taxa de câmbio, taxa de juros, investimento, tributos) e as expectativas de ganho econômico decorrente do investimento em P&D.

O processo de cooperação entre institutos de pesquisas e universidades com empresas é abrangente, pois pode abarcar desde um teste de prova até um acordo de cooperação técnica de médio e longo prazo. Ao mesmo tempo, pelos dados apresentados, não é possível auferir a qualidade da cooperação e o resultado da cooperação na estrutura produtiva e dos produtos das empresas inovadoras paranaenses. Contudo, a cooperação entre universidade e empresa pode atenuar o custo do aprendizado tecnológico.

Conclusão

As empresas inovadoras e não inovadoras do Estado do Paraná realizam pouca cooperação com as universidades e institutos

de pesquisas por falta de uma estrutura organizacional eficiente que realiza a intermediação entre as partes, bem como ações internas das universidades, institutos de pesquisas e das empresas no sentido de trabalhar de forma cooperada.

Dessa forma, existe um potencial de cooperação entre as empresas inovadoras e universidades e institutos de pesquisas no Brasil e no Estado do Paraná. A organização da gestão do conhecimento da parte das universidades e institutos de pesquisas brasileiros é importante para criar modelo de negócios para negociação de seu portfólio. Por sua vez, o processo decisório das empresas inovadoras do Brasil e do Estado do Paraná perpassa de uma estabilidade do ambiente institucional e da expectativa de ganhos econômicos advindos da inovação.

O processo de cooperação entre universidades e institutos de pesquisas brasileiros e paranaenses e empresas brasileiras e paranaenses é fruto da convergência da oferta e da demanda de tecnologia e de assistência técnica. Essa convergência não é trivial e exige uma articulação de médio e longo prazo.

Um conjunto de ações tanto no nível federal quanto no nível estadual foi constituída, mas os efeitos dessas ações como a Lei de Inovação e a Lei do Bem somente poderão ter efeitos no médio e longo prazo. Ao mesmo tempo, é necessário considerar a expectativa de investimento em novos projetos por parte das empresas esta atrelado ao ambiente macroeconômico e institucional, que ainda esta fragilizado pela crise econômica internacional e a falta de refinamento das políticas públicas atrelados com as regras do jogo.

Em contrapartida, o arranjo institucional das universidades e institutos de pesquisas público e privado brasileiras e paranaenses necessita ser aperfeiçoado para um ambiente de cooperação das universidades. Para tanto, é necessário organizar o portfólio de conhecimento, organizar um modelo de gestão de conhecimento para definir uma

estratégia de negociação e conscientizar os agentes internos envolvidos nesse modelo de negócio.

Ao mesmo tempo, a lógica das universidades e institutos de pesquisas públicas e privadas no Brasil e no Estado do Paraná precisam calibrar as expectativas, pois nem toda a oferta de conhecimento gerado nas universidades e institutos de pesquisas terá necessariamente uma demanda.

É necessário verificar, nos futuros estudos, o tipo de cooperação entre universidade e empresa realizada, bem como seus resultados e impactos tanto para as universidades e institutos de pesquisas como para as empresas inovadoras e não inovadoras paranaenses. Além disso, existem serviços técnicos e de transferência de tecnologia importante para as empresas, que podem ser realizadas pelas universidades e institutos de pesquisas e o perfil das empresas que demandam cooperação com as universidades e institutos de pesquisas.

TABELA 1 PRODUTO INTERNO BRUTO DO ESTADO DO PARANÁ E DO BRASIL A PREÇOS CORRENTES ENTRE 2002 E 2012 E A PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NA COMPOSIÇÃO DO PIB BRASILEIRO.

Ano	Paraná	Brasil	Participação
	PIB a Preços Correntes	PIB a Preços Correntes	PARANÁ/BRASIL
	(R\$ milhões)	(R\$ milhões)	(%)
2002	88.407	1.477.822	5,98
2003	109.459	1.699.948	6,44
2004	122.434	1.941.498	6,31
2005	126.677	2.147.239	5,90
2006	136.615	2.369.484	5,77
2007	161.582	2.661.345	6,07
2008	179.263	3.032.203	5,91
2009	189.992	3.239.404	5,87
2010	217.290	3.770.085	5,76
2011	⁽¹⁾ 241.809	⁽²⁾ 4.143.013	5,84
2012	⁽¹⁾ 256.956	⁽²⁾ 4.402.537	5,84

Fonte: IPARDES e IBGE

Nota: 1 Projeção do IPARDES 2 Cálculo baseado nas Contas Nacionais Trimestrais

TABELA 2. TAXA DE INOVAÇÃO DOS SETORES MANUFATURADOS NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ E A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS INOVADORAS NO TOTAL DAS EMPRESAS INOVADORAS NO BRASIL ENTRE 1998 E 2008, EM PORCENTAGEM.

Período	Taxa de Inovação no Estado do Paraná	Taxa de Inovação no Brasil	Participação das firmas do Estado Paraná no total das firmas inovativas no Brasil
1998-2000	31,34	31,87	8,32
2001-2003	36,94	33,53	9,30
2003-2005	40,48	33,57	10,38
2006-2008	42,67	37,84	9,56

Fonte: PINTEC/IBGE

TABELA 3 TAXA DE INOVAÇÃO DE PRODUTO E PROCESSO, TAXA DE INOVATIVIDADE PARA O MERCADO NACIONAL DE PRODUTO E PROCESSO NO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE 1998 A 2008, EM PORCENTAGEM.

Período	Taxa de Inovação de produto e processo	Taxa de inovatividade de Produto	Taxa de inovatividade de Processo
1998-2000	11,37	2,92	2,12
2001-2003	15,39	2,96	1,75
2003-2005	18,47	2,54	1,07
2006-2008	20,27	3,98	2,62

Fonte: PINTEC/IBGE

TABELA 4 GRAU DE IMPORTÂNCIA DAS EMPRESAS INOVADORAS PARANANENSES ENTRE 1998 E 2008 SOBRE ATIVIDADES INTERNAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, AQUISIÇÃO EXTERNA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, AQUISIÇÃO DE OUTROS CONHECIMENTOS EXTERNOS E AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS .

Período	Atividades internas de Pesquisa e Desenvolvimento			Aquisição externa de Pesquisa e Desenvolvimento			Aquisição de outros conhecimentos externos			Aquisição de máquinas e equipamentos		
	Alta	Média	Baixa e não realizou	Alta	Média	Baixa e não realizou	Alta	Média	Baixa e não realizou	Alta	Média	Baixa e não realizou
1998-2000	20,58	13,30	66,12	3,69	3,18	93,13	7,54	4,67	87,79	54,82	25,09	20,09
2001-2003	15,50	3,61	80,86	4,91	0,50	94,55	6,79	1,53	91,64	71,85	9,82	18,30
2003-2005	14,38	2,82	82,81	1,75	0,90	97,35	10,36	2,38	87,27	68,84	17,32	13,84
2006-2008	8,22	0,73	91,05	1,71	0,67	97,62	6,22	1,52	92,26	64,42	14,28	21,30

Fonte: PINTEC/IBGE

TABELA 5 PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS INOVADORAS PARANAENSES, POR GRAU DE IMPORTÂNCIA DAS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS DE PESQUISAS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO EMPREGADA, ENTRE 1998 E 2008.

Período	Alta	Média	Baixa e não-relevante
1998-2000	2,88	9,24	87,87
2001-2003	4,98	2,79	92,23
2003-2005	5,33	3,48	91,18
2006-2008	4,58	8,88	86,54

Fonte: PINTEC/IBGE

TABELA 6 PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS INOVADORAS, QUE REALIZAM COOPERAÇÃO COM ALGUM AGENTE E O GRAU DE IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO ENTRE EMPRESAS INOVADORAS PARANAENSES COM AS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS DE PESQUISAS ENTRE 1998 E 2008, EM PORCENTAGEM.

Período	Participação de empresas inovadoras com alguma cooperação com agentes	Grau de importância de cooperação entre empresas inovadoras e universidades e institutos de pesquisas			Tipo de cooperação de empresas inovadoras com universidades e institutos de pesquisas e institutos de pesquisa	
		Alta	Média	Baixa e não-relevante	P&D e ensaios para testes de produto	Outras atividades de cooperação
1998-2000	10,54	4,33	31,16	64,51		
2001-2003	4,30	3,21	7,55	89,24	10,76	3,58
2003-2005	8,22	22,87	18,01	59,11	21,36	24,62
2006-2008	11,23	7,10	14,22	78,68	20,97	6,13

Fonte: PINTEC/IBGE

Referências

DOSI, G. (1988). **Sources, procedures and microeconomic effects of innovation**, Journal of Economic Literature, vol. XXVI, pp. 1120-1171.

FREEMAN, C. **Technology, policy, and economic performance: Lessons from Japan**, Pinter Publishers: London and New York, 1987.

FREEMAN, C., SOETE, L. **The Economics of Industrial Innovation**, 3rd ed. MIT Press, Cambridge, 1997.

FUNARI, A. P. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: análise do Paraná – 1970-2005**, Dissertação de Mestrado, Campinas, 2008

MOWERY, D.; SAMPAT, B. N. (2005). **Universities in national innovation systems**, In: FAGERBERG, J., MOWERY, D.C., NELSON, R.R. (Eds.), The Oxford Handbook of Innovation. Oxford University Press, Oxford, pp. 209–239.

NELSON, R. e WINTER, S. **In search of useful theory of innovation**, Research Policy, Volume 6, Issue 1, p. 36-76, janeiro 1977.

PAVITT, K. **Sectoral patterns of technical change: Towards a taxonomy and a theory**, Research Policy, Volume 13, Issue 6, Pp. 343-373, 1984.

PLONSKI, G. A. **Cooperação universidade-empresa: um desafio complexo**. Revista de Administração, vol. 34, nº 4, pp. 5-12, 1999

PORTO, G. S. **A decisão empresarial de desenvolvimento tecnológico por meio da cooperação empresa-universidade**, Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2001.

_____. **Características do processo decisório na cooperação empresa-universidade**, Revista de Administração Contemporânea, volume 08, nº 3, p. 29-52, 2004

SCATOLIN, F.; SHIMA, W. T. PAULA, N. M.; ZANATTA, A.; LATGE, M; MOURA, R. **Análise do balanço de pagamentos do Estado do Paraná e a importância dos APLs no fluxo de comércio**, Projeto Análise do mapeamento e das Políticas para o Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro Oeste do Brasil, Rio de Janeiro, 2009.

TEECE, D. J. **Profiting from technological innovation: implications for integration, collaboration, licensing and public policy**. Research Policy, vol. 15, p. 285-305, 1986.

TERUYA, D. Y. **A globalização tecnológica e o sistema de inovação argentino e brasileiro do setor de equipamentos de telecomunicações**, University of São Paulo: PhD thesis, São Paulo, Brazil, 2004.

*Recebido em 26/06/2014
Aprovado em 15/07/2014*

DESENVOLVIMENTO LOCAL: CONCEITOS E METODOLOGIAS - POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO

Antônio Gonçalves de Oliveira*
Christian Luiz da Silva**
Ederson Luiz Lovato***

Resumo

O crescimento populacional e a demanda da sociedade por serviços públicos que visem o Bem Estar Social está cada vez mais em voga, conseqüentemente o governo precisa desenvolver políticas públicas eficientes e eficazes que possuam a capacidade de manter os serviços públicos já ofertados além de inovar em outros serviços. Diante deste cenário, questiona-se: As políticas rurais causam impactos para o desenvolvimento urbano? Desta forma, este estudo tem como objetivo demonstrar o quando as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural agregam ao desenvolvimento urbano, ou seja, investigar quais são os impactos que essas políticas públicas causam na economia e no desenvolvimento urbano. Para responder a esta indagação, o presente estudo se utilizará da metodologia de natureza aplicada, de forma qualitativa e com fins exploratórios, tendo como embasamento pesquisas bibliográficas. Por fim, concluiu-se que as políticas rurais afetam de maneira significativamente positiva o desenvolvimento urbano pela dependência que há em ambos os setores, o rural e o urbano.

Palavras-chave: desenvolvimento local; políticas de desenvolvimento rural; políticas de desenvolvimento urbano.

Abstract

Population growth and demand of society for public services aimed at Welfare is increasingly in vogue, therefore the government needs to develop efficient and effective public policies that have the ability to keep public services already offered in addition to innovate in other services. In this scenario, the question is: Rural policies have impacts for urban development? Thus, this study aims to demonstrate when public policies for rural development add urban development, ie to investigate what are the impacts that these policies have on the economy and urban development. To answer this question, this study uses the methodology applied nature of qualitative and exploratory purposes, having as basis bibliographic searches. Finally, it was concluded that rural policies affect significantly positively urban development through reliance that is in both sectors, rural and urban.

Keywords: local development; rural development policy; policies for urban development.

* Doutor em Engenharia de Produção. Bacharel em Ciências Contábeis e em Direito. Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PGP/UTFPR). Tutor do Programa de Educação Tutorial em Políticas Públicas (PET/MEC). E-mail: agoliveira@utfpr.edu.br

** Pós-doutor em administração. Bacharel em Ciências Econômicas. Professor dos Programas de Pós-graduação em Planejamento e Governança Pública (PGP/UTFPR), e em Tecnologia (PPGTE/UTFPR). E-mail: christiansilva@utfpr.edu.br

*** Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública – UTFPR. Bacharel em Sistemas de Informação. E-mail: ederson.lovato@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O sistema embrionário de qualquer localidade urbana acontece no desenvolvimento rural, no entanto, em muitas situações brasileiras não se é possível até mesmo a identificação deste contexto de rural/urbano, tendo em vista a baixa densidade demográfica existente e a falta do desenvolvimento das duas localidades. Vê-se então, essas denominações mais de cunho teórico e legal do que propriamente prático, ou seja, o rural se confunde com o urbano pela proximidade e pela falta de desenvolvimento como já dito.

Essa realidade é destacada por Veiga (2003) segundo o qual:

O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do município União da Serra é uma “cidade” na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes. Nada grave se fosse extravagante exceção. No entanto, é absurdo supor que se trate de algumas poucas aberrações, incapazes de atrapalhar a análise da configuração territorial brasileira. De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais.

Esse cenário poderia ser muito diferente se não houvessem tantos municípios sendo constituídos sem uma plataforma consistente que comportasse o mínimo de condições necessárias e favoráveis ao desenvolvimento local e regional.

No Censo Demográfico de 2010 a situação se apresenta da seguinte forma: de um total de 5.565 sedes de município existentes em 2010, havia apenas 117 com menos de 2 mil habitantes, 2.513 com

menos de 10 mil e 3.914 com menos de 20 mil.

Diante desse novo cenário, pode-se verificar que após 10 anos, houve um crescimento populacional considerável, uma vez que em números semelhantes aos do ano de 2000 para 2010, temos 1.151 municípios com menos de 4.600 habitantes, ou seja, praticamente o mesmo número de municípios apontados em 2.000, com mais do dobro de habitantes. União da Serra que foi apontada em 2.000 com apenas 18 habitantes, hoje conta com 1.487 habitantes.

Apenas dois municípios brasileiros apresentam menos de 1.000 habitantes, o município de Borá em São Paulo, que conta com 805 habitantes e o município de Serra da Saudade em Minas Gerais com 815 habitantes.

No entanto, proporcionalmente ao montante de municípios de cada década, a partir de 1950 até 2010, pode-se verificar que em termos percentuais, as diferenças apresentadas nas estatísticas são poucas, como pode ser verificado através da tabela 1.

Por outro lado, um fator inicialmente positivo é a taxa de desocupação, conforme é demonstrado na Tabela 2, que consiste no percentual de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa. Esse é um problema que atinge todos os países independentemente do seu grau de desenvolvimento e é um fator primordial para determinar os níveis de pobreza. Também é um indicador de qualidade que reflete a capacidade do sistema econômico em absorver a demanda por trabalho.

Em tempo, outro dado importante a ser destacado é o IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – conforme Tabela 3 - que é formado pela média geométrica da expectativa de vida ao nascer, escolaridade da população adulta, pelo fluxo escolar da população jovem e pela renda *per capita*.

Apesar da evolução apresentada desde 1991 até 2010, se aceita a situação em que se encontram os 2.233 municípios como boa, tem-se então 1.399 municípios no estado de Baixo e Muito Baixo Desenvolvimento. Para 2013, de acordo com o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, cerca de 74% dos municípios brasileiros se encontram nas faixas de Médio e Alto Desenvolvimento. O restante, 25%, está entre aqueles que apresentaram Baixo ou Muito Baixo Desenvolvimento Humano, um total de 1.431. A região Nordeste ainda é a que concentra o maior número de municípios no grupo de Baixo Desenvolvimento Humano (61,3%). No Norte do país estes somam 40,1%, assim, pela falta de desenvolvimento, a escassez de riquezas e de condições mínimas de qualidade de vida sugerem iniciativas do governo (políticas públicas) para que haja realmente um desenvolvimento local. Essas políticas visam viabilizar os possíveis negócios já existentes e a criação de novos, proporcionando condições de formação de cooperativas, processos produtivos, qualificação técnica de manejo do solo ou de criação de animais domésticos, entre outros possíveis arranjos, visando, no primeiro momento, o crescimento econômico, por meio da geração de emprego e de renda, melhorando gradativamente a qualidade de vida das pessoas.

Conforme Martins (2002) o Comitê Econômico e Social das Comunidades Europeias (Comitê, 1995) descreve o desenvolvimento local como um processo que renova a economia e que visa dar mais dinamismo à sociedade local, buscando da melhor forma possível o aproveitamento dos recursos endógenos, objetivando o crescimento da economia, a criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida. Neste caso, observa-se uma clara preocupação com a geração de emprego e renda, que tem sido a tônica na Europa, aparecendo de forma contundente também aqui no Brasil.

Esse processo econômico e de dinamismo social provêm das políticas públicas de desenvolvimento que analisam os pontos fortes e fracos de determinada localidade.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 6º, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, 1.988). Desta forma, é mais do que claro o Direito Fundamental de todo o cidadão a igualdade de condições, o que não é possível de ocorrer sem que haja desenvolvimento.

Assim, percebe-se o quanto se faz necessário a intervenção do Estado no atendimento a essas necessidades para que o cidadão possa ter as condições mínimas de direito. Logo, políticas públicas de desenvolvimento local devem ser postas em prática para que o cidadão possa enfim corresponder a essa condição e de forma progressiva interagir com o processo tornando-se parte do progresso e do desenvolvimento.

Desta forma, este estudo visa justamente demonstrar o quando as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural agregam ao desenvolvimento urbano, ou seja, investigar quais são os impactos que essas políticas públicas causam na economia e no desenvolvimento urbano.

Para o alcance dos resultados pretendidos, este estudo tem por objetivo analisar as políticas de desenvolvimento rural e quais os seus impactos para o desenvolvimento urbano, limitando-se o universo estudado à aplicação das políticas aplicadas na esfera pública municipal brasileira.

Como método, o presente estudo apresenta dois critérios básicos quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa é de natureza aplicada e exploratória. Aplicada, porque tem como finalidade a resolução de problemas reais ao

contribuir para o debate acerca da aplicabilidade efetiva das Políticas de Desenvolvimento Rural e suas consequências para o Desenvolvimento Urbano. A pesquisa é exploratória, pois proporciona maior familiaridade com o problema, de forma a explicitá-lo.

Quanto aos meios de investigação, a pesquisa tem como fonte principal o embasamento em pesquisas bibliográficas através da utilização de livros, revistas, leis e artigos científicos sobre o desenvolvimento local.

No tocante à fundamentação deste estudo, o mesmo está embasado em dados bibliográficos, constituídos por meio de pesquisas em artigos científicos, livros e principalmente em dados abstraídos da internet. Neste matiz são valorizados os conceitos, métodos e políticas públicas de desenvolvimento local, bem como a relação entre o desenvolvimento rural e urbano.

Para tanto, o presente estudo se divide em três partes principais de análise sendo a primeira voltada para os conceitos e métodos de desenvolvimento local, a segunda preocupada em investigar algumas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local e por último o estudo se prende a analisar o correlacionamento entre o desenvolvimento rural e urbano, ajudando a responder ao problema que questiona, se as políticas públicas impactam para o desenvolvimento urbano.

2. DESENVOLVIMENTO LOCAL: FRAGMENTOS CONCEITUAIS/METODOLÓGICOS

Pode-se definir o desenvolvimento local como sendo o conjunto de diversas dinâmicas que se relacionam (social, econômica, política e cultural), atuantes em um território demarcado por características próprias que induzem mudanças qualitativas naquela estrutura.

Segundo Barquero (2001) o desenvolvimento municipal alia duas ações (produtividade e competitividade), de forma a mover a dinâmica econômica a seu favor, ao mesmo tempo em que busca melhorar a distribuição de renda, conservando outras dinâmicas fundamentais (recursos naturais, aspectos históricos e culturais) que também favorecem o crescimento.

A partir de tais premissas e ainda de acordo com Barquero (2001), o desenvolvimento econômico local também pode ser definido como um processo de crescimento e mudança estrutural, em face da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como do aproveitamento das economias externas e das inovações, que elevam o bem-estar social. Este conceito baseia-se na teoria de que as localidades não aproveitam a totalidade dos seus recursos disponíveis que determinam o seu potencial de desenvolvimento.

Nessa mesma linha, Melo (1998) aponta que o processo de desenvolvimento precisa ter uma visão comum, onde as iniciativas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais culminem para a mesma missão. Nesse trilho, o desenvolvimento local é na verdade uma vontade comum de melhorar a vida das pessoas, alicerçada na confiança dos próprios recursos e na capacidade de combiná-los de forma lógica para a obtenção de um futuro próspero.

Desta feita, o que se observa é que para se iniciar o desenvolvimento local é necessária uma vontade coletiva de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem tanto na área rural quanto na urbana, buscar identificar as potencialidades existentes nessas localidades e em muitos casos, idealizar a busca pela sinergia entre as localidades e regiões, intensificando o aproveitamento da capacidade econômica de cada região, sem com isso mudar ou perder as suas características próprias, conservando os recursos naturais, culturais e históricos, o

que pode ser, ainda, mais um fator que contribui indiretamente para o crescimento e desenvolvimento local.

Todavia, alguns fundamentos do desenvolvimento são discutíveis e questionáveis, como por exemplo, afirmar que o desenvolvimento de países subdesenvolvidos só será atingido se igualado ao desenvolvimento dos países prósperos. Tal fundamento leva a entender que para se alcançar esse nível os países em desenvolvimento deveriam seguir as mesmas regras dos países já desenvolvidos economicamente.

Ocorre que em virtude das diversas especialidades de cada localidade, não se aplica com a mesma eficiência um método ou um conceito simplesmente porque em outro local tenha se conquistado resultados positivos.

Sob o mesmo prisma, RIST (1996) comenta que, quando se trata de desenvolvimento não se pode querer pular etapas e antecipar os passos futuros de maneira a ignorar a realidade local, pois esta realidade tem implicações próprias e peculiares. Ou seja, o desenvolvimento deve ser entendido a partir dos aspectos locais, aspectos estes que têm significado em um território específico.

Para Martins (2002), o desenvolvimento local não deve ser percebido apenas como um crescimento econômico e material, tão pouco voltado apenas para os fins (bem estar social, qualidade de vida, etc.), mas sim na forma que o cidadão interage nesse processo, mudando a condição de apenas beneficiário em um agente condutor do desenvolvimento. Neste matiz ele destaca que:

O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias etc.), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do

desenvolvimento. Isto implica rever a questão da participação. (MARTINS, 2002).

Embora demande certa dificuldade de se mostrar efetivo, por justamente haver a necessidade de participação do indivíduo num processo que em alguns momentos é pouco dotado de democracia, este conceito estimula a construção da consciência do indivíduo como cidadão, dotando-o de uma sensibilidade das diferenças e necessidades da comunidade, o que sem dúvida, são características difíceis de serem construídas, todavia não impossíveis e que uma vez conquistadas, atribuem ao desenvolvimento local certa consistência.

Neste sentido, voltando aos ensinamentos de Martins (2002), observa-se que é importante ter um olhar sobre a participação popular enquanto resultado de um processo de construção social – e não como um mero requisito metodológico na estratégia de sensibilização popular - que está à deriva de fatores históricos e culturais e que assim, a participação, em princípio, parece manter uma relação direta com o que se denomina de capital social.

Nesta perspectiva vê-se a preocupação de desenvolver um senso de participação popular, o nascimento de uma cultura onde o indivíduo entenda que é necessário a sua participação e envolvimento em todos os processos que o levem a contribuir para a construção de um estado melhor de qualidade de vida. E é neste processo de construção social que o indivíduo cresce e se desenvolve proporcionando condições favoráveis ao desenvolvimento local.

Na visão de Mahbub Ul Haq (1978) o desenvolvimento deve ser um processo que combate os males causados pela pobreza objetivando a igualdade de opções e não apenas de renda. Logo, a oportunidade de escolha, o direito à liberdade e a perspectiva de qualidade de vida formam, pois, o cerne do conceito de desenvolvimento humano.

É nesse conceito que se firma o capital social capaz de não apenas buscar mecanismos e desenvolver processos para o desenvolvimento, mas acima de tudo, capaz de manter tal condição.

Consoante se observa, Rozas (1998) contribui com a temática De forma convergente a Mahbub Ul Haq (1978) e Martins (2002), descrevendo que:

El Desarrollo Local se constituye como un instrumento fundamental de carácter orientador y conductor respecto de las soluciones propuestas como estrategias de superación de la pobreza, es la organización de una comunidad en torno a un plan de desarrollo territorial dentro de una perspectiva de construcción social. Esto significa que las medidas planteadas por un organismo determinado en función de atacar la pobreza quedan en el vacío sino pasan por la interpretación, la reformulación, y el compromiso de la comunidad y aquí cumple su papel fundamental el Desarrollo Local.

Assim, o desenvolvimento local constitui a organização ao redor de um planejamento que objetiva o desenvolvimento com vistas à construção social, gerando um instrumento primordial com características de orientação e condução de superação da pobreza. No entanto, não se trata apenas de atender às necessidades materiais, mas sim de buscar e promover as qualidades existentes na comunidade de forma que interaja no processo, com intensidade e compromisso.

Neste contexto o ideal é somar as qualidades e potencializar o desenvolvimento, visando à integração de outras localidades e comunidades para a superação das mazelas da pobreza em suas diversas facetas.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ao tratar de políticas públicas, primeiramente devem-se estabelecer dois

conceitos que derivam de quem emana a política e para qual objetivo é criada. No primeiro caso, trata-se de política pública estatista e no segundo de política pública multicêntrica.

Segundo Secchi (2010, p. 2) “alguns atores e pesquisadores defendem a abordagem estatista, enquanto outros defendem abordagens multicêntricas no que se refere ao protagonismo no estabelecimento de políticas públicas”. O mesmo autor traz a lume que a abordagem estatista considera as políticas públicas de forma analítica, como sendo um “monopólio de atores estatais”, no qual, o que determina se uma política é ou não pública é a personalidade jurídica do formulador, ou seja, uma política só é pública quando emanada de ator estatal.

Não obstante, na visão de política pública multicêntrica Lima (2012) entende que “O importante não é quem formula a política, que pode ser qualquer um, mas a origem do problema a ser enfrentado, esta é a sua caracterização fundamental. Assim uma política recebe o adjetivo de “pública” se o problema que tenta enfrentar é público.”

Todavia, independentemente da definição que se faça de política pública, a verdade é que as políticas públicas afetam profundamente a vida das pessoas, logo, as políticas públicas bem como as diversas formas de organizações formais e informais fortalecem o desenvolvimento local. O processo ocorre graças às metodologias de indução do desenvolvimento econômico e sustentável, resultado, sobretudo, da mobilização de recursos.

Desta forma, nas palavras de Gehlen (2004) o desenvolvimento local:

[...] resulta da potencialização da participação dos beneficiários, através de iniciativas comunitárias, promovendo parcerias com o Estado (nos três níveis) e com empresas privadas. Fundamenta-se, sobretudo, nas potencialidades dos recursos humanos, institucionais e naturais que

compõem o patrimônio sociocultural ou também chamado capital social. Parte-se de diagnósticos para identificar potencialidades e gargalos até a formulação de uma proposta global de desenvolvimento, como antecipação do futuro a ser atingido e as escolhas de estratégias operacionalizadas em planos integrados de desenvolvimento. Este é o cenário em que políticas públicas de desenvolvimento se fundem com o social para valorizar as diferenças e conquistar qualidade de vida e ambientes sustentáveis.

Por outro lado, é importante lembrar que, muito embora a União ou o Estado apresentem políticas públicas agrárias com o intento de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem na área rural, por vezes cabe aos municípios a tarefa de executar efetivamente essas políticas, mesmo tendo uma modesta receita voltada para este fim.

Além de não possuírem recursos suficientes para atender a demanda, alia-se a esta dificuldade uma administração que não atende as expectativas do público alvo adequadamente pelo despreparo do seu efetivo administrativo.

Nesse mesmo diapasão, Teixeira (2002) faz uma interessante observação ao comentar que apesar do aumento de sua capacidade financeira, a participação dos municípios na receita tributária global não supera os 18 ou 20%. Destaca ainda, que na maioria dos municípios os recursos próprios não ultrapassam os 5% do total da receita. Somando-se a esta situação, está o fato de possuir uma frágil base econômica, concomitantemente com a ineficiência administrativa. Contudo, apesar destas dificuldades, assumem várias responsabilidades das outras esferas públicas, o que os obriga a negociar recursos nos diversos programas federais ou estaduais. Desta forma, a autonomia de realizar políticas próprias sem vinculação aos programas federais e estaduais é mínima.

Uma iniciativa autônoma do governo federal para atender a essa demanda consta na lei Federal nº 8.171/91 que dispõe sobre a

política agrícola, a qual, conforme art. 1º fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal. (BRASIL, 1991).

De acordo com Teixeira (2002), a lei descentraliza a execução dos serviços de apoio ao setor rural, mas centraliza a elaboração da política de desenvolvimento rural, prevendo ações de abrangência ampla, como planejamento, crédito, mecanização ou infraestrutura. Destaque-se que apesar da existência de um Conselho Nacional, as ações são da responsabilidade do Ministério da Agricultura, com diminuta interferência do Conselho. Quanto aos recursos, prevê-se um Fundo Nacional de Desenvolvimento Rural, sem nenhuma determinação de repasse a municípios ou controle do Conselho.

E mais, ainda de acordo com o mesmo autor, a pauta agrícola e agrária impõe, além da reivindicação pela posse da terra, as questões de habitação, transporte e alimentação (TEIXEIRA, 2002). Logo, diante das necessidades locais e regionais, torna-se necessário uma política agrícola de base municipal, a partir de alguns eixos:

- a) apoio à reforma agrária – dotar os assentamentos de infra-estrutura social e produtiva, mediar o escoamento da produção;
- b) desenvolvimento da agricultura familiar;
- c) alimentação e abastecimento; meio ambiente;
- d) condições de melhoria de condições de vida da população rural;
- f) adequação do currículo escolar.

Uma importante conquista nesse trilhar foi o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar),

instituído a partir do artigo 5º da Lei 8.427/1992, que possibilita:

- a) maior democratização do crédito rural para parte dos agricultores familiares;
- b) recursos para infra-estrutura no município;
- c) capacitação de técnicos e agricultores familiares;
- d) recursos para assistência técnica e extensão rural de infraestrutura. (BRASIL, 1992).

Outro aspecto importante a ser observado, ainda fazendo alusão a questão de caracterização de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local urbano/rural é o que vem se desenhando em nível de intermunicipalidade, ou seja, que as políticas concebidas faça uma interação entre os municípios, transpassando os limites territoriais, para assim fortalecer os setores econômicos, agrários, do comércio, entre outros que tornem possível alavancar o desenvolvimento melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Nesse sentido, Delgado (2007) destaca que considerando a experiência que a pouco se mostrou no exercício das políticas públicas, num primeiro momento, é de que parece existir um consenso crescente sobre a necessidade de pensar “territorialmente” as políticas, e de consolidar um nível “intermunicipal” de articulação para se operacionalizar propostas de desenvolvimento, reconhecendo os limites da dimensão local/municipal. Todavia, faz um alerta quando diz que existe um uso indiscriminado do conceito de “território”, que em muitos casos torna-se simplesmente sinônimo de micro ou meso-região, sem atentar para a arena política existente e de que não há um único território, mas territórios sobrepostos conforme os objetivos para os quais os mesmos são definidos.

4. O INTERRELACIONAMENTO SIMBIÓTICO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO

O desenvolvimento rural e urbano no Brasil está intimamente interligado por diversos fatores que infelizmente, prejudicam a sua evolução. Um deles é a dificuldade em estabelecer onde começa o urbano e onde termina o rural, assim como a baixa densidade demográfica existente e o número reduzido de habitantes, que dificulta estabelecer qual determinada região tem efetivamente o cunho de urbano. Outros aspectos econômicos e até mesmo culturais atuam de forma a turvar a linha que distingue o rural do urbano.

No entanto, servindo-se dos ensinamentos de Veiga (2003) observa-se que:

O que importa é entender que o futuro dessas populações dependerá cada vez mais de articulações intermunicipais capazes de diagnosticar as vocações do território que compartilham, formular um plano de desenvolvimento microrregional, e viabilizar seu funcionamento com o imprescindível apoio das esferas governamentais superiores. [...] Daí a importância de um plano federal especialmente voltado para a promoção de articulações intermunicipais microrregionais de pequeno porte populacional. Isto é, um programa especialmente voltado ao desenvolvimento sustentável do Brasil rural.

Logo, a ideia é primeiramente distinguir dentre mais de 5.000 municípios, aqueles que são “rurais” e aqueles que estão no meio do caminho entre rural e urbano, e para tanto, Veiga (2003) sugere o critério de densidade demográfica, como um indicador, o índice de pressão antrópica²⁹, que

²⁹ *Índice de Pressão Antrópica - IPA* - reúne variáveis que captam indiretamente a apropriação dos recursos naturais, medindo o avanço da agricultura, da pecuária e a dinâmica populacional urbana e rural, trabalhando com resultados de estoque e de fluxos. Fonte: Instituto Sociedade População e Natureza –

demonstraria as modificações do meio natural fruto da ação humana.

O mesmo autor defende ainda que é possível considerar de pequeno porte os municípios com menos de 50.000 habitantes e menos de 80 hab/km², bem como os de médio porte os que têm entre 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade seja superior a 80 hab/km², mesmo que tenham abaixo de 50 mil habitantes. Conclui então que 13% dos brasileiros vivem em 10% dos municípios que, não podem ser caracterizados nem como urbanos ou rurais, e que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, onde residem cerca de 30% dos habitantes.

Isso tudo para amenizar as discrepâncias que acabam por prejudicar em muito a população que outrora era rural e que por força de lei passaram a residir em áreas urbanas. Assim, ao ser estudada e analisada a problemática do crescimento e do desenvolvimento no Brasil, sugere-se que as políticas públicas tenham o foco em uma nova distribuição, que não seja tão essencialmente urbana quanto parece ou se diz ser.

Ainda no trilhar de Veiga (2003), essa percepção é de que pode favorecer a criação de emprego fora das 12 regiões metropolitanas e das 37 aglomerações não metropolitanas, uma vez que:

[...] fora dessa hierarquia de cidades que abrange 455 municípios, há outros 567 (com 13% da população), cujo caráter é suficientemente dúbio para que alguns de seus núcleos ambicionem o status de “cidade”. Mas nenhum critério razoável permitiria que algo semelhante ocorresse com as sedes dos demais 4.485 municípios. E é neles que vivem os outros 30% da população brasileira.

Dessa forma, para que ocorram novas e melhores perspectivas aos municípios rurais, nos quais vivem quase 30 milhões de habitantes de acordo com o

ISPN.

senso de 2010, deve-se, por parte do governo, desenvolver um plano que estimule a integração entre a agricultura e os setores terciários e secundários das economias locais, possibilitando a exploração de vantagens comparativas e competitivas desses territórios.

É necessário então que o governo intervenha estimulando iniciativas que propiciem a integração dentro das microrregiões e possibilite a criação de arranjos institucionais que facilitem a articulação intermunicipal, para diagnosticar os problemas rurais em suas microrregiões e, planejar e desenvolver projetos que permitam captar recursos necessários à sua implementação.

A falta de perspectivas de desenvolvimento e esperança de uma qualidade melhor de vida, tem proporcionado novos quesitos no tema migrações dentro do território brasileiro. São muitas as variáveis que motivam a migração de uma região para outra, dentre elas, pode-se citar a oportunidade de emprego, melhores estruturas, melhores ofertas de equipamentos públicos e fatores de estagnação, dentre outros. Essas migrações podem refletir na dinâmica da economia e da sociedade brasileira e assim é necessário que haja uma formulação de novas políticas públicas referentes às exigências de novas dinâmicas espaciais da população brasileira, em suas dimensões: urbana; metropolitana; rural; e regional.

Segundo Singer (1980), o problema central estaria relacionado com:

“[...] as desigualdades regionais, que seriam o motor das migrações internas. No lugar de origem, surgiriam os fatores de expulsão, que se manifestariam de duas formas: fatores de mudança – determinados pela introdução de relações de produção capitalistas, aumentando a produtividade do trabalho, gerando uma redução do nível do emprego. Com isso, expulsa camponeses e pequenos proprietários. Geram fluxos maciços de emigração, reduzindo o tamanho absoluto da população rural; e fatores de

estagnação – associados à incapacidade de os agricultores, em economia de subsistência, aumentarem a produtividade da terra. [...] Os fatores de estagnação produzem a emigração de parte ou totalidade do acréscimo populacional, resultado do crescimento vegetativo. Para Singer, no lugar de destino estariam os fatores de atração, que orientariam os fluxos e os locais para onde se destinariam. O principal fator de atração seria a demanda por força de trabalho, também entendida como “oportunidades econômicas”. No local de destino, a emigração produzida pelos fatores de mudança teria uma melhor probabilidade de sucesso e mobilidade social.”

Um fator de grande relevância para as políticas públicas de desenvolvimento é o fator de dependência, conforme é demonstrado na tabela 3, que considera a razão entre a população inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa, ou disponível para as atividades produtivas (15 a menos de 64 anos de idade). O resultado é expresso em percentual, ou seja, o número de pessoas em idades potencialmente inativas para cada grupo de 100 pessoas potencialmente ativas. A razão de dependência é um indicador de grande importância para a calibragem das políticas públicas não só previdenciárias, mas também no campo de educação, saúde e trabalho. Este indicador não só acompanha a evolução do grau de dependência econômica de uma população, como também sinaliza o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional. Essas situações significam mais encargos para a sociedade e merecem a atenção dos formuladores de políticas. (IBGE)

5. OBSERVAÇÕES EM OUTROS ESTUDOS/ACHADOS DE PESQUISAS DE MESMA OU PRÓXIMA NATUREZA

No desenrolar do presente estudo, pode-se observar que o desenvolvimento local se faz com a participação das pessoas,

com o compromisso da sociedade e com políticas públicas que tratem o conjunto de recursos disponíveis na transversalidade territorial, indo além das fronteiras dos municípios, sem contudo, causar dano aos aspectos culturais, históricos e ecológicos.

Nesse mesmo viés, pode-se destacar o importante trabalho realizado por Martins (2002), que talhou a questão do desenvolvimento local, tratando das questões conceituais e metodológicas, focando na participação do indivíduo no processo de construção de uma sociedade melhor, que visa não somente a conquista de bens materiais, mas de solidificação de uma sociedade com um olhar mais democrático e humanista.

Noutra visão, cabe mencionar o estudo realizado por Gehlen (2004), que debate as questões relacionadas à políticas públicas e/ou sociais, com a finalidade de mostrar que políticas públicas eficientes dispensam políticas sociais compensatórias, discutindo, por exemplo, a reforma agrária sob a ótica de uma política pública social.

Ainda neste mesmo lume entende-se oportuno mencionar a pesquisa de Lima (2013), que aborda a política de desenvolvimento territorial implantada no Brasil, desde o ano de 2003, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), onde são analisados os fundamentos, pressupostos, diretrizes e conceitos nucleares do programa PRONAT (Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais) além, é claro, da análise dos cenários que antecederam ao programa.

Embora com objetivos distintos, percebe-se que há uma estreita relação entre esses três estudos e este aqui apresentado, pois, consoante se observa, o cerne germinal se encontra na questão das políticas públicas de desenvolvimento local que visam a melhoria de qualidade de vida das pessoas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão empreendida nesse trabalho contribuiu para ampliar o debate sobre as temáticas que envolvem o desenvolvimento, seja ele rural ou urbano, analisado sob um olhar que buscou as características territoriais, culturais, históricas, econômicas entre outras que exercem influência sobre seu processo de crescimento.

É evidente que fatores formais por vezes causam prejuízos a uma grande parcela da população que vive nas áreas menos desenvolvidas no Brasil e que dependem intensamente da intervenção do governo para que as mesmas possam melhorar a qualidade de vida que a própria Constituição Federal lhes garante.

Como estudado, as políticas públicas devem ser pensadas em termos de municipalidade, buscando uma sinergia entre as diferentes atividades econômicas como também, rompendo as fronteiras territoriais, para que com o envolvimento do cidadão possa-se extrair o máximo do potencial de cada setor e de cada região, alavancando assim o desenvolvimento local, sem com isso afetar as características de cada localidade.

Mais do que realmente a eficiência das políticas públicas, é necessário o envolvimento das pessoas, ou seja, o desenvolvimento só ocorre se produzido pelo cidadão. Ele não ocorre derivado diretamente do crescimento econômico, mas sim, resulta das relações humanas, emana da vontade do povo, das escolhas feitas com o intento de melhorar a qualidade de vida.

Quando as pessoas estiverem envolvidas nos processos e políticas públicas de desenvolvimento, perceberão e lutarão para manter a condição de cidadão e que as fará se sentirem parte do processo, buscando cada vez mais fazer com que as políticas implantadas deem certo.

É essencial estimular e proporcionar um ambiente político, ou seja, de

participação democrática, de planejamento participativo – como é exemplo o orçamento participativo - e gestão compartilhada, por meio de audiências públicas. Para isso, é recomendável a adoção de soluções institucionais inovadoras, tais como a criação de fóruns, conselhos, comitês, consórcios, agências ou pactos de desenvolvimento local.

Na mesma linha, deve-se estimular o protagonismo juvenil. Os jovens mais empreendedores são os primeiros a sair do território em busca de novas e maiores oportunidades, causando o êxodo rural. Portanto, para reter talentos, é preciso estimular a cultura empreendedora entre os jovens e apoiar suas iniciativas ao mesmo tempo em que é necessário buscar empreendimentos tecnológicos, industriais, entre outros que desafiem a permanência destes jovens.

Assim, ao questionar se as políticas rurais causam impactos para o desenvolvimento urbano, concluído o presente estudo pode-se perceber, após a análise dos dados conceituais apresentados, que as políticas públicas criadas em prol do desenvolvimento rural impactam positivamente no desenvolvimento urbano, pois estão interligadas pela dependência que um exerce ao outro. Uma dessas evidências é que o Brasil se mostra muito mais rural do que se diz, se visto por uma ótica menos formalista e mais realista, principalmente se deixado de lado os grandes centros urbanos.

Mas até mesmo nos grandes centros urbanos é questionável a sua existência se não fosse o setor rural, e vice-versa, assim, te o embricamento do setor rural produzindo para a existência e manutenção do urbano como o urbano inovando em aspectos tecnológicos e industriais que visam à melhoria do desenvolvimento rural.

Percebe-se, inegavelmente, que o presente tema tem um espírito inquietante e que pela sua natureza possibilita e estimula novos estudos que em muito podem elucidar o conhecimento acadêmico, muito mais

ainda vem a colaborar com a Administração Pública quanto a gestão das políticas pública de desenvolvimento municipal.

Ante o exposto, sem a presunção de esgotar o assunto, sugere-se como temas para maior aprofundamento da questão: i) políticas públicas de desenvolvimento sustentável ou políticas sociais; ii) a contribuição da sociedade para a construção do bem-estar social; iii) políticas públicas intermunicipais voltadas ao desenvolvimento local.

Concluindo, faz necessário que a população torne-se mais participativa no processo de desenvolvimento, seja ele rural

ou urbano e que as políticas públicas busquem integrar os territórios de forma participativa para que se somem as qualidades existentes de cada localidade, com ganhos para todos. Uma boa iniciativa de participação popular neste processo é buscar conhecer quais são as especialidades do local onde se vive, investigando e analisando quais são os pontos fortes e fracos também dos seus municípios vizinhos, para com isso poder cobrar dos representantes políticos uma postura mais proativa diante da ineficiência administrativa.

TABELA 1 - PERCENTUAL DE MUNICIPIOS POR NÚMERO DE HABITANTES

HABITANTES	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Ate 2,000	0,16	0,54	1,42	1,4	1,29	1,91	2,12
De 2,001 a 5,000	3,44	9,51	15,23	15,28	15,19	22,24	21,26
De 5,001 a 10,000	18,48	23,54	26,77	23,98	23,49	23,82	21,78
De 10,001 a 20,000	32,56	30,62	29,33	27,91	28,92	25,1	25,18
De 20,001 a 50,000	36,58	28,31	20,9	21,85	20,62	17,4	18,74
De 50,001 a 100,000	6,78	5,17	3,97	6,01	6,32	5,47	5,84
Mais de 100,000	2,01	2,31	2,38	3,56	4,16	4,07	5,09

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1950/2010

TABELA 2 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO EM PERCENTUAIS

PERÍODO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
TAXA	12,3	11,5	9,8	10	9,3	7,9	8,1	6,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego - PME

TABELA 3 – DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

Período	1991		2000		2010	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
Muito Alto	0	0,0	1	0,0	44	0,8
Alto	0	0,0	133	2,4	1.889	33,9
Médio	43	0,8	1.451	26,1	2.233	40,1
Baixo	745	13,4	1.652	29,7	1.367	24,6
Muito Baixo	4.777	85,8	2.328	41,8	32	0,6

Fonte: Desenvolvimento dos autores com base no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

TABELA 4 - RAZÃO DE DEPENDÊNCIA

ÁREA	PERÍODO					
	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Urbana	71,7	73,2	65,4	60,79	55,16	52,05
Rural	93,6	96,2	92,1	81,68	72,95	68,76

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1960/2000.

Referências

BARQUERO, Antônio Vázquez. **DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm > - Acesso em: 03/02/2014.

BRASIL. Lei 8.171/1991 - **POLÍTICA AGRÍCOLA** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm> - Acesso em: 03/02/2014.

BRASIL. Lei 8.427/1992 - **CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8427.htm> - Acesso em: 03/02/2014.

BRIGGS, A. **THE WELFARE STATE IN HISTORICAL PERSPECTIVE**. In: PIERSON, C.; CASTLES, F. (Org.). *The Welfare State Reader*. 2ª Ed. Cambridge: Polity Press, 2006.

DELGADO, N. G. et. al. **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**: articulação de políticas públicas e atores sociais. Relatório parcial. Rio de Janeiro: IICA/OPPA, 2007.

GEHLEN, Ivaldo. **POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL RURAL** – Artigo disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200010> - Acesso em: 15/01/2014.

HAQ, M. **A CORTINA DA POBREZA: OPÇÕES PARA O TERCEIRO MUNDO**. Tradução de Richard Paul Neto. Companhia Editora Nacional. 1ª ed. - São Paulo – SP - 1978.

KOEHNEN, T. and A. Cristóvão. **CONSTRUCTING A SOCIAL DEVELOPMENT NETWORK WITHIN A RURAL MUNICIPAL GOVERNMENT IN PORTUGAL**. 2006 - *Agricultural Economics Review*. 7 (1) 26-34.

LIMA, Waner Gonçalves. **POLÍTICA PÚBLICA: DISCUSSÃO DE CONCEITOS**. Revista Interface (Porto Nacional) 05 (2012). Disponível em: <<http://revista.uft.edu.br/index.php/interface/article/viewFile/370/260>> Acesso em: 16/01/2014.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. **DESENVOLVIMENTO LOCAL: QUESTÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS** – Artigo disponível em: <<http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/textos/Desenvolvimento%20Local%20-%20quest%C3%B5es%20conceituais%20e%20metodol%C3%B3gicas.pdf>> - Acesso em: 15/01/2014.

MELO, Alberto. **DITOS E REDITOS EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**. 1998 - *A REDE*. Novembro, pp. 5-8.

MILANI, Carlos. **TEORIAS DO CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. In: **Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS). 2005.

POBREZA Y DESARROLLO LOCAL – Universidade de Chile, Faculdade de Ciencias Sociales – Disponível em: <http://www.prohumana.cl/index.php?option=com_content&task=view&id=705&Itemid=90> - Acesso em: 03/02/2014.

RIST, Gilbert. **LE DÉVELOPPEMENT, HISTOIRE D'UNE CROYANCE OCCIDENTALE**. Presses de Sciences Po. Paris - 1996.

ROZAS, German. **POBREZA Y DESARROLLO LOCAL**. In: *Excerpta*, Universidade do Chile, n. 7, 1998. Disponível em :<<http://rehue.csociales.uchile.cl>> - Acesso em: 03/02/2014.

SECCHI, Leonardo. **POLÍTICAS PÚBLICAS: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. Cengage Learning - São Paulo - 2010.

SINGER, P. **MIGRAÇÕES INTERNAS: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE SEU ESTUDO**. In: MOURA, H. A. de (Coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980. t. 1, p. 211-244. (Estudos econômicos e sociais, 4).

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E NA TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE** – Artigo disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf> Acesso em : 16/01/2014.

VEIGA, José Eli da. **CIDADES IMAGINÁRIAS: O BRASIL É MENOS URBANO DO QUE SE CALCULA**. Autores Associados. 2ª ed. Campinas – SP – 2003.

*Recebido em 27/06/2014
Aprovado em 10/07/2014*

RUMO AO LESTE; PARA ALÉM DE ONDE NASCE O SOL; NEM RURAL-NEM URBANO, MAS INTERFACE DE ESPAÇOS NO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU - PR

Exzolvildres Queiroz Neto*
Karoline Ribeiro**
Andrea M. Lourtet***
Luciane T. Vargas****
William Dellai*****

Resumo

O texto articula os resultados de pesquisa na interface periurbana do município de Foz do Iguaçu, PR a partir da pesquisa e orientação de bolsistas de iniciação científica. O trabalho, que apresenta nuances de ensaio, enreda os elementos da pesquisa com os referenciais teóricos e os diálogos com os orientandos(as). Neste sentido, o trabalho será organizado a partir de três eixos a) o ordenamento territorial lastreado pelo debate sobre lógica do Plano Diretor abrangendo reflexões sobre planejamento e gestão do território municipal; b) o conceito de interface periurbana e c) os resultados da pesquisa a partir dos diálogos com as entrevistadas.

Palavras-Chave: interface periurbana; ordenamento territorial; planejamento do território; plano diretor.

Resumen

El texto articula los resultados de la investigación en la interfaz de la ciudad de Foz periurbana de Iguazú, PR de la investigación y la orientación de la beca de iniciación científica. La obra, que presenta la prueba matices implica elementos de investigación con los marcos teóricos y diálogos con los pupilos (as). En este sentido, el trabajo se organiza a partir de los tres ejes) debate la ordenación del espacio apoyada por Plan Maestro de reflexiones que abarcan la planificación y gestión del territorio municipal; b) el concepto de interfaz periurbana y c) los resultados de búsqueda de los diálogos de las entrevistas.

Palabras clave: interfaz peri-urbana; la gestión del territorio; la planificación territorial; el Plan Estratégico.

* Doutor em Engenharia Agrícola pela UNICAMP. Professor e pesquisador da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: queiroz.neto@unila.edu.br

** Bolsista Fundação Araucária – PROBIC 2013-2014. Acadêmica do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

*** Bolsista Fundação CNPq – PROBIC 2012-2013. Acadêmica do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

**** Voluntária de Iniciação Científica – PROBIC 2013-2014. Acadêmica do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

***** Voluntário de Iniciação Científica – PROBIC 2013-2014. Acadêmica do curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

1. Introdução

O município de Foz do Iguaçu apresenta, na contemporaneidade, uma configuração territorial desenhada pelos determinismos ambientais e políticos que demarcaram, ao longo do tempo, as diversas fronteiras. O rio Paraná, em si, um marco de fronteira com o Paraguai a oeste. Ao sul o rio Iguaçu que define os contornos fronteiriços com a Argentina. Os condicionantes da ação do Estado a partir da idéia do desenvolvimento tendo em vista a produção de energia pela usina de Itaipu cujo lago, ao Norte, fez fluir a concretude de terras, construções e histórias. Por outro lado o Parque Nacional do Iguaçu, importante marco como unidade de conservação ambiental, a sua jurisdição desfecha os limites territoriais do município. Foz do Iguaçu é, na contemporaneidade, uma relíquia do dinamismo do espaço.

Na porção leste do município encontramos um estoque de terras que permite, ainda, a composição de usos, particularmente o residencial e serviços de conotação turística. No Rumo Leste desnubla a interface periurbana sendo possível constatar a simultaneidade do uso e ocupação do solo, onde rural e urbano se metamorfoseiam dando uma conotação de hibridismo ao espaço. Nem rural, nem urbano, mas a possibilidade da interface do espaço, concomitantemente, uma construção social, certa imposição do fluxo de um mercado de terras e o desnudar das limitações da administração pública frente a complexidade territorial.

Os processos de construção das entrevistas foram estruturados a partir dos diálogos com os(as) orientandos(as) que participaram efetivamente da composição metodológica. Trabalhamos com roteiros de entrevistas, análise do discurso e revisão bibliográfica. Assim, o trabalho é a expressão do processo de ensino-

aprendizagem da pesquisa para os discentes e a descoberta das diversas fronteiras do uso e ocupação do solo que, compõem a configuração territorial do município de Foz do Iguaçu e os discursos dos entrevistados.

2. Do ordenamento do território à (im)possibilidade de jurisdição do rural pelo município

A dimensão do ordenamento territorial no Brasil encontra-se lastreada pelo marco jurídico – inciso IX do artigo 21 da Constituição de 1988 – que legitima como uma obrigação do Estado, mas pouco diz a respeito do seu conteúdo. Este fato conduz a uma multiplicidade de perspectivas de política territorial como um envoltório do espaço de redes, fluxos, espaços naturais, rurais e urbanos (BERTONE *et al.*, 2006). Logo devemos ressaltar que “a importância do espaço (que é palco, fonte de recursos, recurso em si [localização], arena, referencial simbólico/identitário e condicionador; que é substrato material, lugar e território), na sua multidimensionalidade” não pode ser negligenciada, conforme Souza (2004, p. 61).

Ao estabelecermos um breve histórico dos processos brasileiros de ordenamento territorial planejar pode representar o símbolo do autoritarismo, principalmente, do período militar (décadas de 1960 a 1980), o que se pode creditar ao distanciamento da compreensão da realidade sócio-política e ambiental do território. Neste contexto os poderes locais, fustigados por uma crise financeira do Estado, enfatizavam a solução de problemas imediatos e pontuais, notadamente os sociais, apesar da retórica do desenvolvimento. Quanto às ações do Estado é factível questionar: quem é o sujeito da ação e quem sofre a ação? Assim,

quais são os objetivos de um ordenamento territorial e as suas funções reais? A impossibilidade do Estado brasileiro nos vários níveis – municipal, estadual, federal – de dar respostas aos graves problemas sociais e ambientais é apenas a constatação de que não se pode mais contar com o modelo de decisões centralizadas, seja pela falta de recursos ou pelas demandas da sociedade. Ocorre, portanto, o insulamento compulsório de uma parcela da população brasileira em espaços urbanos ou rurais à margem do acesso aos bens e serviços públicos. A mesma Constituição de 1988 abriu caminho para a descentralização de processos de planejamento do uso do solo, em prol da municipalidade, como o Plano Diretor.

A gestão do território no contexto urbano, entre outras ações, demanda um planejamento de complexidades. Buscando dar respostas a estas questões urbanas a Constituição de 1988 abriu ou ampliou as instâncias para a participação da sociedade em vários setores de políticas públicas. Com a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, ainda está em curso um debate mais amplo e também complexo sobre gestão territorial no Brasil. Destarte, Veiga (2002, p. 55) argumenta que, o Estatuto da Cidade apresenta importantes diretrizes para atenuarem o “revoltante” caos urbano. Contudo, há uma falha imperdoável nesse estatuto: “ele não define o que é cidade [...], aqui toda sede de município é cidade.” Para além de uma questão metodológica reside uma incongruência na definição das dimensões da população urbana no Brasil. As populações das áreas periurbanas, por exemplo, transitam por zonas de ambigüidades e carecem de uma análise mais apurada. Nestes termos, o Plano Diretor, como instrumento de ordenamento territorial, foca mais no espaço urbano do que no conjunto da jurisdição administrativa: o município.

Schasberg (2006) analisa que, ainda, há uma trajetória de práticas de elaboração e

implementação de planos diretores, que podem ser definidas em, pelo menos, três aspectos:

1) prevalência de práticas de visão tecnocrática quase exclusivamente apropriadas por especialistas em planejamento urbano;

2) a baixa e seletiva legitimidade social e política da construção de tais práticas, que dialogavam preferencialmente com setores da economia, principalmente, da área imobiliária;

3) planos excessivamente normativos, audiências públicas formais, sem repasse de informações, em linguagem inacessível e sem poder de decisão.

Assim, a temática tem sua complexidade, também, na semântica, pois, a sintaxe da estrutura conflui para os elementos aglutinados no Plano Diretor onde encontramos os seguintes termos: uso e ocupação do solo, parcelamento e zoneamento. A questão não é de uma análise etimológica ou de estabelecer uma árvore de significados para as diretrizes territoriais, isto é, os estabelecimentos de normas para o uso do solo. O Plano Diretor de Foz do Iguaçu (2006) reflete os avanços advindos da redemocratização vista pelo ângulo da Constituição de 1988, mas apresenta vários ângulos não contemplados de uma compreensão sistêmica do município. O território municipal é percebido de forma parcelar a partir de ângulos obtusos: setores econômicos, mercado imobiliário e polarização do rural pelo urbano.

Castro (2009) nos chama a atenção para a importância da pesquisa na escala municipal, pois, através do município é possível analisar as diferenças territoriais e sociais do país e ainda “[...] a disponibilidade e o uso dos espaços públicos nos municípios podem nos revelar muitos traços e características da própria sociedade brasileira e as condições por ela escolhidas no processo de organização do seu território (p. 136).”

3. Gestão municipal: capacidade de controle, mas nem sempre de planejamento do território?

O acesso aos recursos e os usos que são feitos dos mesmos constituem a base dos dramas humanos gerados pela dificuldade de acesso aos bens e serviços públicos em dado território. Encontramos ainda as dimensões ligadas ao acesso e ao uso dos recursos funcionando como um pano de fundo dos programas de ajuste estrutural e das medidas de “descentralização” ou de “governo local”, acompanhadas de uma forte pressão a favor da propriedade privada. Assim, a escala do lugar deixa aflorar intrigantes contradições no jogo do poder e no uso do território.

A escala deve ser considerada para a compreensão dos processos numa perspectiva espacial. Portanto, tão importante como saber que as coisas mudam com o tamanho, é saber exatamente o que muda e como (Castro, 2006). Não se trata de uma medida de proporção dos processos, mas de medida dos espaços de pertinência dos processos. O problema da escala é importante quando se quer caracterizar os elementos de um determinado sistema (Christofoletti, 1978). Neste sentido, os elementos naturais e sociais ocorrem por níveis de escala, isto é, a repercussão das ações e interações modificam localmente a estrutura do sistema articulando-se a outros níveis escalares.

Na perspectiva de Harvey (2006) o sistema – compreende três componentes: 1) um conjunto de elementos; 2) um conjunto de ligações (relações) entre esses elementos; 3) um conjunto de ligações entre o sistema e seu ambiente.

Quando um modo de apropriação define um estado dos sistemas de relações territoriais, os processos de decisão exprimem sua dinâmica. Tomar uma decisão significa assumir uma opção, com base em princípios racionais. Mas que tipo de racionalidade? Uma racionalidade

instrumental (pragmática)? A racionalidade crítica, substantiva (razão que reflete sobre as contradições e os conflitos)? Um amálgama de ambas as racionalidades? Seja como for a racionalidade nas decisões do uso do solo e da terra não é, necessariamente, restrita ao econômico e ao pragmatismo.

Na teoria da tomada de decisão Simon (1957); citado por Johnston, (1986); desenvolve o conceito da racionalidade limitada: as decisões são tomadas em uma base racional, mas em relação ao ambiente. A decisão depende de como o ambiente é percebido por aquele que deve tomar a decisão. Logo, a percepção pode ser completamente diferente tanto da “realidade objetiva” quanto do mundo, tal como ele é visto. Assim, de acordo com Johnston (1986) a maneira pela qual as pessoas vêem os riscos e as oportunidades dos seus ambientes inseguros desempenha um papel significativo em suas decisões o que reflete no gerenciamento de recursos. Ao analisar a tomada de decisão, Johnston (1986) descreveu os seguintes pressupostos:

1. As pessoas são racionais quando tomam decisões. Um tipo de pressuposto como este pode ser ou prescritivo – ou descritivo do comportamento real. Admite-se que a segunda opção é a mais pertinente para uma gestão sócio-espacial.

2. As pessoas fazem escolhas. Muitas decisões são ora triviais, ora habituais, de modo que a elas se dedica pouca ou nenhuma reflexão antes que sejam tomadas. Algumas decisões principais, relacionadas com o espaço e seu uso, podem também se tornar habituais, mas esse comportamento usualmente só se desenvolve após uma série de escolhas conscientes e pode levar a uma resposta estereotipada a situações futuras similares.

3. As escolhas são feitas com base no conhecimento. Só muito raramente

pode um tomador de decisão agrupar todas as informações relevantes para sua tarefa e, freqüentemente, ele é incapaz de assimilar e usar todas aquelas de que se dispõe.

4. A informação é avaliada de acordo com critérios predeterminados. Em uma escolha de tipo habitual, o critério é o que já existia antes, mas, em uma escolha refletida, a informação precisa ser ponderada de acordo com o contexto.

Um planejamento do território deve procurar entender a variabilidade de elementos de um contexto os seus aspectos ambientais, sociais, históricos, econômicos, culturais e políticos. No arcabouço dos planejamentos espaciais, o Plano Diretor municipal surge como mecanismo de resolução de questões sócio-ambientais e como estratégia de políticas e ações de planejamento sócio-espacial. Caracterizam-se como plausíveis ações públicas de planejamento, que incorporem um processo dialógico de gestão territorial e da realidade aproximando-se do contexto da população e, também, das demandas ambientais. Logo, seria factível uma gestão social do território? Para Tenório (1998) uma gestão social deriva-se da lógica da solidariedade comunitária referendada na participação dialógica, agir comunicativo, negociação sobre a situação e exposição de argumentações.

A ação humana sobre o território, embora muitas vezes perceptível a olho nu quanto a seus efeitos, é difícil de ser avaliada quanto as suas causas específicas e sobre tudo quanto à intensidade e freqüência de atuação dos processos resultantes, isto é, à quantificação e monitoramento dos seus efeitos qualitativos. Os maiores problemas residem no acompanhamento da influência de cada tipo de uso do solo no desencadeamento de um processo cujos efeitos resultam da soma de várias ações humanas. É o caso também da avaliação do fator tempo, raramente existem registros

fiéis da cronologia relativa à implantação dos diversos tipos de uso e ocupação do solo, bem como, os impactos ambientais. Assim, é que a quantificação e o monitoramento de todas as variáveis envolvidas no espaço, no desencadeamento e na evolução do uso e ocupação do solo e da terra, se por um lado é desejável e útil, por outro, esbarra na falta de recursos dos agentes públicos e privados. Contudo, o dinamismo da ocupação do solo é acompanhado por mudanças igualmente rápidas nas características de acesso aos bens e serviços públicos, exigindo agilidade na solução dos problemas gerados ou da informação de ações bem sucedidas, principalmente, na escala local. Um enorme desafio sobre as questões territoriais consiste, portanto, na identificação e satisfação, em base sustentável, das necessidades genuínas de uma dada comunidade respeitando-se a sua diversidade e potencialidade inovadora de mudança e o conjunto das configurações territoriais.

A configuração territorial, que para Santos (1997) é o território mais o conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações acrescenta novos elementos ao paradigma da regionalização, em que o contexto local é o ponto de partida para as ações e a integração do espaço pode se estruturar a partir de, pelo menos, três enfoques como analisa Abramovay (2003): o de sistemas produtivos racionalmente universais, mas valorizando a racionalidade do lugar; a promoção de “meios inovadores” que dependem dos atributos locais e por fim, os processos de valorização das relações sociais no âmbito das comunidades. Mattei (2006) afirma que uma análise da articulação entre o espacial, o socioeconômico e o ambiental revela alguns elementos importantes das novas funções das áreas periurbanas e dos referenciais ambientais. Essa articulação ocorre, por um lado, pela forma e intensidade de uso do solo (variável espacial) e, por outro pelas

práticas sociais, econômicas e culturais das populações (variável socioeconômica e que também é espacial).

Assim, o rural, normalmente, associado ao setor agrícola, onde os moradores recolhem o Imposto Territorial Rural (ITR) de jurisdição federal são, relativamente, deslocados da administração municipal no que concerne o território uma vez que para os cofres públicos (em termos de gestão) o que importa é o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Logo, o espaço rural se torna um espaço dissonante no âmbito fiscal do município. O escopo da questão é o processo de interação urbano-rural para além da classificação das formas e estruturas, mas dos processos, fluxos, conteúdos, ações e escalas.

4. Da dicotomia rural-urbana à complexidade periurbana

A interface periurbana, um espaço territorialmente importante, apresenta principalmente questões de sustentabilidade e condições ambientais (inter-relacionando local de moradia e os locais de trabalho) que afetam a capacidade de sustento e qualidade de vida da população que habita estas áreas. De acordo com Allen (2006, p. 374),

embora não haja consenso sobre a definição de interface periurbana, há uma crescente conscientização, entre profissionais e instituições ligadas ao desenvolvimento, de que os traços rurais e urbanos tendem a coexistir cada vez mais nas cidades – e além dos seus limites.

A despeito de sua composição social heterogênea e de rápidas transformações, as interfaces periurbanas são freqüentemente habitadas por grupos de menor poder aquisitivo, desde aqueles que vivem de serviços de base urbana, até pequenos agricultores atingidos pelos processos dinâmicos da utilização da terra e das

mudanças do mercado. As populações das áreas rurais-urbanas são particularmente vulneráveis aos impactos e aspectos negativos dos sistemas rurais e urbanos adjacentes. Estas populações acabam expostas aos problemas de realidades ambíguas, que em muitos casos não conseguem valer-se de serviços públicos como saneamento básico, coleta de lixo, vias pavimentadas, escolas, energia ou transporte. Há uma dinâmica urbana-rural, que subverte a lógica das políticas públicas setoriais e expõe demandas espaciais complexas (ALLEN, 2006).

Um fato importante que distingue a interface periurbana é que, geralmente, a terra sofre pressão resultante de vários processos de uso indevido e especulação crescente (renda da terra). No Brasil foi estruturado um mercado de terras transacionáveis à semelhança da negociação de ativos no mercado financeiro (DELGADO, 1985). Portanto, as mudanças do uso do solo nas interfaces periurbanas estão relacionadas, em parte, à especulação imobiliária e podem corresponder às estratégias relativamente “espontâneas” das pessoas (tanto nas áreas rurais como nas urbanas) para terem acesso às terras próximas de meios e oportunidades diversificados, de trabalho, moradia, acesso aos serviços públicos. Um verdadeiro “holograma de uso do solo” – sistemas de interações de vários processos de desenvolvimento, o que inclui desde residências, atividades industriais, entremeados de terrenos desocupados (geralmente mantidos para fins especulativos) a mudança de uso do solo agrícola e áreas de proteção ambiental e conflitos que surgem na oposição espaço-tempo das ações das políticas públicas e dos interesses econômicos.

Neste contexto, o espaço natural sofre a pressão crescente das ações humanas que desencadeiam importantes impactos ambientais. Embora a variedade dos processos dificulte ou comprometa

generalizações é factível dizer que ocorrem alterações das redes hidrológicas naturais, substituição do solo e da vegetação natural ou seminatural, problemas de saneamento com risco à saúde, impactos de construções (aeroportos, estradas, locais de descarregamento de lixo, estações de esgoto). A interrupção ou sobreposição dos sistemas comunitários de gerenciamento do espaço natural e as mudanças das práticas agrícolas, bem como, a dinâmica urbana, levam à perda e à degradação do solo das terras cultiváveis. Assim sendo, os elementos que atuam nos sistemas de uso do solo e da terra devem ser entendidas à luz de uma série complexa de interações urbanas-rurais, levando-se em consideração principalmente as fontes, problemas e oportunidades (ALLEN, 2006).

A maneira de se colocar um problema de gestão depende, em parte, da representação que fazemos do contexto no qual este problema emerge ou do qual nós o fazemos emergir ao tentarmos formalizá-lo. Para Milton Santos (1982) a expressão contexto é geralmente traduzida como significando uma abstração, extraída da observação de fatos particulares. Mas, como cada fato particular ou cada elemento particular só tem significado a partir do conjunto em que estão incluídos e inseridos, esse elemento ou esse fato é que termina sendo abstrato, enquanto o real passa a ser o contexto. Mas o contexto só é real na medida em que é atual. Isso quer dizer que as expressões humanidade, empresa, Estado, ambiente, infra-estrutura, urbano, rural somente podem ser entendidos à luz de sua História e do presente. Ao longo da História, toda e qualquer variável se acha em evolução constante.

O estudo das interações entre os diversos elementos do espaço é um dado fundamental da análise o permite avançar no entendimento do território. Na medida em que a função é ação, a interação supõe interdependência entre os elementos. Através do estudo das interações,

recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social (SANTOS, 1982).

5. A construção dos discursos sobre o território a partir das entrevistas

5.1 O planejamento como ordem – a visão do poder público

Planejamento para os entrevistados é a condição para a execução de objetivos voltados para a “organização”, principalmente, do espaço urbano. O planejamento visto por este foco traz a possibilidade de corrigir o passado, mesmo que o presente em curso não demonstre mudanças consideráveis no arranjo do território no que tange, principalmente, o acesso aos bens e serviços públicos. O passado é tudo aquilo que, de uma forma ou de outra, conduziu ao “caos” contemporâneo de uso e ocupação do solo envolvendo, também, uma agenda ambiental. Assim, planejar é em si traçar uma perspectiva de futuro. O pano de fundo das considerações, dos entrevistados, é urdido por dois aspectos: a ingerência do poder público em relação ao território (perda de controle) e a possibilidade do Plano Diretor em apontar caminhos.

Visto desta forma, o planejamento é a composição de variáveis constatáveis e mensuráveis que são passíveis de serem alteradas e rearranjadas por uma legislação. Quando os entrevistados trabalham o conceito de planejamento do território vem à tona a idéia de ordenamento mesmo a partir da metodologia participativa dos Planos Diretores atuais.

Há um descolamento da realidade a ser planejada no que se refere a articulação de variáveis sistêmicas. O território tratado como estrutura, função e forma, mas distante da interconexão de processos. O

planejamento não é tratado como um “campo de ação” onde é possível estudar, simultaneamente, o espaço, o tempo, as estratégias: institucionais e coletivas.

5.2 Setor imobiliário – entre a lei de mercado e a renda da terra

O valor da terra, em si, não se encontra nela, mas surge a partir da combinação de múltiplas variáveis e o valor muda ao longo do tempo. Como analisado anteriormente, lote, terra, casa não possuem valor intrínseco, mas são representações de valores no que tange o espaço. Esta é uma condição para a construção de um mercado de terras, o arranjo momentâneo (o tempo é a composição das expectativas futuras) da imposição sobre a coletividade do monopólio da renda absoluta. O mercado imobiliário de Foz não foge a esta regra e tem na porção Leste do município o seu estoque de terras.

Logo, tendo este pressuposto como referencial o caráter de transformar o estoque de terras, de um município em um efetivo mercado de terras, é a combinação de múltiplas variáveis a partir do ideário da propriedade. Alegamos que este valor; – a propriedade – que não é intrínseco a terra, mas constituído pela perspectiva monetária presente e futura; gera a expectativa de transformação no uso e ocupação do solo e da terra, principalmente, na interface periurbana.

Considerando o estoque de terras disponível para a ocupação em uma realidade complexa como o território municipal de Foz do Iguaçu, pautado pela representação da propriedade como valor e de fato como monopólio, constrói-se um mercado onde a terra é um ativo. O ativo é a possibilidade de negociação de um estoque de riqueza ou pretensão de monetarização de um bem. O uso especulativo da terra, o uso não produtivo, é uma forma de valorização baseada em expectativas. A representação, de acordo com Chartier (1991, p.184), “centra a atenção sobre as estratégias

simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser percebido construtivo da sua identidade.”

A noção de estoque de terra, em um determinado território, é formada pela materialidade, mas é abstrata como o próprio território. Corrobora-se em Soja (1971, p. 19) o conceito de territorialidade “um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente delimitados, que assumem características distintas e podem ser considerados, pelo menos em parte, como exclusivos de quem os ocupa e de quem os define.” A interface periurbana é um “holograma” das territorialidades que amalgamam o território municipal.

Assim, o discurso óbvio do mercado imobiliário, em Foz do Iguaçu, atende as regras gerais de transformar o estoque de terras em uso, parte necessidade de moradia, parte terras disponíveis, mas o amálgama se dá pelo corolário da propriedade. O Rumo Leste é o que está disponível no município é a interface de espaços.

5.3 Moradores da interface periurbana – a contradição e o funcionalismo

Por entre os diálogos dos(as) entrevistados(as) desnubla-se a contradição prescrita pela própria ação da gestão municipal. A percepção dos(as) moradores(as) fica restrita aos aspectos da paisagem e da designação do uso do solo pela prefeitura o que configura um conflito entre a *práxis* e a definição de uso do solo sem o espaço.

Surge, também, a configuração entre o fluxo (uso e ocupação) e a perceptível estrutura estática do rural agrícola. Nestes termos a interface periurbana é a representação das ambigüidades territoriais no município de Foz do Iguaçu haja vista as possibilidades dos moradores utilizarem ambos os espaços (ALLEN, 2006). Para os(as) entrevistados(as) o que mais lhes

chama a atenção é a sobrevalorização dos preços dos terrenos, no decorrer dos últimos 20 (vinte) anos, a intermitência da oferta de serviços públicos e a tranquilidade. Há certa informalidade dos registros dos imóveis, pois, muitos não possuem escritura. O que caracteriza este espaço como interface, também, de jurisdição territorial no município. Perpassa este problema a distinção entre a jurisdição municipal no que tange o IPTU e a jurisdição Federal no que concerne ao ITR. Este é o escopo do conflito: há um problema (talvez o falso problema) a que jurisdição pertence? Rural ou urbana? Mais do que responder esta problemática é necessário verificar o que é o território para a administração pública em termos contigüidade na prestação dos serviços públicos.

A partir das entrevistas é possível amearhar a idéia de uma polarização do urbano em relação ao rural. Do ponto de vista demográfico urbano e rural são caracterizados de forma distinta havendo uma sobrevalorização do urbano (local de trabalho, lazer, compras, serviços) em detrimento do rural – local de produção.

6. Considerações Finais

Há no planejamento territorial certo cortejar com a ideia de ordenamento. O que faz lembrar Baudrillard (1991), ao analisar a fábula de Borges sobre um dado império onde os cartógrafos desenhavam, minuciosamente, o mapa que acabava por encobrir o próprio território. No Brasil o ordenamento territorial antecede o próprio território (visto em uma perspectiva complexa) através de uma miríade de legislações e normas que suplantam o plano, isto é, o planejamento é relegado ao esquecimento em prol das normas que não encontram abrigo na realidade complexa e fluida.

Assim, o espaço municipal se configurou e se configura como o embate

entre o público e o privado: de um lado o Estado, sua burocracia impregnada de agentes que visam interesses nem sempre públicos, o setor privado (setor imobiliário) que reforça, via discurso da propriedade, a necessidade de expansão da demanda descolada da totalidade. Logo, são parcelas do solo urbano ou rural que, a partir da demanda, se caracterizam em pseudo-configurações territoriais, pois, não há uma interação com o todo do município.

É preciso chamar a atenção para a importância do papel do Estado e a sua possível omissão quanto à dimensão espacial. De fato a tensão entre público (coletivo) e privado parece ser, momentaneamente, resolvida quando o cidadão vislumbra a propriedade (lote, casa, apartamento, terreno, isto é, a terra) como uma forma de fazer parte da cidadania. Destarte, o acesso ao espaço se faz via propriedade o que poderia explicar a “omissão” do Estado, por um lado, e a “lógica da desordem” a partir dos interesses do capital imobiliário no espaço urbano e da lógica da concentração fundiária no espaço rural. Não há, portanto, uma dialética da *práxis* espacial.

Em contrapartida há perspectivas que se vislumbram, na contemporaneidade, uma vez que o “espaço vivido” traz ao território novos problemas e questões. Mesmo que sejam novas-velhas questões retrabalhadas o que denota certa insatisfação com a falta de um plano, de um plano de ação nas diversas escalas: municipal, estadual e federal. Mas qual seria o papel do Estado? Há certa informalidade espacial no município de Foz do Iguaçu que demonstra uma racionalidade construtiva tanto de foro popular, quanto de aspectos que tangem a renda da terra e certa neutralidade técnica do planejamento, em relação à produção social do espaço. Qual seria, portanto, a ordem no caso brasileiro? As similaridades do não entendimento da *práxis* do espaço podem trazer em seu escopo uma lógica. Contudo, seriam virtualidades de uma lógica ou a imposição

de uma ordem tanto para o espaço urbano, quanto para o espaço rural?

A questão abrange as ações da sociedade, por um lado, os modelos teóricos por outro e a coordenação por parte do Estado entre o público e o privado. Há sem embargo a questão de escala: uma tensão entre a escala microssocial (cotidiana) e a macrossocial (aspectos econômicos e interesses globalizantes e, também, uma perspectiva cotidiana). Em meio a esta complexidade dinâmica surge a figura do “*expert*” que atua como um tomador de decisão (tanto no espaço urbano, quanto rural) distante da realidade, mas amparado por modelos matemáticos. Assim, desvela uma questão aterradora, caminhamos da contradição ao funcionalismo?

De tão amplo é o espectro deste holograma sócio-espacial (onde as partes estão inscritas no todo e vice-versa) que incorremos em certa angústia ao constatar que as partes tendem, de forma sub-reptícia, a suplantam o todo, isto é, a própria

totalidade espacial. O urbano passa a predominar, como lógica capitalista, sobre o conceito de espaço, seja em relação ao rural ou mesmo à cidade. Mas talvez o único elemento que parece sobreviver, mais fortemente, da diferenciação rural-urbana é o menor tamanho dos aglomerados populacionais no rural, e o setor econômico agrícola, o que não quer dizer muita coisa a não ser confirmar o óbvio.

Referências

- ALLEN, A. Experiências internacionais de articulação entre o planejamento ambiental e a interface rural-urbana. In: _____. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais** / Marília Steinberg *et alli*. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.
- BAUDRILLAR, J. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio D'água, 1991.
- BERTONE, L. F. Perspectivas do ordenamento territorial no Brasil: dever constitucional ou apropriação política?. In: _____. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais** / Marília Steinberg *et alli*. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003
- CASTRO, I. E. O problema da escala. In: _____. **Geografia: conceitos e temas**, Paulo César da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa / organizadores, 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Aspectos da análise sistêmica em geografia**. Revista Geografia, Rio Claro, 3, n. 6, p. 1-31, out. 1978.

- DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Icone, 1985.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**, São Paulo: Edições Loyola, 15ª ed., 2006.
- JOHNSTON, R. J. **Geografia e geógrafos**. São Paulo: DIFEL, 1986.
- MATTEI, L. **Novas dimensões do espaço rural brasileiro**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 37, n° 1, jan-mar. 2006
- MONTEIRO, C.A.F. **Geossistemas: a história de uma procura**, São Paulo: Contexto, 2000, p. 104.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**; colaboradores José Augusto de Souza Peres (et all) São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, M. **O espaço e seus elementos: questões de método**. Revista Geografia e Ensino, Belo Horizonte, 1, n. 1, p. 19-30, mar. 1982.
- _____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SCHASBERG, B. A nova safra de planos diretores pós-estatuto das cidades. In: _____. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais** / Marília Steinberg *et alli*. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.
- SOJA, E. W. **The political organization of space**. Washington, D. C.: AAG Commission on College Geography, 1971.
- SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- TENÓRIO, Fernando G. **Gestão social: uma perspectiva conceitual**. RAP, Rio de Janeiro, 3 2 (5): 7-23, Set / Out. 1998.
- VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

*Recebido em 10/06/2014
Aprovado em 07/07/2014*

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA – ID-MPE DO RIO GRANDE DO SUL⁺

Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners^{*}

Luiz Alberto Esteves^{**}

Leonardo de Magalhães Leite^{***}

Evânio do Nascimento Felipe^{****}

Resumo

A promoção de políticas de desenvolvimento local, com foco em resultados, carece de indicadores que permitam o acompanhamento de sua efetividade. Os índices de desenvolvimento municipais, índices sintéticos que captam determinados aspectos do desenvolvimento local, servem de referência para o diagnóstico e monitoramento dos resultados da ação do desenvolvimento local, destacando-se como importantes instrumentos de planejamento. O Índice de Desenvolvimento Municipal da Micro e Pequena Empresa - ID-MPE, tem como propósito orientar as estratégias e políticas locais de promoção empresarial, com o objetivo de captar as condições favoráveis à implantação e crescimento dos pequenos negócios locais. A aplicação da metodologia do ID-MPE no Rio Grande do Sul apresenta os municípios com os melhores ambientes de negócios para o florescimento das MPE's, bem como serve de referencial para a promoção de políticas de desenvolvimento local com base na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Palavras-Chave: desenvolvimento local; micro e pequena empresa; índices de desenvolvimento municipal.

Abstract

The promotion of public policy development, focusing on results, needs indicators for monitoring its effectiveness. The indices of municipal development, synthetic indices that capture certain aspects of local development, serve as reference for the diagnosis and monitoring of the results of the action of public management, such as important tools for planning. The ID-MPE - Municipal Development Index of Micro and Small Enterprise has as propose to guide the strategies and local policies of economic promotion, aiming to capture the favorable conditions for the establishment and growth of small local businesses. Applying the methodology of the ID-MPE for Rio Grande do Sul State shows the municipalities with the best business environments for the flourishing of MPE's, and serves as a benchmark for the promotion of local development policies based on the General Law of Micro and Small Enterprise.

Keywords: local development; micro and small firms; local development index.

⁺ Versão preliminar desse artigo foi publicado originalmente, em 2010, como texto de discussão no PPGDE – UFPR.

^{*} Doutorando em Desenvolvimento Econômico (UFPR). Professor e pesquisador na Universidade Positivo. E-mail: wilhelm@ipqppr.org.br

^{**} Doutor em Economia (Universitá Di Siena). Professor e pesquisador na UFPR. Bolsista Produtividade do CNPq. E-mail: esteves@ufpr.br

^{***} Mestre em Desenvolvimento Econômico e professor substituto da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: leonardo.leite@ufjf.edu.br

^{****} Mestre em Desenvolvimento Econômico. Técnico do Instituto Brasileiro da Qualidade e Pesquisa (IBQP). E-mail: evanio.felippe@pr.senai.br

1. Introdução

O advento da Lei Geral para Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/2006) foi aclamado como fundamental para o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos desse porte no Brasil. Porém, para a efetiva implementação da Lei é necessário o acompanhamento e monitoramento das ações previstas para sua implementação. Com este propósito, o IBQP e o SEBRAE desenvolveram a metodologia do Índice de Desenvolvimento Municipal da Micro e Pequena Empresa – ID-MPE

O ID-MPE capta e mede o ambiente de negócios dos Municípios, com um índice sintético, que visa subsidiar as estratégias e ações programas de desenvolvimento local com base na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Justifica-se a elaboração de índices municipais e sintéticos de desenvolvimento como forma de orientar e monitorar os resultados de políticas públicas Programas de desenvolvimento e promoção social, como exemplo, o Programa Leite das Crianças e os Projetos apoiados pela Fundação Nacional de Desenvolvimento Educacional, por exemplo, utilizam como referência para destinação de seus recursos (escala de prioridade) e monitoramento de seus resultados, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Nesse sentido, pretende-se que o ID-MPE torne-se também um referencial para o poder público municipal na elaboração e acompanhamento de políticas de apoio às MPEs.

O objetivo do ID-MPE é prover o diagnóstico e monitoramento do ambiente institucional dos municípios, que favoreça o desenvolvimento local com base nas Micro e Pequenas Empresas, por meio de um índice sintético de âmbito municipal, de forma a medir e captar a melhoria desse ambiente, subsidiando o planejamento estratégico municipal, definindo plano de

ações locais para o desenvolvimento econômico local baseado na promoção de micro e pequenas empresas

Entende-se como ambiente institucional o conjunto de fatores externos à firma e estrutura produtiva que favorecem a criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, expressas nas normas, políticas, redes de ação estratégica e nos elementos sócio-culturais existentes em cada cidade e região. Parte-se do suposto que tais fatores atuam como condicionantes externos importantes que favorecem a germinação e florescimento das MPEs.

Em um ambiente de globalização dos mercados das estruturas produtivas, a competitividade é um fator fundamental para a sobrevivência empresarial. A competitividade está ligada a fatores como a produtividade, a inovação de produtos e processos produtivos no âmbito da firma. Mas a competitividade não deve ser percebida como uma questão estritamente microeconômica, condições internas da firma. Cada vez mais percebe-se a competitividade não como um desafio isolado da firma, mas como um fator sistêmico, ou seja, como resultado de condições internas combinadas com condições externas, que favoreçam o crescimento da produtividade e a inovação empresarial. De acordo com economistas do Instituto Alemão de Desenvolvimento (IAD) - Klaus Esser, Wolfgang Hillebrand, Dirk Messner e Jörg Meyer-Stamer:

Las crecientes exigencias a las empresas van de la mano con requerimientos cada vez mayores a su entorno. Las empresas que actúan en el mercado mundial ya no compiten de una manera descentralizada y hasta aislada, sino como conglomerados industriales, es decir, como grupos empresariales organizados en redes de colaboración. La dinámica de su desarrollo depende en gran medida de la eficacia de cada una de las localizaciones industriales, vale decir, del contacto estrecho y permanente con universidades, instituciones

educativas, centros de investigación científica e tecnológica, instituciones de información y extensión tecnológicas, entidades financieras, agencias de información para la exportación, organizaciones setoriales no estatales y muchas otras entidades más. (ESSER, K. et al., p. 44)

A atenção para o entorno competitivo também está presente nas análises de Francisco Albuquerque sobre desenvolvimento local apoiado na promoção das MPEs. Para o autor a competitividade empresarial depende de três tipos de ações: aquelas desenvolvidas no interior das empresas, àquelas realizadas junto a sua rede de empresas (clientes e fornecedores) e àquelas orientadas para a formação de um “entorno propício para o acesso aos serviços e insumos de apoio à competitividade, que esta se realize nos mercados locais ou internacionais.” (ALBURQUERQUE, p.50).

O Esquema a seguir, elaborado por Alburquerque, indica que, no esforço em busca da competitividade, a empresa não atua no vazio, mas apóia-se na disponibilidade de serviços e estruturas do território onde se encontra, tais como: a dotação de sistemas sociais básicos (saúde e educação, sistemas de infra-estrutura local, sistemas inovação e informação tecnológica, cultura local favorável à criatividade e empreendedorismo, oferta de serviços de apoio à atividade empresarial, assessoramento e acesso a crédito e financiamento, além de regime fiscal diferenciado.

2. Referências da Construção do ID-MPE

O ID-MPE é um índice sintético, com construção semelhante a outros índices que buscam servir a propósitos de monitoramento e avaliação de níveis de desenvolvimento. Nesse sentido sua construção foi inspirada no IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, elaborado pelo

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNDU/ONU, desde 1990, e que no Brasil foi aplicado na dimensão municipal pelo PNUD/Brasil, IPEA e FJP, a partir de 1996; no IFDM - índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, elaborado em 2008; nos Índices de Competitividade elaborados pelo World Economic Forum, o BCI (Business Competitiveness Index) elaborado por Michael Porter desde 2001 e o GCI (Global Competitiveness Index) elaborado por Sala-i-Martin, desde 2004; e no ICE-F – Índice de Competitividade Estadual - Fatores, elaborado pela FEE/RS (Fundação Estadual de Estatística) e Movimento Brasil Competitivo, em 2006.

Toma como referência principal o IDH, índice de desenvolvimento que procura expressar o objetivo do desenvolvimento, de alargar as possibilidades de escolha das pessoas, através da ampliação de suas capacidades. O IDH leva em conta três dimensões básicas da existência humana: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida digno. Estas três dimensões são mensuradas no IDH pelos indicadores: esperança de vida ao nascer, taxas de alfabetização e de escolaridade e PIB per capita ajustado. Ressalta-se que o IDH não deve ser visto como uma medida de "felicidade" ou um indicador do "melhor lugar para se viver"; ou uma medida compreensiva de todos os aspectos do desenvolvimento humano. É importante ressaltar que o conceito de desenvolvimento humano é maior e mais amplo do que sua medida. Aspectos como direitos humanos, participação, não-discriminação não são incluídos no IDH, mas são essenciais para o desenvolvimento humano.

Os índices sintéticos são construídos buscando captar dimensões relacionadas ao conceito analisado. Nesse caso, os índices de desenvolvimento humano baseiam-se no seu conceito (uma vida longa e saudável com acesso a conhecimento e com um padrão de vida digno), captando as

dimensões da saúde, educação e renda. Já os indicadores de competitividade baseiam-se nas diferentes abordagens de competitividade (seja de condicionadores ex-ante, seja revelada ex-post) e nos seus fundamentos (12 pilares da competitividade no GCI, ou nos fatores de competitividade, no BCI e ICE-F). Cada dimensão dá origem a um índice parcial. E a média das dimensões fornece o índice sintético

Definindo as dimensões abordadas, o passo seguinte é buscar os indicadores que captem adequadamente esta dimensão. Para isso, deve-se proceder a busca de fontes que disponibilizem o indicador para a dimensão territorial pretendida (municipal, regional ou nacional) na periodicidade que atenda ao objetivo do índice (anual, decenal). Após esta abertura aos indicadores existentes são testes estatísticos para testar a relevância de cada indicador. Parte-se do suposto que não é a quantidade de indicadores que vão gerar necessariamente um índice sintético de maior qualidade. Dadas as distorções de diferentes fontes de dados, seus processos de coletas de dados primários, de sistematização e disponibilização, bem como a manuseabilidade são fatores que devem ser considerados para simplificar a construção de índices, não agregando indicadores que podem ter uma representatividade conceitual, mas não oferecem uma importância estatística relevante.

Para a construção do ID-MPE foram observados as seguintes diretrizes:

- a) Municipal. O índice deve ser municipal, ser construído a partir de dados e indicadores que expressem a realidade particular e diferencial de cada município;
- b) Sintético. O índice deve ser sintético, deve expressar por um conjunto simples de indicadores e dimensões, o ambiente institucional favorável às MPE em cada município, de forma a ser fácil e rapidamente adotado pelos

poderes públicos e empresariais de cada município como uma referência;

- c) Anual. O índice deve ser anual, deve captar dados e indicadores que são produzidos no período de observação de um ano, de forma a captar as mudanças no ambiente de negócios promovidas por políticas e ações de uma gestão municipal, bem como captar os reflexos de programas de apoio à MPE. O ID-MPE deve ser um índice de monitoramento das ações e não apenas de diagnóstico, portanto, ter uma periodicidade adequada para tanto;
- d) Base Pública. Os dados e indicadores utilizados para a construção do ID-MPE devem ser de fonte secundária e base pública, produzidos com consistência temporal e regional. Não devem ser contemplados dados e indicadores produzidos pelo município, para evitar-se distorções e problemas de comparação;
- e) Acesso Fácil. Os resultados do ID-MPE, bem como o conjunto de indicadores e dados secundários devem ser de fácil disponibilidade e acesso aos gestores e empresários do município.

2.1. Dimensões e Estrutura do ID-MPE

Para a definição das dimensões que formam o ID-MPE tem que se partir dos objetivos pretendidos. Nesse caso, o ID-MPE tem como proposta :

- (1) Diagnosticar e monitorar o ambiente institucional dos municípios,
- (2) Medir, classificar (rank) e captar a melhoria do ambiente de negócios de cada município,

- (3) Subsidiar o Programa de Desenvolvimento Local com base na Lei Geral da MPE

A Lei Geral tem como propósito o incentivo à criação, manutenção, regulamentação e expansão das MPEs. Para isso prevê instrumentos de inclusão e formalização de pequenos negócios, de simplificação e desoneração tributária, de estímulo ao crédito e à capitalização, de associativismo e representatividade, de ampliação de mercado pelas compras governamentais, de acesso à inovação, ou seja, tornar o ambiente mais favorável aos pequenos negócios.

Assim, para atender tais propósitos foram definidas as três dimensões do ID-MPE

- a) **Ambiente Empresarial:** clima de negócios que favoreça a criação de novos empreendimentos formais, a sobrevivência e expansão das empresas instaladas e a taxa de empreendedorismo;
- b) **Ambiente do Mercado Consumidor:** dinâmica de geração de emprego e renda que define a dimensão do mercado consumidor local e impacta favoravelmente na expansão das MPE municipais;
- c) **Ambiente Institucional:** condições do entorno municipal que criam as condições básicas de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento e competitividade das MPE.

O ID-MPE é composto por índices parciais que captam cada uma das três dimensões propostas:

- IDE: índice parcial de desenvolvimento empresarial
- IDM: índice parcial de desenvolvimento do mercado consumidor local
- IDI: índice parcial de desenvolvimento do ambiente institucional

Os Índices parciais por sua vez são elaborados com a composição de

indicadores objeto que explicam a dimensão de desenvolvimento.

3. Metodologia de Desenvolvimento do ID-MPE

Com a definição das dimensões e variáveis, partiu-se para a coleta de dados secundários por município, para a subsequente aplicação de técnicas de Estatística Multivariada, como, (i) a análise gráfica e descritiva das variáveis de cada índice sintético, (ii) a análise de componentes principais, (iii) análise fatorial, e (iv) a análise de aglomeração e robustez, finalizando com o cálculo do ID-MPE.

Os dados secundários foram coletados no sentido de captar adequadamente os objetivos que cada “indicador objeto” se propunha. Ao todo foram coletadas 60 variáveis brutas diferentes, que, no final, foram reduzidas para 17, que estão apresentadas abaixo.

No primeiro índice parcial, IDE, para captar os efeitos do primeiro “indicador objeto”, calculamos a taxa de criação de estabelecimentos, com base nos dados da Relação Anual de Informação Social (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)³⁰. Para apurar o segundo indicador, calculamos a taxa de inatividade de estabelecimentos, também com base nos dados de RAIS. Em relação ao terceiro e quarto indicadores, utilizamos informações do PIB real municipal, seja através de sua taxa de crescimento, ou através de seu valor em nível.

Quanto ao segundo índice parcial, IDM, utilizamos, para capturar os efeitos do primeiro “indicador objeto”, a taxa de crescimento do estoque de vínculos empregatícios, cuja fonte foi a RAIS. A

³⁰ Deve-se salientar que a RAIS contempla informações apenas do setor formal da economia, tanto celetistas quanto estatutários. Entretanto, como não existe outra base de dados para tais informações, nos atentamos para prevenir possíveis distorções.

“dimensão da massa salarial” foi medida através do valor das remunerações totais recebidas pelos empregados do setor formal, também com base na RAIS. O indicador subsequente foi calculado a partir da taxa de crescimento do item anterior. Já o terceiro “indicador objeto”, “dimensão do mercado local”, foi calculado a partir do valor adicionado fiscal no comércio. Para a “renda per capita”, utilizamos o valor total dos rendimentos recebidos por toda a população, informação disponível apenas no CENSO de 2000, e aplicamos a taxa de crescimento do PIB per capita para verificar uma proxy para esse “indicador objeto” nos anos mais recentes. O último indicador foi obtido através da população estimada pelo IBGE através de interpolação censitária³¹.

O último indicador parcial, IDI, de mais difícil mensuração, as informações coletadas foram as seguintes. A “qualidade da educação” foi mensurada através de uma média entre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) até a 4ª série e o IDEB entre 5ª e 8ª série, informações disponíveis pelo Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa Educacional (INEP) ligado ao Ministério da Educação. O segundo “indicador objeto” foi obtido através da soma de todo o pessoal empregado em atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação³². Já o terceiro “indicador objeto”, ligado às finanças públicas, correspondeu ao grau de geração de recursos tributários próprios³³. O “sistema

financeiro” foi mensurado através do número de postos e agências bancárias, de acordo com informações do Banco Central do Brasil. Por sua vez, “comunicação” correspondeu ao número de postos de correios. O seguinte “indicador objeto” foi obtido através de uma ponderação entre a fase de implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e da implantação ou não do Plano Diretor Municipal. Por fim, “associativismo” foi calculada a partir do número de entidades empresariais associativas, de arranjos produtivos locais e agências de desenvolvimento regional.

Após a coleta de todas estas informações, partimos para a aplicação de técnicas de estatística multivariada para o cálculo dos índices parciais e do índice final, o ID-MPE.

Em um primeiro momento, realizamos a análise gráfica e descritiva dos dados, que é importante para verificar se eles assumem uma distribuição normal. É fundamental ressaltar que, embora a suposição de normalidade não seja necessária para a aplicação da análise de componentes principais, como salienta Johnson e Wichern (1998), ela é desejável para a aplicação de alguns testes estatísticos. Neste sentido, esta análise concluiu que algumas variáveis deveriam ser modificadas para se aproximar de uma distribuição normal. Então, realizamos dois tipos de transformações com algumas variáveis: aplicação do logaritmo natural ou multiplicação por uma constante.

A próxima etapa metodológica consistiu na análise de componentes principais (ACP). De acordo com Johnson e Wichern (1998), os principais objetivos desta análise são reduzir o número de variáveis e analisar qual conjunto de variáveis explicam a maior parte da variabilidade total da amostra. As componentes principais são combinações lineares das variáveis originais e são

operações de crédito.

³¹ Nesta estimativa, o IBGE leva em consideração a população oficial obtida através do CENSO 2000 e através da contagem populacional de 2007.

³² Para calcular o pessoal empregado em atividades de CTI utilizamos critério definido por Diniz (2000), no qual o pessoal empregado de acordo com alguns códigos da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), constituem emprego em CTI. Os códigos são os seguintes: 2012, 2031-15, 2031-25, 213, 2031-10, 3011, 311, 316, 2015, 211, 2032, 214, 312, 313, 314, 318, 300, 2011, 2030, 2033, 22, 2034, 32, 3012, 2031-05, 212, 2031-20 e 317.

³³ Grau de geração de recursos tributários próprios corresponde à seguinte relação: receita tributária sobre receita corrente mais receita de capital menos

calculadas em ordem decrescente de importância, tal que a primeira componente principal é a combinação linear com máxima variância. Portanto, se existirem p variáveis originais, existirão p componentes principais. Entretanto, frequentemente a maior parte da variabilidade total do sistema pode ser explicada por um número pequeno $k < p$ de componentes principais. Assim, estas k componentes principais podem substituir as p variáveis originais e manter praticamente a mesma quantidade de informações.

Esta ferramenta é muito útil como método auxiliar em análise fatorial e análise de agrupamentos, que serão os próximos passos da construção do ID-MPE.

A análise fatorial foi utilizada para calcular os pesos de cada variável na elaboração dos índices sintéticos. Para estimar estes pesos (escores fatoriais) e as variâncias específicas, aplicamos o método das componentes principais (fator principal) para os carregamentos fatoriais³⁴. Dentro da análise fatorial utilizamos a estatística de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) para testar se as variáveis possuem adequação amostral. Por fim, caso o número de fatores fosse maior que um, realizamos a rotação deles pelo critério varimax para obter uma estrutura para os pesos tal que cada variável tenha peso alto em um único fator e pesos baixos nos outros.

O último passo metodológico de construção dos índices parciais consiste na análise de agrupamentos (clusters). O objetivo é formar clusters para os municípios gaúchos e verificar se tais aglomerados apresentam correlação com o ranking dos municípios obtidos a partir dos índices parciais. A idéia é que tais aglomerados sejam formados a partir da análise de vizinhança³⁵ dos vetores

constituídos pelas variáveis que os compõem. É esperado que os municípios aglomerados nos clusters de alto (baixo) desempenho também apresentem as melhores (piores) colocações do índice. Uma alta correlação nesse sentido corroboraria o resultado de desenvolvimento empresarial para os municípios.

Finalmente, a construção do índice final, o Índice de Desenvolvimento Municipal da Micro e Pequena Empresa (ID-MPE), consiste no cálculo da média simples dos três índices parciais:

$$IDMPE = \frac{IDE + IDM + IDI}{3}$$

A distribuição deste índice é analisada graficamente na FIGURA 4, abaixo. A maioria dos municípios gaúchos (75%) situa-se na faixa média, abaixo do valor 0,504. Porto Alegre é o município com maior ID-MPE, com 0,714. A capital possui a primazia nos três índices parciais (IDE = 0,860; IDM = 0,883 e IDI = 0,402), seguido por Caxias do Sul e Novo Hamburgo, com, respectivamente, 0,660 e 0,633. Nas três últimas posições estão Mampituba (0,383), São Pedro das Missões (0,371) e Roncador (0,369). Portanto, o menor valor para o ID-MPE foi 0,369 e o maior 0,714, com a média de 0,475.

Dentro desta distribuição, criamos cinco categorias de acordo com o nível de desenvolvimento para a micro e pequena empresa para cada município, a partir dos momentos da distribuição. Assim, existem cinco categorias possíveis, tanto pro ID-MPE quanto para os demais índices parciais: alto, médio-alto, médio, médio-baixo e baixo. Uma lista detalhada com os índices para cada um dos municípios gaúchos, bem como suas respectivas posições no ranking do Estado podem ser encaminhadas para os

³⁴ Uma descrição tecnicamente detalhada deste método pode ser encontrada em Johnson e Wichern (1998), páginas 522 a 530.

³⁵ O método utilizado para a formação dos clusters é o de Ward's Linkage, que se trata de um tipo de

análise de cluster hierárquico.

leitores interessados, mediante requisição aos autores³⁶.

4. Principais Resultados

Os Resultados da aplicação do ID-MPE e seus índices parciais são apresentados, de forma reduzida, nos mapas.

A comparação dos resultados do ID-MPE (Mapa 1), com o levantamento do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano e IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Mapas 2 e 3) permite perceber a adesão entre o Desenvolvimento Humano, Socioeconômico, o Desenvolvimento Local e o Desenvolvimento Empresarial. A correlação entre os valores do IDH-M e o ID-MPE atingiu 58%. A Figura 5 permite perceber a correlação entre os dois conceitos.. Por um lado o Desenvolvimento Local propicia o ambiente institucional e o entorno competitivo que gera o ambiente de negócios favorável para o desenvolvimento empresarial e à expansão do mercado, bem como produz o Capital Social favorável para promoção do Desenvolvimento Humano local. O Desenvolvimento Empresarial da região permite que sejam gerados recursos financeiros para apóias as iniciativas e projetos de Desenvolvimento local e promove a geração de renda e emprego necessários para que os cidadãos tenham acesso a um padrão de vida digno. Finalmente, é o Desenvolvimento Humano que forma o capital humano necessário para o Desenvolvimento Empresarial e Desenvolvimento Local, são as pessoas que transformam o município (local) e que são empreendedoras.

O cálculo do ID-MPE e a verificação de uma correlação significativa (58%) entre o ID-MPE e o IDH comprovam esta argumentação, pois se verifica, geralmente, entre os municípios de maior IDH uma condição humana mais adequada para o

³⁶ A lista não compõe o conteúdo do presente artigo por motivo de limitação de espaço.

florescimento de desenvolvimento empresarial e para a criação de condições favoráveis para o surgimento de novos negócios.

5. Conclusões

Os resultados obtidos com a construção e aplicação do ID-MPE no Rio Grande do Sul permitem os seguintes destaques:

- a) As regiões de menor IDH (Coredes Fronteira Noroeste, Celeiro e Médio Alto Uruguai, Nordeste, Vale do Rio Pardo e Alto Vale do Botucaraí) são coincidentes com regiões de menor ID-MPE e menor IDI (Desenvolvimento Institucional). Isso indica de alguma forma a necessidade de estabelecer ações que apóiem o desenvolvimento local com vistas a fortalecer o desenvolvimento humano.
- b) As regiões de maior IDE (Desenvolvimento empresarial) coincidem com grandes eixos econômicos do Rio Grande do Sul: Região Metropolitana, Serra, Vale do Taquari, Produção, Fronteira Oeste (no Eixo Santa Maria – Uruguaiana), e Sul (no Eixo Pelotas-Rio Grande).
- c) O papel dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) ou seja, do associativismo, como propulsoras do Desenvolvimento Empresarial e Local, com ações promotoras do empreendedorismo e condições favoráveis decorrentes de políticas de integração produtiva e instrumentos de apoio.
- d) Destacam-se nas posições de Alto e Médio Alto ID-MPE relacionado à dinâmica dos APLs (Pesquisa IBQP/SEBRAE-RS Empreendedorismo segundo APLs) em Caxias do Sul-Carlos Barbosa (Metal-Mecânico), Gravataí (Metal-Mecânico), Passo Fundo (Máquinas e Implementos Agrícolas), Panambi (Metal-Mecânico), Soledade (Gemas e Jóias), Rio Grande (Pólo Portuário), Pelotas (Conservas) Santa Cruz do Sul (Malhas), Lajeado (Carnes), Santa

Maria (Ind. Alimentos), Bagé (Ind. Agroalimentar).

e) As condições mais favoráveis ao empreendedorismo presente nas cidades pólos regionais e regiões metropolitanas, como Porto Alegre e sua Região Metropolitana (com destaque Triunfo, Canoas, Esteio, Gravataí e Cachoeirinha), Caxias do Sul, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Santa Maria, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Uruguaiana, Passo Fundo, Erechim, Pelotas e Rio Grande, que funcionam como centros econômicos, políticos e universitários regionais.

Metade dos municípios (248 de 496) são classificados como de Médio Baixo e Baixo ID-MPE, com reduzido dinamismo econômico, baseados na agricultura de subsistência, na pecuária de baixo

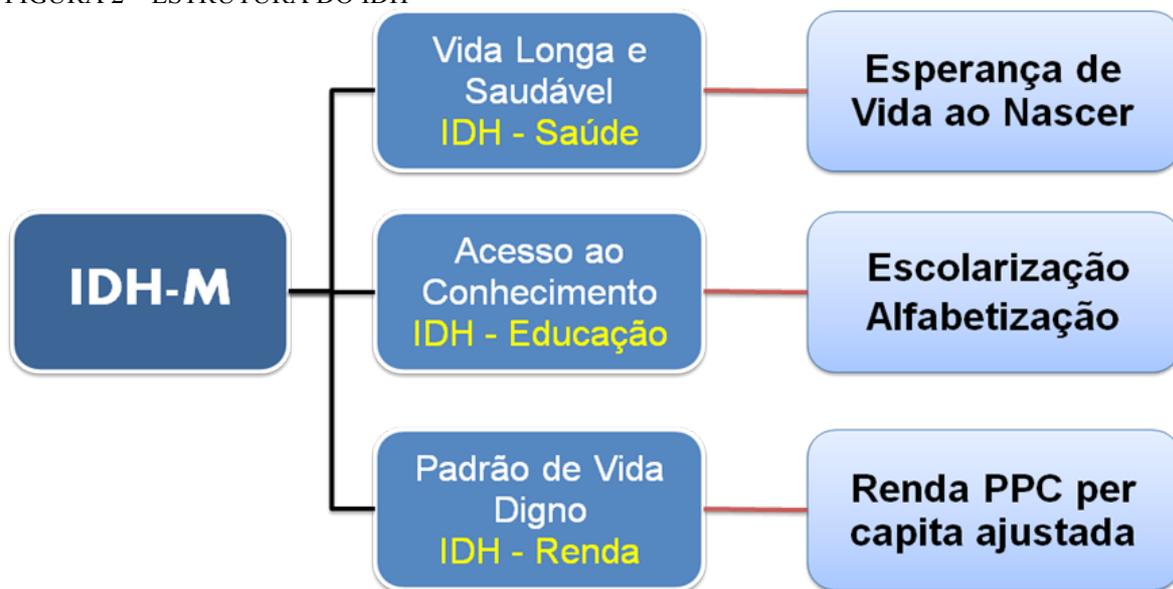
rendimento, municípios com perdas de população (êxodo) decorrente da falta de perspectiva de emprego e empreendedorismo, demandando ações de promoção de desenvolvimento local e econômico.

FIGURA 1 - A EMPRESA E O ENTORNO COMPETITIVO TERRITORIAL



Fonte: ALBURQUERQUE, F. (2001, p.51)

FIGURA 2 – ESTRUTURA DO IDH



Fonte:
PNUD/ONU

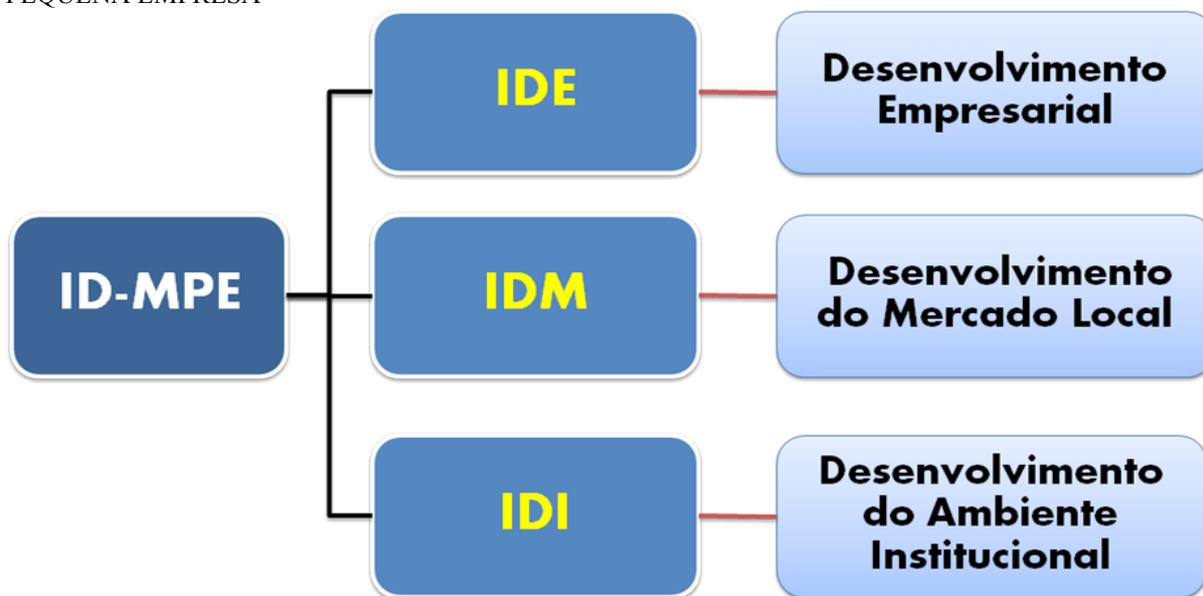
TABELA 1 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA (ID-MPE)³⁷

ÍNDICE	ÍNDICE PARCIAL DIMENSÕES	INDICADOR OBJETO
ID-MPE	IDE	Criação de Empresas
		Sobrevivência de Empresas
		Volume dos Negócios
		Expansão dos Negócios
		Empreendedorismo
	IDM	Criação de Empregos
		Poder de Compra
		Evolução do Poder de Compra
		Dimensão do Mercado Local
		Renda per capita
	IDI	População
		Qualidade da Educação
		Ciência, Tecnologia e Inovação
		Capacidade de Investimento Público Municipal
		Sistema Financeiro
		Comunicação
		Mecanismos de Apoio a MPE: LGMPE e PDM
		Associativismo

FONTE: IBQP

³⁷ A definição das variáveis e fórmula de cálculo encontra-se em anexo.

FIGURA 3- ESTRUTURA DO ID-MPE – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA



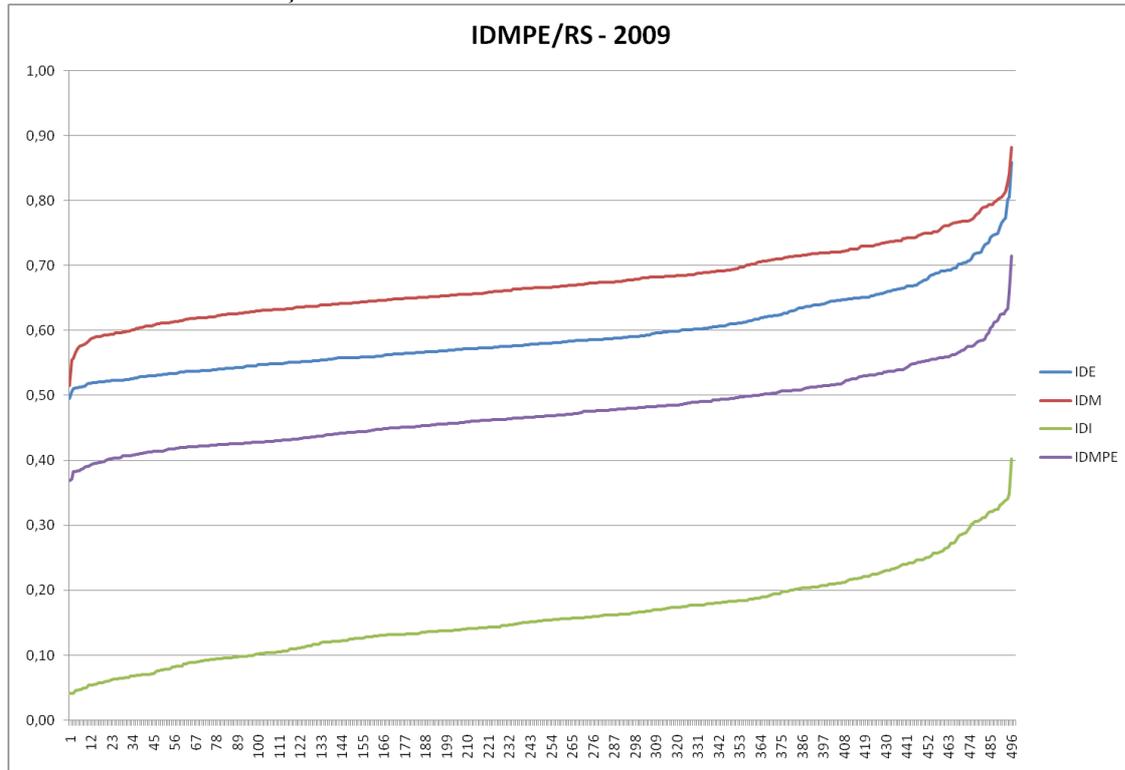
Fonte:
SEBRAE/IBQP

TABELA 2 - PARÂMETROS DA DISTRIBUIÇÃO DE ID-MPE

	Percentil	Menores	
1%	0.384	0.369	
5%	0.403	0.371	
10%	0.415	0.383	
25%	0.435	0.383	
50%	0.467	Maiores	
75%	0.504	0.630	
90%	0.551	0.633	
95%	0.573	0.660	
99%	0.625	0.714	
Variância	0.002	Média	0.475
Assimetria	0.818	Desvio Padrão	0.052
Curtose	3.887		

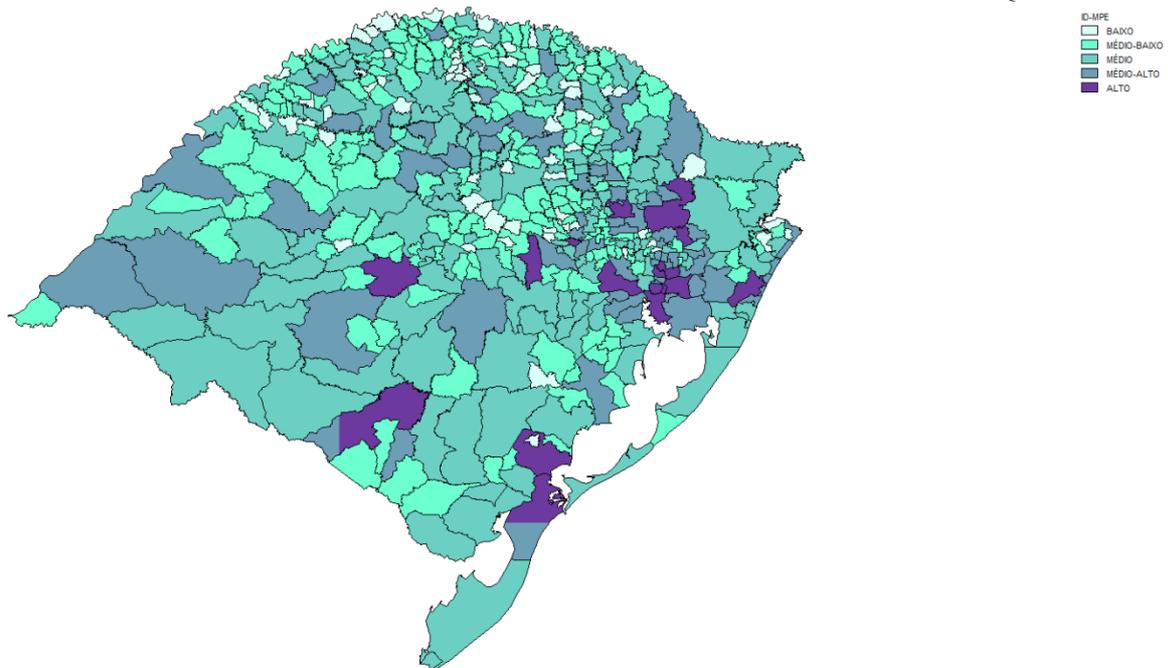
Fonte: SEBRAE/RS e IBQP

FIGURA 4 - DISTRIBUIÇÃO ID-MPE E ÍNDICES PARCIAIS



Fonte: SEBRAE/RS e IBQP

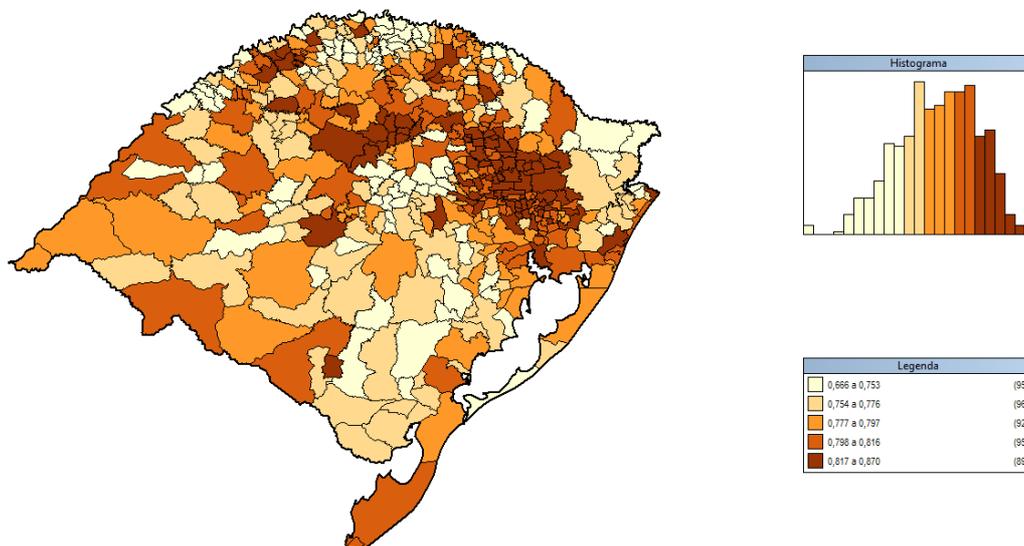
MAPA 1 – ID-MPE – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA



Fonte: SEBRAE/RS e IBQP

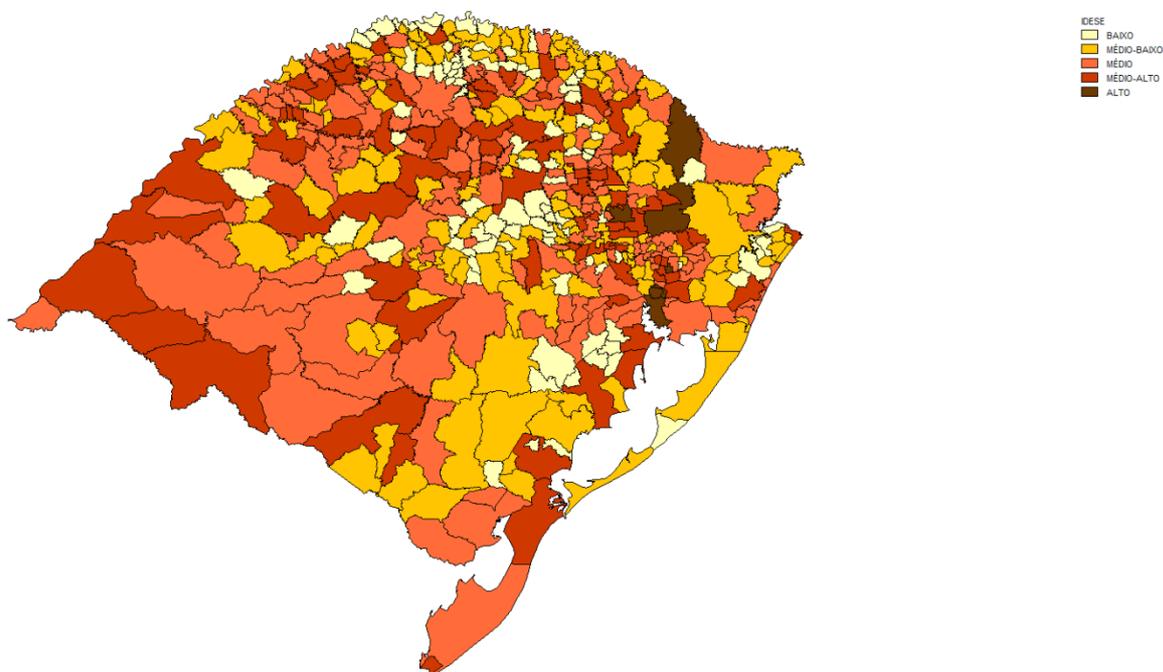
MAPA 2 – IDH-M – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Municípios do Estado do Rio Grande do Sul



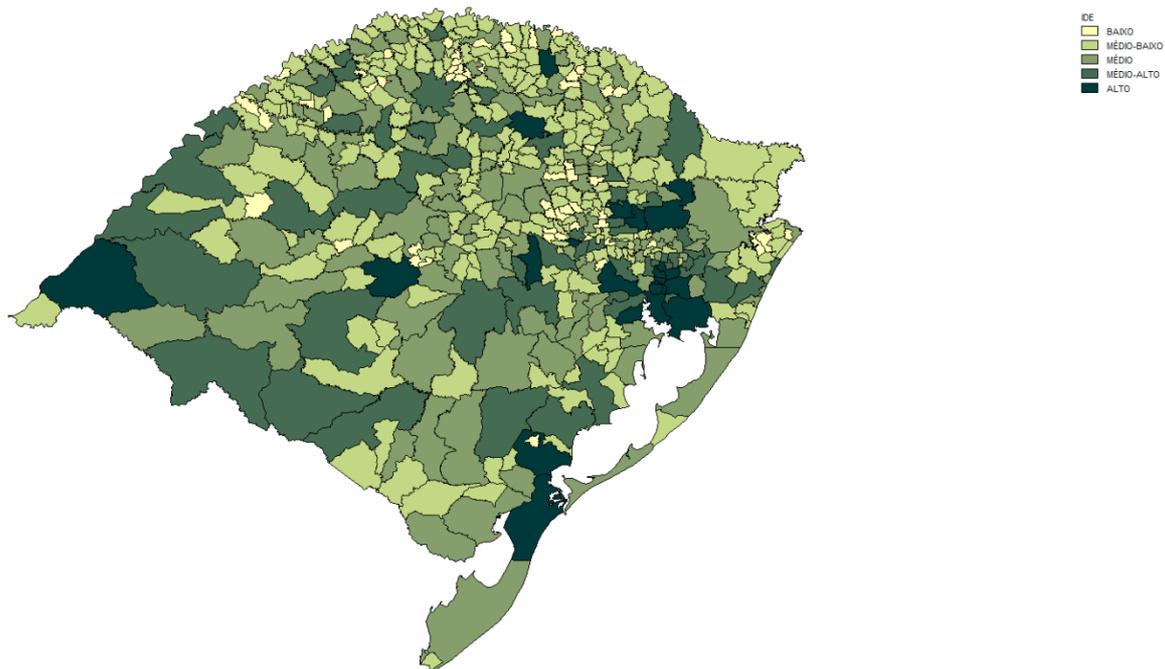
Fonte: ONU/PNUD/IPEA/FJP

MAPA 3 – IDESE – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL



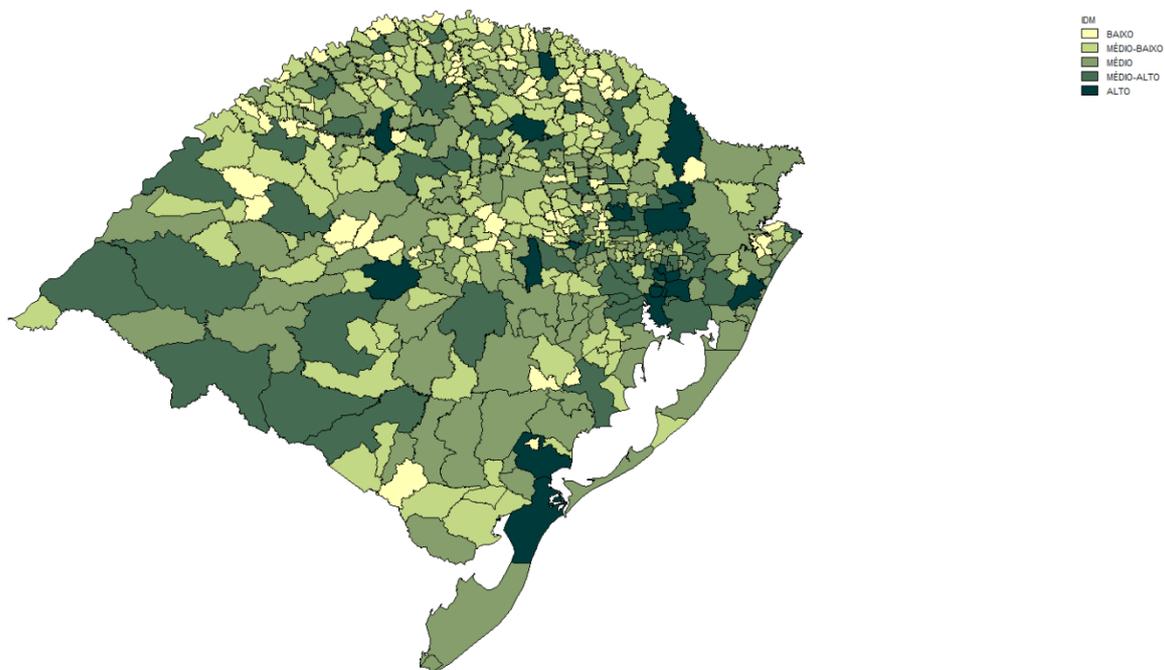
Fonte: FEE

MAPA 4 – IDE – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL



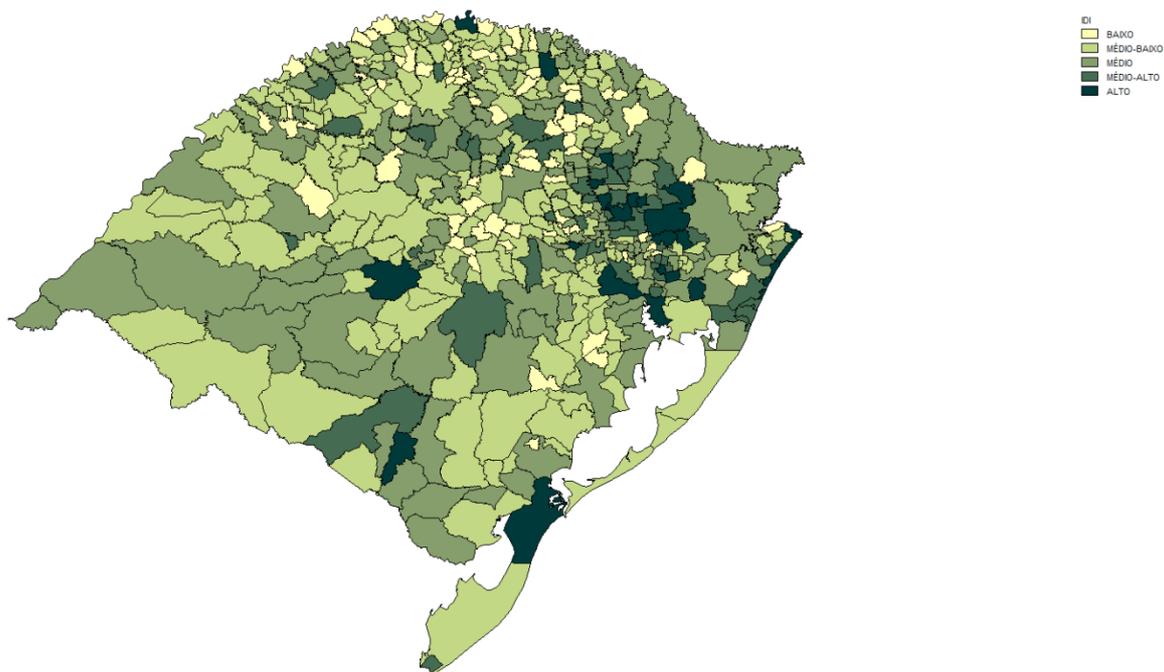
Fonte: SEBRAE/RS e IBQP

MAPA 5 – IDM – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE MERCADO



Fonte: SEBRAE/RS e IBQP

MAPA 6 – IDI – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



Fonte: SEBRAE/RS e IBQP

FIGURA 5 - DESENVOLVIMENTO LOCAL, EMPRESARIAL E HUMANO



Referências

- ALBURQUERQUE, F. **Desenvolvimento Econômico Local: caminhos para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.
- ESSER, Klaus, et al. Competitividad sistêmica: nuevo desafío para as empresas y La política. **Revista de la Cepal**, Santiago do Chile, n. 59, ago. 1996.
- FEE/MBC. **Índice de Competitividade Estadual – Relatório Executivo**. Porto Alegre: FEE, 2006.
- FEE. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul: 2006**. Porto Alegre: FEE (http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php consulta em julho, 2009).
- FEE. de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul – idese. Porto Alegre: FEE, 2003. **Documentos FEE n. 58**
- FIRJAN. **IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2009.
- HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. e BLACK, W. C. **Análise Multivariada de Dados**. Artmed Editora S.A., 5 ed., São Paulo, 2005.
- IBQP/SEBRAE-PR – **Índice de Desenvolvimento Municipal da Micro e Pequena Empresa**. Paraná: 2008.
- IBQP/SEBRAE-RS – **Índice de Desenvolvimento Municipal da Micro e Pequena Empresa**. Rio Grande do Sul: 2009.
- IDHS/PUCMinas/Ministério das Cidades. **Construção do Sistema Nacional de Indicadores para Cidades**. Brasília: Ministério das Cidades, 2005.
- MEINERS, W.E. e MACEDO, M. **Matriz das Vantagens Competitivas Sistêmicas da Região Metropolitana de Curitiba**. Revista de Economia: UFPR, 2003.
- PNUD/ONU. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Vários Números, 1991-2007
- PNUD/IPEA/FJP. **Mapa do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD/IPEA, 2004.
- SCATOLIN, F.D. **Sistema de indicadores de desenvolvimento dos municípios paranaenses**. Proto Alegre: UFRGS, 1989 (Dissertação de Mestrado).
- WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Competitiveness Report 2008-2009**. Genebra: WEF, 2008.

ANEXO 1 – DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

ÍNDICE	VARIÁVEL	DEFINIÇÃO	CÁLCULO
IDE	Criação de Empresas	Taxa de criação de estabelecimentos: Mede quantos estabelecimentos formais foram criados no município de um ano em relação ao ano anterior.	Taxa = $\ln \text{Estabelecimentos}_{2007} - \ln \text{Estabelecimentos}_{2006}$; PERÍODO: 2006-2007, FONTE: RAIS (Dados Brutos)
	Sobrevivência de Empresas	Taxa de inatividade : É uma proporção que mede a quantidade de estabelecimentos sem vínculos empregatícios (inativos) sobre a quantidade total de estabelecimentos.	Número de Estabelecimento sem vínculo de trabalho /Número total de estabelecimentos; PERÍODO: 2007 FONTE: RAIS (Dados Brutos)
	Volume de Negócios	PIB real: Representa a soma dos bens e serviços finais produzidos no município, deflacionados para o ano base.	PIB Real do município a preços de mercado em R\$ mil (deflacionado a R\$ do ano 2000 pelo deflator implícito do PIB nacional); PERÍODO: 2006 FONTE: IBGE e IPEADATA
	Expansão dos Negócios	Taxa de crescimento do PIB real: É a variação do PIB real de um ano em relação ao ano anterior.	Taxa = $\ln \text{PIB}_{2006} - \ln \text{PIB}_{2005}$; PERÍODO: 2005 FONTE: IBGE (Dados Brutos)
	Empreendedorismo	Taxa de Empreendedorismo: mede a relação entre estabelecimentos e população do município	Taxa = $\text{Estabelecimentos}_{2007} / \text{População}_{2007}$ FONTE: RAIS (Dados Brutos) e IBGE (Contagem Populacional e Estimativas)
IDM	Criação de Empregos	Taxa de criação de empregos: Mede quantos empregos formais foram criados no município de um ano em relação ao ano anterior.	Taxa = $\text{Emprego}_{2007} - \text{Emprego}_{2006} / \text{Média Emprego}_{2006-2007}$; PERÍODO: 2006-2007 FONTE: RAIS (Dados Brutos)
	Poder de Compra	Massa Salarial: É a soma das remunerações pagas pelos estabelecimentos formais do município.	Soma das Remunerações pagas pelos estabelecimentos formais do município, com referência à dezembro de 2007, convertida em Reais pelo salário mínimo da época; PERÍODO: 2007 FONTE: RAIS (Dados Brutos)
	Evolução do Poder de Compra	Taxa de crescimento da massa salarial: Mede o crescimento do total das remunerações dos trabalhadores do setor formal de um ano em relação ao ano anterior.	Taxa = $\ln \text{Massa Salarial}_{2007} - \ln \text{Massa Salarial}_{2006}$; PERÍODO: 2006-2007 FONTE: RAIS (Dados Brutos)
	Dimensão do Mercado Local	Valor adicionado fiscal do comércio : Diferença entre Valor das Saídas e Valor das Entradas das Atividades Comerciais do Município, base para cálculo do ICMS	Valor Adicionado Fiscal dos estabelecimentos comerciais do município– Acumulado anual em R\$ mil correntes; PERÍODO: 2007 FONTE: SEFAZ
	Renda per capita	Estimativa de valor da renda por residente do município, recebida durante o ano e RS corrente	Renda Total Estimada / População; PERÍODO: 2007 FONTE: IBGE (Dados Brutos)
	População	População residente no município.	População residente no município na contagem populacional IBGE/2007 (para municípios com população até 100 mil habitantes) e estimativa do IBGE); PERÍODO: 2007 FONTE: IBGE

ÍNDICE	VARIÁVEL	DEFINIÇÃO	CÁLCULO
IDI	Qualidade da Educação	Refere-se a uma média das notas do município no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).	Qualidade na Educação: Nota Média do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (4ª série e 8ª série); PERÍODO: 2007; FONTE: INEP/MEC
	Ciência, Tecnologia e Inovação	É o número total de trabalhadores envolvidos em atividades de ciência, tecnologia e inovação.	Vínculos de emprego formal em estabelecimentos com atividade caracterizada como Ciência, Tecnologia e Inovação; PERÍODO: 2007 FONTE: RAIS (Dados Brutos)
	Capacidade de Investimento Público Municipal	Grau de geração de recursos próprios : Participação da receita tributária própria na Receita Corrente Líquida	Participação da Receita Tributária Municipal Própria na Receita Corrente Líquida; PERÍODO: 2007. FONTE: STN/FINBRA (Dados Brutos)
	Sistema financeiro	É o número de postos e agências bancárias no município.	Número de agências e postos bancários; PERÍODO: Julho/2009 FONTE: DESIG/BACEN (Departamento de monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação - Banco Central do Brasil)
	Comunicação	É o número total de postos e agências dos correios no município.	Postos e agências de correio; PERÍODO: 2009 FONTE: ECT (Dados Brutos)
	Mecanismo de Apoio à MPE	Mede o grau de implementação da Lei Geral das MPE e do Plano Diretor Municipal.	Implementação da Lei Geral e Plano Diretor Municipal– gradação de 0 a 1 (70% do indicador é a adesão à implementação da Lei Geral e 30% ao Plano Diretor Municipal); PERÍODO: 2009 FONTE: SEBRAE/RS
	Associativismo	É o número de entidades associativas no município: sindicatos filiados às Federações da Indústria, Comércio e Agricultura; associações comerciais e empresariais; arranjos produtivos locais; cooperativas agropecuárias; câmaras de dirigentes lojistas; associações de MPE e agências de desenvolvimento local.	Número de entidades representativas e associações empresariais; PERÍODO: 2009 FONTE: Federações Empresariais

Fonte: IBQP/SEBRAE

*Recebido em 26/06/2014
Aprovado em 10/07/2014*

OS GARGALOS E DESAFIOS DA ECONOMIA CRIATIVA NOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS DO OESTE DO PARANÁ

Sérgio Luiz Kuhn*
Jandir Ferrera de Lima**

Resumo

Este artigo tem o objetivo de “identificar os gargalos e desafios da Economia Criativa nos municípios periféricos do Oeste do Paraná”. Pautou-se na compreensão da Economia Criativa, a partir do seu fundador John Howkins, focada no bem intangível que gera riquezas e que é a economia que mais cresce no mundo. Para tal, fundamentou-se em dados de fontes secundárias, em especial de bibliografias e fontes oficiais de órgãos do Estado, bem como, em dados primários, colhidos nos 20 municípios com população inferior a 7.000 habitantes. O público alvo foi uma amostra intencional de 13 lideranças, representantes de órgãos público-privados, institucionais e cidadãos, totalizando assim 260 pesquisados. O instrumento de pesquisa foi um questionário com questões objetivas e subjetivas aplicado *in loco* e acompanhado de entrevista. Constatou-se no total que os municípios registraram na última década uma densidade demográfica negativa de 1,7% (1.563 habitantes). Que os maiores gargalos concentram-se na dificuldade com a mão de obra especializada, perdendo a força de trabalho de jovens e talentos para os polos regionais, que oferecem maiores oportunidades de empregos, renda, estudos e outros. Tem ainda, alta dependência do setor primário, em especial da agropecuária, bem como, de recursos públicos federais e estaduais, assim como, vários registram indicadores econômico sociais críticos de PIB, IDH, municípios dormitórios, etc. Já o maior desafio é para com o conhecimento e reconhecimento de aptidões, vocação e oportunidades, seguido da educação voltada às competências criativas inovadoras. Porém, os diferentes atores acreditam na Economia Criativa como uma alternativa de desenvolvimento socioeconômica e cultural, que a diversificação de atividades, áreas e estruturas, reúnem forças e *expertises* que podem auxiliar e alavancar os municípios periféricos, devendo ser um projeto estruturante e uma política público-privada e institucional, colocadas em prática pelas seus vários atores público-privados, institucionais e cidadãos.

Palavras-Chave: economia criativa; gargalos; desenvolvimento socioeconômico; oeste paranaense.

Abstract

This article aims to "identify bottlenecks and challenges of the Creative Economy in peripheral municipalities of Paraná". It was based on the understanding of the creative economy, from its founder John Howkins, focused on the intangible asset that generates wealth and is the fastest growing economy in the world. For this purpose the study was based on data from secondary sources, especially bibliographies and official sources from the state, as well as on primary data collected in 20 municipalities with less than 7,000 inhabitants. The study subject was a purposive sample of 13 leaders, representatives of public and private sectors, institutional and public bodies, totaling 260 respondents. The research instrument was a questionnaire with objective and subjective questions applied "in loco" and followed by an interview. The findings showed that the total of the counties recorded a negative density of 1.7% (1,563 inhabitants) in the last ten years. The major problems are concentrated in the difficulty with qualified labor, losing workforce of young talent for the regional centers, which offer better opportunities for employment, income, and other studies. There is a high dependence on primary sector, in particular on the agriculture, as well as federal and state public resources. Most of the cities record critical social and economic indicators of GDP, HDI. Some of these municipalities are dormitory cities. The biggest challenge is to understand and recognize skills, vocation and opportunities, followed by education directed to innovative creative skills. However, the different actors believe in the Creative Economy as an alternative to the socio-economic and cultural development; the believe that diversification of activities, areas and structures gather forces and expertise that can help to leverage the peripheral municipalities. It should be a structuring and design Project and a public, private and institutional policy, put into practice by his various actors.

Keywords: creative economy; bottlenecks; socio-economic development; east of Parana.

* Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE. Professor da FAG, Cascavel. E-mail: sergiolk@fag.edu.br

** Doutor em Desenvolvimento Regional (Université du Québec à Chicoutimi, Canadá). Pro-Reitor de Planejamento e Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: jandir@unioeste.br ou jandirbr@yahoo.ca

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo “identificar os gargalos e desafios da Economia Criativa dos municípios³⁸ periféricos³⁹ da região Oeste do Paraná”, com população inferior a 7.000 habitantes.

Trata-se de um tema relevante, instigante e um desafio, haja visto a sua abrangência e complexidade de aplicabilidade, a partir de uma análise empírica, por buscar um novo caminho para a economia dos municípios periféricos, como territórios dotados de personalidade jurídica e com autonomia administrativa. Abre, dessa forma, um vasto leque de alternativas e aplicações, utilizando poucos recursos naturais e, por outro, oferecendo oportunidades inovadoras para o desenvolvimento dos municípios e da região, ou seja, sobre eles e para eles, com avanços no campo humano pelo trabalho, renda, produção, circulação, repartição e consumo das riquezas.

A Economia Criativa é um termo bastante novo e incipiente no Brasil. Um conceito subjetivo, em evolução e gradativa evidência. Tem sentido familiar, mas ainda pouco compreendido. É abordado de várias formas, visões e conceitos. Envolve um novo jeito de pensar, agir, relacionar-se e vender soluções em bens, produtos e serviços com valor agregado pelo imaterial e

³⁸ A literatura trata de Cidades Criativas o qual se estendeu neste artigo a dimensão de municípios, utilizando a sua respectiva fundamentação teórica.

³⁹ Municípios periféricos foram considerados quatro critérios que estão imbricados e devem ser analisados em conjunto: esvaziamento populacional, subordinação territorial, dependência econômica e indicadores sociais críticos (COSTA e ROCHA, 2009, 2010).

Associou-se o conceito Periférico a relação de subordinação e dependência aos municípios sedes das microrregiões: Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu e a alguns outros, com complexos agroindustriais, dentro da Mesorregião Oeste do Paraná.

intangível, também presente no material, buscando assim empreender, diversificar e dinamizar a economia.

A prioridade da escolha dos municípios periféricos ocorreu em função da sua maior necessidade, fazendo-se uma alusão ao paciente doente que mais necessita do profissional médico. Os referidos municípios apresentam uma grande dependência de recursos financeiros e materiais externos, bem como, de empregos, educação, saúde e outros, tornando-os extremamente dependentes e vulneráveis.

Os municípios periféricos são espaços delimitados urbano-rurais, que apresentam diversas questões preocupantes, como o esvaziamento populacional, forte subordinação e dependência dos municípios vizinhos melhor estruturados e aos polos regionais, bem como, aos recursos públicos federais e estaduais, além do setor primário.

Muitos apresentam indicadores econômicos sociais críticos, como IDH, PIB e renda *per capita*, Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM), Razão de Dependência (%) e vários caracterizados como municípios dormitórios.

Dos 50 municípios da mesorregião, 12 deles (24%) tem população inferior a 5.000 habitantes, enquadrados como pequenos municípios, segundo o Projeto de Lei 1327/11, em tramitação no Congresso Nacional, e a maioria possuem menos de 20.000 habitantes. Sofreram ou sofrem ainda com o decréscimo populacional, acentuando assim as variáveis e carências quanto ao seu desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Vale destacar que o estudo se justifica pela sua importância, ainda que, a maioria das prefeituras dos municípios periféricos estabelecem uma forte relação de dependência de transferências de rendas da União e do Estado e, por isso, não se preocupam em articular e incentivar o desenvolvimento local, a partir de suas

próprias potencialidades endógenas (SCHÖNTAG, 2009). Condição e estratégia esta mais fácil quanto a recursos, equipamentos e materiais em geral.

Assim, justifica-se o estudo da Economia Criativa por sua estrutura física, normalmente pequena, de micro a pequenas empresas, talvez menos vulnerável à crises, bom para os governos e para os empreendedores em geral criativos, por usarem mais de talentos humanos, habilidades individuais e/ou coletivas de diferenciação, numa nova forma de produção econômica, gerando massa de empregos, renda e crescimento econômico, social, cultural e ambiental ou outro para a população e a sociedade. Destaca-se que, mesmo velhos e tradicionais produções e negócios, para sobreviverem precisam renovar, recriar, reinventar e ou recomeçar gradativamente. Destruir para reconstruir, reformar ou transformar algo em nosso tempo, é necessário para se manter historicamente e também viável no mercado e com crescimento.

Atualmente o mundo busca novidades, originalidades, reinvenções constantes e crescentes de “pequenas grandes sacadas” assim como de “pequenos grandes negócios”, no qual paradigmas consolidados mostram-se incapazes de lidar com os desafios conhecidos, em que mudanças são necessárias em sentido amplo, nas cadeias de produção, circulação e consumo das riquezas, na “comoditização” de bens e serviços. Também nas reproduções de cópias de bens e serviços, procurando fazer melhor, quebrando paradigmas, sofrendo desequilíbrios e promovendo mudanças nas relações culturais, entre outros, para a satisfação da hierarquia de necessidades humanas, empresariais, institucionais e outros.

A Economia Criativa se justifica porque ela contribui para a preservação e promoção da identidade local, estadual e

nacional; por impactar também em atividades de educação, lazer, turismo, eventos e negócios, na indústria, no comércio em geral e nos diversos serviços do setor primário ao terciário, mediante diversificação das atividades produtivas com valorização da produção, mediante agregação de valor a bens e serviços.

Busca oportunizar e reconhecer os talentos e cérebros criativos empreendedores, a qualificação profissional, entre outros, que contribuem sobremaneira para um novo caminho e de reinvenção do(s) município(s) para novas atividades e bases produtivas, que efetivamente gerem sustentabilidade e impactos econômicos, sociais, culturais, ambientais e outros, dinamizando a economia local com o desenvolvimento endógeno e principalmente dos pequenos municípios, das indústrias sem chaminés, dos arranjos produtivos e *clusters* criativos, aos eventos e promoções em geral e outros.

A Economia Criativa pela sua característica imaterial utiliza pouco dos recursos naturais, os quais são limitados, escassos e finitos. Busca valorizar o uso de capital intangível, incorpóreo, abstrato e subjetivo na agregação de valor incomensurável a bens e serviços, por meio do conhecimento, tecnologia / *know-how*, criatividade e originalidade, invenção e inovação, expertises e domínios, etc., tudo com um grau de novidade e diferenciais competitivos.

Ainda, da cultura, competências, habilidades e atitudes; do capital intelectual e humano; a experiência, o talento, a imaginação, a fantasia e a arte, etc., criador de valor e geração de riqueza, presente em bens e serviços, nos municípios e na região, como são os países do grupo dos países ricos, denominado G8 e outros, dos quais o Brasil se insere como um dos países emergentes (BRICS) e o grupo dos 20 (G20), a medida que avança com destaque

na sua economia e nas suas relações internacionais, entre outros.

A mesorregião Oeste do Paraná é composta por 50 municípios e tem aproximadamente 1,211 milhões de habitantes. As 03 microrregiões, Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu, os quais dão também o nome a sua respectiva microrregião, possuem 661 mil habitantes, o que equivale a 55% da população, tendo os demais 47 municípios 550 mil habitantes, 45% da população.

Já os municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu têm aproximadamente 67% e 63% da população de sua microrregião respectivamente, enquanto Toledo tem apenas 32% da população da sua microrregião.

Porém, no futuro, além do agronegócio, o Oeste Paranaense poderá ser destaque em novas e diferentes áreas e atividades, pois a economia é dinâmica e os seus efeitos mudam com o tempo, se implementadas novas formas de produção, circulação, repartição e consumo de riquezas (bens e serviços). Para tal, com investimentos em talentos criativos e empreendedores, com novas bases produtivas, amparadas em políticas públicas e institucionais, ações e outros, lançam-se assim novas frentes para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico. Diante do qual, então, como problema de pesquisa, questiona-se: Quais são os maiores fatores impactantes para o desenvolvimento dos municípios periféricos do Oeste do Paraná?

Assim sendo, tem com objetivo identificar os maiores fatores limitadores, problemas e desafios enfrentados pela Economia Criativa nos municípios periféricos da mesorregião Oeste do Paraná, com população inferior a 7.000 habitantes.

A amostra selecionada de pesquisa é composta pelas suas lideranças, sendo prioritários: prefeito do município; presidente da câmara de vereadores;

secretário da indústria e comércio; presidente da Associação Comercial e Industrial do município; empresário da empresa mais forte instalada no município (faturamento e ou número de empregados) com histórico e raízes locais; presidente de conselho do desenvolvimento rural / ambiental e ou da agricultura; presidente de movimento social representativo e abrangente; profissional liberal: contador, advogado, engenheiro ou outro; empreendedor diversificado no município; presidente de sindicato patronal ou dos trabalhadores mais representativo e na ausência, liderança religiosa e ou presidente da igreja católica, como a mais representativa; artista formal e ou informal tradicional no município ou secretário(a) da cultura ou educação do município; gestor / gerente de cooperativa de produção, crédito ou financeira; representante técnico da EMATER: agrônomo ou técnico agropecuário.

Como Suplentes ou substitutos – no caso de ausência e impossibilidades, foram incluídos em número mínimo: secretário de planejamento, administração e ou equivalente e o gerente / gestor da Agência do Trabalhador no município.

O grupo de pesquisados selecionados pela amostra intencional de 13 lideranças em cada um dos 20 municípios periféricos pesquisados, compôs então os dados primários, com a totalização de 260 questionários, cujos resultados seguem adiante.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Economia Criativa iniciou em 1994, na Austrália, com o discurso proferido pelo então primeiro-ministro do país, Paul Keating, sob o título de “*Creative Nation*” e depois foi desenvolvido e aplicado na Inglaterra, com maior ênfase durante a

década de 1990, para tornar o país mais competitivo no mercado internacional, proporcionando fortes investimentos público-privados.

No entanto, a Economia Criativa foi se ampliando e sendo utilizada em maior intensidade nos diversos países da Europa, destacando-se o Reino Unido, assim a própria Inglaterra e Alemanha, Espanha, Irlanda, Holanda, Finlândia e outros países.

No continente asiático, em especial na Índia, China, República da Coreia, Malásia, Tailândia, Singapura e Líbano; na África, pode-se citar o país da África do Sul entre outros.

Tal economia está voltada aos ativos:

intangíveis, imateriais e incorpóreos, ao capital intelectual, a habilidade e o talento; a fusão do conhecimento, tecnologia, *know-how*, educação e experiência; a criatividade e inovação, a capacidade intelectual, a imaginação e as ideias, as expertises, entre outras, transformado-as em bens e serviços, os quais geram receitas, lucros e riquezas (FONSECA REIS, 2012, p. 24).

No Brasil, a Economia Criativa chegou em 2004, como protagonista de um importante encontro que se desenrolava em São Paulo, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD XI), que funcionou como catalisador dos debates para aumentar a penetração de produtos e serviços nos países em desenvolvimento dos mercados de países desenvolvidos, sendo o "guarda-chuva" das discussões e como um fórum político, enquanto a Organização Mundial do Comércio (OMC), como a grande arena de negociações.

A Economia Criativa compreende um conjunto de atividades, profissões e ocupações, formas de fazer e empreender com senso de inovação; um imenso potencial de mercado de diferentes bens intangíveis ou imateriais, bem como, também presentes em bens tangíveis e

materiais. Dos bens e serviços originais, frutos da riqueza da nossa diversidade cultural e étnica, ou seja, com a cara do Brasil, Estados e Municípios.

Já os municípios da mesorregião Oeste do Paraná tem a sua economia muito voltada aos segmentos agrícola e pecuário (agronegócio) e os municípios periféricos muito mais nas matérias primas das *commodities* agrícolas, sendo, portanto, os mesmos muito sensíveis às mudanças e retrações do setor primário da economia. No entanto, a agropecuária do Oeste Paranaense possui uma forte articulação com a agroindústria e sua inserção no mercado internacional, fatores que vêm garantindo níveis de rentabilidade mais elevados aos produtores, em detrimento das atividades mais dependentes da intervenção estatal e voltadas quase que exclusivamente ao atendimento do consumo doméstico (IPARDES, 2004, p. 74).

Também referenciado por Lima *et al.* (2011, p. 110), a polarização se reflete na concentração expressiva do PIB regional nos municípios de Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu. Toledo e Cascavel polarizam cada vez mais os municípios do seu entorno. Apesar dos ganhos em produtividade e da expansão do setor de serviços nos municípios periféricos, um estudo de Schneider e Lima (2006) aponta o fortalecimento da capacidade de polarização de Cascavel. Já Toledo mantém uma economia urbana dinâmica, apesar dos municípios da sua microrregião apresentarem um avanço gradual e continuado ao longo do tempo.

Diferente de ambos os municípios, Foz do Iguaçu mantém sua economia urbana dinâmica assentada no comércio inter-regional, na produção de energia e no turismo. A situação de Foz do Iguaçu pode ser transposta para os municípios lindeiros, cuja estrutura produtiva e comercial vem se modificando nos últimos anos, para o bem e

para o mal (descaminho), mesmo sob a dependência dos *royalties* pagos pela Itaipu Binacional, cujo benefício do turismo poderia ser auferido pelos demais municípios da microrregião de Foz do Iguaçu, bem como lindeiros.

Desta forma vale destacar que:

o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, por diversos canais e com efeitos variáveis. O polo de crescimento como conjunto de unidades motrizes, que criam efeitos de encadeamento sobre outros conjuntos e ainda como uma unidade motriz num determinado meio (PERROUX, 1977, p. 146).

Assim, a coexistência de vários tipos de atividades, segmentos e estruturas na economia do Oeste Paranaense, recorte espacial o qual apresenta um desenvolvimento desigual. Porém, no ano 2000, notou-se a emergência de novos municípios que apresentam uma transição de uma estrutura urbana/rural para urbana/industrial. Esses municípios foram: Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Capitão Leônidas Marques, Matelândia e Terra Roxa. Nos outros municípios em transição, como Palotina, Cafelândia e Matelândia percebeu-se a formação de uma estrutura de transformação agro-alimentar comparada à base produtiva dos polos. No entanto, muitos municípios mantiveram sua posição de baixa renda e altamente dependentes do setor primário, o que é o caso dos periféricos. Outrossim, vale notar que esses municípios são especializados da Região (LIMA *et al.*, 2006).

A urbanização se acelera nos municípios e regiões em que a estrutura econômica registra transformações, mediante novas atividades industriais e serviços, que são necessariamente praticadas a partir de um polo. A urbanização está correlacionada com o desenvolvimento das

forças produtivas e de atração, sendo a velocidade desse processo influenciada com o crescimento da população, produzido pelos fluxos de migração urbana (TSCHÁ *et al.*, 2010, p. 16).

Já Hirschman (1961), afirma que:

o processo de desenvolvimento econômico se caracteriza ao transformar economias retardatárias em avançadas, pois se espera que os municípios e regiões reúnam forças de atração e manutenção de pessoas e talentos empreendedores, reduzindo por outro, as desigualdades e diferenças locais.

Segundo Lima *et al.* (2011, p. 114), em geral, os municípios avançados

polarizam as suas respectivas microrregiões. De um *continuum* urbano rural, eles reforçam um *continuum* urbano-industrial, se especializando tanto na transformação quanto em serviços de ordem superior e se fortalecendo na divisão social do trabalho em atividades urbanas.

Classificam-se como retardatários ou periféricos os demais municípios que:

não possuem um PIB relevante nas atividades de transformação ou nas atividades terciárias, o que estimularia um maior dinamismo e a modificação na estrutura da sua economia e um avanço em direção ao desenvolvimento econômico da Região. Esses municípios continuam com um *continuum* urbano rural exclusivamente dependente da agropecuária, com um parque industrial pouco relevante e as atividades urbanas pouco diversificadas (ALVES *et al.*, 2006; LIMA *et al.*, 2009).

Um expressivo movimento na economia que envolve desde as expressões artísticas e culturais ao artesanato, moda e design, softwares, edição de livros e revistas, a produção audiovisual, música, gastronomia, do turismo à arquitetura do

patrimônio local e outros produtos frutos da economia e do conhecimento, os quais podem ser incorporados nos bens materiais da economia tradicional e moderna, com valor agregado. Novos interesses a complementar e ou explorar.

Envolve uma nova forma de ver muito do que já existe, que talvez não era perceptível, buscando agora intensificá-la sob diferentes áreas, atividades e estruturas, inquietações, órgãos e setores, por processos de transformação contínua, aproveitando as diferentes potencialidades, heterogeneidades, singularidades, o simbólico e os diferenciais que, em geral, fazem-se, de pequenos a grandes negócios, como conexões e empreendimentos, atividades formais e informais, por meio do conhecimento, cultura, arte, tecnologia e outros assimilados e transformados em bens e serviços, com impactos em valores econômicos, sociais, culturais e ambientais.

É uma nova e vital força em todos os ângulos da cadeia produtiva; um novo modelo de negócio com capilaridade de ações para atender necessidades e o sucesso de municípios, estados e regiões. Assim, uma nova forma de considerar e priorizar os recursos produtivos de uma sociedade, em que “a criatividade passa a ser o grande ativo diferencial da economia” (HOWKINS, 2001).

Frente à diversidade da Economia Criativa, essa pesquisa caracterizará os municípios periféricos da região Oeste do Paraná, no seu território delimitado, a sua população, seus atores e suas representações produtivas, laborais e sociais. As referências de produção do município dentre os setores da economia (primário, secundário e terciário⁴⁰, incluindo a Economia Criativa) e os seus destaques nas atividades

⁴⁰ A Economia Criativa pelas várias formas de serviços se assenta fortemente no setor terciário da economia. Provém da sociedade civil e sua forte presença manifesta-se no espaço urbano.

econômicas, bem como, as suas maiores dificuldades, problemas, desafios e prioridades em geral, para alavancar o crescimento e o desenvolvimento econômico endógeno.

Salienta-se que a identificação, o reconhecimento, o fomento e a difusão das iniciativas criativas, inovadoras e empreendedoras da sociedade civil contribuirão para o impulso da Economia Criativa nos municípios. Esse é o objeto relevante de estudo.

Assim, a Economia Criativa envolve um diverso e elevado grau de novidades, nos quais a criatividade atua como combustível para inovações na economia dos municípios, ante o papel de motivar e criar novos negócios, processos organizacionais, arquiteturas empresariais e institucionais que fundamentem e desenvolvam fatores de produção, setores e agentes econômicos e sociais, institucionais, produtos e serviços, entre outros, concretizando-se quando encontram acesso a linhas de crédito e financiamento, infraestrutura, regulação e mercados internos e externos, conforme o caso, com retorno monetário.

Por outro, esta pesquisa defronta-se com as contradições da atualidade, em que se depara de um lado entre desigualdades, dependência e crises, e do outro de oportunidades, potencialidades e liberdade; de desenvolver e desenvolver-se para não sucumbir a obscuridades locais; de reposicionar o micro no macro território, etc.

Coloca-se em cena um direito humano, o qual amplia as necessidades humanas, ao mesmo tempo em que expõe as fragilidades conjunturais, para que essas necessidades sejam apropriadas.

Assim sendo, esse trabalho de pesquisa se justifica por tratar de uma nova e pujante alternativa para o crescimento e o desenvolvimento dos municípios periféricos

da Região Oeste do Paraná e, dada a sua abrangência, compreende uma grande estratégia para o século XXI, focada na criatividade como um recurso que, quanto mais se utiliza, mais se tem e se desenvolve nas dimensões econômicas, sociais, culturais, simbólicas e ambientais.

O tema da Economia Criativa não foi analisado devidamente na dimensão dos municípios periféricos da Região Oeste do Paraná, que pode gerar, pelo seu dinamismo, um efeito em cadeia no seu desenvolvimento local e regional, utilizando-se dos elementos intangíveis e imateriais para poder avançar, pois envolve a economia das cidades dos respectivos municípios, repensando e revitalizando o seu desenvolvimento espacial e econômico-social endógeno.

As ideias que geram lucros, via mercado, ocorrem pela criatividade, mediante ações cognitivas de imaginação, prospecção e criação, vira inovação, com valor universal, sendo que, “nesse sistema social de valores se refletem todas as condições de vida de um país, pois nele são expressas em particular todas as combinações” (SCHUMPETER, 1997, p. 67).

Tais ideias são oriundas de sua cultura, tradições, gostos, preferências, hábitos, manifestações em produtos e serviços, entre outros. Também se entende por desenvolvimento, as mudanças da vida econômica, aquelas que surgem de dentro do sistema, em que o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico aparece na figura do empresário inovador, do agente econômico que traz novos produtos para o mercado.

Condição esta que ocorre por meio de combinações mais eficientes dos fatores de produção, bem como a realização e aplicação prática de alguma invenção ou inovação tecnológica materializada, inédita ou não, resultante da combinação de forças,

coisas e recursos pelos seus agentes, transformando ideias em criatividade, invenção e inovação.

Para Schumpeter (1982, p. 149), a grande maioria das combinações:

não brotará necessariamente das atividades antigas, nem tomará imediatamente o seu lugar, mas aparecerá ao seu lado e competirá com elas, na qual o aparecimento de um ou de poucos empresários facilita o aparecimento de outro, e estes provocam o aparecimento de mais outros, em número sempre crescente, em que, a assimilação das inovações, produz um efeito duradouro, em que a corrente de bens é enriquecida e a produção parcialmente reorganizada.

3. RESULTADOS

As lideranças pesquisadas apontaram quantitativamente vários problemas ou fatores críticos na atualidade que impactam no crescimento e desenvolvimento dos seus municípios periféricos e da Região Oeste do Paraná. De uma forma geral, foram identificados em maior grau junto aos municípios, dos quais vários reúnem baixos indicadores IDH, PIB *per capita*, Índice de IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM), Razão de Dependência (%), municípios dormitórios e por outro, apresentam potencialidades, conforme segue:

3.1 Gargalos, Problemas e Dificuldades da Economia Criativa nos Municípios Periféricos do Oeste do PR

Muitos são os gargalos, problemas e dificuldades enfrentadas pelos municípios periféricos, os quais são relativos a diferentes questões, conforme constantes na Figura 1.

De acordo com a Figura 1 destacam-se variados gargalos, ligados a questões de carência de mão de obra, geração de empregos e renda; a migração para

municípios e regiões com forças centrípetas, aos polos regionais e ao Estado; as gestões público-privadas e institucionais; pesquisas sobre os vetores, projetos reivindicatórios financeiros e materiais em geral; de recursos, incentivos e perspectivas; bem como, ao setor primário (agricultura, pecuária e silvicultura); logística, localização geográfica, aos indicadores econômico sociais, interesses, etc. por município periférico.

Verifica-se quantitativamente as maiores barreiras locais e regionais, manifestadas em ordem decrescente pelos municípios de: Ramilândia, Diamante do Sul, Diamante do Oeste, São Pedro do Iguçu, São José das Palmeiras, Campo Bonito, Iguatu, Ibema e Lindoeste, etc.

Indicaram como principais obstáculos pela ordem decrescente: a dificuldade com a mão de obra especializada, bem como, atração, retenção e manutenção da força de trabalho demandada de jovens e estudantes melhor escolarizados; da geração de novas oportunidades de emprego, vagas e substituições, que é baixa e pequena, o que desencadeou, no passado, forte movimento migratório de evasão e esvaziamento populacional dos pequenos municípios para os municípios polos e centros regionais economicamente mais dinâmicos.

Em específico sobre as migrações e em maior quantitativo dos jovens e da força de trabalho salienta-se que, para reverter o abandono e impedir o esvaziamento populacional é uma tarefa complexa e requer ações de diferentes atores locais e regionais, bem como, de políticas públicas comprometidas com a população.

Envolve um papel atuante do Estado por meio dos seus diversos órgãos, bem como da sociedade organizada, das entidades representativas e dos cidadãos, pensarem em ações que se materializem em

políticas voltadas para atender aos anseios locais e regionais.

Este esvaziamento é ruim para os municípios que perdem população, porque vê sua força de trabalho ser reduzida, além de perder recursos destinados pelo governo federal e estadual, que são repassados conforme o número de habitantes.

Para Santos (2008, p. 37), a migração interna “é resultante, ao mesmo tempo, da atração que a cidade exerce e da repulsão do campo, causas que estão imbricadas.” Os municípios que se industrializaram e/ou se tornaram importantes centros comerciais e de prestação de serviços em razão dos investimentos direcionados, passaram a atrair a população, que deixava ora o campo e as cidades carentes em recursos e infraestrutura em geral, em busca de perspectivas maiores e melhores próximas.

Apontam também para a extrema ou alta dependência, tanto da agricultura e da pecuária, ou seja, ao setor primário da economia, assim como, a sujeição econômica aos recursos públicos federais e estaduais, e das transferências de renda em geral.

Então, os municípios periféricos, sem estratégias para inserção na dinâmica regional e nacional, não apresentam capacidade de manter a sua população e oferecer renda e melhores condições de vida, se tornaram assim dependente dos fundos de participação estabelecidos pelo governo federal e estadual, permanecendo sobremaneira na condição de espera, de passividade como se aguardando por um milagre. Portanto, com restritas possibilidades ínfimas de crescimento (tanto econômico como populacional), apresentam assim grandes dificuldades para estabelecerem políticas públicas e ações concretas comprometidas com a produção, o emprego, a renda e o bem estar da população.

Indicaram também os pesquisados, dentre seus maiores fatores críticos: a falta de Projetos municipais para a obtenção de recursos públicos federais e estaduais, tanto financeiros como materiais; dos Indicadores Sociais críticos: emprego, *renda per capita*, IDH; da segurança pública, envolvendo a criminalidade e drogas, ao bem estar e outros; dos Municípios ou Cidades Dormitórios de inúmeros trabalhadores em movimento pendular diário; as não conformidades da Gestão Pública: entre discursos, políticas e ações práticas nos municípios periféricos.

Ainda, a utilização inadequada dos potenciais recursos produtivos do município; a falta de estudos e pesquisas na área sobre os seus vetores, eixos e aptidões; as questões de miscigenação cultural e étnica como dificuldades para a integração e realização de ações conjuntas, na forma de cooperativismo e associativismo. Também aos recursos tecnológicos a desejar de: energia, tecnologia, telefonia, internet e outros, bem como, aos problemas de infraestrutura no sistema de transportes, deslocamento e estradas, logística, compras, estoques e outros.

No entanto, ante os diversos gargalos apontados, entende M. Davis (2008, p. 184), entre outras, que: “a construção de uma Economia Criativa sustentável, ocorre desde que haja vontade política, visão criativa e a reinstrumentação de infraestrutura”.

Esclarecendo, “sustentável” pela utilização inteligente dos recursos naturais e ambientais (terra, água, energia, ar, plantas, matas, rios, etc) no presente e, sem comprometer a sua utilização e a necessidade das gerações futuras; produzindo e preservando-os para o desenvolvimento econômico e social, sem portanto agredir o meio ambiente, a natureza e a ecologia, a fauna e flora, etc.

Por fim, as questões de estagnação econômica, a subordinação territorial aos

municípios maiores, polos, micro e mesorregiões e aos problemas do Plano Diretor do município, que atribuem ao Estado a responsabilidade pela gestão territorial, bem como, da redução das desigualdades, disparidades e exclusões: locais e regionais, enfim, pela gestão em prol de qualidade de vida, etc.

3.2 Desafios para os Municípios Periféricos

Conforme a Tabela 1, dentre os maiores desafios apontados pelas lideranças, constatou-se primeiramente o Conhecimento e Reconhecimento de Aptidões, Habilidades e Talentos característicos dos municípios periféricos, que podem e devem ser identificadas, estimulados e reforçados como insumo de produção intangível, transborde(m) para outros setores e áreas, ancoradas em políticas públicas consistentes das diversas gestões e esferas público-privadas e institucionais dos municípios.

Em segundo lugar, a Educação para Competências Criativas inovadoras, de natureza técnica, atitudes e posturas, habilidades sociais e de comunicação, a compreensão das dinâmicas socioculturais, mercados e as novas formas de trabalho. Que esta qualificação seja também com vistas ao longo prazo, fundamentado em planejamento estratégico, planos de negócios, etc, com o muito para crescer e mostrar ao mundo, pois criar e ou inovar é uma ação e condição importante e necessária para a manutenção da capacidade de concorrência no mercado, sobrevivência e vida longa.

Depois, em terceiro, o Levantamento de Informações e Dados mensuráveis de pesquisa envolvendo características, natureza, oportunidades potenciais, limitações e impactos da Economia Criativa formal e informal, assim como, das cadeias produtivas, tecnologias e soluções para os

municípios periféricos e outros, cujo processo deve ser contínuo e conjunto, além de uma só secretaria de Estado.

São também desafios, a Infraestrutura de Criação, Produção, Circulação / Distribuição e o Consumo de bens e serviços - pela diversidade de práticas culturais, processos produtivos e cadeias produtivas, tecnologias e outros, que permitem, bem como, exigem novos modelos e regulação de negócios extremamente diferentes do passado, com impacto macroeconômico no município e na região.

Em seguida, pelas intervenções e articulações intersetoriais com os parceiros – institucionais, agências de fomento, crédito, financiamento e desenvolvimento, via bancos públicos e privados (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), etc, órgãos bilaterais e multilaterais, empresas vinculadas e outros. Que sejam avaliados e priorizados novas formas e métricas de financiamento dos intangíveis em geral (designer, softwares, cinema, música, menos burocracia) tornando a Economia Criativa cada vez mais intensa para mudar e melhorar a competitividade brasileira, estadual, regional e até municipal.

Por fim, a Criação e Adequação dos Marcos Legais e Institucionais – da legislação brasileira normativa, convenções e leis sobre a produção e direitos: intelectuais, trabalhistas, previdenciários, tributários, administrativos e constitucionais, para as atividades, áreas e setores criativos, entre outros, envolvendo a sua proteção, revitalização e adequação, via instrumentos legais. Que promovam a valorização da marca Brasil (um país de diversas cores e valores, a alegria do povo, sua espontaneidade, informalidade, despojamento e certo descomprometimento, etc); enfim, do Plano Brasil Maior.

Destarte, é um programa de governo com desafios idênticos ao Programa Fome Zero (Brasil Sem Miséria), em função do seu mapeamento e identificação no território; as diversidades locais e regionais; o apoio, fomento e recursos para reduzir desigualdades, promover a inclusão social e o maior bem estar, entre outros.

Vale lembrar que as diversas manifestações e expressões da Economia Criativa não sempre são recentes, a exemplo das bancas de venda de revistas e de livros, ou mesmo do artesanato e outros, os quais são revalorizados na rede do comércio e integram o processo e/ou até modismos. Da mesma forma, a cultura entra no campo das necessidades e no consumo, porém não é tão enfática e priorizada pelas pessoas, bem como, no campo da intervenção do Estado para a sua promoção e valorização.

Portanto, espera-se que a Economia Criativa seja uma alternativa atuando como uma estratégia efetiva a partir do governo, cujas lideranças saibam da sua importância e que a mesma perpassa todas as secretarias e setores da economia local e regional, manifestando o avanço conceitual para a efetiva implementação, mediante políticas de gestões agressivas, conjuntas e integradas, pois a história por si só não irá esperar por um milagre para uma mudança do *status quo* local e regional.

Questionadas as lideranças, face às necessidades atuais de recuperação econômico social dos municípios periféricos e da Região Oeste do Paraná, se a Economia Criativa reúne forças, tecnologias e *expertises*, em curto, médio e longo prazo, para alavancar o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico, com vantagens competitivas dinâmicas, os mesmos se manifestaram positivamente, conforme Tabela 2.

3.3 A Economia Criativa Reúne Forças, Tecnologias e Expertises

Questiona-se se a Economia Criativa reúne forças e condições para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento dos Municípios Periféricos, já que as indústrias tradicionais e modernas foram e são ainda as que mais contribuem na transformação das realidades dos municípios e regiões.

De acordo com a Tabela 1, agrupados entre “sim e em parte”, 93% dos pesquisados foram favoráveis e acreditam na Economia Criativa. Apontaram nas suas justificativas pela ordem que, precisam de apoio e incentivo; da atuação protagonista e proativa das lideranças e dos órgãos competentes; bem como, de diagnósticos, estratégia, visão e planejamento, das lideranças e pensando no futuro até aproximados 30 anos para a Economia Criativa ser aplicada. Também que necessitam de projeto(s) inovadores e estruturantes para a recuperação econômico-social; de políticas públicas e uma gestão responsável, de conhecimentos novos e oportunidades para mudanças; de Empreendedorismo e Investimentos por recursos financeiros e materiais. Apontaram também para que se acreditasse e valorizasse mais a força do povo, que é boa na economia local, devendo orientá-la e conscientizá-la; para o adequado crescimento e desenvolvimento, com uma visão mais ampla, em vários aspectos, da cidade, município e da região; dos pequenos aos grandes negócios, da dedicação e persistência.

Devem os atores locais e regionais reunirem sinergias e levar o plano aos investidores e empresários; ao Poder Público, Prefeitura, seus órgãos e políticas pró-ativas e protagonistas, de iniciativa para novas indústrias, empresas, empreendedores, serviços, atividades e empregos; a realização de Consórcios

Intermunicipais, com os Municípios vizinhos e da região, pelo diálogo, negociação e interesses coletivos.

Ainda, pela necessidade de avaliação mais detalhada, entendida e trabalhada de assuntos novos e experiências; de incentivos financeiros viáveis e, para as pequenas empresas; das diversas rendas geradas, mesmo pequenas; passando pela agricultura, pecuária, agronegócio e suas condições favoráveis; pelos Talentos e Caça-Talentos revelados e retidos; pelo fortalecimento econômico-social viável, local e regionalmente; pelas parcerias público-privadas e institucionais, sindicatos, associações e conselhos.

Reforçando as afirmações de Hirschman (1961), o processo de desenvolvimento econômico se caracteriza ao transformar economias retardatárias em avançadas, pois se espera que os municípios e regiões reúnam forças de atração e manutenção de pessoas e dos talentos empreendedores, em lugares bons para se morar e viver porque oferecem condições para tal, reduzindo por outro, as desigualdades e diferenças locais e regionais.

O envolvimento e interação das lideranças para a exploração e mobilização das potencialidades e aptidões dos municípios periféricos e do quanto são capazes; tendo a educação, qualificação e especialização profissional como um diferencial competitivo, bem como, para superar os seus gargalos, entre outros.

Também amparado na classificação dada por Kovács (2008, p. 102), a Economia Criativa como sendo:

um pilar, que deveria ser considerado de uma alta prioridade e uma tarefa urgente, não apenas para a preservação e para a promoção das culturas, mas também para o combate à pobreza na região, o que pode ser alcançado mediante a consciência e a vontade política.

Os municípios e a região vêm sustentando ganhos crescentes frente a economia do Estado e do país, não só no setor primário, fortalecendo-se *pari passu* na indústria e nos serviços, cujo interesse deve ser o das lideranças engajadas para fazerem história e transformar a realidade para o que deve ser como ideal e de satisfação da coletividade de uma forma geral.

3.4 Percepção dos Atores e Lideranças

Quanto à percepção dos atores locais (institucionais, público-privados e lideranças em geral) e regionais, sobre as ações para a aplicação da Economia Criativa e sobre como vencer os desafios fundamentais, seus responsáveis para alavancar os municípios periféricos e da Região Oeste do Paraná foram apontados em maior quantidade pelos municípios de: Maripá, Iguatu, Diamante do Sul, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Ibema, Iracema do Oeste, Lindoeste, São José das Palmeiras, Ramilândia, Pato Bragado, etc, para diferentes atores.

Pela ordem decrescente, destacam-se como principais atores para promoverem mudanças e transformações da sua realidade para o que deve ser como ideal, da economia positiva para a normativa e criativa, conforme a Figura 2.

De acordo com a Figura 2 identificou-se em maior quantitativo e frequência apontada como ator número um e o maior responsável para impulsionar a Economia Criativa nos municípios periféricos, o Setor Público - governo federal, estadual e municipal, mediante os seus diversos órgãos (executivo, legislativo e judiciário).

Em segundo lugar, a Associação Comercial e Industrial do município, seguido pelo SEBRAE, seguido do Sistema S - SENAI, SENAC, SENAR, SESC, SENAT, SESCOOP e dos governantes e lideranças municipais.

Em escala menor, as Universidades e Faculdades; o setor Privado (Empresas); a Sociedade Civil Organizada; os Canais de Comunicação: TV, rádio, jornais...; as pessoas físicas e os cidadãos; SERT / Agência do Trabalhador; os órgãos de representação patronal e profissional (sindicatos); Pesquisadores; Instituições, Fundações e Associações; Partidos Políticos e os Políticos; Artistas; Cooperativas, entre outros.

Vale destacar que o mesmo depende de uma ação integrada de cooperação dos diversos agentes econômicos (Estado, empresas e famílias), cujo norte pode também ser amparado pelo papel e contribuição das Universidades, Institutos e escolas e outros, ampliar os projetos de extensão universitária, aliando teoria e prática para o atendimento das necessidades locais e regionais. Também, rompendo os laços hegemônicos de poder e controle, a partir dos municípios, bem como, tratando a cidadania como luta por direitos políticos e participação na tomada de decisões, assim como, das prioridades e dos rumos dos municípios e das regiões.

Condição esta que se confirma, conforme Fonseca Reis (2008, p. 35),

um dos maiores desafios para o fomento à Economia Criativa nos países em desenvolvimento é a articulação de um pacto social, econômico e político entre os setores público, privado, a sociedade civil, a academia e as organizações multilaterais, no qual cada um tem um papel muito claro. Embora a criatividade seja tão ubíqua quanto o oxigênio, a Economia Criativa não se concretiza por combustão espontânea e, para isso, é fundamental o envolvimento dos vários agentes.

Manifestaram as lideranças pesquisadas, quanto ao maior incentivo aos jovens, empreendedores formais, informais e visionários, atribuindo-lhes potencial transformador da realidade local; ao associativismo e cooperativismo; aos

incentivos fiscais, tributários, creditícios e outros; aos novos empreendimentos criativos locais e regionais, amparados em aptidões, habilidades, vocações e *expertises* para novas áreas e bases produtivas; priorizando os valores dos seus pioneiros, agricultores, migrantes e suas origens. Enfim, as novas oportunidades baseadas no capital social, intelectual e humano da sua população.

As ações que por sua vez alavanquem e impulsionem as cadeias produtivas; a instalação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) da Economia Criativa nos municípios periféricos, com o apoio logístico na produção, comercialização e distribuição de bens e serviços locais, regionais, nacionais e no exterior; cujo protagonismo ocorra pela iniciativa e atuação das suas lideranças público-privadas e institucionais do município.

Ações estas que promovam atração, retenção e manutenção de pessoas e especialidades no município, cujas aplicações tornem-se um Projeto de Referência Estratégica e de Dinamismo, integradas ao Calendário ampliado de Promoções, Eventos, Feiras, Festas, Shows e outros, de frequência periódica e ou anual do município, contemplando assim um *portfólio* de produtos e serviços, com maior valor agregado para os municípios periféricos.

Sintetizando, conforme Fonseca Reis (2008, p. 47), a Economia Criativa:

parece apresentar de fato potencial significativo para promover o desenvolvimento socioeconômico, aproveitando um momento de transição de paradigmas globais, que trazem oportunidades, para reorganizar os recursos e a distribuição dos benefícios econômicos.

Portanto, a Economia Criativa adequadamente aplicada, observando a

realidade e necessidade de cada município, com criatividade, originalidade e inovação, pelos diversos talentos, profissionais e executivos em geral nos seus respectivos municípios, constituir-se-á num escopo que gerará novas formas de produtos e serviços com valor agregado, repercussões no território, dos micro e pequenos aos grandes empreendimentos e negócios criativos, os quais abrirão novas perspectivas, rendas e realizações em diferentes atividades, áreas e estruturas, etc, diversificando e dinamizando a economia contemporânea e futura dos municípios periféricos e da Região Oeste do Paraná.

Com base em Fonseca Reis (2008, p. 48), cabe a nós então,

decidir se queremos criar as condições para transformar a diversidade e os talentos criativos dos países em desenvolvimento em um ativo econômico ou se preferimos perpetuar no amanhã as disparidades históricas com as quais convivemos hoje. Condição esta que se estende também aos Estados, Municípios, Cidades, Distritos, Vilas, Povoados etc.

Necessário então tornar a Economia Criativa uma estratégia de desenvolvimento no conjunto das atividades, áreas, setores e estruturas líderes na geração de emprego, exportação e competitividade das economias em geral, priorizando o recurso intangível, imaterial, incolor e indolor que é inesgotável, como reflexo constante do conhecimento e experiências, diferente dos recursos naturais. Estes são necessários ao homem e se encontram na natureza, sendo não renováveis (minerais, petróleo e gás, ouro e ferro, energia hidroelétrica, etc) e os renováveis (florestas, água e solo, etc), requerendo medidas de consumo racional, comedido, ponderado, poupando recursos para as gerações futuras.

Já os recursos ou bens intangíveis e imateriais, na forma de conhecimentos acumulados, competências, saberes e

expertises em ativos, se renovam e se multiplicam a medida do seu uso, transformam cenários, realidades e condições aquém ou de subdesenvolvimento para além das expectativas e interesses, público-privadas e institucionais, tornando-se assim uma vantagem competitiva de valor e relevância para o desenvolvimento dos municípios periféricos e da região Oeste do Paraná.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao cabo do estudo perceberam-se vários contrastes nos resultados. De um lado, muitos são de consenso, repetitivos, confirmando realidades, contextos e ações, principalmente quanto à contribuição econômica e social da Economia Criativa, um grande ativo diferencial, de capital intangível para a diversificação da base produtiva, do emprego, renda, município/cidade dormitório e outros, ratificando assim a pesquisa. Por outro, expressivas diferenças e desigualdades, a exemplo dos indicadores econômicos sociais, assim como, do que possuem de atividades, áreas e estruturas na atualidade nos seus municípios.

Quanto aos fatores críticos e gargalos nos municípios e respondendo ao problema de pesquisa, conclui-se que, vários são os problemas destacando-se pela ordem: a dificuldade com os recursos humanos especializados, bem como, de atrair, reter e mantê-la nos municípios. Registram a perda da força de trabalho, principalmente dos jovens e estudantes; bem como, a evasão e esvaziamento populacional pela migração para as cidades e para os centros e polos regionais.

Apresentam dificuldade de geração de empregos e substituições, os quais são em pequeno número. Vários municípios registram indicadores econômico-sociais

críticos de PIB *per capita*, IDH, emprego, taxas de pobreza e segurança pública. Várias cidades e municípios são altamente dormitórios, a exemplo de Ouro Verde do Oeste, São José das Palmeiras, Braganey e outros.

Registram alta dependência econômica de recursos públicos (federais e estaduais) e das transferências de renda, além disso, há falta de projetos para a obtenção de recursos financeiros e materiais. Assim como, de estudos e pesquisas nas áreas de interesse, vetores e eixos de desenvolvimento local e regional, além da utilização inadequada dos potenciais recursos produtivos, ante gestões públicas inadequadas, entre discursos, políticas e ações práticas.

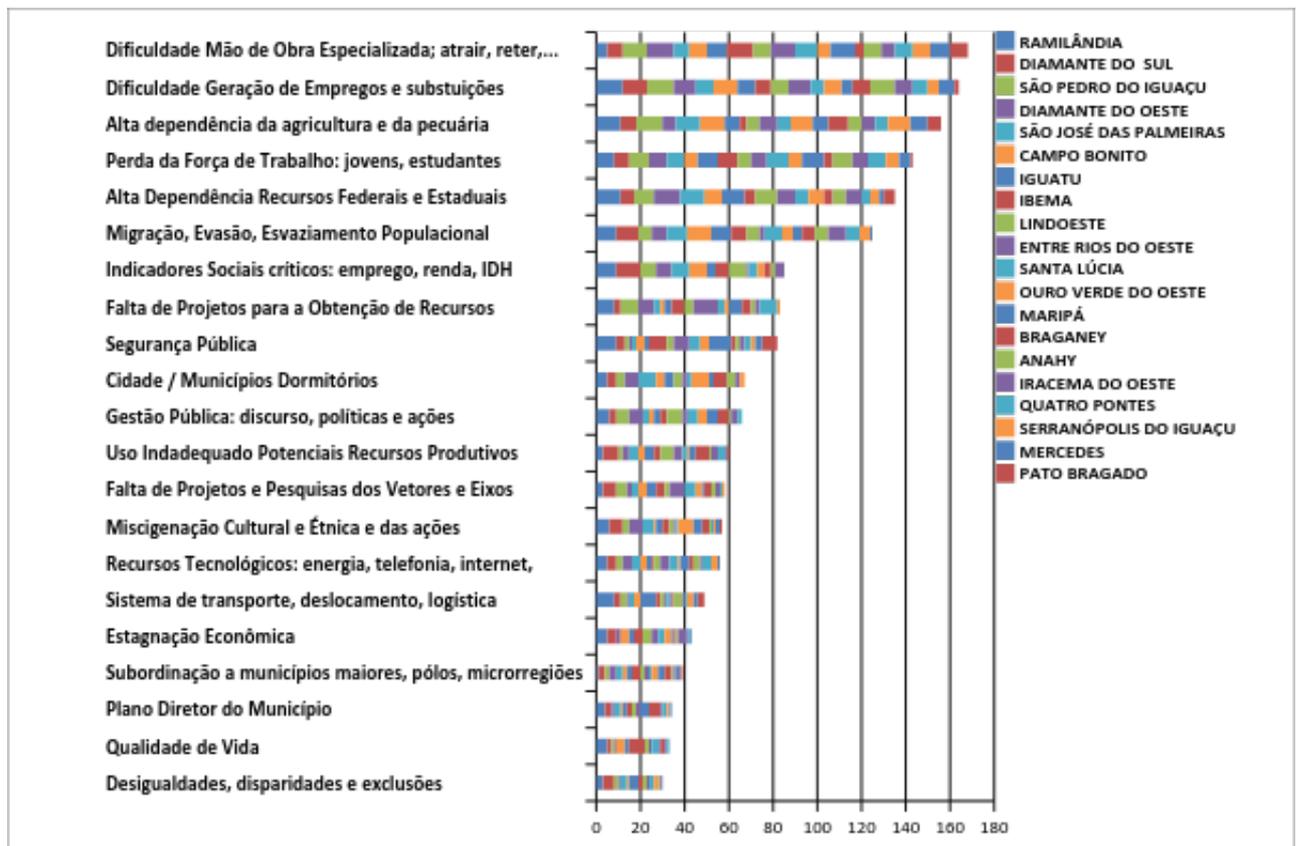
No Oeste do Paraná, dentre os seus 20 municípios, porém classificados entre os mais periféricos ou retardatários, deprimidos ou estagnados, tem-se: Diamante do Sul, Diamante do Oeste, Ramilândia, Ibema, São José das Palmeiras, Santa Lúcia, São Pedro do Iguaçu, Lindoeste, entre outros.

Quanto à percepção dos atores sobre ações e desafios, a pesquisa concluiu com elevados índices percentuais, na possibilidade de diversificação e ampliação da base produtiva dos municípios periféricos da Região Oeste do Paraná, por meio da Economia Criativa, deve ocorrer mediante atuação proativa e efetiva de suas lideranças público-privadas, institucionais e cidadãos, locais e regionais.

Concluiu-se que a Economia Criativa reúne forças e pode auxiliar mediante o apoio às Micro e Pequenas Empresas e aos Negócios Criativos dos municípios; bem como, o fortalecimento de Atividades, Áreas e Estruturas nos Municípios e da Região. Também com a diversificação da Base Produtiva e de Serviços do(s) município(s); a Instalação de Parque(s) Industrial(is) e por sua vez, das Empresas e Indústrias Criativas e o início de suas atividades; o Programa de

Microcrédito a juros reduzidos / subsidiados para fomentar a Economia Criativa e outros.

Ainda, com o apoio e fomento aos profissionais, micro e pequenas empresas e aos negócios criativos do município. Pelo incentivo à educação, formação e qualificação profissional inovadora; bem como, às indústrias e agroindústrias; mediante um Projeto Estruturante do município, sendo a Economia Criativa uma política pública, séria e comprometida com o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental local e regional, entre outros.



Fonte: Resultados de pesquisa, 2013.

FIGURA 1 – MAIORES GARGALOS E DIFICULDADES PARA CONSOLIDAR OU EXPANDIR AS ATIVIDADES, ÁREAS E ESTRUTURAS DA ECONOMIA CRIATIVA NO OESTE DO PR.

TABELA 1 - DESAFIOS DOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS DO OESTE DO PR.

ESPECIFICAÇÃO DOS MAIORES DESAFIOS	Quantidade Total	% de participação
Conhecimento e Reconhecimento de Aptidões, Vocações e Oportunidades.	123	47%
Educação para as Competências Criativas inovadoras.	117	45%
Levantamento de Informações e Dados / Mapeamento.	114	44%
Infraestrutura de Criação, Produção, Distribuição / Circulação e Consumo de bens e serviços.	111	43%
Articulações Intersetoriais com Parceiros de fomento e negócios.	92	35%
Criação e Adequação dos Marcos Legais e Institucionais.	51	20%
OUTROS	7	3%
TOTAL DE SUGESTÕES	615	-
TOTAL DE LIDERANÇAS PESQUISADAS NOS MUNICÍPIOS	260	-

Fonte: Resultados de pesquisa, 2013.

TABELA 2- A ECONOMIA CRIATIVA REÚNE FORÇAS, TECNOLOGIAS E *EXPERTISES* EM CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO PARA ALAVANCAR O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS DO OESTE DO PR.

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL GERAL	% DE PARTICIPAÇÃO
SIM	145	56%
EM PARTE	96	37%
NÃO	19	7%
TOTAL	260	100%

Fonte: Resultados de Pesquisa, 2013.

Referências

ALVES, Lucir Reinaldo; FERRERA DE LIMA, Jandir; RIPPEL, Ricardo; PIACENTI, Carlos Alberto. **O Continuum: a localização do emprego e a configuração espacial do oeste do Paraná.** Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada, Juiz de Fora, v.1, n.2, p.24-46, 2006.

ALVES, Lucir Reinaldo, LIMA; Jandir Ferrera de, PIFFER, Moacir. **Dinamismo Setorial Diferenciado no Oeste e no Sudoeste do Paraná.** Apresentada no I Seminário de Desenvolvimento Regional e Agronegócio, em setembro de 2008. *Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. 2008.*

FONSECA REIS, Ana Carla (org). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento.** São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

_____. (org). **Cidades Criativas: soluções inventivas - O papel da Copa, das Olimpíadas e dos museus internacionais.** Garimpo Soluções, São Paulo, 2010.

_____. (org). **Cidades Criativas: da teoria à prática.** São Paulo: SESI-SP editora, 2012.

HIRSCHMAN, Albert. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1961.

HOWKINS, John. **The Creative Economy?**. England, 2001, revised 2007.

_____. **The Creative economy – How people make money from ideas**. London: Penguin Books, 2001.

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses: sumário executivo**. – Curitiba: IPARDES, 2004.

KOVÁCS, Máté. **A Economia Criativa e a Erradicação da Pobreza na África: PRINCÍPIOS E REALIDADES**. In FONSECA REIS, Ana Carla (org). *Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itáú Cultural, 2008. 267.

LIMA, Jandir Ferrera de; EBERHARDT, Paulo Henrique de Cezaro; BARROS, Augusto Luiz Heck. **Os Territórios Econômicos no Oeste do Paraná: Uma Análise do seu Crescimento no início do século XXI**. *Ciências Sociais em Perspectiva* 10-18 : 111 – 122 1º sem. 2011.

M. DAVIS, Andrea. **A Economia Criativa como Estratégia para o Crescimento e Regeneração de Riquezas na Jamaica e no Caribe**. In FONSECA REIS, Ana Carla (org). *Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itáú Cultural, 2008.

PERROUX, François. **O conceito de pólo de crescimento**. In: SCHWARTZMANN, J. (Org.). *Economia regional e urbana: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SCHÖNTAG, Rodolfo da Rosa. **Autonomia financeira municipal: contradição ou realidade?** *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 14, n. 2349, 6 de dez. 2009. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/13977>>. Acesso em 23/11/2010.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico**. Tradução Maria Sílvia Passos. Abril Cultural, 1982 (Os economistas) e Editora Nova Cultura, São Paulo, 1997.

_____. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico**. Tradução Maria Sílvia Passos. Abril Cultural, 1982 (Os economistas) e Editora Nova Cultura, São Paulo, 1997.

TSCHÁ, Olga da Conceição Pinto; RIPPEL, Ricardo; LIMA, Jandir Ferrera de. **Transformação produtiva, urbanização, industrialização e migração no Oeste do Paraná**. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

Recebido em 18/07/2014

Aprovado em 25/07/2014

DIVULGAÇÃO CONTÁBIL EM ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: COMPARTIVO ENTRE BRASIL E REINO UNIDO

Patricia Villa Costa Vaz*
Vicente Pacheco**

Resumo

O presente estudo objetiva verificar as informações contábeis divulgadas pelas entidades do terceiro setor em dois países: Brasil e Reino Unido. Foram analisadas as demonstrações contábeis disponíveis nos *sites* de duas entidades representativas do setor de voluntariado, cada uma localizada em um dos países selecionados para o estudo. Quanto à metodologia, trata-se de um estudo de caso. Os resultados do estudo indicam que a entidade brasileira restringe-se a divulgar os demonstrativos básicos indicados pela legislação vigente, enquanto a entidade britânica inclui notas explicativas e o posicionamento do Conselho Administrativo, deixando claro para o leitor quais as ações que a entidade planeja realizar e quais já realizou. Espera-se que este estudo inicie o debate sobre a divulgação de informações contábeis nas entidades brasileiras, demonstrando uma possibilidade de abordagem.

Palavras chave: demonstrações contábeis; entidades sem fins lucrativos; terceiro setor; voluntariado.

Abstract

This study aims to verify the financial information disclosed by the third sector entities in two countries: Brazil and the United Kingdom. We analyzed financial statements available in two entities representing the voluntary sector, each located in one of the countries selected for the study. Regarding the methodology, it is a case study. The study results indicate that the Brazilian entity is restricted to make the basic statements indicated by law, while the British entity includes notes and positioning of the Administrative Council, making it clear to the reader what actions the entity plans to hold and which already accomplished. It is hoped that this study will initiate the debate on the disclosure of financial information in Brazilian organizations, demonstrating a possible approach.

Keywords: financial statements; nonprofits organizations; third sector; volunteering.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade - Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: patricia.villa@ufpr.br

** Doutor em Engenharia de Produção pela USFC. Professor do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: vpacheco@ufpr.br

1 INTRODUÇÃO

O terceiro setor “é composto por um diversificado grupo de instituições que atuam no fornecimento de bens e serviços públicos, tendo como objetivo principal a melhoria das condições de vida de todos os indivíduos” (BETIOL JÚNIOR, 2005, p. 10).

Considerando tal caráter de atender as necessidades coletivas e individuais, as entidades componentes do terceiro setor apresentam particularidades, buscando uma regulamentação própria, que atenda suas características básicas. Neste sentido, este estudo pretende analisar as estruturas, fundamentos e normas relativas às práticas contábeis destas organizações do terceiro setor, tanto nacionais quanto internacionais, em especial a legislação britânica, sobre as entidades sem fins lucrativos.

Conforme Santos (2010, p. 16) o recente avanço tecnológico e as necessidades informacionais exigem “dos setores público e privado, bem como do terceiro setor, metodologias cada vez mais modernas e eficientes de gerenciamento, sugerindo novas técnicas que permitam uma melhor orientação e eficácia organizacional”.

Entretanto, “embora o terceiro setor seja frequentemente explorado como um novo campo de estudo às inovações administrativas, pouco se tem em termos de conhecimento sobre o desenvolvimento de teorias voltadas especificamente ao terceiro setor” (SANTOS, 2010, p. 16).

Para Ferreira e Ferreira (2006, p. 01) “as discussões recentes relacionadas ao terceiro setor têm suscitado algumas confusões que estão tornando complicados os esforços de defini-lo e compreendê-lo de forma mais clara e objetiva na realidade brasileira”. Diante dessa dificuldade, Ferrarezi (2007, p. 108) afirma que “o conceito de terceiro setor tem uma

imbricação com a noção de associativismo, ONGs, ajuda mútua, voluntariado e sociedade civil, cujo debate é rico, abrangente e variado”.

Com relação ao cenário brasileiro, Santos (2010, p. 15) afirma que “as entidades sem fins lucrativos passaram a desempenhar papel de fundamental importância para o Brasil, na medida em que constituem parte da solução para os problemas sociais do desenvolvimento”. Para este autor, a sociedade vem se conscientizando de que precisa participar dessas soluções e muitas organizações têm atuado com propriedade nesse sentido.

Entretanto, Santos (2010, p. 15) ainda afirma que:

Para superar os desafios que podem ameaçar sua existência e sua eficiência administrativa, tais entidades devem acrescentar as suas práticas de contabilidade novos instrumentos que assegurem o cumprimento dos seus objetivos institucionais, tais como: trabalhar por meio de redes sociais, criar mecanismos mais eficazes de controle que possibilitem avaliar o impacto das ações executadas e ganhar maior visibilidade divulgando o produto do trabalho realizado.

Ferreira e Ferreira (2006, p. 12) também discorrem sobre a questão conceitual das organizações do terceiro setor, afirmando que “se apresenta confusa devido ao fato de existirem inúmeras denominações que são utilizadas para identificar as organizações que fazem parte do terceiro setor”. Para estes autores,

O terceiro setor, (...), não teve, ao longo de seu processo de institucionalização como campo de estudos específico, a atenção de profissionais e pesquisadores de uma determinada linha ou área do saber. O conhecimento acumulado em relação às organizações que compõem o setor e as informações e conhecimentos que estão surgindo também não são – e talvez nem tenham condições de ser – compilados ou

agrupados de forma uniforme ou mesmo objetiva.

Neste sentido, questiona-se: quais as similaridades e divergências entre a divulgação de informações contábeis de duas entidades, uma brasileira e outra britânica, representativas do terceiro setor? O objetivo geral do presente estudo é analisar as divergências ou congruências entre a divulgação de informações contábeis nacionais e internacionais referentes ao terceiro setor. Para tanto, busca-se verificar as estruturas, fundamentos e normas nacionais das práticas de contabilidade para o terceiro setor; verificar as estruturas, fundamentos e normas internacionais das práticas de contabilidade para o Terceiro setor, em particular a legislação britânica; e comparar os modelos nacionais e internacionais mediante a realização de um estudo de caso com empresas do terceiro setor localizadas nos países selecionados.

O presente estudo justifica-se pois, conforme Oliveira (2009), o conceito normativo de terceiro setor não existe no Brasil. Este autor considera que a legislação vigente no país é “esparsa, difusa, multifacetada, confusa e fragmentada” (OLIVEIRA, 2009, p. 04), o que dificulta sua implementação. Além disso, a regulação das atividades do Terceiro setor “compete à órgãos públicos diversos, com superposição de competências normativas, e com baixo ou nenhum poder de comunicação intersetorial” (OLIVEIRA, 2009, p. 04).

Diante disso, estudos com foco no terceiro setor auxiliam na resolução de problemas referentes às organizações, buscando melhorias e otimização de novas práticas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste estudo, serão analisadas as práticas contábeis nacionais e internacionais

para o Terceiro setor, conforme a literatura a seguir.

2.1 Divulgação de informações contábeis para entidades do terceiro setor brasileiras

Para Sousa (2010, p. 28), a lei que rege as atividades das entidades do terceiro setor é a nº 9.790, de 23 de março de 1999. Já a Contabilidade para entidades sem fins lucrativos é regida pela ITG 2002 (2014), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade e que se refere à aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade para estas organizações.

Zanluca (2014, p. 01) define o terceiro setor como sendo “as organizações não governamentais (sigla ONG), que não têm finalidade de lucro, mas congregam objetivos sociais, filantrópicos, culturais, recreativos, religiosos, artísticos”.

Na classificação do Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 23), as entidades de Interesse Social componentes do Terceiro setor apresentam as seguintes características básicas:

- a) promoção de ações voltadas para o bem-estar comum da coletividade;
- b) manutenção de finalidades não-lucrativas;
- c) adoção de personalidade jurídica adequada aos fins sociais (associação ou fundação);
- d) atividades financiadas por subvenções do Primeiro Setor (governamental) e doações do Segundo Setor (empresarial, de fins econômicos) e de particulares;
- e) aplicação do resultado das atividades econômicas que porventura exerça nos fins sociais a que se destina;
- f) desde que cumpra requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do Estado.

Para a consecução das finalidades a que se propõem, essas entidades ado-

tam uma das formas jurídicas previstas pelo Código Civil Brasileiro, de fundação ou associação (...).

Contudo, Campos (2005, p. 06) afirma que:

Uma das características que identificam o setor formado pelas Organizações do Terceiro setor no Brasil é a sua cada vez maior profissionalização, tanto no que diz respeito às diversas ações que por ele são implementadas, como também das pessoas que nele atuam, aqui consideradas as formalmente contratadas e os voluntários. O aumento da demanda pela profissionalização do terceiro setor no Brasil também ocorre pelo incremento da participação do meio empresarial em projetos daquelas entidades, com destaque para a atuação das fundações empresariais ligadas a grupos comerciais e também o patrocínio de atividades esportivas e culturais, entre outras.

Conforme a Associação Brasileira de ONGs – Abong (2014), em junho de 2005 foi sancionada a Lei 11.127, que trouxe novas modificações ao Código Civil no que diz respeito às associações, em seus artigos 54, 57, 59, 60 e 2.031. As previsões estatutárias obrigatórias para as associações passaram a ser:

- a) A denominação, os fins e a sede;
- b) Os requisitos para admissão, demissão e exclusão de associados(as);
- c) Direitos e deveres dos associados(as);
- d) Fontes de recursos para sua manutenção;
- e) O modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos;
- f) As condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução da entidade;
- g) A forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas;
- h) Os critérios de eleição dos(as) administradores(as).
- i) Modo de representação ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;
- j) Se os membros respondem ou não subsidiariamente pelas obrigações sociais;

- k) Destino do patrimônio em caso de dissolução;
 - l) Forma e quórum para convocação da assembleia geral.
- (...) (ABONG, 2014)

Para o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 22):

O novo Código Civil apresentou algumas modificações no seu texto sobre as organizações da sociedade civil, inserindo a expressão *de fins não-econômicos*, o que forçaria interpretações não-favoráveis ao perfil institucional das organizações sociais, em um momento em que se concentram esforços para a busca definitiva da autosustentabilidade por meio da promoção de atividades de cunho essencialmente econômico: *prestação de serviços profissionais, fabricação e venda de artesanatos e de outros produtos*.

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade para as Entidades sem fins lucrativos – ITG 2002 (2012),

1. A entidade sem finalidade de lucros é aquela em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido, e o lucro ou prejuízo, resultado proveniente da confrontação das receitas com as despesas, é denominado, respectivamente, de superávit ou déficit.
2. Essa entidade é constituída sob a forma de fundação de direito privado, associação, organização religiosa, partido político e entidade sindical.
3. A entidade sem finalidade de lucros exerce atividades de assistência social, saúde, educação, técnico-científica, esportiva, religiosa, política, cultural, beneficente, social e outras, administrando pessoas, coisas, fatos e interesses coexistentes, e coordenados em torno de um patrimônio com finalidade comum ou comunitária.

Assim, Zanluca (2014) expõe que as características básicas da contabilidade do terceiro setor Brasileiro são definidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6404/1976). Contudo, considera que algumas adaptações devem ser feitas no que

dizem respeito, principalmente, à nomenclatura de algumas contas a serem utilizadas, pois o Patrimônio Líquido deve escriturado como Patrimônio Social e os recursos recebidos para atender atividades ou projetos específicos devem ser escriturados de forma separada em contas de Fundos.

Já Santos (2010) indica que a Lei nº. 9.790, de 23 de março de 1999, dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e da outras providências. Para o autor, esta lei criou uma nova qualificação para pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos.

O Decreto nº 3100/99 dispõe sobre a prestação de contas destas instituições, indicando que:

Art.11. Para efeito do disposto no art. 4º, inciso VII, alíneas "c" e "d", da Lei nº 9.790, de 1999, entende-se por prestação de contas a comprovação da correta aplicação dos recursos repassados à Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§1º As prestações de contas anuais serão realizadas sobre a totalidade das operações patrimoniais e resultados das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

§2º A prestação de contas será instruída com os seguintes documentos:

I - relatório anual de execução de atividades;

II - demonstração de resultados do exercício;

III - balanço patrimonial;

IV - demonstração das origens e aplicações de recursos;

V - demonstração das mutações do patrimônio social;

VI - notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário; e

VII - parecer e relatório de auditoria nos termos do art. 19 deste Decreto, se for o caso.

Para Peyon (2006), a NBCT – 10 relaciona aspectos contábeis específicos em entidades diversas, como Fundações, Entidades que Recebem Subvenções, Sindicais e Associações de Classe, entre outras. Na NBCT – 10.19, para as Entidades Sem Finalidade de Lucros, estão estabelecidos critérios e procedimentos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis. Estas normas se destinam, também, a orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, especialmente entidades beneficentes da assistência social, para fins de emissão do “Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos”, da competência do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Já para o Conselho Federal de Contabilidade (2008), os procedimentos de escrituração das transações praticadas pelas Entidades de Interesse Social no Brasil, em alguns aspectos, diferem dos utilizados para as demais entidades jurídicas, conforme disciplinado pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 10.4 – Fundações e NBC T 10.19 – Entidades sem finalidades de lucros), nos seguintes aspectos:

Prestação de Contas

Uma das principais obrigações dos administradores das Entidades de Interesse Social é prestar contas, primeiramente, ao próprio órgão deliberativo da entidade, e, por fim, ao Poder Público por meio dos diversos órgãos governamentais, de acordo com a natureza jurídica, títulos e certificados que pleiteia ou possui.

Prestação de contas é o conjunto de documentos e informações disponibilizados pelos dirigentes das entidades aos órgãos interessados e autoridades, de forma a possibilitar a apreciação, conhecimento e julgamento das contas e da gestão dos administradores das entidades, segundo as competências de cada órgão e autoridade, na

periodicidade estabelecida no estatuto social ou na lei. (CFC, 2008, p. 78)

Conforme Santos (2010, p. 32), as demonstrações contábeis das Entidades de Interesse Social apresentam terminologias específicas diferentes das entidades de fins lucrativos. Os demonstrativos contábeis mínimos para as Entidades Beneficentes de Assistência Social são: Balanço Patrimonial, Demonstração de Superávit ou Déficit, Demonstração de Mutações do Patrimônio Social, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Notas Explicativas. Se a entidade tiver obrigatoriedade de auditoria, então também necessita do Parecer da Auditoria.

Para o Conselho Federal de Contabilidade (2012) – ITG 2002, os seguintes itens devem ser observados:

Demonstrações contábeis

1. As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme previsto na NBC TG 26 ou na seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.
2. No Balanço Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido; e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit. Nas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídos por superávit ou déficit do período.
3. Na demonstração do resultado, devem ser destacadas as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos, e divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade.
4. Na demonstração dos fluxos de caixa, as doações dos associados devem ser classificadas nos fluxos das atividades operacionais.

Após a indicação das características da legislação brasileira sobre as informações

contábeis relativas ao terceiro setor, o próximo tópico traz a legislação britânica referente a estas entidades, para posterior discussão.

2.2 Divulgação de informações contábeis para entidades do Terceiro Setor britânicas

Conforme Oliveira (2009, p. 33), as bases constitucionais e legais referentes ao Terceiro setor na Inglaterra são:

Charities Acts de 1992, 1993 e 2006;
Companies Acts of 1985, 1990 and 2006;
Trustee Acts of 1925 and 2000;
Industrial and Provident Societies Acts of 1965 and 2002;
Income and Corporation Taxes Act of 1998;
Finance Acts of 1990, 2000;
Race Relations Act of 1976; e
Human Rights Act of 1998.

Segundo Ferreira (2000, p. 05), na Inglaterra utiliza-se o termo setor voluntário (*voluntary sector*), que enfatiza a falta de coerção na adesão às organizações ou participação e o papel dos voluntários. Tende a privilegiar a forma associativa e a excluir as cooperativas e as mutualidades, bem como as organizações que, apesar de privadas, são de adesão obrigatória ou possuem uma autoridade legal (e às quais os autores preferem chamar QUANGO, ou seja *quasi-nongovernmental organisations*). Em contrapartida, não se restringe às formas organizacionais, podendo por vezes abranger as iniciativas de voluntariado que se expandem para o setor público. Por vezes designa também a área da família e da comunidade.

Para Ferreira (2000, p. 101), “no Reino Unido existe um peso importante das organizações de educação mas na área do ensino superior, o que se deve, sobretudo, às medidas de privatização levadas a cabo na era Thatcher”. Assim,

No Reino Unido, as políticas de passividade reflectiram-se sobretudo nos benefícios universais, em especial nas pensões e benefícios para a infância, e apostou-se na selectividade com um grande aumento dos benefícios dependentes de condição de recursos. As classes médias foram encorajadas a optar por formas privadas de seguro (como foi o caso das pensões) e verificou-se uma ênfase nas medidas de activação, ou 'workfare', limitando-se a duração dos benefícios de desemprego e condicionando-os a critérios estritos de activação. (FERREIRA, 2000, p. 104)

Ferreira (2000, p. 105-106) ainda afirma que as restrições legais a práticas de campanhas ou advocacia por parte das organizações não-lucrativas, no Reino Unido, é feita pela entidade que regula estas organizações, a *Charity Commission*, sendo, portanto, mais arbitrária. Conforme Hilton *et al.* (2012), as entidades do terceiro setor na Inglaterra são definidas em voluntárias ou de caridade. As entidades de caridade são definidas pelo *Charities Act* de 2006 e devem trabalhar para:

- (a) a prevenção ou o alívio da pobreza;
- (b) o avanço da educação;
- (c) o avanço da religião;
- (d) o avanço da saúde ou o salvamento de vidas;
- (e) o avanço da cidadania ou do desenvolvimento comunitário;
- (f) o avanço das artes, da cultura, da identidade e das ciências;
- (g) o avanço dos esportes amadores;
- (h) o avanço dos direitos humanos, da resolução de conflitos ou da reconciliação, ou a promoção de harmonia religiosa ou racial, da igualdade ou da diversidade;
- (i) o avanço da proteção ou melhoria ambiental; o auxílio aos necessitados por razões de juventude, idade, má saúde, deficiência, ônus financeiros ou outras desvantagens;

(j) o avanço do bem-estar dos animais;

(l) a promoção da eficiência das forças armadas da Coroa, ou da eficiência dos serviços policial, de bombeiros, de resgate ou de ambulância; e

(m) quaisquer outros propósitos que possam ser considerados análogos aos listados, ou imbuídos do mesmo espírito daqueles listados, ou que como tais tenham sido considerados sob o direito das *charities*.

Assim, o termo “voluntariado” é utilizado para definir uma ação privada, ou seja, a ação que não esteja sob a direção de qualquer autoridade que detém o poder do Estado. Uma organização voluntária é aquela na qual os seus trabalhadores não são pagos ou remunerados, é iniciada e governada por seus próprios membros e não possui controle externo (HILTON *et al.*, 2012).

Para Hilton *et al.* (2012), uma organização não-governamental sem fins lucrativos (ONG) é uma tarefa orientada e composta de pessoas com interesses comuns, para executar uma variedade de serviços e funções humanitárias, trazendo preocupações dos cidadãos aos governos, monitorando a política e a implementação de programas, e incentivando a participação da sociedade civil a nível da comunidade.

De acordo com Oliveira (2009), as chamadas *voluntary organizations* têm em comum o fato de serem formadas por duas ou mais pessoas, com vistas à persecução de um objetivo comum, de interesse público, e sem fins lucrativos. Se o objetivo de determinada *voluntary organization* qualificar-se como uma *charitable purpose* (enumeradas em lei), tal organização pode pleitear o seu registro junto à autoridade reguladora competente como *charity*.

Já as *charitable purposes* são propósitos que apresentam duas características básicas: prestam-se ao

benefício do público em geral (no inglês, *public benefit*) e enquadram-se numa das doze categorias listadas na lei. Para o autor, há pelo menos três formas jurídicas admitidas para as *charities* na Inglaterra e País de Gales:

- a) as *Companies Limited by Guarantee*, que são sociedades de responsabilidade limitada; quando tenham por objeto a promoção de *charitable purposes* e sejam registradas como tais perante a autoridade competente, são chamadas *charitable companies*; são regidas, atualmente, pelo *Companies Act* de 2006;
- b) as *Unincorporated Associations*, que não têm responsabilidade limitada, de sorte que os seus membros são solidariamente responsáveis pelos débitos que elas contraírem; e
- c) os *Trusts*, que são organizações encarregadas da gestão de um patrimônio, dotadas de gestores nomeados para mandatos sem duração fixa; se a gestão do patrimônio é feita para *charitable purposes*, é reconhecido como um *charitable trust*. (OLIVEIRA, 2009, p. 38)

De acordo com Salamon (1996), o Reino Unido possui predominância de projetos na área de educação, para entidades relacionadas ao terceiro setor. O segundo maior campo de atuação é de cultura e lazer.

Para o *National Council for Voluntary Organisations* – NCVO (2004), os dois itens essenciais relativos à contabilidade do terceiro setor britânico são *Accountability* e *Transparência*. *Accountability* é considerado como justificar ações ou decisões e dar um registro satisfatório ou explicação. Isto pode incluir tanto a descrição de um evento ou experiência e um registro financeiro de despesas e receitas. Implica, também, uma relação: a de que há uma parte que é devida uma explicação ou justificação e que tem o dever de dar-lhe. Além disso, na medida em que se trata de uma relação entre duas ou mais partes implica que existe uma

linguagem comum de prestação de contas e um conjunto comum de expectativas sobre o que é envolvido. Já a transparência possui maior ênfase nas organizações, balanceando o ônus entre ser honesto e transparente.

Assim, para Kendall (2000, p. 02), o impacto da regulamentação do governo no terceiro setor britânico indica que:

- O setor do voluntariado e da comunidade independente e diversificada é fundamental para o bem-estar da sociedade;
- No desenvolvimento e execução da política e dos serviços públicos, o governo e o setor têm papéis distintos, mas complementares;
- Há um valor adicionado em trabalhar em parceria no sentido de metas e objetivos comuns;
- O governo e o setor têm diferentes formas de prestação de contas, mas valores comuns de compromisso com a integridade, objetividade, transparência, honestidade e liderança.

Para a *Charities Commission* (2005), no Reino Unido e País de Gales, os atos do Governo que regulamentam as *Charities* são o *Charities Act* (2006) e os regulamentos da *Charities Commission*. A Comissão é responsável pela supervisão e regulação das entidades de caridade e manter um registro público destas organizações. Todas as organizações devem prover registros contábeis, além de preparar um registro de entradas e saídas e o balanço.

De acordo com o *Charities Regulation* (2008),

A prestação de contas deve ser constituída por

-
- (a) uma declaração de atividades financeiras , mostrando o total de recursos recebidos e aplicação dos recursos , juntamente com quaisquer outros movimentos no total dos recursos , da caridade durante o exercício relevante; e
- (b) um balanço que mostra o estado de coisas da caridade como no final do exercício financeiro correspondente .

A prestação de contas deve ser elaborada de acordo com os seguintes princípios:

(a) a declaração de atividades financeiras devem dar uma imagem verdadeira e apropriada dos recursos recebidos e aplicação dos recursos da caridade no exercício financeiro correspondente;

(b) o balanço patrimonial devem dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira de caridade no final do exercício financeiro correspondente;

(...)

O próximo tópico traz a metodologia do estudo, para então discutir os aspectos semelhantes e divergentes das duas práticas contábeis de terceiro setor.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico serão analisados os aspectos metodológicos do trabalho, como caráter metodológico, estratégias de planejamento da pesquisa, amostra selecionada e tratamento e análise de dados.

A teoria de base do presente estudo engloba as estruturas, normas e fundamentos das práticas de contabilidade para as entidades do terceiro setor, em âmbito nacional e internacional. A pesquisa parte do pressuposto de que as práticas contábeis divergem para entidades sem fins lucrativos localizadas em diferentes países.

A abordagem metodológica do presente estudo é interpretativista, pois se baseia na visão de que “a realidade social não tem existência concreta, mas é produto da experiência subjetiva e intersubjetiva” (Macedo e Boava, 2008, p. 04).

Verifica-se que, em tal abordagem, a estratégia de pesquisa adotada é o estudo de caso, que também será adotado no presente estudo. Conforme Yin (1994), a realização de um protocolo de estudo de caso é fundamental, pois auxilia o investigador a antecipar problemas. Neste

estudo em particular, o protocolo fornecido pelo autor foi adaptado, conforme as seções indicadas no Quadro 01.

Quanto à abordagem com relação ao problema, o presente estudo constitui-se em qualitativo, pois serão realizadas análises mais profundas em relação ao fenômeno estudado, visando destacar características não observadas pelo estudo quantitativo e a análise detalhada de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação em particular (Raupp e Beuren, 2003; Godoy, 1995).

Em relação à abordagem quanto ao objetivo do estudo, buscou-se um estudo descritivo, pois visa estimar as percepções e descobrir associações entre as variáveis, avaliando e coletando dados sobre vários aspectos do fenômeno pesquisado (Cooper e Schindler, 2003).

Quanto à amostra, foram selecionadas duas entidades representativas do terceiro setor que atuam com serviço voluntário. A representante brasileira é a ONG Parceiros Voluntários, já a britânica é a *Community Service Volunteers - CVS*. Serão analisados os reportes financeiros e a legislação vigente no ano de 2012/2013.

Os dados qualitativos foram analisados à luz da teoria selecionada, buscando-se interpretar os resultados das legislações vigentes conforme as definições teóricas sobre o terceiro setor. A abordagem interpretativista do estudo proporcionará a verificação da teoria com a amostra definida.

4 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

4.1 O caso brasileiro: a ONG Parceiros Voluntários

A primeira empresa analisada foi a Parceiros Voluntários, uma Organização Não-Governamental, sem fins lucrativos,

apartidária, criada em janeiro de 1997 por iniciativa do empresariado do Rio Grande do Sul. Com a missão de ser um movimento disseminador da cultura do voluntariado organizado no Brasil, visa pessoas, comunidades e uma sociedade mais solidária. A ONG lidera projetos e programas como: Voluntário Pessoa Física, Voluntário Pessoa Jurídica, Parceiros Jovens Voluntários e Organizações da Sociedade Civil.

No site da instituição, é possível consultar os demonstrativos financeiros do ano encerrado em 31 de dezembro de 2012. No arquivo de três páginas, verifica-se o Balanço Patrimonial, com as contas de Ativo, Passivo e Patrimônio Social; a Demonstração do Superávit do exercício, com Receitas, Despesas e Resultado Operacional e Financeiro; Demonstração das Mutações do Patrimônio Social; e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.2 O caso britânico: *Community Service Volunteers*

O documento referente às demonstrações contábeis e financeiras da *Community Service Volunteers* possui 41 páginas. Na capa, há a indicação de que é uma companhia limitada e do seu registro na *Charities Commission*. A página dois contém um índice do relatório e a seguir é disposta uma indicação das referências e alguns detalhes administrativos da entidade, como local das operações, membros do conselho e empresa de auditoria das demonstrações.

As próximas 12 páginas indicam o relatório do Conselho Administrativo, com informações e explicações sobre rendimentos, fundos, e uma análise sobre as atividades da entidade e seu impacto nas finanças. O relatório traz a opinião dos conselheiros sobre os impactos da economia nas finanças da entidade, deixando o leitor

seguro de que o seu trabalho é promover o melhor interesse para a CSV.

A seguir, é disposto o parecer dos auditores independentes, conforme disposto no *Companies Act* de 2006. As páginas na sequência trazem os demonstrativos consolidados, a saber: Demonstrativos consolidados das Atividades Financeiras – receitas e despesas; Balanço Patrimonial e Fluxo de Caixa consolidado. As notas que seguem as demonstrações trazem indicativos das políticas contábeis, formas de cálculos das receitas e despesas; informações sobre funcionários como salários e impostos e cálculos das contas de fundos.

4.3 Comparação entre o caso brasileiro e o britânico

Observa-se que há uma grande diferença entre as disposições das informações contábeis entre as duas entidades do terceiro setor. A entidade brasileira restringe-se a apresentar o básico, como o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Superávit do exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e a Demonstração dos Fluxos de Caixa. Estes demonstrativos são importantes para a compreensão das finanças da entidade, entretanto, exigem que o leitor tenha algum conhecimento prévio sobre os conceitos nele utilizados, como receitas financeiras e patrimônio social.

Já o reporte financeiro da entidade britânica cumpre a legislação local, ao indicar os demonstrativos consolidados e suas devidas notas explicativas. Além disso, traz um posicionamento do Conselho Administrativo, o que pode indicar ao leitor as ações que a entidade tomará, facilitando uma previsão de seu futuro.

Ao analisar as duas entidades, nota-se que a entidade brasileira poderia aproveitar o momento da divulgação dos seus reportes financeiros para indicar ao leitor informações mais detalhadas, como seus projetos

atuais, planos para ações futuras e direcionamentos contábeis e financeiros que a entidade possui. Isto poderia deixar as informações contábeis mais claras e atrair mais investidores e voluntários, pois teriam a certeza que a entidade é séria e utilizará os recursos da melhor maneira possível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo analisar as divergências ou congruências entre a divulgação de informações contábeis nacionais e internacionais referentes ao terceiro setor. Para tanto, verificou-se as estruturas, fundamentos e normas das práticas de contabilidade para o terceiro setor no Brasil e no Reino Unido, para então comparar os modelos nacionais e internacionais mediante a realização de um estudo de caso com empresas do terceiro setor localizadas nestes dois países selecionados.

Os resultados do estudo indicam que a entidade brasileira restringe-se a divulgar os demonstrativos básicos indicados pela legislação vigente. Entretanto, a entidade britânica inclui notas explicativas e o posicionamento do Conselho Administrativo, deixando claro para o leitor quais as ações que a entidade planeja realizar e quais já realizou.

Diante disso, verifica-se que a importância de se analisar as entidades do terceiro setor remetem à sua característica social e à sua própria evolução. Conforme Ferreira e Ferreira (2006, p. 18):

O tema terceiro setor e o conceito a ele atribuído vêm causando também – paralelamente à sua evolução em termos de exposição nas mídias e em termos de representatividade de interesses – graves distorções de identidade e de enquadramento das organizações que o compõem ou que são passíveis de se incorporar a ele. Além disso, talvez seja impróprio

hoje tentar atribuir um papel específico ou mesmo tentar discutir o papel das organizações do terceiro setor enquanto fomentadoras da democratização e/ou redemocratização do espaço público, como ambientes de resgate da cidadania, solidariedade, bem estar social e como solucionadoras dos diversos problemas e mazelas sociais.

Este trabalho possui a limitação de analisar apenas duas entidades de cada setor. Contudo, o foco maior é iniciar o debate sobre a divulgação de informações contábeis nas entidades brasileiras, demonstrando uma possibilidade de abordagem. Portanto, sugere-se que estudos futuros analisem mais entidades brasileiras, aprofundando estas discussões e trazendo soluções e melhoras.

Seção	Tópicos
Visão geral do projeto de estudo de caso.	Analisar as similaridades e divergências entre a legislação brasileira e britânica referente às entidades que compõem o terceiro setor.
Procedimentos de campo.	Análise da legislação aplicável à tais entidades.
Questões do estudo de caso.	- Quais as estruturas, fundamentos e normas das práticas contábeis para as entidades do terceiro setor? - Há diferenças entre a legislação brasileira e britânica? Quais?
Guia para relatório do estudo de caso.	Análise das similaridades e divergências entre conceitos contábeis aplicáveis ao terceiro setor.

Quadro 01 – Protocolo do Estudo de Caso
Fonte: elaborado pelos autores

Referências

ABONG – Associação Brasileira de ONGs. **O novo código civil e o estatuto social das ONGS**. 2014. Disponível em: <http://www.abong.org.br/ongs.php?id=19>. Acesso em: 19/04/2014.

BETIOL JÚNIOR, Alcides. **Formação e destinação do resultado em entidades do terceiro setor**: um estudo de caso. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.790/1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm. Acesso em: 19/04/2014.

_____. **Decreto nº 3.100/1999**. Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3100.htm. Acesso em: 19/04/2014.

CAMPOS, Gabriel Moreira. A realidade contábil-gerencial de uma organização do terceiro setor: o caso da Fundação Otacílio Coser. **IX Congresso Internacional de Custos** – Florianópolis/SC, 28 a 30 de novembro de 2005.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **ITG 2002** – Entidade sem fins lucrativos. 2012. Disponível em: <http://www.portalcfc.org.br/legislacao/leis/>. Acesso em: 29/03/2014.

_____. **Manual de procedimento contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. Brasília: CFC, 2008.

CHARITIES COMMISSION. **Accounting and Reporting by charities:** Statement of Recommended Practice. 2005. Disponível em: <http://www.charitycommission.gov.uk/media/95505/sorp05textcolour.pdf>. Acesso em: 22/04/2014.

COMMUNITY SERVICE VOLUNTEERS. **Annual Report.** 2012. Disponível em: <http://www.csv.org.uk/about-us>. Acesso em: 06/4/2014.

COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. **Métodos de Pesquisa em Administração.** 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

FERRAREZI, Elisabete Roseli. **A reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil:** a criação da lei das OSCIP (Lei 9.790/99). 308 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2007.

FERREIRA, Marcelo Marchine; FERREIRA, Cristina Hillen Marchine. **Terceiro Setor:** um conceito em construção, uma realizada em movimento. 2006. Disponível em: http://www.dcc.uem.br/semana2006/anais2006/Anais_2006_arquivo_30.pdf. Acesso em: 19/04/2014.

FERREIRA, Sílvia Maria Dias. **O papel das organizações do terceiro setor na reforma das políticas públicas de protecção social** – uma abordagem teórico-histórica. 395 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Coimbra, 2000.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar/abr 1995.

HILTON, Matthew; CROWSON, Nick; MOUHOT, Jean-François; MCKAY, James A **Historical Guide to NGOs in Britain: Charities, Civil Society and the Voluntary Sector since 1945.** New York: Palgrave Macmillan, 2012.

INGLATERRA. **Charities Regulation.** 2008. Disponível em: <http://www.legislation.gov.uk/ukxi/2008/629/regulation/40/made>. Acesso em: 22/04/2014.

KENDALL, Jeremy. The mainstream of the thirrd sector into public policy in England in the late 1990s: Whys and wherefores. **Civil Society Working Paper 2**, 2000.

MACEDO, Fernanda Maria Felício; BOAVA, Diego Luiz Teixeira. Dimensões epistemológicas da pesquisa em empreendedorismo. **XXXII Encontro ANPAD.** Rio de Janeiro/RJ, 06-10 de março de 2008.

NCVO – National Council for Voluntary Organisations. **Accountability and transparency.** 2004. Disponível em: http://www.ncvo.org.uk/images/documents/policy_and_research/charity_law_and_regulation/accountability_and_transparency_2004.pdf. Acesso em: 19/04/2014.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. **Perspectivas sobre o marco regulatório para o terceiro setor** – cenário internacional. Seminário: Terceiro Setor – cenários e desafios, 2009.

PARCEIROS VOLUNTÁRIOS. **Relatório Anual**. 2012. Disponível em: <http://www.parceirosvoluntarios.org.br/Componentes/Parceiros/RelatorioAnual.asp>. Acesso em: 06/04/2014.

PEYON, Luiz Francisco. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (ONG / OSCIP)**. Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SALAMON, Lester M. Social origins of civil society: explaining the nonprofit sector cross-nationally. **Working papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project**, n. 22, 1996.

SANTOS, Cleston Alexandre dos. **Práticas de Contabilidade das Organizações sem fins lucrativos de Curitiba**. 113f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2010.

YIN, R. K. **Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 1994.

ZANLUCA, Júlio César. A contabilidade do terceiro setor. 2014. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/terceirosetor.htm>. Acesso em: 19/04/2014.

*Recebido em 08/07/2014
Aprovado em 16/07/2014*

BALANÇA COMERCIAL AGRÍCOLA PARANAENSE: CONJUNTURA PÓS-CRISE FINANCEIRA DE 2008

Mirian Beatriz Schneider*
Rafael Henrique de Araújo**

Resumo

O objetivo deste artigo é demonstrar a importância do agronegócio do Paraná para a economia do Estado. Para tanto é realizado uma descrição detalhada das exportações do setor entre 2000 e 2013, além de comparações com o agronegócio a nível nacional. Esse período é marcado pela crise financeira de 2008 que afetou negativamente todas as economias, mas contribui para observarmos o comportamento do agronegócio em momentos adversos. Os resultados se revelaram surpreendentes, pois o agronegócio se recuperou mais rapidamente que o setor industrial além de ganhar *market-share* de produtos de maior valor agregado, mesmo em um cenário de elevadas barreiras comerciais.

Palavras-chave: comércio internacional; agronegócio paranaense; crise de 2008; barreiras comerciais.

Abstract

The objective of this article is to demonstrate the importance of Parana's agribusiness to State economy. To accomplish the objective it's done a detailed description of agribusiness exports between 2000 and 2013, besides comparisons with the national agribusiness. This period is marked by the 2008 financial crisis which negatively affected all economies, but contributes to observe the behavior of agribusiness in adverse times.

Keywords: international trade; Parana agribusiness; financial crisis (2008); trade barriers.

* Doutora em Processos de Integração Transnacional pela Universidad de León – Espanha. Professora Adjunta do Curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE-Toledo. Pesquisadora do Grupo GEPEC. Bolsista Produtividade da Fundação Araucária. E-mail: mirian-braun@hotmail.com

** Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Pesquisador assistente de projetos ligados a agricultura brasileira, suas relações com o exterior e as políticas implementas no desenvolvimento do setor. E-mail: rafaelharaujo@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Atualmente o comércio internacional responde por uma fatia relativamente importante da economia de todos os países, inclusive a dos países mais fechados ao exterior como a China, ou mesmo o Brasil. Através dos fluxos comerciais, os países financiam a compra de mercadorias ou ainda, tornam o país atraente no cenário internacional para captar investimentos na economia doméstica, caso do Brasil.

O mundo capitalista experimentou um volume crescente do comércio inter-países após a criação do GATT (General Agreement on Trade and Tariffs) em 1947, não por acaso, pois o GATT se tornou um marco regulatório com intuito de diminuir o protecionismo comercial, instigando os países que tinham por objetivo buscar novos mercados no âmbito internacional.

A reestruturação da economia mundial como reflexo do New Deal no EUA e o Welfare State na Europa, planejados como resposta a crise de 1929 e instaurado durante e após a II guerra mundial, desencadearam um desenvolvimento econômico ainda não visto na história, apoiado no desenvolvimento econômico, social e institucional dos países que culminou em uma nova ordem no âmbito internacional.

Esse novo paradigma se consolidou após a Rodada de negociações interministeriais do Uruguai com a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC) em 1995. A OMC se tornou um órgão supranacional cujo objetivo é de elevar os fluxos comerciais diminuindo o protecionismo e evitando o neoprotecionismo, além de regular as disputas comerciais e

restringir ações desleais e comportamentos viesados dos agentes envolvidos.

A OMC regula as disputas comerciais levando em consideração duas cláusulas básicas: favorecer as Nações em desenvolvimento e garantir maior acesso a mercados por parte destas. Teoricamente, esse fato permite que as nações em desenvolvimento conquistem novos mercados, possibilitando um incremento de suas vendas ao exterior, financiando as importações, principalmente de bens de capital, assim como atração de divisas para investimentos em infraestrutura e capital social básico.

Em conjunto à busca internacional por um comércio internacional mais amplo e abrangente, no caso do Brasil, houveram fatores internos que possibilitaram um incremento do comércio com o exterior: a abertura do mercado com o Plano Collor, o controle da inflação com o Plano Real e a estabilidade macroeconômica instaurada por Fernando Henrique Cardoso que permitiram investimentos de longo prazo no país. A abertura econômica e a reforma monetária foram fundamentais para o processo de desenvolvimento econômico do Brasil, pois o atrofiamiento da economia que se configurou durante a década de 80, restringiu a competitividade de todos os setores da economia.

Entretanto, é histórica a dependência do Setor externo brasileiro com relação às divisas internacionais, principalmente por parte do setor agrícola, responsável por atrair divisas para o país e financiar o processo de desenvolvimento econômico em nível regional e nacional. À exceção das décadas de 50, 60 e 70, nas quais o setor industrial foi o carro chefe da economia brasileira, suportado por volumosos subsídios e protecionismo governamental, o setor agrícola é o mais

dinâmico da economia. Isso é evidenciado nos momentos adversos, como a crise de 2008, onde o setor industrial sofreu uma queda de 37% das exportações e o setor agrícola apenas 22% e, também se recuperando mais rapidamente que o setor industrial que até os dias atuais apresenta projeções duvidosas devido ao comprometimento da sua competitividade (SECEX/MDIC, 2013).

Seguindo a tendência nacional, o desenvolvimento regional também se configurou dessa forma, ou seja, é catalisado pelo setor agrícola ou o agronegócio, no caso do Estado do Paraná essa liderança da economia pelo agronegócio é ainda mais evidente, pois em 2013 o agronegócio foi responsável por 74% das exportações do Estado (Agrostat – MAPA, 2014).

Além disso, o saldo do agronegócio paranaense gira em torno de US\$ 11,6 bilhões, divisas que financiam o desenvolvimento econômico do Estado. Essas divisas são direcionadas para os investimentos em infraestrutura, educação, saúde, habitação e permite que o Estado destine, em forma de subsídios, recursos para o setor industrial.

2. BENEFÍCIOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

As análises acerca das relações comerciais entre países é um dos ramos mais antigos da economia internacional, pois as relações econômicas entre as nações baseavam-se nas trocas de mercadorias e, entender com profundidade a relação entre comércio e a formação da riqueza nacional se tornou necessário.

Existem diversas teorias acerca das causas e efeitos do comércio internacional sobre a economia doméstica, entretanto, podemos seguir uma linha teórica. Segundo Gonçalves (1998), as ideias mercantilistas

levam a entendermos que quanto maior o valor de mercadorias exportado maior seria a riqueza do país, pois haveria um saldo positivo da balança comercial, que seria em metais preciosos. Esse superávit determinaria que sua moeda se valorizasse no exterior barateando ainda mais as importações, portanto, as exportações deveriam ser incentivadas.

Já David Hume percebe que a relação da balança comercial com o estoque monetário é o inverso, ou seja, quanto maior o saldo positivo da balança comercial, maior a entrada de metais preciosos, que por sua vez terminam por desvalorizar a moeda, pois se há aumento da oferta de um bem *coeteris paribus* há redução do preço. Apesar de as teorias serem simples, elas permeiam os manuais de estudos da economia internacional até os dias de hoje, integrando a base da doutrina econômica.

Para justificar o comércio entre duas nações, Adam Smith (1873) descreve que se houvesse diferença no tempo de trabalho empregado para a produção de duas mercadorias, o comércio internacional seria vantajoso para os dois países. Isso se deve ao fato de aumentar a produtividade através da especialização na produção, ainda haveria um ganho de bem estar para a população devido ao emprego racional dos fatores de produção.

David Ricardo estendeu esse modelo e chegou ao conceito das vantagens comparativas, conceito utilizado até os dias de hoje e que explica grande parte dos determinantes das características da pauta exportadora de um país. As vantagens comparativas, segundo Kenen (1998), é a diferença sistemática entre “estruturas” de custos e preços para produzir uma mercadoria, que por sua vez, justifica que o comércio bilateral é sempre mais vantajoso que uma autarquia.

Esses modelos foram ampliados pelos autores neoclássicos que, testam e

explicam essas teorias com linguagem matemática. Os teoremas de Heckscher-Ohlin, Teorema da Equalização dos preços dos fatores, Teorema de Stolper-Samuelson e o Teorema de Rybczynski, assumem algumas premissas para teorizar o conceito das vantagens comparativas de Ricardo baseada nas vantagens absolutas de Smith.

De forma genérica e rudimentar os modelos neoclássicos de comércio internacional indicam que o fator de produção mais abundante domesticamente deve ser utilizado de forma intensiva para o país ser competitivo no comércio internacional. Além disso, é importante ressaltar que em um modelo de livre comércio, haveria um ganho líquido de bem estar pela população, pois haveria uma equalização dos preços dos fatores, ou seja, a remuneração destes tenderia ao equilíbrio entre todas as economias assim como os preços das mercadorias.

O fato é que o comércio internacional é benéfico a todos os países,

“O comércio proporciona benefícios, permitindo que os países exportem produtos cuja produção faça uso relativamente intenso de recursos que são abundantes localmente, enquanto importa produtos cuja produção faça uso intenso de recursos que são escassos localmente” (KRUGMAN OBSTFELD, 2001, p. 4).

Entretanto, segundo Krugman (1998), a competitividade no âmbito internacional não é determinada somente pela eficiência na produção de um produto, derivada da especialização na produção que seja fruto do uso intensivo do fator de produção abundante ou, a especialização de Adam Smith. Mas também possui como determinante a relação política de um país com o outro, ou melhor, dizendo, o volume de comércio de um país possui relação direta

com os acordos de comércio bilaterais, plurilaterais ou multilaterais.

2.1 As Barreiras Comerciais

Em contraposição ao que trata a teoria convencional do comércio internacional, a intensidade dos fluxos de comércio entre países é fortemente regulada pelas barreiras comerciais, que segundo Castilho (1994) se dividem em barreiras tarifárias e não tarifárias. As tarifas são a forma mais antiga de protecionismo comercial e tem efeito análogo ao de um imposto, pois gera uma renda para o governo, podem ser específicas (sobre um produto) ou *ad valorem* (sobre o valor).

Krugman e Obstfeld (2001) chamam a atenção para o fato de as tarifas vêm perdendo importância relativa ao longo dos anos, pois a busca pelo multilateralismo com o GATT e a OMC passa necessariamente pela redução destas. Entretanto, os governos desenvolveram outras formas de restringirem o comércio internacional, através de medidas não tarifárias buscam reduzir as importações, sendo utilizadas principalmente pelas nações industrializadas.

Busca-se restringir as importações de bens com base em critérios específicos, tais como técnicos, sanitários, fitossanitários, ambientais, laborais, quotas, dentre outras. Ainda há os subsídios que são contribuições financeiras fornecidas pelo governo aos produtores, por exemplo, a fim de beneficiar setores ou produtos específicos (ICONE, 2013).

As barreiras não tarifárias têm como característica incidirem principalmente sobre os produtos agrícolas, não por acaso, pois em momentos adversos as economias industrializadas às utilizam para reduzir o nível de importações de alimentos e assegurar a renda do produtor

doméstico. Dessa forma, há uma transferência de renda do setor mais dinâmico (setor industrial) para o setor menos dinâmico (setor agrícola). Entretanto, o consumidor final é prejudicado, pois tem de pagar um preço mais elevado por alimentos, dado que o preço dos produtos agrícolas nacionais dos países industrializados é mais elevado que os produtos importados.

3. O AGRONEGÓCIO NA ATUALIDADE

Em se tratando de setor agrícola, as políticas comerciais são mais agressivas, pois a segurança alimentar é item chave de qualquer planejamento econômico. O protecionismo exacerbado sobre o Setor é um resquício das duas grandes guerras mundiais do Séc. XX e ainda perdura até os dias de hoje, principalmente em tempos de crises do sistema capitalista.

Entretanto, o agronegócio na atualidade vem demandando novas políticas no âmbito comercial. Após a revolução verde da década 50 que alavancou a produtividade da agricultura; uma abordagem teórica mais aprofundada por John Davis e Ray Goldberg que deram uma visão sistêmica ao Setor; esses fatos aliados a globalização determinaram a integração global das cadeias alimentares. Desse forma o agronegócio se revelou ser de extrema importância a todos os países determinando um tratamento diferenciado com relação às políticas destinadas ao Setor.

Desde o início da década de 1990 o agronegócio vem se desenvolvendo em um cenário mais dinâmico tanto em nível nacional quanto internacional. Em um ambiente de maior integração dos mercados no âmbito internacional, fruto dos planos neoliberais de Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos na década de 1980. A política

neoliberal afetou as estratégias públicas e empresariais assim como a determinação de preços e margens pelas empresas do ramo agroindustrial. Esse fato demandou novos arranjos institucionais e empresariais para dar suporte compatível às necessidades do Setor.

Explicitando essa mudança, Lourenço (2002) descreve que a demanda do consumidor antes habituada com o consumo massificado, passou a exigir mais opções e variedades, demandando mudanças pelo lado da oferta. As agroindústrias passaram a buscar a inovação através da diferenciação dos produtos alimentícios, visando a praticidade e a busca por alimentos mais saudáveis, que por sua vez alavancou as receitas do Setor. Isso instigou ainda mais o desenvolvimento de produtos finais ao consumidor, como a linha de produtos light, diet, cortes especiais de carnes, alimentos com reduzido teor de gordura e uma infinidade de produtos para micro-ondas.

Essa dinâmica internacional gerou impactos amplificados sobre o agronegócio brasileiro, que até o início dos anos de 1990 se resumia a exportação de commodities. A abertura econômica ao exterior e a estabilização da economia por FHC permitiram a estruturação do setor agroindustrial e possibilitou que o Setor conquistasse mercados de produtos com maior valor agregado no exterior.

A busca do governo pela solidez da economia brasileira em um cenário internacional globalizado determinou um rearranjo do meio empresarial. Este que buscou a todo custo

“ajuste modernizantes nas estruturas de gestão e de produção das plantas fabris e organizações comerciais e de serviços, sob pena de comprometimento de suas condições de sobrevivência em um cenário repleto de novas e complexas exigências, e até incongruências, embutida na receita da

globalização” (LOURENÇO, et al., 2002, p. 11).

3.1 O Agronegócio Paranaense

O agronegócio paranaense apresenta algumas peculiaridades, principalmente pela velocidade do seu desenvolvimento. A ocupação do Estado se deu por completo na década de 20 e as ligações viárias entre o interior e as principais cidades na década de 1950. Entretanto a fertilidade do solo e a mão de obra familiar determinaram uma produtividade acima da média e formação de pequenas propriedades. A cultura do café e posteriormente a soja, produtos com potencial exportador, elevaram o Estado a ser reconhecido no cenário nacional.

Entretanto, para ganhar competitividade no cenário internacional, o agronegócio necessitou de uma rápida estruturação para superar o atraso no desenvolvimento da agricultura paranaense. Para tanto, o agronegócio do Estado passou por grandes fusões e concentrações de empresas, formação de associações e cooperativas com o intuito de obter ganhos de escala operacional e de produção. Esse caminho se mostrou necessário para suprir o déficit logístico existente e resistir à acentuada competição intercapitalista em um ambiente mais integrado mundialmente com rápidas transformações de consumo.

Caixeta-Filho (2010) justifica o rápido crescimento do agronegócio no Estado através dos investimentos de fornecedores de matéria-prima, armazenadores e indústrias de processamento que vem se agrupando em torno das zonas de produção agrícola, focalizando a redução de custo envolvidos no processo do supply chain dos Sistemas

Agroindustriais (SAG), mais especificamente os custos de transporte.

O agronegócio do estado surpreende, pois em um contexto de fronteira agrícola saturada, redução do financiamento público desde a década de 1980 e déficit relativo de infraestrutura logística, o agronegócio mais que dobrou seu volume exportado de 2006 a 2013, aumentando de US\$ 6,1 bilhões para US\$ 13,5 bilhões exportados. Em 2013, o agronegócio foi responsável por 74% de todo o valor exportado pelo Estado (Agrostat - MAPA, 2014).

A diversificação do Setor está estampada na página do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico:

“O Paraná é o maior produtor nacional de grãos, apresentando uma pauta agrícola diversificada. [...] A soja, o milho, o trigo, o feijão e a cana-de-açúcar sobressaem na estrutura produtiva da agricultura local, observando-se, em paralelo, forte avanço de outras atividades, como a produção de frutas. Na pecuária, destaca-se a avicultura, com 26,3% do total de abates do País. E nos segmentos de bovinos e suínos, a participação do Estado atinge 4,3% e 19,7%, respectivamente” (IPARDES, 2013).

A mudança estrutural da pauta exportadora do Estado, que até a década de 1990 se resumia a exportação de *commodities* e passou a exportar produtos finais mais elaborados e prontos para o consumo, evidencia que o agronegócio do Paraná caminha na direção correta. A busca por produzir produtos de maior valor agregado possibilita o acesso a novos mercados, assim como o aumento da produtividade eleva a competitividade do estado tanto em nível nacional quanto internacional.

Entretanto, o cenário internacional, que além de ser marcado por políticas comerciais mais agressivas, também se

mostra instável, pois a crise de 2008 teve impactos significativos sobre a renda dos produtores domésticos e afetou os investimentos no setor. Esses fatos culminaram em um retardamento do processo de desenvolvimento do agronegócio do Paraná.

4. A CRISE FINANCEIRA GLOBAL DE 2008

Segundo Bresser-Pereira *et al.* (2012), a crise de 2008 é a pior crise desde 1929. A vertente keynesiana descreve que a crise de 2008 foi reflexo da liberalização financeira implementada pela política neoliberal de 1980.

“[...] no contexto da revolução conservadora, liderada por Ronald Reagan e Margareth Thatcher – aumentou a liberdade das instituições financeiras de escolher onde e como operar, aí incluídos mercados que eram tradicionalmente reservados aos grandes bancos comerciais.” (CARDIM DE CARVALHO, 2008, p. 1)

À partir do momento que os especuladores começaram a agir no mercado imobiliário, através das instituições que antes eram limitadas a não operar nesse mercado, segundo Cardim de Carvalho (2008), um valor astronômico de empréstimos foi feito em hipotecas”.

As instituições flexibilizaram demasiadamente as normas para conceder tais créditos e, portanto, ceder empréstimos a pessoas que na verdade não tinham capacidade de quitar suas dívidas. As carteiras de empréstimos e financiamentos expandiram a uma velocidade não compatível com a expansão do setor real da economia. Com elevado montante de dívida de alto risco por parte da população, aliado a um momento de desaquecimento da

economia americana, o calote foi inevitável e ocorreu de forma sistêmica e generalizada.

“A crise tomou contornos sistêmicos a partir da falência do Lehman Brothers no EUA, em setembro de 2008. Essa falência acarretou a paralisação das operações interbancárias e a desconfiança dos investidores nos sistemas financeiros se espalhou” resultando em uma contração de crédito com alcance mundial (FARHI, 2012, p. 35).

Com a estrangulação dos canais de créditos e perda de riqueza por parte das famílias, resultado da desvalorização dos papéis comercializados e diminuição de gastos dos agentes, o círculo vicioso da pobreza está iniciado. Com menor poder aquisitivo, a população passa a demandar quantidades menores de produtos e de serviços.

O relatório de inflação Banco Central do Brasil (BCB) referente ao segundo semestre de 2009 descreve o ciclo da crise: a demanda retraída por bens e serviços acaba por elevar os estoques das empresas varejistas que, diminuem os pedidos aos atacadistas e por sua vez passam a diminuir o volume de pedidos às indústrias. Com a atividade industrial em declínio, as projeções do cenário econômico futuro são negativas, como reflexo, os investimentos em Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) são reduzidos. Quando reduzido os volumosos investimentos em FBKF há a desaceleração da economia.

Com o círculo da pobreza iniciado, o governo norte americano instaurou políticas monetária e fiscal expansionistas. Também passou a desestimular as importações como tentativa de reter renda para o mercado doméstico.

A desvalorização do dólar como tentativa de elevar o volume de exportações e o fechamento das “portas” para as importações afetam indiscriminadamente

todas as economias do planeta, que acabam por absorver os impactos da crise. Entretanto, as economias em desenvolvimento são as mais afetadas, pois o superávit comercial é fonte de recursos para o desenvolvimento econômico.

Os impactos da crise sobre o Brasil e primordialmente sobre o agronegócio do Paraná serão demonstrados com o suporte da estatística descritiva, que contribui para dar mais conteúdo empírico a pesquisa.

5. A IMPORTÂNCIA DO AGRONEGÓCIO PARA A ECONOMIA DO PARANÁ

Inicialmente é relatada a contribuição do agronegócio para a economia paranaense, a tabela 1 descreve os valores exportados pelo Paraná e a participação relativa das exportações do agronegócio sobre o total exportado pelo Paraná, para o período de 2000 a 2013 e realiza um comparativo com a participação do agronegócio nacional sobre o total exportado pelo País.

No cenário nacional, em 2000 o agronegócio foi responsável por 37% do total exportado, já em 2013 era proporção passou para 41%. Em 2008 essa proporção chegou ao ponto mínimo durante o período analisado, de 36%. A crise de 2008 elevou a proporção para seu ponto máximo, de 42%, isso revela um fato semelhante ao que ocorre com o agronegócio do Paraná que, em momentos adversos é o setor mais dinâmico.

Já o agronegócio do Estado, em 2000 foi responsável por 67% da receita do Estado com exportações e, financiar grande parte das importações dos insumos e produtos de alto valor agregado que o Paraná importa. Mesmo com essa larga proporção, o agronegócio continuou aumentando sua participação, com exceção dos períodos de 2005 a 2007 devido a uma

queda das exportações de soja e derivados. Após a crise financeira internacional e queda do ritmo do comércio global, o agronegócio se mostrou dinâmico e sofreu impactos menores com relação à perda de receita.

Em um cenário adverso, o agronegócio do Estado sofreu perda momentânea (em 2009) de 21% de receitas com as exportações, já os demais setores exportadores tiveram queda de 37% no valor exportado como reflexo da crise. Em 2013 o agronegócio foi responsável por 74% das exportações paranaenses, recebendo mais de US\$ 13,5 bilhões com vendas ao exterior. Além disso, o saldo da balança do agronegócio é mais de 600% maior que as importações, como podemos verificar no gráfico seguinte.

A linha com marcadores triangulares ilustra o saldo do agronegócio, positivo e cerca de US\$ 11 bilhões em 2011, 2012 e 2013. Apesar das importações do Agronegócio terem aumentado na última década, de pouco mais de US\$ 500 milhões para US\$ 1.500 milhões em 2013, ainda assim as importações do Agronegócio representaram apenas 15% das exportações do Setor.

A seguir é ilustrada a balança comercial desagregada, por principais produtos, que em forma agregada são: soja, milho, cana de açúcar e frango.

Em 2013, o complexo soja alcançou cifras de US\$ 6,1 bilhões com exportações e foi responsável por 45% das exportações do agronegócio. Em segundo lugar o setor de carnes com 18% e US\$ 2,5 bilhões, seguido pelo complexo sucroalcooleiro com 10% de participação e US\$ 1,3 bilhões.

Dentre esses produtos, são analisados os sete principais produtos da pauta exportadora do agronegócio em 2013 que juntos representam cerca de 82% do total exportado pelo Agronegócio.

Entre o período de 2000 a 2008 todos os produtos apresentam tendência de crescimento das exportações, assim como, à exceção do açúcar de cana em bruto, todos sofreram queda do valor exportado como reflexo da crise. A partir de 2009, novamente, todos os produtos apresentam crescimento das exportações.

Entretanto, há uma modificação estrutural na pauta exportadora do agronegócio do Estado. Em 2000 os principais produtos exportados são a soja em grãos e farelo de soja que juntos representam cerca de 45% do total exportado pelo agronegócio. Durante esse período os produtos mais elaborados como a carne de frango e seus derivados, óleo de soja, cereais, farinhas e preparações e o açúcar de cana representaram menos de 18%.

Já em 2013, a soja em grãos e o farelo de soja perderam importância relativa e representam cerca de 41% do total exportado, enquanto que os produtos de maior valor agregado elevaram sua importância relativa para 45%.

Em um cenário internacional de elevadas barreiras comerciais, principalmente sobre os produtos agrícolas mais elaborados, o agronegócio do Estado ganhou *market-share* de produtos de maior valor agregado. Isso é fruto do dinamismo do Setor, mesmo porque, é reconhecido o déficit relativo de infra-estrutura no estado do Paraná que, termina por elevar os custos de transporte determinando que o setor trabalhe com uma logística mais cara e menos eficiente.

Realizada a análise da pauta exportadora do agronegócio, são verificados no gráfico 4, os principais países compradores dos produtos do Estado, para tanto serão utilizadas amostras bienais, pois relatam mudanças mais significativas para os fins desta pesquisa.

A China se destaca como principal parceira do agronegócio paranaense. Isso vem ocorrendo devido à crescente demanda chinesa pela soja do Estado, sendo a principal compradora do produto. A estabilidade dessa demanda é fruto do incremento da renda da população chinesa, que está saindo do meio rural e indo para os grandes centros urbanos do país, como o gráfico 5 demonstra (WORLDBANK, 2013). Esse processo é o êxodo rural chinês, o mesmo que aconteceu no Brasil em décadas anteriores.

O gráfico ilustra o processo do êxodo rural chinês. Em 2011 a China se tornou uma nação em sua maior parte urbana, com 678 milhões de pessoas morando nos centros urbanos, mas, ainda com 660 milhões de pessoas morando no meio rural, baseados em condições de subsistência (WORLDBANK, 2013).

Com mais pessoas morando em centros urbanos, com maior acesso a renda e maior disponibilidade de produtos ao consumo, principalmente de alimentos, a população determina uma maior demanda por alimentos de base proteica. Em maior parte, derivados de oleaginosas e cereais, pois é relativamente a fonte proteica de menor custo, sendo ainda utilizados na formulação de rações animais para a produção de carnes e alimento lácteos.

Com uma população urbana em crescimento e todas as áreas cultiváveis na China já ocupadas, a importação de alimentos é uma forma de atender essa demanda doméstica. Outra questão, é que essa restrição física espacial determina que as terras cultiváveis sejam destinadas ao cultivo de alimentos com maior valor agregado, como alho, feijão, frutas, entre outros.

Esses fatos colaboram para que a China seja a principal compradora de soja do Paraná e desde 2010 importa mais de 70% de todo o produto destinado ao

mercado externo. Ainda, os chineses são importadores estáveis do óleo de soja e de frango *in natura* (COMEX – IPARDES, 2012).

Outro importante comprador do agronegócio do Paraná é Estados Unidos, em 2005 e 2006 foi o principal demandante, comprando cerca de U\$ 780 e U\$ 790 milhões, respectivamente. Porém, após a crise financeira suas importações retrocederam e perderam importância relativa para o Estado. Em 2009 as compras dos americanos somaram U\$ 346 milhões, ou seja, uma queda de 50%. Entretanto, continua figurando entre os principais parceiros do Estado.

A Rússia é a principal importadora do açúcar bruto do Estado, em 2011 importou 55% do total exportado, batendo um recorde de importação de açúcar desta natureza, cerca de U\$ 410 milhões. A Arábia Saudita é a principal importadora do frango *in natura* e responsável por 25% da produção destinada à exportação, cerca de U\$ 450 milhões (COMEX – IPARDES, 2012).

Já o Irã possui uma pauta de importação mais diversificada com relação aos produtos do Estado. Importante importador de frango, óleo de soja e milho. A Europa, devido às importações da Alemanha, França e Holanda que, são os principais importadores do farelo de soja com destino a produção de ração animal (COMEX – IPARDES, 2013).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa demonstra que o agronegócio é fundamental para a economia do Estado. Isso é evidenciado no saldo do Setor, pois o largo saldo positivo possibilita as importações de bens de maior valor agregado que o país importa, como bens de capital, além do petróleo, item básico para a

produção industrial de qualquer Estado e/ou País.

Outro fato importante que atesta o dinamismo do agronegócio é o comportamento do setor em momentos adversos como a crise de 2008. Além de sofrer impactos menores, se recuperou mais rapidamente e ainda passou a conquistar mercados de produtos com maior valor agregado como a carne de frango e o óleo de soja, esse fato ocorreu em momentos de elevadas barreiras comerciais.

Entretanto, Lourenço (2013) chama atenção para o fato de que a recuperação do agronegócio está sendo comprometida pela precariedade ou insuficiência em logística, principalmente em infraestrutura de armazenagem e transportes. Essa defasagem logística tem como principal vilão a opção pelo modal rodoviário para o escoamento da produção, modal que apresenta custos muito mais elevados que o modal ferroviário e ainda mais que o hidroviário.

Caixeta Filho (2010) deixa claro que para solucionar esse problema é necessária a mobilização do poder estatal em conjunto com as empresas do ramo agroindustrial para modernizar e desenvolver os sistemas de transporte. Uma vez solucionado esse problema, o Paraná elevará sua competitividade no cenário internacional, pois “dentro da porteira” o Estado é um dos produtores agrícolas mais eficientes do mundo.

Outro fato importante é a dependência das importações chinesas, pois a teoria microeconômica evidencia os impactos negativos quando há um poder de monopólio sobre um mercado. As importações chinesas ainda não a qualificam como tal, porém é preocupante, pois em 2011 importou 39% e em 2013 cerca de 45% do total exportado pelo agronegócio do Estado.

Isso enfatiza a necessidade de diversificar a pauta exportadora do estado,

além de incitar a busca por novos mercados. Novamente o Estado e os empresários

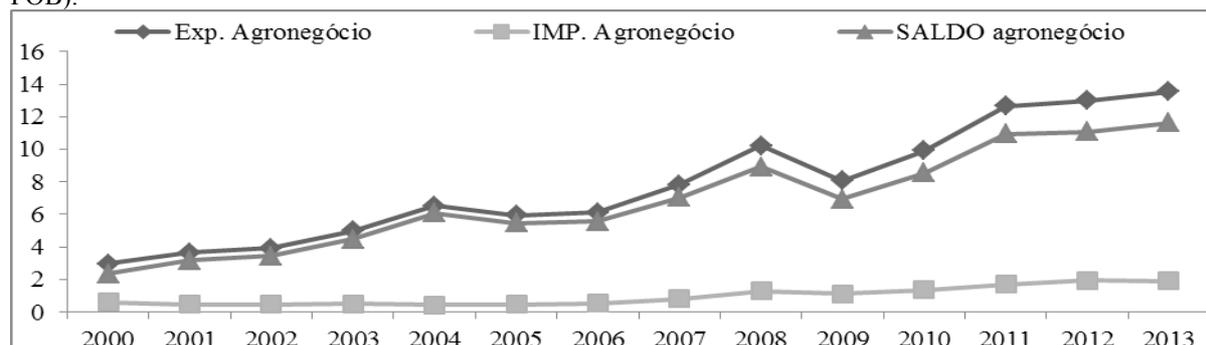
devem atuar em conjunto para alcançar resultados mais significativos e abrangentes.

TABELA 1: TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DO PARANÁ E DO AGRONEGÓCIO (MILHÕES US FOB), PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO AGRONEGÓCIO SOBRE O TOTAL E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO AGRONEGÓCIO NACIONAL SOBRE O TOTAL EXPORTADO PELO BRASIL (2000-2013).

ANO	TOTAL	AGRONEGÓCIO	Part. (%) - PR	Part. (%) - BRA
2000	4.394	2.954	67	37
2001	5.320	3.639	68	41
2002	5.702	3.914	69	41
2003	7.157	4.985	70	42
2004	9.405	6.514	69	40
2005	10.033	5.954	59	37
2006	10.016	6.105	61	36
2007	12.352	7.845	64	36
2008	15.247	10.222	67	36
2009	11.222	8.065	72	42
2010	14.175	9.908	70	38
2011	17.394	12.651	73	37
2012	17.709	13.011	73	39
2013	18.239	13.546	74	41

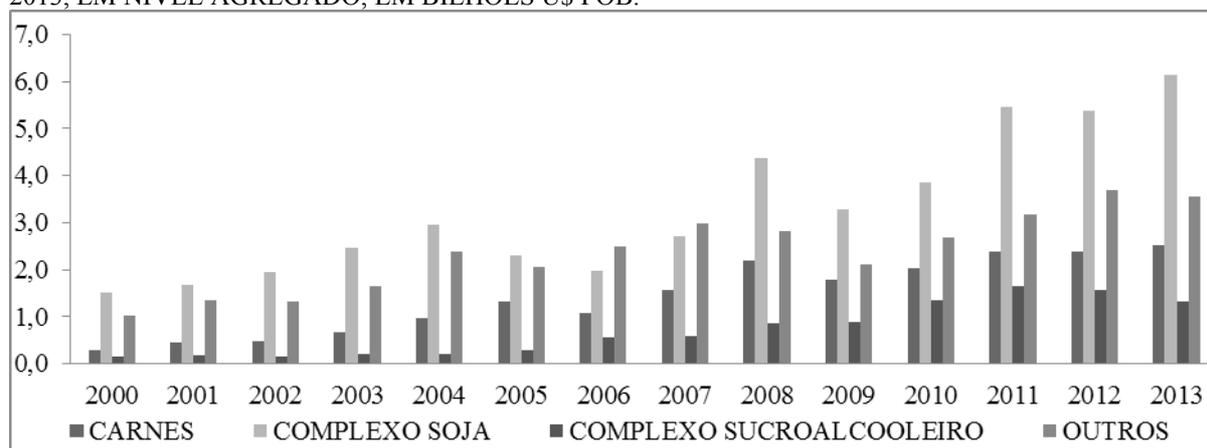
Fonte: Elaboração própria, dados disponíveis em SECEX/MDIC; Agrostat – Mapa, 2014.

GRÁFICO 1: EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO DO AGRONEGÓCIO (2000 A 2013, BILHÕES US FOB).



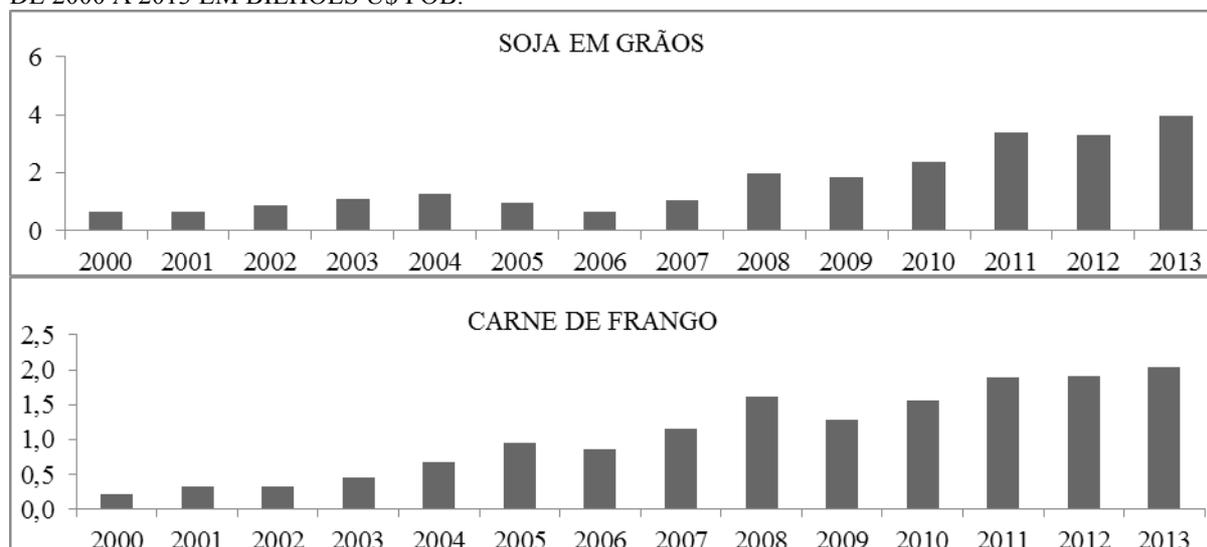
Fonte: Elaboração própria, dados disponíveis no Agrostat - MAPA, 2014.

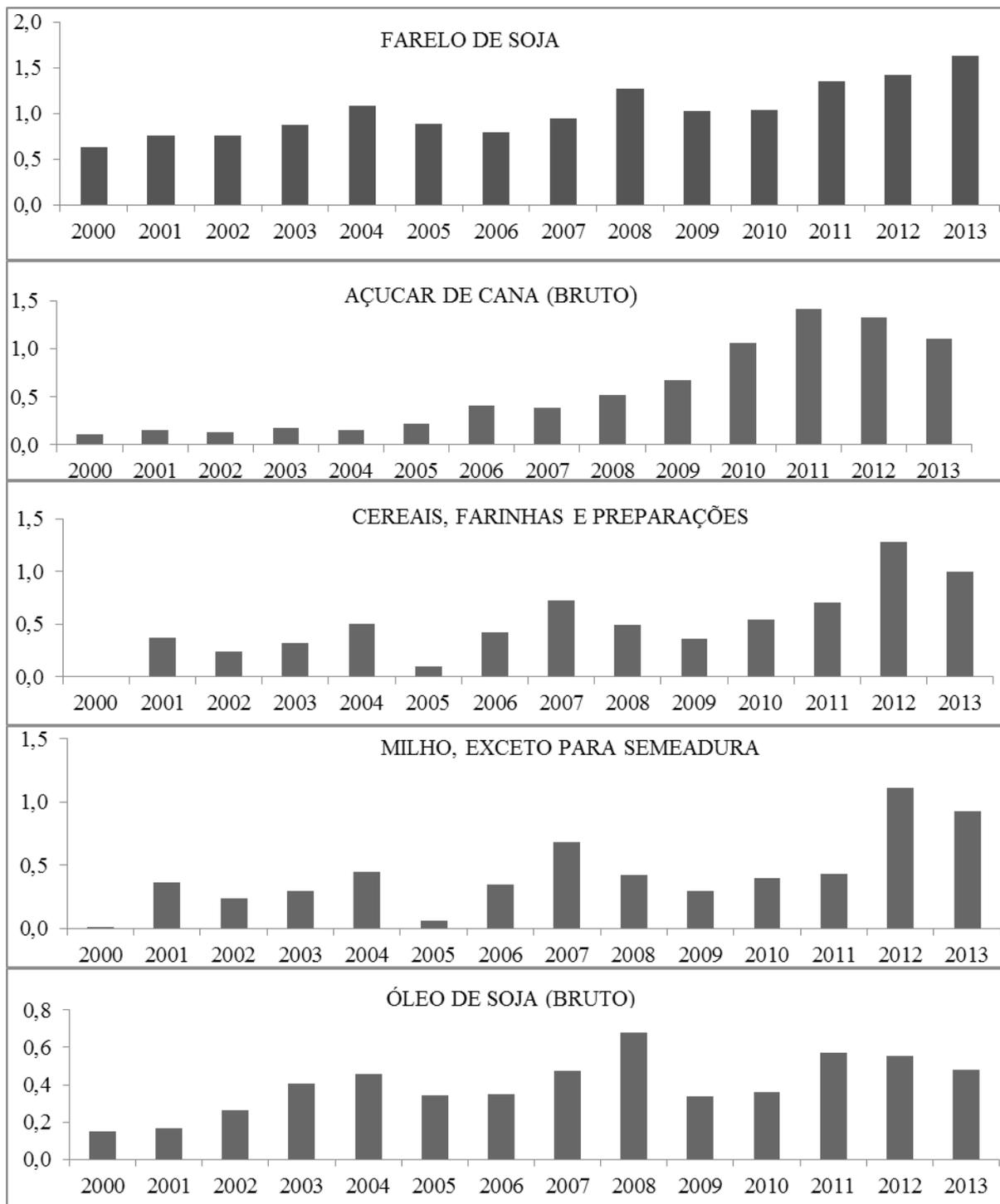
GRÁFICO 2: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO AGRONEGÓCIO DO PARANÁ DE 2000 A 2013, EM NÍVEL AGREGADO, EM BILHÕES US\$ FOB.



Fonte: Elaboração própria, dados disponíveis no Agrostat – MAPA, 2014.

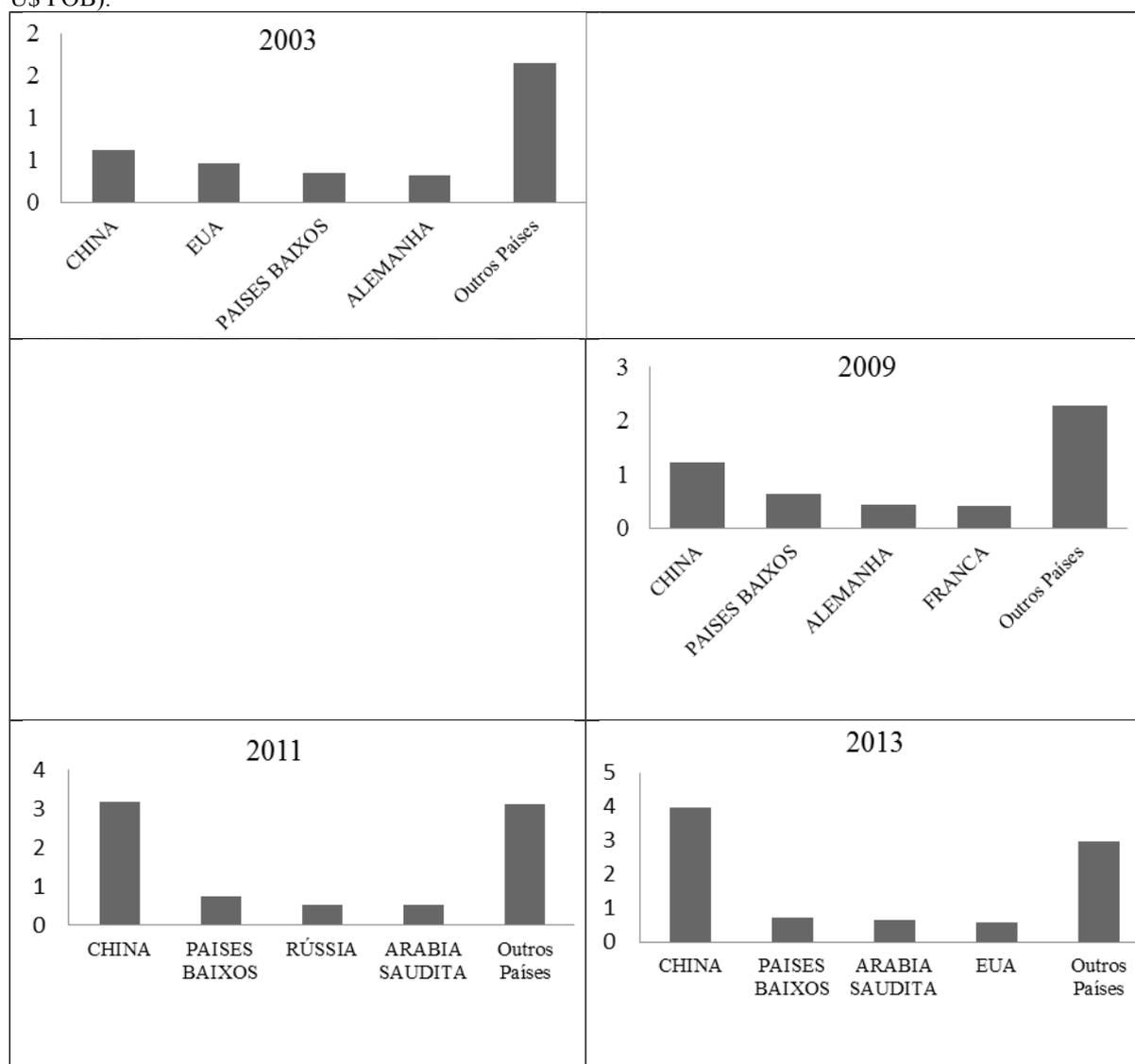
GRÁFICO 3: SÉRIE DE GRÁFICOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO AGRONEGÓCIO, DE 2000 A 2013 EM BILHÕES US\$ FOB.





Fonte: Elaboração própria, dados disponíveis em ALICEWEB, 2014.

GRÁFICO 4: SÉRIE DOS PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO PARANAENSE, PARA OS PERÍODOS SELECIONADOS, 2003, 2005, 2007, 2009, 2011 E 2013 (EM BILHÕES U\$ FOB).



Fonte: Elaboração própria, dados disponíveis no Agrostat – MAPA, 2014.

Referências

- ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BAER, W. **A economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996. 416 p.
- BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 2004, 392p.
- BRAUN, M. B. S. **Política Comercial e a Inserção da Agricultura Brasileira no Mercado Internacional**. Tese de doutorado. Universidad de Leon (Espanha), 2004.
- BRUE, S. L. **História do Pensamento Econômico**. 6ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- BRUM, A. L. **A Economia Internacional na Entrada do Século XXI: transformações irreversíveis**. 2ª ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.
- CAIXETA-FILHO, J. V. **Logística para a agricultura brasileira**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, v. 103, p. 18-30, 2010.
- CARDIM DE CARVALHO, F. **Entendendo a crise financeira global**. Artigo escrito para o IBASE, Instituto de Análises Sociais e Econômicas. Out. 2008, Disponível em: <www.ppge.ufrgs.br/akb/clipping/9.pdf>, acesso em: 24 Fev. 2014.
- CASTILHO, M. R. **Barreiras não-tarifárias: o caso da imposição de restrições ambientais sobre as exportações brasileiras de papel e celulose**. 1994. 106p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- COGO, C. **Projeções do Agronegócio para 2014/2015 no Brasil e no Mundo: Palestra proferida na Expo Toledo e 8º Internacional**. Centro Ismael Sperafico, Toledo – PR, 11 Out. 2013.
- COMEX- **Boletim de Comércio Exterior**. IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimentos econômico. Vários volumes.
- FAO. **Food and Agriculture Organization**. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/site/339/default.aspx>>. Acesso 29 Jan. 2014.
- FARHI, Maryse. **Double Dip: A Recuperação Econômica em Questão**. In: Fernando Ferrari Filho e Luiz Fernando de Paula. (Org.). **A Crise Financeira Internacional: Origens, desdobramentos e perspectivas**. 1ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012, v. , p. 35-40.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1980.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa: 2ª ed**. São Paulo: Atlas, 1989.
- GONÇALVES, R.; BAUMAN, R.; PRADO, L. C. D.; CANUTO, O. **A nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 372 p.

HIDALGO, A B., VERGOLINO, J.R.. **O nordeste no comércio inter-regional e internacional**: Um teste dos impactos por médio do modelo gravitacional, *Economia Aplicada* v.2 , n.4 p.707-725., 1998.

ICONE: **Instituto do Comércio e das Negociações Internacionais**. 2013 Disponível em: <<http://www.iconebrasil.org.br/>> Acesso em: 26 Fev. 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Boletim de comércio exterior**, n.5, 2001. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/comex/comex_2001.pdf> Acesso em: 31 Mar. 2014.

KENEN, P. B (Princeton University). **Economia Internacional – Teoria e Política**, tradução da terceira Edição. Rio de Janeiro: Campus,. 1998, p. 1-69, 197-345, 504-560.

KRUGMAN, P. **Internacionalismo Pop**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, 213 p.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia internacional**: teoria e política. 5ª. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

LIST, F. G. **Sistema Nacional de Economia Política**: 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

LOURENÇO, G. M. . **Agronegócio no Paraná**: oportunidades e ameaças. In: Marina Silva da Cunha; Pery Francisco Assis Shikida; Weimar Freire da Rocha Junior. (Org.). *Agronegócio paranaense: Potencialidades e Desafios*. Cascavel: Edunioeste, 2002, p. 11-31.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Barreiras técnicas às exportações**: O que são e como superá-las. INMETRO, 2002. 22p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC)/ SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX).

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Romário. **HISTÓRIA DO PARANÁ**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. 504 p.

MOLLO, M. L. R. . **Crise e Deflação de Ativos**: Por que?. In: Fernando Ferrari Filho;

Luiz Fernando de Paula. (Org.). *A Crise Financeira Internacional - origens, desdobramentos e perspectivas*. 1ed.São Paulo: Editora da UNESP, 2012, v. , p. 13-16.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001. 107 p.

PANOBIANCO, Daniel. **ESPECIAL - 35 ANOS DA GEADA DE 1975 : Entenda o que foi a Geada Negra que dizimou todas as plantações de café do Paraná**. REVISTA CAFFEICULTURA, 2010. Disponível em < <http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?mat=34022> > Acesso em: 01 Fev. 2014.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Paraná**: uma análise de 1950 a 2000. Tese de Doutorado em Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – SP, 2005.

STADUTO, J. A. R. ; SHIKIDA, P. F. A. ; BACHA, C. J. C. . **Alteração na composição da mão-de-obra assalariado na agropecuária brasileira**. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 51, n.2, p. 57-70, 2004.

SEIM. SECRETÁRIA ESTADUAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E ASSUNTOS DE MERCOSUL. 2013 Disponível em<:<http://www.seim.pr.gov.br/>> Acesso em: 03 Mar. 2014.

SISTEMA ALICE. **Sistema de análise das informações de comércio exterior**. 2012. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 10 Jan. 2014.

UNITED STATES, DEPARTMENT OF AGRICULTURE: **Livestock and Poultry**: World market and Trades. Out. 2011 28p.

WTO. **World Trade Organization**. 2013. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/agric_e.htm>. Acesso em: 03 Mar. 2014.

*Recebido em 30/06/2014
Aprovado em 15/07/2014*

SISTEMATIZACIÓN DE EXPERIENCIAS COMPARADAS DE LA MEGA-MINERÍA EN ARGENTINA Y ECUADOR (1990-2012)

Silvia Valiente*

Resumen

Resumo

Este trabalho teve sua primeira versão publicada como relatório de pesquisa intitulado “Sistematización de experiencias comparadas de la mega-minería en Argentina y Ecuador”, como parte do estágio realizado na Universidad Andina Simón Bolívar, Equador, durante os meses de junho e julho de 2012. Este artigo reúne e organiza as informações de fontes secundárias sobre o desenvolvimento de mega-mineração na Argentina e no Equador a partir dos anos noventa em diante, a fim de comparar experiências que operam em diferentes territórios simultaneamente. Essas expressões no espaço atualizam o modelo territorial de longa data na região ligada à reprimarização de recursos naturais. Neste caso, apropriação da natureza se desenvolve no contexto dos chamados governos de esquerda ou progressistas novos. Ao longo deste trabalho, vamos mostrar como Argentina e Equador exploram seus territórios de forma semelhante, através de marcos regulatórios que norteiam o desenvolvimento desta atividade.

Palabras clave: recursos naturais; reprimarização; apropriação da natureza; mineração.

Este trabajo tuvo su primera versión en el Informe de Investigadora Asociada titulado “Sistematización de experiencias comparadas de la mega-minería en Argentina y Ecuador”, en el marco de la pasantía realizada en la Universidad Andina Simón Bolívar -sede Ecuador- en los meses de junio y julio de 2012. Este artículo reúne y sistematiza información a partir de fuentes secundarias sobre el desarrollo de la mega-minería en Argentina y Ecuador desde la década del noventa en adelante, con la finalidad de comparar experiencias que operan en diferentes territorios en simultaneidad. Estas expresiones en el espacio actualizan un modelo territorial de larga data en la región ligada a la reprimarización de los recursos naturales, en este caso nuevamente mineros como en el período colonial, sólo que en el presente la apropiación de la naturaleza se desarrollo en el contexto de los llamados gobiernos progresistas o de nueva izquierda. A lo largo de este escrito recorreremos la manera en que Argentina y Ecuador, de manera similar, acondicionaron sus territorios mediante marcos normativos para el desarrollo de esta actividad, finalizando el mismo con interrogantes acerca de la minería por venir en la región.

Palabras Claves: reprimarización de los recursos naturales; apropiación de la naturaleza; minería por venir.

* Dra. en Geografía. Investigadora de CONICET/Cátedra: Teoría y Metodología de la Investigación en Geografía. Departamento de Geografía. Universidad Nacional de Córdoba - Cátedra: Geografía Económica y Política. Departamento de Geografía. Universidad Nacional de la Patagonia Austral. scvaliente@gmail.com

Contextualización de la temática

Los escenarios de las dos últimas décadas, y en especial la primera del presente siglo, muestran una coyuntura mundial de acelerada disputa por el control y acceso a recursos naturales cada vez más escasos.

“América Latina desde la época colonial era conocida como la tesorería de oro y plata, pese a la alta explotación de estos recursos aún se encuentran yacimientos minerales. Hoy día, los países latinoamericanos cuentan con un rico potencial en materia energética y es un proveedor seguro para el capitalismo industrial y sus diversas actividades, así: Brasil ocupa el tercer lugar en producción de petróleo, Venezuela posee la mayor reserva mundial de petróleo (6,6% de las reservas petroleras mundiales) (Westphal, 2006:41, en Álvarez y Rivera 2011:292).

Prosiguen esta descripción las autoras señalando que Venezuela ocupa el 8º lugar en explotación de gas, además de ser rica en hierro, bauxita, níquel y aluminio. Por su parte, Colombia cuenta con la mayor cuenta carbonífera así como con importantes reservas de petróleo; Bolivia es el segundo país en explotación de gas; Chile líder mundial en minerales ferrosos, seguido de Perú (Álvarez de Flores y Rivera 2011:292). En consonancia con lo expuesto, en Latinoamérica la mega-minería metalífera aparece como una de las actividades más dinámicas.

América Latina es la principal región del mundo hacia donde se dirige la explotación minera. Elites locales y sectores hegemónicos bajo la palabra “desarrollo” alientan el mito de la vocación minera (Villamar, 2011:186).

En general, se trata del despliegue de procesos de expansión geográfica impulsados por actores externos y muchas veces integrados con diversos niveles de

formalidad en las políticas públicas de Estados que, de una u otra manera (por complicidad o debilidad), terminan siendo funcionales a estos procesos.

En suma, esta temática es abordada desde una perspectiva crítica que asocia el desarrollo, en este caso de la mega-minería, a una dinámica geopolítica ligada a la reprimarización y recolonización de territorios biodiversos ricos en diversos recursos minerales (también energéticos, hidrocarburos, hídricos, con potencial extensivo para agro-combustibles). Esto refleja la presión que la economía ejerce sobre la naturaleza y el medio ambiente, en el marco del denominado “modelo neoextractivo”, de mercantilización de la naturaleza y su conversión en activo financiero.

Relevancia de la problemática en el actual contexto histórico

El actual contexto socio-histórico en ámbitos periféricos del capitalismo global aparece caracterizado por un nuevo patrón espacial que convierte a estos escenarios o espacios de reserva (siguiendo la conceptualización de Cubillos García, 2011) en territorios en disputa por los recursos naturales.

Los conflictos generados por la apropiación de los recursos naturales por parte de capitales transnacionales introducen nuevas modalidades de producción y organización territorial en la escala local-regional, que deriva en nuevas configuraciones territoriales y desigualdades socio-espaciales.

En la globalización, estos espacios de reserva quedan incorporados a las dinámicas internacionales de acumulación. Los mismos, en sus diferentes geografías, se caracterizan por:

- Poseer recursos antes ignorados (o no explotados a la escala actual) de alto valor estratégico;
- Ser zonas marginadas del espacio nacional, aisladas de las dinámicas regionales e internacionales;
- Contar con poca atención gubernamental, débiles estructuras de poder y poca presencia empresarial;
- Presentar baja productividad laboral, bajos niveles de competitividad y alta conflictividad social

Estos espacios se incorporan a las dinámicas globales de acumulación por vías como la desregulación política y económica.

Delgado Ramos (2012) afirma que buena parte de los ahorros y especulación, incluyendo los fondos de pensiones canadienses, se dirigen a industrias de energía, metales, minerales, visualizando el agotamiento de las reservas en consonancia con la visión glotona del desarrollo basada en la escasez de los recursos⁴¹. Esa demanda de minerales justifica la proyección del capital hacia África y Latinoamérica.

En la década del noventa, en América Latina se propiciaron procesos de expansión del capital, instalando una dinámica geopolítica que evidencia rivalidades de poder en los territorios, entre los que se destacan la gran riqueza en recursos minerales, energéticos, forestales, de biodiversidad, pesqueros, hidráulicos e hídricos, demandados por las grandes potencias. Esta dinámica tiene manifestaciones particulares a escala global, continental, regional, nacional y subnacional.

En esta dinámica, la soberanía política de países y pueblos queda integrada de manera subordinada debido al control del territorio y

⁴¹ Desde la Segunda Guerra Mundial la Unión Europea experimenta dependencia de minerales estratégicos y críticos, minimizando esta situación enfatizando en el rol de China como el gran consumidor. Respecto a la demanda de minerales, se encuentran en el siguiente orden: 1º Unión Europea, 2º China, 3º Japón. (Delgado Ramos 2012:3).

de los recursos naturales a la lógica de la Integración y Desarrollo Sustentable propiciado por el discurso neoliberal, que minimiza la entrega de porciones del territorio, diciendo que no toda la superficie se explota (Villamar, 2011:183).

La experiencia Argentina muestra que en el 2004 se lanzó el Plan Nacional Minero "Argentina, país con Minería" consolidando la minería como política de Estado iniciada una década atrás (a principios de los noventa⁴²), basada en la construcción de escenarios propicios para la inversión, oportunidades de exportación para la gran minería, pese a los cambios de gobierno. (http://www.diarioc.com.ar/politica/Lanzamiento_del_Plan_Minero_Nacional/58497).

En el caso ecuatoriano, el fomento institucional de la minería metálica a gran escala se remonta, al igual que en Argentina, a la década de los noventa, a partir de la vigencia e implementación de la Ley de Minería en 1991. De acuerdo a la nueva constitución aprobada en el año 2008, la mega-minería desata conflictos dado que las áreas destinadas para ello están asentadas en zonas con características sumamente frágiles por sus fuertes pendientes, la gran variedad de flora y fauna, fallas tectónicas, sobre territorios indígenas como los Quichuas del Ecuador, en tierras agrícolas campesinas densamente pobladas, en zonas costeras, en zonas que tienen una alta pluviosidad, en lugares de importancia arqueológica y con frecuencia la suma de estas características se reúnen en una sola zona.

Sobre éstos, y otros aspectos que dan contenido a la sistematización de experiencias comparadas de la mega-minería en Argentina y Ecuador, objeto de este trabajo, ampliaremos a lo largo de este informe.

⁴² Svampa y Antonelli (2009) entienden la expansión de la mega-minería a cielo abierto en la década del noventa como política de estado, potestad exclusiva de las grandes empresas transnacionales, presenta continuidad entre el 2003 y 2007.

Antecedentes en la temática

Entre los antecedentes, numerosos estudios sobre la mega-minería en Argentina como en Ecuador se han realizado en la última década desde diversos campos disciplinares.

En Argentina, el estudio de esta temática motivó numerosos trabajos desde las ciencias sociales. Podemos citar entre los aportes desde la geografía los trabajos de Gómez Lende y Velázquez (2002 a), Gómez Lende (2005), Fernández y Gómez (2005), Schweitzer (2008, 2009, 2010, 2011), desde la geografía en diálogo con la antropología los trabajos de Valiente (2009, 2010, 2011, 2012), desde la comunicación social a Rodríguez Pardo (2009), desde la ciencia política a Machado Aráoz (2008 y 2009), y finalmente desde equipos interdisciplinarios mencionaremos los trabajos reunidos y coordinados por Svampa y Antonelli (2009, 2012), por citar algunos. En cuanto a antecedentes en estudios comparativos de casos, mencionaré el proyecto aprobado y en marcha, en el cual participo como co-directora⁴³.

Podríamos sintetizar que los citados estudios desde un análisis crítico analizan las formas que adopta el discurso hegemónico y los nuevos mecanismos de expropiación y dominio por parte de las transnacionales, encontrando en los ámbitos locales espacios de lucha y estrategias de resistencia bajo la forma de asambleas de auto-convocados.

En Ecuador, los estudios que pueden considerarse como antecedentes están reunidos en la obra “Mas allá del desarrollo”, producto del trabajo del “Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al

Desarrollo, coordinado por la oficina regional de la Fundación Rosa Luxemburg en Quito. El grupo de trabajo aglutina mujeres y hombres de ocho países de América Latina y Europa, aunque se centra en los análisis de Ecuador, Bolivia y Venezuela. Se busca articular la producción de varias disciplinas académicas y corrientes de pensamiento – ecologista, feminista, economista anticapitalista, socialista, indígena y occidental subalterno– que cuestionen el concepto mismo de desarrollo y busquen construir alternativas al actual modelo de desarrollo hegemónico” (Lang, y Mokrani –comp- 2011:12).

En el mismo, el capítulo correspondiente a Alberto Acosta denominado “Extractivismo y neoextractivismo: Dos caras de la misma maldición”, analiza el estrecho vínculo que existe, para América Latina, entre las pretensiones de desarrollo y el extractivismo, así como las consecuencias políticas y sociales de este vínculo.

Comparten los trabajos reunidos en esta obra citados como antecedentes el cuestionamiento de las bases ideológicas de una historia lineal de progreso y de desarrollo. Estas manifestaciones pueden ser leídas como proyectos políticos de descolonización, según Gudynas (en Lang, y Mokrani –comp- 2011:17).

En general, los estudios realizados, tanto los procedentes de ámbitos académicos como de realidades extraacadémicas (por ejemplo los movimientos sociales) tratan sobre las implicancias políticas, ambientales, económicas, por citar algunas, de la mega-minería en que la actual fase del capitalismo en ámbitos periféricos, el cual se manifiesta desde la perspectiva decolonial como una neo-colonización del mundo que supone una reordenación sistémica e intelectual, e impone un nuevo patrón espacial, primario-exportador-exógeno. En este contexto, los territorios se reestructuran económica y territorialmente, y se reconstruyen de este modo en su temporalidad.

⁴³ Proyecto de Investigación Plurianual del CONICET 2011-2013: “Re-estructuración productiva y territorial en ámbitos periféricos del capitalismo global y estado nacional. El caso de la mega-minería en las provincias de Catamarca y Santa Cruz, un estudio comparativo”. Director del proyecto: Dr. Alejandro Schweitzer.

Presentación de los escenarios: sistematización de experiencias comparadas

La cordillera de los Andes es el sector donde se despliega la mega-minería en América Latina.

En Argentina, la cordillera de los Andes recorre más de 10 provincias ricas en yacimientos minerales, entre las que sobresalen las provincias de Catamarca, San Juan y Santa Cruz por el volumen en producción de minerales metalíferos, producto del desarrollo de la minería a gran escala en estas provincias.

En Ecuador, los yacimientos de Junín en la cordillera de Toisán y Cordillera del Cóndor se encuentran en áreas muy ricas en recursos hídricos, que serán contaminados por efectos de la minería. La Cordillera del Cóndor tiene importantes yacimientos de oro, plata y otros minerales.

“De acuerdo a la información del Ministerio de Energía y Minas la cantidad destinada para la actividad minera sería cinco millones de hectáreas, eso constituye el 20% del territorio nacional, de ellas dos millones de hectáreas son áreas protegidas y bosques protectores, estos bosques desempeñan papeles importantísimos no solo por su gran biodiversidad sino por que son inmensos reservorios naturales de agua, atraen la lluvia, son protectores de las cuencas hidrográficas, mantienen la calidad de los suelos, purifican el aire, fijan el CO₂, es decir son santuarios naturales irremplazables para el Ecuador” (<http://noalamineria.wordpress.com/algunos-aspectos-sobre-la-mineria-en-el-ecuador>).

En general, uno de los impactos más nocivos de la minería metálica a gran escala es la deforestación y la pérdida de la biodiversidad, además de la pérdida del recurso hídrico.

Luego de esta breve presentación, se incorporan mapas de los casos de estudio.

Seguidamente en el cuadro adjunto se procede a la sistematización de las experiencias en ambos países que dieron lugar al de-

sarrollo de la mega-minería desde la década del noventa (siglo XX).

Como podemos observar en el cuadro, los inicios de los noventa significaron la implementación de un modelo económico neoliberal basado en la explotación de los recursos naturales no renovables, modelo de agro-negocios y grandes proyectos de infraestructura, que en Argentina recibieron la denominación de proyectos IIRSA (Integración de la Infraestructura Regional Suramericana).

La década del noventa significó no sólo el acondicionamiento del marco normativo para que una década más tarde se desarrolle de manera multiplicadora la mega-minería en la región, y con ello, un modelo territorial basado en la apropiación de la naturaleza; sino la creación de ministerios, subsecretarías, tratados y proyectos, fortalecieron el desarrollo de la mega-minería. A su vez, las sucesivas modificaciones a la ley de minería no significaron modificaciones sustantivas, situación que fortaleció el modelo instalado.

Escenarios futuros: ¿qué minería por venir?

Dos países latinoamericanos, el Estado Plurinacional de Bolivia y Ecuador, han colocado la descolonización y la desneoliberalización como elementos imprescindibles para apuntalar su transición hacia el horizonte del Vivir Bien / Buen Vivir, una alternativa civilizatoria que implica, a la vez, el desmantelamiento del capitalismo y del patriarcado (León, 2012:1).

La Constitución del Ecuador sigue el modelo económico de Sumak Camaña, que en aymará corresponde al Sumak Kawsay de los quechuas. Se trata de un nuevo concepto, “Vivir Bien”, que recoge lo mejor de las prácticas, de las sabidurías, de los conocimientos de los pueblos y nacionalidades indígenas. Es un concepto de comunidad donde nadie puede ganar si su vecino no gana. Pero la concepción capitalista es exactamente lo opuesto: para que yo gane, el resto del mun-

do tiene que perder. No hay ganancia sin pérdida (...)" (Sousa Santos, 2009:11).

Sobre este concepto se basó la nueva Constitución de Ecuador, y marca el rumbo de la minería por venir. Concretamente, el Art. 57 inc. 4, 5, 6, 7, 11, 16 e in fine establecen la modalidad de explotación de los recursos naturales; demostrando la experiencia de Ecuador que el desarrollo de la minería a gran escala resulta incompatible con el artículo señalado.

En vigencia de la constitución anterior (de 1998), los proyectos violaban sistemáticamente varios derechos constitucionales en favor de las comunidades y de los pueblos indígenas afectados por decisiones de riesgo ambiental, como el derecho a la consulta previa informada, la integridad física, el derecho a la resistencia y organización social, al acceso a la información y petición. En este período, empresas transnacionales han adquirido concesiones y han desarrollado trabajos de prospección y exploración minera en varios sitios de la geografía ecuatoriana, como la Cordillera del Toisán, en la provincia de Imbabura, los páramos andinos de Tarquí en la provincia del Azuay y, especialmente, la Cordillera del Cóndor en el sur de la Amazonía ecuatoriana, provincias de Morona Santiago y Zamora Chinchipe⁴⁴.

Hacia el año 2006 la movilización de la Nacionalidad Shuar en el norte de la Cordillera del Cóndor, de sectores campesinos mestizos, de comunidades Kichwa Saraguro en el sur de esa Cordillera, Cuenca del río Nangaritza y de los gobiernos locales de la región, impidieron el desarrollo de las actividades mineras en zonas donde se pretende implementar

⁴⁴ En 1999 se aprueba la Ley de Gestión Ambiental y estableció, en su artículo 6º, que "por excepción" se podría realizar explotación de recursos no renovables en áreas naturales protegidas. A su vez, la Ley Forestal y de conservación de flora y fauna silvestres, prohibió la constitución de derechos reales en el sistema de áreas naturales protegidas, siendo el título minero por ley un derecho real.

proyectos de minería a cielo abierto como Tundayme, Warints, San Carlos, Panantza, entre otros.

Con la nueva Constitución se aprueba la nueva Ley Minera, que representa para el gobierno de Correa un avance para despegar el sector minero⁴⁵. "Ley minera tiene como único objetivo poner el marco legal para dar vía libre a la minería a cielo abierto sin suficientes controles ambientales" (<http://www.inredh.org/>)

En consonancia con lo expresado anteriormente, la nueva Ley de Minería fue adoptada violando el artículo 57 de la Constitución y el artículo 6 de la Convención 169 de la OIT, por tanto, al no haberse seguido el procedimiento ordenado por la Constitución es que la Ley de Minería es inconstitucional y debe ser declarada como tal por esta Corte Constitucional.

Algo similar ocurre en Argentina a casi dos años de haber sido aprobada por el Congreso de la Nación la Ley de Glaciares. Esta ley protege los reservorios de agua y limita la actividad minera a cielo abierto, considerada contaminante, en los ambientes glaciares y peri-glaciares. Recordemos que importantes emprendimientos mineros se encuentran en este ambiente (sector cordillerano), como el polémico Pascua Lama. Finalmente, se expidió la Corte Suprema de Justicia, y desde el día 3 de julio del corriente año se dejaron sin efecto las medidas cautelares que frenaban su aplicación⁴⁶.

⁴⁵ La Ley Minera aprobada por la Asamblea Nacional, incluye 158 artículos, siete disposiciones generales, nueve transitorias y dos finales. En líneas generales, como lo explicaron varios asambleístas de la comisión de desarrollo económico y producción, la Ley regula el otorgamiento de concesiones mineras. cuestionado la aprobación de esta Ley, argumentos que desde luego son legítimos debido a que el sistema de aprobación y los contenidos de varios artículos de la ley son contrarios a la Constitución y los Instrumentos Internacionales de protección de derechos humanos.

⁴⁶ Las medidas cautelares ahora revocadas habían sido pedidas por las empresas mineras Barrick Exploraciones Argentina SA y Exploraciones Mineras Argentinas SA, así como por el sindicato

“El máximo tribunal dejó sin efecto medidas cautelares dictadas por la Justicia de San Juan y despejó el camino para que se realice un inventario de los “La Corte cuestionó al juzgado federal de San Juan al sostener que **no se advierte cuáles son los "efectos irreparables"** en los intereses de las empresas que advirtió el juez para suspender la aplicación de un régimen jurídico que busca preservar a los glaciares y al ambiente periglacial, como reserva estratégica de recursos hídricos para el consumo humano, para la agricultura y como proveedores de agua para recarga de cuencas hidrográficas, informó *DyN*”.

(disponible en http://www.perfil.com/contenidos/2012/07/03/noticia_0021.html, negrita y cursiva en el original).

Respecto a las movilizaciones, también en Argentina desde mediados de la década pasada (2006) se vienen desarrollando importantes encuentros en diferentes lugares del país, que bajo la conformación de las UAC (Unión de Asambleas Ciudadanas) se reúnen especialistas en el tema junto con las comunidades locales a compartir experiencias y discusiones.

Como podemos observar las experiencias de movilización y de cuestionamiento-resistencia al capital transnacional y a estos estilos de gobiernos de izquierda socialdemócrata, encuentran experiencias similares en diferentes lugares de Latinoamérica, configurando espacios en red.

Articulamos las experiencias trabajadas con el pensamiento de los teóricos críticos de la cultura latinoamericana, quienes proponen una descolonización epistémica que amplía los espacios de pensar de otro modo la realidad social-natural.

Consideramos que la Constitución ecuatoriana es un esfuerzo de descolonización epistémica de la que hablan los autores, pese a la vigencia de la ley de minería. Por su parte, en Argentina, empiezan a aparecer señales de un extractivismo sensato. La Corte Suprema

Asociación Obrera Minera Argentina, sobre el polémico emprendimiento de "Pascua Lama", proyecto binacional.

dio el primer paso. Estas acciones fortalecen las múltiples manifestaciones de resistencia señaladas que en ambos países tienen cabida.

Mientras que en Argentina, las organizaciones demandan se discuta una nueva política minera que elimine las normativas impuestas en la década de 1990, qué tipo de minería, a qué escala, dónde y para qué, y que modelo de país queremos⁴⁷; en Ecuador las organizaciones demandan una Ley Minera que respete los derechos de la naturaleza, de los pueblos Indígenas y comunidades, que no se abra camino a la gran minería por su incompatibilidad con el régimen de desarrollo alternativo, procurando que la Corte Constitucional como Institución del Estado encargada de resolver los conflictos de derecho, atienda este reclamo y aplique el principio pro natura y pro derechos humanos que forman parte del bloque de constitucionalidad de la Constitución del Ecuador.

Contradicciones como esta analiza Gudynas (2013) en los gobiernos latinoamericanos rotulados como de nueva izquierda. El mismo expresa:

“Se proclama al Buen Vivir pero se lo desmonta en la cotidianidad, se llama a industrializar el país pero se liberaliza el extractivismo primario exportador, se critica el consumismo pero se festejan los nuevos centros comerciales, se invocan a los movimientos sociales pero se clausuran ONGs, se felicita a los indígenas pero se invaden sus tierras, y así sucesivamente” (<http://alainet.org/active/70074&lang=es>).

También el pensamiento de Arturo Escobar ilumina el debate sobre la minería por venir, quien plantea una transición, es

⁴⁷ El marco legal vigente establece una serie de incentivos fiscales a la exploración y explotación minera. Las empresas pueden deducir el 100% de sus gastos de exploración del cálculo del impuesto a las ganancias; se les devuelve el IVA a la exploración, así como el IVA en importación o compra de bienes e inversiones de infraestructura; no pagan derechos de importación; no pagan el impuesto al cheque y pueden deducir el 100% del Impuesto a los combustibles líquidos.

decir, transitar desde el universo (como única manera de estar, en este caso, única manera de realizar minería a gran escala bajo un modelo extractivista basado en la apropiación de los recursos naturales) hacia el pluriverso, es decir, hacia un mundo donde quepan otros mundos (Escobar, 2012:17); y en este quepan otros mundos, sean resituados los movimientos indigenistas y de resistencia, y no valorizadas sus luchas en un determinado momento histórico con fines políticos, siendo posteriormente subsumidos por esos mismos gobiernos.

En términos de este autor, no implica abandonar toda forma de extractivismo sino pasar a un extractivismo sensato que diversifique las cadenas productivas, abandonando así el actual extractivismo que denomina depredador, basado en la permanente acumulación por desposesión, que implica un despojo de los bienes comunes, como un despojo gradual del futuro (Delgado Ramos 2012:3).

A modo de cierre, se incorpora un extracto del boletín Justicia Ambiental⁴⁸, concordante con el pensamiento otro que se proclama, que permite pensar en otra minería por venir, diferente a la que están llevando a cabo los gobiernos latinoamericanos desde la década del noventa en adelante.

“Para un desarrollo de la minería tiene que contarse con un marco legal apropiado que sea capaz de garantizar que los derechos, tales como al agua, a la soberanía alimentaria, a la propiedad, la consulta previa, ambiente sano, derechos de la naturaleza, salud y otros que estén en contraposición con la extracción minera y que puedan verse afectados, no se vulneren”(disponible en <http://www.inredh.org/>).

Esos derechos son los que le reclama Gudynas no olvidar a los gobiernos progresistas latinoamericanos, como lo expresa en la cita que abajo se incorpora:

“La izquierda latinoamericana de las décadas de 1960 y 1970 era una de las más profundas críticas del desarrollo convencional. Cuestionaba tanto sus ideas fundamentales, incluso con un talante anti-capitalista, y rechazaba expresiones concretas, en particular el papel de ser meros proveedores de materias primas, considerándolo como una situación de atraso. También discrepaba con instrumentos e indicadores convencionales, tales como el PBI, y se insistía que crecimiento y desarrollo no eran sinónimos. El progresismo actual, en cambio, no discute las esencias conceptuales del desarrollo. Por el contrario, festeja el crecimiento económico y defiende las exportaciones de materias primas como si fueran avances en el desarrollo”.

Resultan esclarecedoras las reflexiones de Gudynas (2013) para entender el desarrollo de la mega-minería en diferentes países de Latinoamérica como experiencias muy cercanas.

Finalmente, en esta sistematización se procuró comparar estas experiencias desarrolladas en dos países que comparten de vastos recursos naturales en el sector cordillerano, y que pese a sus múltiples diferencias, tuvieron en los noventa gobiernos de corte neoliberal transitando en los dos mil hacia gobiernos rotulados como la nueva izquierda, o la izquierda socialdemócrata o revolucionaria que, como sostiene Gudynas, comparten la idea de progreso como elemento central para organizar el desarrollo, la economía y la apropiación de la naturaleza. Sobre esta última pretendimos dar cuenta en este artículo.

⁴⁸ Boletín de comunidades que luchan por una reparación ambiental integral

Mapa 1: Proyectos mineros en Ecuador



Fuente: <http://www.google.com.ec/search?q=mapa+de+miner%C3%ADa+en+ecuador&hl=es-419&client=opera&rls=es->

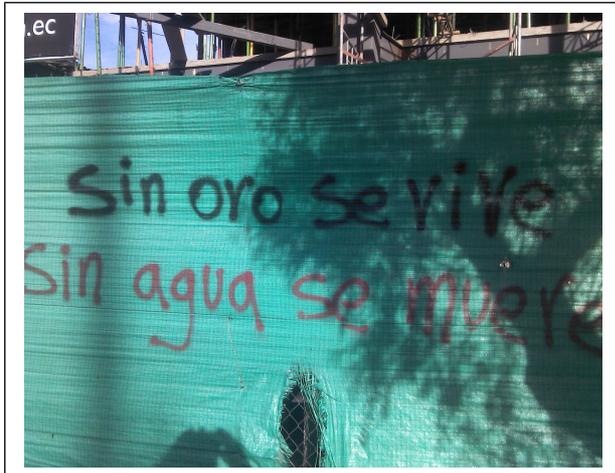
Mapa 2: Proyectos mineros en Argentina



Fuente: <http://www.lanacion.com.ar> - sábado, 30 de julio de 2011

ARGENTINA	ECUADOR
<p>Entre 1989 y 1991 se implementa el plan de convertibilidad (1 peso argentino vale 1 dólar americano).</p> <p>En 1990 se implementa la <u>reforma del Estado</u> (reprimarización de los recursos y la terciarización de la economía)</p> <p>Presidencia de Carlos Menem (1989-1995).</p> <p>En 1993 se aprueba la <u>Ley de Inversiones Mineras</u> (Ley 24.196). Estableció:</p> <p>a) Ley de Inversiones Mineras: garantiza desgravaciones tributarias y un horizonte fiscal asegurado por treinta años. Prevé amplias deducciones en el impuesto a las ganancias y la eliminación de los derechos de importación y tasas de estadística para la introducción al país de bienes de capital e insumo; b) El Acuerdo Federal Minero: establece que los yacimientos minerales son propiedad de las provincias y mediante un convenio se comprometen a no aplicar regalías por encima del tres por ciento sobre el valor boca-mina; c) La Ley de reordenamiento minero: impuso la obligatoriedad de la confección de cartas geológicas de todo el territorio argentino.</p> <p>Presidencia de Carlos Menem (1995-1999)</p> <p>En 1997 se firma el <u>Tratado de Integración Minera con Chile</u></p>	<p>Entre 1988-1992: única norma ambiental: Ley de Control y Prevención de la Contaminación de 1976 (medidas de prevención y control de la contaminación)</p> <p>En 1991 se aprueba la <u>Ley de Minería</u> (Ley 126). Estableció: 1) la obligatoriedad de realizar estudios de impacto ambiental y planes de manejo antes del inicio de cualquier actividad minera; 2) la causal de caducidad del título minero por "grave daño ambiental"; y 3) la restricción de las actividades mineras en áreas naturales protegidas, a menos que aquellas fueran declaradas de interés nacional.</p> <p>En 1995 el Banco mundial aprobó un proyecto de 24 millones de dólares al gobierno del Ecuador para ayudar a <u>financiar el Proyecto de Desarrollo Minero y Control Ambiental</u> (PRODEMINCA) co-financiado con los gobiernos Británico y Sueco</p> <p>Presidencia de Abdala Bucarán Ortiz (1996-1997)</p> <p>Presidencia de Fabián Alarcón (1997)</p> <p>Presidencia de Rosalía Arteaga Serrano (9/2/1997-11/2/1997)</p> <p>Presidencia de Fabián Alarcón (1997-1998)</p> <p>En 1997 se aprobó el <u>Reglamento Ambiental para Actividades Mineras</u></p> <p>En 1997 se creó el <u>Ministerio del Ambiente</u></p> <p>Presidencia de Jamil Mahuad (1998-2000)</p> <p>En 1999 se aprueba la <u>Ley de Gestión Ambiental</u></p> <p>2000: Junta de Salvación Nacional (Lucio Gutiérrez Borbúa, Carlos Antonio Vargas y Carlos Solórsano)</p> <p>2000: Consejo de Estado (Carlos Mendoza Poveda, Carlos Antonio Vargas y Carlos Solórsano)</p> <p>Presidencia de Gustavo Novoa (2000-2002)</p> <p>En el 2000 se <u>Reforma a la Ley 126 de Minería</u> (Ley para la Promoción de la Inversión y de la Participación Ciudadana y el Reglamento General Sustitutivo del Reglamento General de la Ley de Minería de 2001).</p> <p>Con la reforma de 2000 a la Ley de Minería se estableció que la Subsecretaría de Protección Ambiental del Ministerio de Energía y Minas actuará como responsable para el sector minero, bajo la coordinación del Ministerio del Ambiente.</p> <p>Presidencia de Alfredo Palacio (2005-2007)</p> <p>Presidencia de Rafael Correa (2007-2009)</p>

<p>Presidencia de Fernando De la Rúa (1999-2001): <u>modificaciones a la ley de inversiones mineras</u> mediante la ley 24.296.</p> <p>Presidencia de Ramón Puerta (21-12-2001/23-12-2001) Presidencia de Adolfo Rodríguez Saa (23-12-2001/1-1-2002) Presidencia de Eduardo Camaño (1-1-2002/2-1-2002) Presidencia de Eduardo Duhalde (2-2-2002/25-5-2003) 2002 <u>Devaluación de la moneda. Salida de la convertibilidad</u> 2003: <u>modificaciones a la ley de inversiones mineras</u> mediante la ley 25.161</p> <p>Presidencia de Néstor Kirchner (2003-2007) En 2004 se aprueba el <u>Plan Nacional Minero</u> "Argentina, país con Minería" plan bianual (2004-2006). <u>Modificaciones a la ley de inversiones mineras</u> mediante la ley 25.429 del gobierno de Kirchner Presidencia de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011)</p> <p>Presidencia de Cristina Fernández de Kirchner (2011-) En Oct. de 2011 por los decretos 417/03 y 753/04 se establece que las empresas estaban autorizadas a no ingresar al país el 100% de las divisas obtenidas por sus exportaciones y no pagaban ninguna carga o impuesto para transferir capitales al exterior del país.</p> <p>El 3 de julio de 2012 la Corte Suprema de Justicia deja sin efecto las medidas cautelares que frenaban su aplicación de la Ley de Glaciares.</p>	<p>15 de Abril de 2008, los Art. 1 y 2 del Mandato minero quitó la concesión y declaró la caducidad de las concesiones mineras</p> <p>Presidencia de Rafael Correa (2009-2013) <u>Nueva ley de minería</u> entra en vigencia el jueves 29 de enero de 2009</p> <p>2002-2005: 2000-2002: Presidencia de Lucio Gutiérrez 2005-2007: Presidencia de Alfredo Palacio 2007-2009: Presidencia de Rafael Correa 15 de Abril de 2008, los Art. 1 y 2 del Mandato minero quitó la concesión y declaró la caducidad de las concesiones mineras</p> <p>2009-2013: Presidencia de Rafael Correa, <u>Nueva ley de minería</u> entra en vigencia desde su publicación en el Registro Oficial No. 517, del jueves 29 de enero de 2009 El 4-1-2010 se dispuso <u>la creación de la Empresa Nacional Minera</u> (Enami EP), como una sociedad de derecho público para gestionar el sector con personalidad jurídica, patrimonio propio y autonomía presupuestaria, financiera, económica, administrativa y de gestión.</p> <p>El 5 de marzo de 2012 se firmó el primer contrato de minería a gran escala y a cielo abierto en el país, con la empresa minera Ecuacorriente (ECSA), de capital chino. cantón El Pangui, provincia de Zamora Chinchipe, en el sur-oriente</p> <p>Presidencia de Rafael Correa (2013-)</p>
---	--



Graffiti en Avenida 6 de Diciembre, Quito, Ecuador
Foto: Silvia Valiente, 23 de junio de 2012



Graffiti en la ciudad de Andalgalá, Catamarca, Argentina.
Foto: Jorgelina Berteá, mayo de 2010

Fuentes consultadas

Bibliografía

Álvarez de Flores, Raquel y Rivera, Luz (2011) Los desplazamientos forzados de poblaciones indígenas en la frontera Colombo-venezolana a raíz de los megaproyectos de desarrollo. En Sandoval Palacios, Juan Manuel, Álvarez de Flores, Raquel y Fernández Moreno, Sara (coord) **Planes geoestratégicos, desplazamientos y migraciones forzadas en el área del proyecto de desarrollo e integración de Mesoamérica**. Primera Edición, noviembre de 2011. SPECH.

Cubillos García, Adriana (2011) Los espacios de reserva en el territorio mesoamericano: reflexiones teóricas. En Sandoval Palacios, Juan Manuel, Álvarez de Flores, Raquel y Fernández Moreno, Sara (coord) **Planes geoestratégicos, desplazamientos y migraciones forzadas en el área del proyecto de desarrollo e integración de Mesoamérica**. Primera Edición, noviembre de 2011. SPECH.

Delgado Ramos, Gian Carlo (2012) “América Latina: extractivismo, fronteras ecológicas y geopolítica de los recursos”. En **Revista América Latina en Movimiento: Extractivismo, contradicciones y conflictividad**. N° 473. Marzo de 2012. Año XXXVI. II época. Publicación Internacional de la Agencia Latinoamericana de Información. Quito. ISSN No 1390-1230. pp 1-4.

Escobar, Arturo (2012) “¿Transformaciones y/o transiciones? Post-extractivismo y pluriverso”. En **Revista América Latina en Movimiento: Extractivismo, contradicciones y conflictividad**. N° 473. Marzo de 2012. Año XXXVI. II época. Publicación Internacional de la Agencia Latinoamericana de Información. Quito. ISSN No 1390-1230. pp 14-17.

Gudynas, Eduardo (2013) “**Izquierda y progresismo: la gran divergencia**” en **ALAI AMLATINA**, 24/12/2013, disponible en <http://alainet.org/active/70074&lang=es>
Lang, Miriam y Mokrani, Dunia –comp-. (2011). **Más allá del desarrollo**. Fundación Rosa Luxemburg/Abya Yala. Quito. ISBN: 978-9942-09-053-9.

León, Irene (2012) “Colonialismo y Descolonización: nuevas versiones”. En **Revista América Latina en Movimiento: La descolonización inconclusa**. N° 474. Abril de 2012. Año XXXVI. II época. Publicación Internacional de la Agencia Latinoamericana de Información. Quito. ISSN No 1390-1230. pp 1-4.

León, Osvaldo y Burch, Sally (2012) “Ecuador: Diálogo esquivo”. En **Revista América Latina en Movimiento: Extractivismo, contradicciones y conflictividad**. N° 473. Marzo de 2012. Año XXXVI. II época. Publicación Internacional de la Agencia Latinoamericana de Información. Quito. ISSN No 1390-1230. pp 26-29.

Svampa, Maristela y Antonelli, Mirtha – editoras - (2009) **Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales**. Biblos. Buenos Aires.

Sousa Santos, Boaventura (2009) “O China o Sumak Kawsay”. En **Revista América Latina en Movimiento: Mas allá de la crisis**. N° 441. Febrero de 2009. Año XXXVI. II época. Publicación Internacional de la Agencia Latinoamericana de Información. Quito. ISSN No 1390-1230. pp 10-14.

Valiente, Silvia (2011) “**Dinámica socio-económica y territorial de la provincia de Catamarca en la década del 90. Impacto socio-ambiental de Proyectos de Gran Escala**”

(PGE): Bajo de la Alumbra sobre Santa María". Tesis Doctoral de Geografía. Universidad Nacional de La Plata. En Memoria Académica <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/>.

Villamar, Alejandro (2011) Megaproyectos mineros en el área de Mesoamérica, elementos de una geoestrategia transnacional hemisférica. En Sandoval Palacios, Juan Manuel, Álvarez de Flores, Raquel y Fernández Moreno, Sara (coord) **Planes geoestratégicos, desplazamientos y migraciones forzadas en el área del proyecto de desarrollo e integración de Mesoamérica**. Primera Edición, noviembre de 2011. SPECH.

Sitios en Internet

http://www.diarioc.com.ar/politica/Lanzamiento_del_Plan_Minero_Nacional/58497

<http://www.minplan.gob.ar/notas/2128-de-vido-anuncio-una-nueva-quita-subsidios>

http://www.diarioc.com.ar/politica/Lanzamiento_del_Plan_Minero_Nacional/58497.

http://www.diariodecuyo.com.ar/home/new_noticia.php?noticia_id=23267.

<http://www.google.com.ec/search?q=mapa+de+miner%C3%ADa+en+ecuador&hl=es-419&client=opera&rls=es->

<http://www.lanación.com.ar>

http://www.inredh.org/index.php?option=com_content&view=article&id=242%3Adiagnostico-legal-de-la-mineria-en-el-ecuador&Itemid=126

<http://noalamineria.wordpress.com/algunos-aspectos-sobre-la-mineria-en-el-ecuador>

http://www.perfil.com/contenidos/2012/07/03/noticia_0021.html

*Recebido em 15/07/2014
Aprovado em 21/07/2014*

RESENHA

Livro: *Vitórias na Crise: Trajetórias das esquerdas Latino-Americanas Contemporâneas*.

Autor: Fabrício Pereira da Silva.

Editora Ponteio, 2011.

Renata Peixoto de Oliveira*

A presente obra apresenta uma sistematização bem acurada da literatura pertinente ao estudo dos Sistemas Partidários, sendo, portanto, bem embasada teoricamente e, contribuindo de maneira efetiva para a compreensão do recente fenômeno de ascensão das esquerdas em vários países da América Latina.

A análise realizada pelo autor, não se torna cansativa ao esmiuçar os aportes teóricos pertinentes a este tipo de estudo, nem mesmo exaustiva ao traçar a trajetória política dos partidos de esquerda que se propõe investigar. A narrativa se apresenta de maneira bem equilibrada entre a teoria e a análise dos casos a serem comparados, não existindo delimitação entre diferentes capítulos considerados teóricos ou destinados aos estudos de caso.

Teoricamente, existe uma importante contribuição do autor para a aplicação de aportes teóricos cujas referências clássicas seriam as esquerdas européias e o entendimento da realidade latino-americana.

No primeiro capítulo da obra, *Esquerdas Latino-Americanas Atuais: como estudá-las?*, o autor destaca o fato de que, nas últimas décadas, diversos estudos apontaram

a perda de representatividade das esquerdas, fenômeno este que na Europa ficou conhecido como a “onda rosa”, nomenclatura que designaria uma guinada ao centro e a crise das esquerdas diante da derrocada do Socialismo real. Neste momento, o autor chama a atenção para um aspecto crucial para o entendimento da realidade Latino-Americana, o fato de que aqui não ocorreu uma crise da esquerda, mas sim uma crise generalizada dos partidos políticos no momento em que o Estado se enfraqueceu diante da guinada neoliberal, o que gerou uma crise da representação, organizada, tradicionalmente, em torno dele. Com a crise do modelo Estadocêntrico as instituições políticas perderam legitimidade, justamente no momento em que estes países realizavam suas transições democráticas.

Estariamos vivendo a Pós-modernidade? Na região, esta modernidade estaria em sua terceira fase, fase esta em que mantém elementos centrais das fases anteriores, a relação com o mercado e o próprio Estado, uma relação que também manteria aspectos da relação existente entre centro e periferia do sistema capitalista.

É neste contexto que as esquerdas emergiram no cenário político regional dos últimos anos. Isto só foi possível, segundo a hipótese que norteia a obra, por que estas novas esquerdas adaptaram-se ao que o autor chama de “tradução regional da modernidade”. Estas novas forças de esquerda reconheceram e se adaptaram às

* Doutora em Ciência Política pela UFMG. Professora adjunta do curso de Relações Internacionais e Integração da UNILA. E-mail: renata.oliveira@unila.edu.br

principais mudanças políticas, sociais e econômicas pelas quais passaram estes países, ao longo das últimas décadas e por isso se tornaram viáveis eleitoralmente. Isto implica dizer, seguindo este argumento, que não existe uma onda rosa, uma guinada ao centro do espectro ideológico, mas uma adaptação à modernidade latino-americana. Estes partidos chegaram ao poder justamente por desenvolverem estruturas abertas a estas transformações.

Diante do exposto, o autor procurará compreender, ao longo deste trabalho, como alguns partidos de esquerda chegaram ao poder na região, investigando, basicamente a experiência Chilena através do Partido Socialista; o Movimento Al Socialismo (MAS) da Bolívia; o atual Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV); O Pátria Altiva y Soberana (PAIS) do Equador; a Frente Sandinista e Libertação Nacional (FSLN) da Nicarágua; a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador e a Frente Ampla (FA) do Uruguai.

A análise prossegue no segundo capítulo da obra, Organização, centrando-se em aspectos importantes para a compreensão do funcionamento destes partidos na América Latina, da forma como se estruturam internamente e sua dinâmica relacional com a sociedade, o que contribui para uma importante comparação entre as esquerdas latino-americanas e Europeias. Neste capítulo, o autor centra sua análise nas características fluidas e abertas das estruturas organizativas destes partidos, responsáveis por seus aspectos movimentistas, fracionistas e frentistas que procuram absorver novos e amplos grupos sociais. Seguindo algumas tipologias sugeridas pela literatura sobre Partidos Políticos, o autor afirma que os principais partidos de esquerda na região possuiriam, portanto, elementos de partidos *catch-all* e profissional eleitoral. Dessa forma, estes partidos de esquerda teriam adotado formas de pluralismo organizativo, tornando-se

mais capazes de representar amplas massas, desenvolvendo estruturas abertas ao processo de democratização em seus países, diferindo-se das esquerdas tradicionais por não apresentarem uma organização tão centralizadora. Estes partidos se adaptaram aos novos tempos e ao contexto latino-americano se distanciando de modelos da esquerda tradicional leninista ou classista de massas. Desta forma, aumentaram sua capacidade de representação. Importante ressaltar que também se chama atenção para aspectos cruciais como a crescente institucionalização destes partidos e o papel central de suas lideranças, em sua maioria, personalistas e com forte apelo midiático, apelo este que seria funcional às novas formas de fazer política.

No terceiro capítulo do livro, Ideologia e Identidade, são buscados pontos de contato entre estas novas esquerdas enquanto salientam-se os pontos de afastamento das mesmas com relação às esquerdas tradicionais.

No que se refere aos aspectos ideológicos reforça-se a idéia de afastamento do marxismo-leninismo em uma clara busca de independência teórica e autonomia destes partidos que procuram adaptar-se apresentando um crescente policlassismo e reforçando elementos identitários como povo, etnia e nação. Ao contrário das velhas esquerdas, estas seriam plurais e heterodoxas, até mesmo superando a idéia de classe, criando um novo espaço simbólico para sua adaptação.

No capítulo sobre Democracia, o quarto do livro, o autor chama a atenção para o fato de que estas novas esquerdas também se diferenciam por apresentarem uma compreensão mais positiva da democracia representativa. Deste modo, não seriam considerados partidos anti-sistema por que optaram pela via eleitoral, além disso, em alguns casos, quando no poder, preservaram os mecanismos de democracia representativa, associando-os a mecanismos de Democracia Direta.

No capítulo que se segue, a posição anti-neoliberal destes partidos é considerada um elemento também fundamental para sua ascensão diante da crise daquele paradigma. A adoção de um discurso alternativo foi um elemento determinante para a recente onda de esquerda na região.

No Sexto Capítulo, a argumentação é ampliada, seguindo os mesmos preceitos e questões levantadas nos capítulos anteriores, para a análise de outros casos, que não mereceram tanto destaque nos primeiros capítulos da obra.

Por fim, encerra-se a obra com uma importante contribuição no que se refere as tipologias partidárias. O autor descarta interpretações que atribuam um caráter populista, autoritário ou considerem como socialdemocratas, os países da região. De igual maneira, descarta outros conceitos e tentativas de interpretação que confirmem uma velha dicotomia entre esquerdas reformistas e revolucionárias na região. Em verdade, todos estes partidos seriam reformistas por que chegaram ao poder por via legal. Ao invés disso, é proposta uma análise que não busque segmentar radicalmente as novas esquerdas, mas que apenas identifique algumas diferenças entre uma esquerda renovadora e uma esquerda refundadora. O primeiro caso seria representado pelos partidos FMLN, PSch, PT, FSLN e FA, enquanto o segundo caso se refere ao MAS, MVR/PSUV e PAIS.

Os partidos que representariam a chamada esquerda renovadora caracterizam-se por uma maior institucionalização e integração ao sistema político, além de aceitarem melhor as instituições democráticas representativas, realizando uma crítica moderada ao neoliberalismo. As esquerdas refundadoras tomariam o sentido contrário, para cada uma destas características apresentadas. Não se trata, aqui, de definir a existência de duas esquerdas, mas de salientar distinções entre os diferentes

partidos, suas trajetórias e contexto nacional específico.

Por estas importantes contribuições teóricas e pelos estudos de caso, realizados com considerável esmero, *Vitórias na Crise* se torna uma obra fundamental para quem procura compreender o recente fenômeno de ascensão das esquerdas na região sem cair em conclusões simplistas ou análises enviesadas.

Recebido em 19/07/2013
Aprovado em 05/08/2013

ESPAÇO CULTURAL

A EXPOSIÇÃO “GRANDES MESTRES DA ARTE POPULAR IBERO-AMERICANA”

Jorge Anthonio e Silva*

A expressão artística popular da América Latina é um traço cultural do Continente que, em constância, revela criadores únicos, de mãos anônimas ou não. São originalíssimos porque não seguem tendências, Seu estilo é auto criado, não copiam e se impõem esteticamente por pura necessidade de expressão. Seus objetos são como diz Octavio Paz, “lindos porque são úteis”, herança de um tempo em que o belo era pregnância natural da vida prática. A maioria prescinde de educação artística das escolas ou academias e produzem arte por insistência da vontade e desejo de expressão. Aprendem a herança cultural de seus pais avôs. Suas peças são únicas e, por isso, estabelecem um estro de verdade entre si e o sujeito seu produtor. Ele é um artista latino americano, como Nicolasa Pascual Martinez, mexicana de Oaxaca. Mestre da arte popular com tecidos e linhas, Nicolasa dedica-se a confecção de huipiles, veste superior quadrada, de origem indígena. Instruída pela sua mestra Epifania Vicente, aprendeu o ofício de tecelã em um tear indígena, de cintura. Seu trabalho conjuga a praticidade do vestir com a beleza da disposição geométrica da trama, em forma personalíssima. De Boyacá, Colômbia, vem a Mestra Rosa Maria Jerez com suas torres de barro, adornadas com figuras humanas da vida popular de seu país, santos e figuras. Ainda criança elaborava vasilhas utilitárias vistosas e originais. Isso não lhe facilitou a vida até o reconhecimento que, ao chegar tornou-a uma artista do povo que tem dificuldade de atender a pedidos de peças e convites para exposições em embaixadas e centros culturais de variados países. Jorge Caridad, de Santo Domingo, República Dominicana nasceu em família de tradicionais artesãos. Com a resina de âmbar produz peças para utilização ou para o adorno. Criou o Museu do Âmbar em seu país e a Fundação para o Desenvolvimento do Artesanato, onde transmite seu trabalho a crianças e jovens. Dominando o cobre e a dureza da prata, o chileno mapuche Lorenzo Antonio Cona Nahuelhual cria qualitativa joalheria contemporânea influenciada pela tradição ancestral de seu povo. Ediltrudis Noguera, de Tobati, Paraguai, viaja constantemente expondo figuras de tamanho exagerado, moldadas na argila em etapas, com resultado estético impressionante pela originalidade expressiva. Essa riqueza latina emergente das mãos de seus artistas expressa o cotidiano, informa sobre costumes e tradições de maneira imaginativa e única. Servem à finalidade do adorno, para embelezar a realidade dura muitas vezes e, em geral visando alguma utilidade. Impressionantes são as alegorias verticais em barro multicolorido de Oscar Soteno, de Matepec, Estado do México. Usando barro amarelo e vermelho da região de Ocotitlán constroi verdadeiras catedrais de beleza e apuro técnico, tendo suas obras já adentrado grandes coleções particulares e de museus do mundo. Suas árvores da

* Professor e pesquisador da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: jorge.silva@unila.edu.br

vida impressionam pela delicada composição de micro elementos florais, bichos, narrativas folclóricas e bíblicas. Há algo de semelhante na forma e temática nas obras da brasileira Sil de Alagoas que prefere o barro incolor na feitura de suas procissões em que os circunstantes estão felizes e sorridentes glorificando seus santos e santas.

Local: Centro Cultura FIESP-Ruth Cardoso
Galeria de Arte SESC-SP

Recebido em 30/04/2014
Aprovado em 10/05/2014

Orientação aos Colaboradores e Normas para Publicação

A *Revista Orbis Latina* está aberta a colaborações de pesquisadores de qualquer parte do planeta. Os artigos, resenhas e demais contribuições devem girar em torno de temáticas que envolvam racionalidades, desenvolvimento ou fronteiras, abordagens e perspectivas de caráter interdisciplinar. Trata-se de uma revista *online*, formatada em pdf, publicada exclusivamente em ambiente virtual (internet) de acesso irrestrito. Os artigos, resenhas e demais contribuições publicadas implicam na transferência de direitos do(s) autor(es) para a revista. É de extrema importância salientar que não são pagos direitos autorais pelos textos publicados.

Os artigos, resenhas e demais contribuições enviadas para publicação na *Revista Orbis Latina* são apreciados por pareceristas pelo sistema *blind review*.

A *Revista Orbis Latina* (web site: <https://sites.google.com/site/orbislatina/>) receberá textos que contenham as seguintes características:

- i) Artigos Científicos – Os textos devem conter no mínimo 5 e no máximo 30 laudas em formato *Word* ou equivalente. Os artigos devem obrigatoriamente apresentar título, resumo (300 palavras no máximo) e palavras-chave (mínimo três e máximo de sete) em pelo menos dois idiomas, introdução, conclusão e referências. Na folha de rosto deverá aparecer o título e o(s) nome(s) do(s) autor(es), com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico). A formatação do artigo deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* 13 e/ou arial 12 e espaçamento simples.
- ii) Resenhas – As resenhas devem conter no mínimo 3 e no máximo 25 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer os dados do livro e o nome do autor da resenha, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico). A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* 13 e/ou arial 12 e espaçamento simples.
- iii) Demais Contribuições – As contribuições de caráter cultural devem conter no máximo 10 laudas em formato word ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer o título e os dados do autor, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico). A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte *times new roman* 13 e/ou arial 12 e espaçamento simples.

Os autores de artigos, resenhas e demais contribuições devem encaminhar suas colaborações via correio eletrônico (e-mail) para: gilson.oliveira@unila.edu.br ou orbislatina@gmail.com



Grupo Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras

Revista Orbis Latina – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras (GIRA)
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 06, Espaço 04, Sala 11
CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil